



Número do Processo

020023/2019

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

ASSUNTO

ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA FILMAGEM, MONITORAMENTO E PRODUÇÃO DE MATERIAL GRAVADO DOS PROCEDIMENTOS DE VOTAÇÃO PARALELA

INTERESSADOS

COELE - COORDENADORIA DE ELEIÇÕES

PROCESSOS ANEXADOS



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

COMUNICAÇÃO INTERNA		Nº 87/2019
ORIGEM	COORDENADORIA DE ELEIÇÕES - COELE	STI
DESTINO	COPAD	
DATA	30/10/2019	

Assunto: Elaboração de termo de referência para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de votação paralela.

Senhor(a) Gestor(a),

Em sequência às ações de planejamento e preparação das eleições municipais de 2020 e em razão da publicação da portaria nº. 835/2019, que o(a) designa como gestor(a) do contrato destinado à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de votação paralela**, iniciamos o presente expediente para que nele se dê a elaboração do devido termo de referência, a ser submetido à análise da ASDIR.

Por oportuno, encaminhamos, para subsidiar a elaboração, o relatório de avaliação produzido pela gestão anterior, bem como o modelo do termo de referência adotado em 2018, advertindo contudo, sobre a **obrigatoriedade de revisão e adequação do modelo fornecido à legislação vigente e ao Planejamento Integrado de Eleições – PIE 2020**.

Lembramos a necessidade de observar as normas legais recentemente alteradas, conforme informações contidas no PAD nº 19316/2019, cujo teor e aplicação podem ser esclarecidos pela Coordenadoria de Licitações e Contratos – COLIC.

Atenciosamente,

Edna Fernandes Saboia
Coordenadora de Eleições

De acordo:

Carlos Antônio Sampaio de Melo
Secretário de Tecnologia da Informação



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 174089/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	EDNA FERNANDES SABOIA <i>Assinado eletronicamente em 30/10/2019 12:41:49</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	CARLOS ANTONIO SAMPAIO DE MELO <i>Assinado eletronicamente em 30/10/2019 15:48:38</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJU**



**TERMO DE REFERÊNCIA
FILMAGEM RELATIVA À VOTAÇÃO PARALELA 2018**

I DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de votação paralela, a serem realizados no dia da eleição, 7 de Outubro de 2018, 1º turno, e, se houver 2º turno, no dia 28 de Outubro de 2018, em local a ser definido. CATSER 12556

II DA FINALIDADE

Objetiva-se com a contratação:

- a) atendimento ao estabelecido na Resolução TSE nº 23.550/2017;
- b) produção de registro material para que, em caso de divergência entre os resultados finais da urna e o da contagem feita em paralelo, possam ser localizados e identificados os erros humanos causadores da divergência;
- c) comprovação material, a qualquer tempo, das totalizações obtidas e dos procedimentos realizados, no caso de consultas ou questionamentos posteriores.

III DA JUSTIFICATIVA

A contratação de empresa especializada se justifica em razão do TRE/CE não dispor de equipamentos e pessoal capacitado para os serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado.

Quanto à necessidade de realização das filmagens:

A Votação Paralela é procedimento que ocorre para fins de verificação do funcionamento das urnas eletrônicas, por amostragem, conforme disposto na Resolução TSE nº 23.550/2017.

A filmagem é parte obrigatória do processo de Votação Paralela, conforme disposto na norma supracitada, sendo a forma de se averiguar e comprovar a lisura dos procedimentos realizados, bem como constatar erros humanos que porventura venham a ocorrer.

IV DA ESPECIFICAÇÃO DA FILMAGEM

4.1. A filmagem deverá abranger todas as etapas da Votação Paralela, incluindo:

- a) abertura dos trabalhos;
- b) rotinas de votação;
- c) encerramento dos trabalhos.

4.2. Devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- a) utilização de 4 (quatro) câmeras digitais profissionais, de alta definição, sendo 1 (uma) para cada



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJU

- urna eletrônica em votação paralela;
- b) as câmeras junto às urnas eletrônicas deverão ser ligados a monitores individuais de 20", no mínimo, reproduzindo a imagem filmada;
 - c) captação de áudio através de microfone tipo *headset*, sendo necessário 1 (um) microfone para cada uma das câmeras focadas nas urnas eletrônicas, totalizando 4 (quatro) microfones;
 - d) gravação de áudio e vídeo para cada uma das câmeras, em 4 (quatro) vias independentes e simultâneas, mais 4 (quatro) vias para efeito de *backup* com possibilidade de recuperação dos dados imediatamente após o final dos trabalhos de gravação;
 - e) será imprescindível o registro da data/hora das filmagens de cada câmera;
 - f) deverá haver monitoramento simultâneo de todas as câmeras em televisor de 29", no mínimo, com uso de multiplexador e gravação desse sinal; desde que haja condições técnicas, poderá ser utilizado projetor multimídia, com projeção em tela de, no mínimo, 1,5m x 1,5m, em substituição ao televisor exigido neste item;
 - g) o período de gravação deverá ser o da duração do processo de votação paralela com garantia de continuidade, sem interrupções nem omissão de qualquer momento do período;
 - h) gravação em formato digital, entrega do material gravado em arquivos digitais, em um dos seguintes padrões: Windows Media Video (WMV), Audio Video Interleave (AVI), Moving Picture Experts Group (MPEG), OGG Media File (OGG) ou Apple Quicktime (MOV); e podendo a mídia ser: DVD, pendrives ou unidade de disco rígido externa compatível com o padrão USB.
 - i) o posicionamento das câmeras, dos monitores e dos equipamentos de gravação deverá obedecer as determinações do contratante.

4.3. Datas e horários de realização dos trabalhos:

a) No primeiro turno da eleição:

- **06 de outubro de 2018**– instalação e testes dos equipamentos, a partir das 13h, com previsão de conclusão às 18h;
- **07 de outubro de 2018**– realização das filmagens, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até as 18h, o que resulta em duração estimada para o evento de 11 (onze) horas, ou 660 (seiscentos e sessenta minutos), por cada câmera.

b) No segundo turno da eleição, se houver:

- **27 de outubro de 2018** – instalação e testes dos equipamentos, a partir das 13h, com previsão de conclusão às 18h;
- **28 de outubro de 2018** – realização das filmagens, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até as 18h, o que resulta em duração estimada para o evento de 11 (onze) horas, ou 660 (seiscentos e sessenta minutos), por cada câmera.

4.4. Local da realização dos trabalhos: a definir, em Fortaleza/CE.

V DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Será considerada vencedora a empresa que apresentar proposta com menor preço global, devendo ser discriminado o valor correspondente a cada turno da eleição, já incluídos todos os itens especificados.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJU**

VI DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para o fiel cumprimento deste Contrato, a Contratante compromete-se a cumprir as seguintes obrigações e responsabilidades:

- 6.1 Nomear Gestor e Suplente para acompanhar o contrato de acordo com o previsto no art. 67 da Lei n.º 8.666/93, *in verbis*: “Art. 67 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.”
- 6.2 Estabelecer, antes do início da prestação do serviço, em data a ser agendada pelo Gestor do Contrato, reunião da qual participarão o próprio Gestor do Contrato e seu Suplente e o representante da Contratada com o preposto indicado pela empresa para acompanhar o Contrato, para tratarem das peculiaridades do serviço com base nos registros de ocorrências dos contratos anteriores, no que diz respeito a: formas de comunicação entre as partes, horário de funcionamento das unidades jurisdicionais desta Justiça Eleitoral, entre outros;
- 6.3 Informar, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, local, data e horário da realização dos eventos;
- 6.4 Comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação do objeto licitado;
- 6.5 Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos que a empresa apresentar fora das especificações do edital e da proposta;
- 6.6 Efetuar o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas no item Do Pagamento.

VII DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 São obrigações da contratada:

- a) dispor, nas datas previstas e solicitadas pela contratante, os equipamentos em perfeitas condições de uso e adotar todas as providências necessárias visando a garantir os equipamentos e serviços decorrentes;
- b) manter, no próprio local das atividades, equipamentos de reserva, em plenas condições de uso, para substituição e retomada imediata dos trabalhos no caso de falha em algum dos equipamentos;
- c) nomear Preposto, desde o início do Contrato, de acordo com o art. 68 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*: “Art. 68 O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do Contrato.”;
- d) nomear um de seus dirigentes ou representante legal, além do Preposto, para tratar de todos os assuntos e/ou dificuldades referentes à execução do Contrato, inclusive informando os números dos telefones de trabalho, da residência e um celular, que deverá estar ativo e habilitado durante toda a vigência do Contrato, bem como um número de fax e o(s) e-mail(s) para o envio de comunicações;
- e) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado;
- f) é vedada a subcontratação do presente objeto, não sendo permitido à contratada transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da contratante.
- g) conduzir os trabalhos de filmagem, monitoramento e produção de material gravado, entre outras providências necessárias;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJU

- h) para cada turno da eleição, fornecer 2 (duas) cópias de todo o conteúdo filmado nas 4 (quatro) câmeras e do sinal multiplexado, em DVD ou pendrives ou unidade de disco rígido externa compatível com o padrão USB, acondicionadas em embalagem própria (caixa plástica rígida), devidamente identificadas;
- i) instalar todo o material necessário e disponibilizar equipe técnica, na véspera do dia da eleição, no primeiro turno e, se houver, também no segundo turno de votação, para realização de testes completos, conforme orientação da Administração do TRE/CE;
- j) manter instalado todo o material necessário desde a véspera do dia da eleição até o término dos trabalhos de filmagem, conforme programação prevista no item Da Especificação da Filmagem.
- k) fornecer todo o material (câmeras, mídias, microfones, televisores, entre outros) a ser utilizado nos trabalhos de filmagem, monitoramento e produção;
- l) providenciar os equipamentos ou acessórios (e.g. gerador, *no-break*, baterias) de modo a garantir a continuidade das filmagens por pelo menos 20 (vinte) minutos, mesmo com a falta de energia elétrica externa;
- m) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;
- n) apresentar os dados para pagamento: razão social, CNPJ e dados da conta corrente – número, agência bancária e banco – onde deseja receber seus créditos; a conta corrente deverá estar em nome da empresa contratada;
- o) manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VIII DO PAGAMENTO

- 8.1 Após verificado que o serviço se encontra de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, conforme as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data do adimplemento da obrigação (que ocorrerá após a conclusão das votações dos dois turnos das Eleições de 2018, se houver segundo turno), ressalvados os casos previstos no art. 5º, §3º, da Lei n.º 8.666/93.
- 8.2 O pagamento do serviço objeto deste Termo de Referência será efetuado em parcela única, devendo o CONTRATADO discriminar na Nota Fiscal os valores relativos a cada turno da eleição
- 8.3 As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.
- 8.4 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJU

IX DAS PENALIDADES

- 9.1 A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.
- 9.2 O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:
- a) advertência por escrito;
 - b) multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, por cada hora ou fração de atraso em relação aos horários de início ou término de instalação dos equipamentos, conforme previsto no item 4.3;
 - c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, em caso de inexecução parcial do contrato;
 - d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, em caso de inexecução total do contrato;
 - e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - f) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002;
 - g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.
- 9.3 Se o motivo do descumprimento ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 9.4 As sanções estabelecidas nos itens 9.2.a, 9.2.e, 9.2.f e 9.2.g, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquelas previstas nos itens 9.2.c e 9.2.d, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 9.5 Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.
- 9.6 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.
- 9.7 Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada até a data de vencimento prevista para pagamento da Guia de Recolhimento da União, o mesmo será automaticamente descontado da nota fiscal que vier a fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido ou a diferença ainda não paga será objeto de inscrição na Dívida Ativa da União e cobrado com base na Lei n.º 6.830/80, sem prejuízo da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJU

correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

X DA GESTÃO DO CONTRATO

Atuarão como gestores do contrato as servidoras **Ana Lílian Bastos Santana da Cunha**, (lilian@tre-ce.jus.br) e **Rejane Monteiro Augusto Gonçalves** (rejanem@tre-ce.jus.br).

XI DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Contrato terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2018, com termo inicial a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início em dia de expediente.

Fortaleza, 13 de março de 2018.

Ana Lílian Bastos Santana da Cunha

Coordenadora da COPAD

Rejane Monteiro Augusto Gonçalves

Técnico Judiciário

DE ACORDO.

Orleanes Cavalcanti

Secretária Judiciária



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJU

TERMO DE REFERÊNCIA
FILMAGEM RELATIVA À VOTAÇÃO PARALELA 2018
ANEXO – PLANILHA DE CUSTOS


Especificação do Item	
Descrição do Item	Filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de votação paralela, por cada turno das Eleições 2018.
Custo por cada turno das Eleições 2018(em R\$)	
Custo global para os dois turnos das Eleições (em R\$)	Custo por cada turno das Eleições 2018 x2=



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 039089/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANA LILIAN BASTOS SANTANA DA CUNHA <i>Assinado eletronicamente em 13/03/2018 17:25:54</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	REJANE MONTEIRO AUGUSTO GONÇALVES <i>Assinado eletronicamente em 13/03/2018 17:28:46</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	ORLEANES CAVALCANTI DE OLIVEIRA VIANA GOMES <i>Assinado eletronicamente em 13/03/2018 17:32:21</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 28 de Dezembro de 2018.

Senhora Coordenadora,



Em resposta à solicitação de relatório da gestão do contrato número 52/2018, informamos que as principais dificuldades enfrentadas pelas gestoras foram: a inexperience da empresa contratada e a distância entre a sede da empresa e o local da execução dos serviços, fato este que gerou certa dificuldade de comunicação (apenas por telefone e *e-mail*) e pelo fato de os representantes da empresa chegarem em Fortaleza em data muito próxima à eleição, o que “quase” impossibilitou a reunião junto à Comissão de Auditoria antes da montagem dos equipamentos (véspera da Eleição).

Sugerimos que na elaboração do próximo termo de referência conste uma data limite para a realização da reunião para *checklist* e orientações gerais (pelo menos até a quinta-feira antes da Eleição); sugerimos ainda que seja fixado no contrato um prazo (razoável) para a entrega do material produzido, após cada turno.

MARCIA MARIA SILVA CAVALCANTE

COORDENADORIA DE REGISTROS PARTIDÁRIOS, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 217617/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARCIA MARIA SILVA CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 28/12/2018 08:49:37</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	REJANE MONTEIRO AUGUSTO GONÇALVES <i>Assinado eletronicamente em 28/12/2018 10:36:24</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Documento de Oficialização da Demanda

1 Identificação da Demanda

1.1 Título

Contratação de empresa especializada em filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas em Condições Normais de Uso.

1.2 Unidade Demandante

Unidade	COPAD	Data	30/01/2020
Responsável pela Demanda	Márcia Maria Silva Cavalcante		

2 Contexto

2.1 Motivação

Atender ao disposto no §2º, artigo 62, da Resolução nº 23.603/2019.

2.2 Resultados Esperados

A possibilidade de verificar, *in loco* ou posteriormente, qualquer possível divergência nos relatórios gerados durante a Auditoria.

2.3 Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEJE	<ul style="list-style-type: none">• Combate à corrupção e improbidade administrativa;• Fortalecimento da segurança do processo eleitoral;• Aprimorar as atividades de auditoria interna;• Aprimorar os processos de gestão de eleições. (Resolução TRE-CE nº 579/2014)



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

PLS	<ul style="list-style-type: none">• Não se aplica.
Objetivos Organizacionais	<ul style="list-style-type: none">• Fortalecer a governança na área de aquisições e contratações. (Resolução TRE-CE nº 537/2019)

2.4 Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade do objeto a ser contratado?

☒ Menos de 1 ano ☐ De 1 a 3 anos ☐ Mais de 3 anos

A demanda tem caráter temporário, sendo executado o serviço na véspera da eleição (preparação do ambiente e testes) e no dia da eleição (filmagem), inclusive no segundo turno, se houver.

2.5 Unidades que farão uso do objeto da demanda ou serão beneficiadas

☐ Uma Unidade ☐ Duas unidades ☐ Três unidades ☒ Mais de Três unidades

2.6 Expectativa de entrega

A filmagem será realizada no dia da eleição, desde o rompimento dos lacres das urnas até a emissão dos Boletins de Urna e o material produzido será entregue até 15(quinze) dias após cada turno das eleições.

3 Integrante Demandante na Equipe de Planejamento da Contratação

Nome do Servidor (titular)	Márcia Maria Silva Cavalcante SJU - COPAD
Telefone	3453.3703
E-mail	marciacavalcante@tre-ce.jus.br
Nome do servidor (substituto)	Kinsley Davis Costa Souza STI - BANCO
Telefone	3453.3823
E-mail	kinsley@tre-ce.jus.br

4 Integrante Técnico na Equipe de Planejamento da Contratação

Nome do Servidor (titular)	Kinsley Davis Costa Souza STI - BANCO
Telefone	3453.3823
E-mail	Kinsley@tre-ce.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Nome do servidor (substituto)	A ser designado através de Portaria.
Telefone	
E-mail	



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 020848/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARCIA MARIA SILVA CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 12/02/2020 14:58:32</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJU



TERMO DE REFERÊNCIA
FILMAGEM RELATIVA À AUDITORIA DE FUNCIONAMENTO DAS URNAS
ELETRÔNICAS SOB CONDIÇÕES NORMAIS DE USO
2020

I DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 4 de Outubro de 2020, 1º turno, e, se houver 2º turno, no dia 25 de Outubro de 2020, em local a ser definido.

II DA FINALIDADE

Objetiva-se com a contratação:

- a) atendimento ao estabelecido na Resolução TSE nº 23.603/2019;
- b) produção de registro material para que, em caso de divergência entre os resultados finais da urna e o da contagem feita em paralelo, possam ser localizados e identificados os erros humanos causadores da divergência;
- c) comprovação material, a qualquer tempo, das totalizações obtidas e dos procedimentos realizados, no caso de consultas ou questionamentos posteriores.

III DA JUSTIFICATIVA

A contratação de empresa especializada se justifica em razão do TRE/CE não dispor de equipamentos e pessoal capacitado para os serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado.

Quanto à necessidade de realização das filmagens:

A Votação Paralela é procedimento que ocorre para fins de verificação do funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, conforme disposto na Resolução TSE nº 23.603/2019.

A filmagem é parte obrigatória do processo de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, conforme disposto na norma supracitada, sendo a forma de se averiguar e comprovar a lisura dos procedimentos realizados, bem como constatar erros humanos que porventura venham a ocorrer.

IV DA ESPECIFICAÇÃO DA FILMAGEM

- 4.1. A filmagem deverá abranger todas as etapas da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, incluindo:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJU

- a) abertura dos trabalhos;
- b) rotinas de votação;
- c) encerramento dos trabalhos.

4.2. Devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- a) utilização de 4 (quatro) câmeras digitais profissionais, de alta definição, sendo 1 (uma) para cada urna eletrônica submetida à auditoria;
- b) as câmeras junto às urnas eletrônicas deverão ter monitores individuais de, no mínimo, 32" com os respectivos suportes de chão, reproduzindo a imagem filmada;
- c) captação de áudio através de microfone tipo *headset*, sendo necessário 1 (um) microfone para cada uma das câmeras focadas nas urnas eletrônicas, totalizando 4 (quatro) microfones;
- d) gravação de áudio e vídeo para cada uma das câmeras, em 4 (quatro) vias independentes e simultâneas, mais 4 (quatro) vias para efeito de *backup* com possibilidade de recuperação dos dados imediatamente após o final dos trabalhos de gravação;
- e) será imprescindível o registro da data/hora das filmagens de cada câmera;
- f) deverá haver monitoramento simultâneo de todas as câmeras em televisor de 32", no mínimo, com uso de multiplexador e gravação desse sinal; desde que haja condições técnicas, poderá ser utilizado projetor multimídia, com projeção em tela de, no mínimo, 1,5m x 1,5m, em substituição ao televisor exigido neste item;
- g) o período de gravação deverá ser o da duração do processo de votação paralela com garantia de continuidade, sem interrupções nem omissão de qualquer momento do período;
- h) gravação em formato digital, entrega do material gravado em arquivos digitais, em um dos seguintes padrões: Windows Media Video (WMV), Audio Video Interleave (AVI), Moving Picture Experts Group (MPEG), OGG Media File (OGG) ou Apple Quicktime (MOV); e podendo a mídia ser: DVD, pendrives ou unidade de disco rígido externa compatível com o padrão USB.
- i) o posicionamento das câmeras, dos monitores e dos equipamentos de gravação deverá obedecer as determinações do contratante.

4.3. Datas e horários de realização dos trabalhos:

a) No primeiro turno da eleição:

- **03 de outubro de 2020** – instalação e testes dos equipamentos, a partir das 13h, com previsão de conclusão às 18h;
- **04 de outubro de 2020** – realização das filmagens, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até as 18h, o que resulta em duração estimada para o evento de 11 (onze) horas, ou 660 (seiscentos e sessenta minutos), por cada câmera.

b) No segundo turno da eleição, se houver:

- **24 de outubro de 2020** – instalação e testes dos equipamentos, a partir das 13h, com previsão de conclusão às 18h;
- **25 de outubro de 2020** – realização das filmagens, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até as 18h, o que resulta em duração estimada para o evento de 11 (onze) horas, ou 660 (seiscentos e sessenta minutos), por cada câmera.

4.4 Prazo para entrega do material gravado: até 15 (dias) após cada turno da eleição.

4.5 Local da realização dos trabalhos: a definir, em Fortaleza/CE.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJU**

V DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Será considerada vencedora a empresa que apresentar proposta com menor preço global, devendo ser discriminado o valor correspondente a cada turno da eleição, já incluídos todos os itens especificados.

VI DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para o fiel cumprimento deste Contrato, a Contratante compromete-se a cumprir as seguintes obrigações e responsabilidades:

- 6.1 Nomear Gestor e Suplente para acompanhar o contrato de acordo com o previsto no art. 67 da Lei n.º 8.666/93, *in verbis*: “Art. 67 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.”
- 6.2 Estabelecer, antes do início da prestação do serviço, em data a ser agendada pelo Gestor do Contrato, reunião da qual participarão o próprio Gestor do Contrato e seu Suplente e o representante da Contratada com o preposto indicado pela empresa para acompanhar o Contrato, para tratarem das peculiaridades do serviço com base nos registros de ocorrências dos contratos anteriores, no que diz respeito a: formas de comunicação entre as partes, horário de funcionamento das unidades jurisdicionais desta Justiça Eleitoral, entre outros;
- 6.3 Informar, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, local, data e horário da realização dos eventos;
- 6.4 Comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação do objeto licitado;
- 6.5 Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos que a empresa apresentar fora das especificações do edital e da proposta;
- 6.6 Efetuar o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas no item Do Pagamento.

VII DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 São obrigações da contratada:

- a) dispor, nas datas previstas e solicitadas pela contratante, os equipamentos em perfeitas condições de uso e adotar todas as providências necessárias visando a garantir os equipamentos e serviços decorrentes;
- b) manter, no próprio local das atividades, equipamentos de reserva, em plenas condições de uso, para substituição e retomada imediata dos trabalhos no caso de falha em algum dos equipamentos;
- c) nomear Preposto, desde o início do Contrato, de acordo com o art. 68 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*: “Art. 68 O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do Contrato.”;
- d) nomear um de seus dirigentes ou representante legal, além do Preposto, para tratar de todos os assuntos e/ou dificuldades referentes à execução do Contrato, inclusive informando os números dos telefones de trabalho, da residência e um celular, que deverá estar ativo e habilitado durante toda a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJU

- vigência do Contrato, bem como um número de fax e o(s) e-mail(s) para o envio de comunicações;
- e) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado;
 - f) é vedada a subcontratação do presente objeto, não sendo permitido à contratada transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da contratante.
 - g) conduzir os trabalhos de filmagem, monitoramento e produção de material gravado, entre outras providências necessárias;
 - h) para cada turno da eleição, fornecer 2 (duas) cópias de todo o conteúdo filmado nas 4 (quatro) câmeras e do sinal multiplexado, em DVD ou pendrives ou unidade de disco rígido externa compatível com o padrão USB, acondicionadas em embalagem própria (caixa plástica rígida), devidamente identificadas, que deverão ser entregues até 15 (quinze) dias após a respectiva gravação;
 - i) instalar todo o material necessário e disponibilizar equipe técnica, na véspera do dia da eleição, no primeiro turno e, se houver, também no segundo turno de votação, para realização de testes completos, conforme orientação da Administração do TRE/CE;
 - j) manter instalado todo o material necessário desde a véspera do dia da eleição até o término dos trabalhos de filmagem, conforme programação prevista no item Da Especificação da Filmagem.
 - k) fornecer todo o material (câmeras, mídias, microfones, televisores, suportes para os televisores, entre outros) a ser utilizado nos trabalhos de filmagem, monitoramento e produção;
 - l) providenciar os equipamentos ou acessórios (e.g. gerador, *no-break*, baterias) de modo a garantir a continuidade das filmagens por pelo menos 20 (vinte) minutos, mesmo com a falta de energia elétrica externa;
 - m) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;
 - n) apresentar os dados para pagamento: razão social, CNPJ e dados da conta corrente – número, agência bancária e banco – onde deseja receber seus créditos; a conta corrente deverá estar em nome da empresa contratada;
 - o) manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VIII DO PAGAMENTO

- 8.1 Após verificado que o serviço se encontra de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, conforme as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data do adimplemento da obrigação (que ocorrerá após a entrega do material produzido nas auditorias dos dois turnos das Eleições de 2020, se houver segundo turno), ressalvados os casos previstos no art. 5º, §3º, da Lei n.º 8.666/93.
- 8.2 O pagamento do serviço objeto deste Termo de Referência será efetuado em parcela única, devendo o CONTRATADO discriminar na Nota Fiscal os valores relativos a cada turno da eleição.
- 8.3 As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 6.º, da Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.
- 8.4 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJU**

descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012.

IX DAS PENALIDADES

- 9.1 A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto nº 10.024/2019 a serem aplicadas pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.
- 9.2 O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:
- a) advertência por escrito;
 - b) multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, por cada hora ou fração de atraso em relação aos horários de início ou término de instalação dos equipamentos, conforme previsto no item 4.3;
 - c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, em caso de inexecução parcial do contrato;
 - d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, em caso de inexecução total do contrato;
 - e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - f) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 49 do Decreto nº 10.024/2019;
 - g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.
- 9.3 Se o motivo do descumprimento ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 9.4 As sanções estabelecidas nos itens 9.2.a, 9.2.e, 9.2.f e 9.2.g, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquelas previstas nos itens 9.2.c e 9.2.d, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 9.5 Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.
- 9.6 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.
- 9.7 Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada até a data de vencimento prevista para pagamento da Guia de Recolhimento da União, o mesmo será automaticamente descontado da nota fiscal que vier a fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido ou a diferença ainda não paga será objeto



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJU**

de inscrição na Dívida Ativa da União e cobrado com base na Lei n.º 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

X DA GESTÃO DO CONTRATO

Atuarão como gestores do contrato os servidores **Márcia Maria Silva Cavalcante**, (marciacavalcante@tre-ce.gov.br) e **Kinsley Davis Costa Souza** (kinsley@tre-ce.jus.br).

XI DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Contrato terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2020, com termo inicial a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início em dia de expediente.

Fortaleza, 10 de fevereiro de 2020.

Márcia Maria Silva Cavalcante
Coordenadora da COPAD

Kinsley Davis Costa Souza
Técnico Judiciário

DE ACORDO.

Orleanes Cavalcanti
Secretária Judiciária



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJU

TERMO DE REFERÊNCIA
FILMAGEM RELATIVA À AUDITORIA DE FUNCIONAMENTO DAS URNAS
ELETRÔNICAS SOB CONDIÇÕES NORMAIS DE USO
2020
ANEXO – PLANILHA DE CUSTOS


<i>Especificação do Item</i>	
<i>Descrição do Item</i>	Filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, por cada turno das Eleições 2020.
<i>Custo por cada turno das Eleições 2020 (em R\$)</i>	
<i>Custo global para os dois turnos das Eleições (em R\$)</i>	Custo por cada turno das Eleições 2020 x2=



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 020852/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARCIA MARIA SILVA CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 12/02/2020 15:00:00</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	ORLEANES CAVALCANTI DE OLIVEIRA VIANA GOMES <i>Assinado eletronicamente em 12/02/2020 15:50:47</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 12 de Fevereiro de 2020.

À

COORDENADORIA DE ELEIÇÕES



Em resposta ao presente PAD e considerando a publicação da Resolução do TSE nº 23.603/2019, bem como, do Decreto nº 10.024/2019, segue a minuta do Termo de Referência do contrato de Filmagem, monitoramento e produção de material gravado da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas (Eleições 2020) para ser submetido à apreciação da Seção competente.

Atenciosamente,

MARCIA MARIA SILVA CAVALCANTE

COORDENADORIA DE REGISTROS PARTIDÁRIOS, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 020869/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARCIA MARIA SILVA CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 12/02/2020 15:09:05</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 14 de Fevereiro de 2020.

PAD nº 20023/2019



Ciente.

Retorno o expediente à COPAD, para providências quanto à elaboração dos Estudos Preliminares, conforme previsto no art. 5º, inciso I da Portaria nº 539/2019.

MARCELO HENRIQUE DE ARAÚJO NOGUEIRA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, EM EXERCÍCIO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 022968/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARCELO HENRIQUE DE ARAUJO NOGUEIRA <i>Assinado eletronicamente em 14/02/2020 14:04:54</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Documento de Oficialização da Demanda

1 Identificação da Demanda

1.1 Título

Contratação de empresa especializada em filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas em Condições Normais de Uso.

1.2 Unidade Demandante

Unidade	COPAD	Data	30/01/2020
Responsável pela Demanda	Márcia Maria Silva Cavalcante		

2 Contexto

2.1 Motivação

Atender ao disposto no §2º, artigo 62, da Resolução nº 23.603/2019.

2.2 Resultados Esperados

A possibilidade de verificar, *in loco* ou posteriormente, qualquer possível divergência nos relatórios gerados durante a Auditoria.

2.3 Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEJE	<ul style="list-style-type: none">• Combate à corrupção e improbidade administrativa;• Fortalecimento da segurança do processo eleitoral;• Aprimorar as atividades de auditoria interna;• Aprimorar os processos de gestão de eleições. (Resolução TRE-CE nº 579/2014)
PLS	<ul style="list-style-type: none">• Não se aplica.



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Objetivos Organizacionais	<ul style="list-style-type: none">Fortalecer a governança na área de aquisições e contratações. (Resolução TRE-CE nº 537/2019)
----------------------------------	--

2.4 Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade do objeto a ser contratado?

☒ Menos de 1 ano ☐ De 1 a 3 anos ☐ Mais de 3 anos

A demanda tem caráter temporário, sendo executado o serviço na véspera da eleição (preparação do ambiente e testes) e no dia da eleição (filmagem), inclusive no segundo turno, se houver.

2.5 Unidades que farão uso do objeto da demanda ou serão beneficiadas

☐ Uma Unidade ☐ Duas unidades ☐ Três unidades ☒ Mais de Três unidades

2.6 Expectativa de entrega

A filmagem será realizada no dia da eleição, desde o rompimento dos lacres das urnas até a emissão dos Boletins de Urna e o material produzido será entregue até 15(quinze) dias após cada turno das eleições.

3 Integrante Demandante na Equipe de Planejamento da Contratação

Nome do Servidor (titular)	Márcia Maria Silva Cavalcante SJU - COPAD
Telefone	3453.3703
E-mail	marciacavalcante@tre-ce.jus.br
Nome do servidor (substituto)	Maria Glauberlene Gama Joca SJU - COPAD
Telefone	3453.3703
E-mail	glauberlene@tre-ce.jus.br

4 Integrante Técnico na Equipe de Planejamento da Contratação

Nome do Servidor (titular)	Kinsley Davis Costa Souza STI - BANCO
Telefone	3453.3823
E-mail	Kinsley@tre-ce.jus.br



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 060091/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARCIA MARIA SILVA CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 13/04/2020 14:52:02</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

ESTUDOS PRELIMINARES

Contratação de serviço de filmagem, monitoramento e produção de material gravado
da Auditoria de Funcionamento da Urnas Eletrônicas



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

1 Análise de Viabilidade da Contratação

1.1 Contextualização

A contratação visa atender o disposto no §2º do art. 62, da Res. TSE nº 23.603/2019, o qual prevê a filmagem da auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas.

1.2 Equipe de Planejamento da Contratação

Integrante Demandante	Márcia Maria Silva Cavalcante
Integrante Técnico	Kinsley Davis Costa Souza
Integrante Administrativo	Maria Glauberlene Gama Joca

1.3 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda

Contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 4 de Outubro de 2020, 1º turno, e, se houver 2º turno, no dia 25 de Outubro de 2020, em local a ser definido.

1.3.1 Requisitos Funcionais

Nas especificações do objeto, constantes do Termo de Referência, estão listadas as características necessárias à garantia da qualidade e adequação do serviço. Os requisitos a serem atendidos são:

- utilização de 4 (quatro) câmeras digitais profissionais, de alta definição, sendo 1 (uma) para cada urna eletrônica submetida à auditoria;
- as câmeras junto às urnas eletrônicas deverão ter monitores individuais de, no mínimo, 32" com os respectivos suportes de chão, reproduzindo a imagem filmada;
- captação de áudio através de microfone tipo *headset*, sendo necessário 1 (um) microfone para cada uma das câmeras focadas nas urnas eletrônicas, totalizando 4 (quatro) microfones;
- gravação de áudio e vídeo para cada uma das câmeras, em 4 (quatro) vias independentes e simultâneas, mais 4 (quatro) vias para efeito de *backup* com possibilidade de recuperação dos dados imediatamente após o final dos trabalhos de gravação;
- será imprescindível o registro da data/hora das filmagens de cada câmera;
- deverá haver monitoramento simultâneo de todas as câmeras em televisor de 32", no mínimo, com uso de multiplexador e gravação desse sinal; desde que haja condições



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

técnicas, poderá ser utilizado projetor multimídia, com projeção em tela de, no mínimo, 1,5m x 1,5m, em substituição ao televisor exigido neste item;

- o período de gravação deverá ser o da duração do processo de votação paralela com garantia de continuidade, sem interrupções nem omissão de qualquer momento do período;
- gravação em formato digital, entrega do material gravado em arquivos digitais, em um dos seguintes padrões: Windows Media Video (WMV), Audio Video Interleave (AVI), Moving Picture Experts Group (MPEG), OGG Media File (OGG) ou Apple Quicktime (MOV); e podendo a mídia ser: DVD, pendrives ou unidade de disco rígido externa compatível com o padrão USB.
- o posicionamento das câmeras, dos monitores e dos equipamentos de gravação deverá obedecer as determinações do contratante.

1.3.2 Requisitos Não Funcionais

Além dos requisitos técnicos específicos necessários à realização do serviço, a filmagem deverá abranger todas as etapas da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, incluindo abertura dos trabalhos, rotinas de votação e encerramento dos trabalhos, devendo o material gravado ser entregue até 15 (dias) após cada turno da eleição.

1.3.3 Requisitos Externos

Não se aplica.

1.4 Serviços Disponíveis no Mercado

Produto/Serviço 01	Filmagem, monitoramento e produção de material gravado
Fornecedor	Danilo da Silva Lemos
Descrição	Empresa prestou o serviço nas Eleições de 2018 (Contrato TRE-CE nº 52/2018)
Valor Estimado	R\$ 9.870,45 (nove mil e oitocentos e setenta reais e quarenta e cinco centavos)
Observações	Foi feita atualização monetária do valor contrato em 2018, que foi de R\$ 9.199,98 (nove mil, cento e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), utilizando o índice IPCA disponível no site www.bcb.gov.br .

Embora tenhamos solicitado orçamentos, por e-mail, para algumas empresas locais, não recebemos nenhuma resposta até a presente data. Motivo pelo qual não apresentamos outros valores.

1.5 Contratações Públicas Similares



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Não foi localizada contratação pública semelhante dentro da nova normatização das licitações para as Eleições 2020.

1.6 Escolha e Justificativa do Objeto

Atendimento ao requisito imposto na Resolução nº 23.603/2019, a qual prevê a filmagem da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, nas Eleições 2020.

1.7 Parcelamento do Objeto

Não se aplica.

1.8 Descrição do Objeto

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços profissionais de filmagem, monitoramento e gravação de material produzido no evento de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas nas Eleições de 2020, que se realizará no dia 04 de outubro em primeiro turno, e, se houver segundo turno, no dia 25 de outubro.

1.9 Alinhamento do Objeto

O serviço é indispensável para a realização da Auditoria, visto que se houver alguma divergência entre os resultados esperados e os obtidos no Boletim de Urna, verificar-se-á imediatamente a filmagem. Além disso, o material gravado ficará disponível para quaisquer possíveis questionamentos futuros.

1.10 Benefícios Esperados

O serviço visa complementar o processo da Auditoria de Funcionamento da Urnas Eletrônicas, com a finalidade de propiciar transparência aos trabalhos realizados.

1.11 Adequação do Ambiente

Não se aplica.

1.12 Orçamento Estimado

Estima-se o valor de contratação análoga realizada pelo TRE-CE nas Eleições de 2018 (Contrato nº 52/2018), que foi de R\$ 9.199,98 (nove mil e cento e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), aplicando-se a correção monetária pelo índice IPCA, temos o valor estimado de **R\$ 9.870,45 (nove mil e oitocentos e setenta reais e quarenta e cinco centavos)**.



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

2. Declaração de Viabilidade ou não da contratação

Com base nas informações levantadas ao longo dos estudos preliminares e considerando que se trata de serviço essencial para a realização da Auditoria prevista na Res. 23.603/2019, a equipe de planejamento manifesta-se pela viabilidade da contratação.



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 060101/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARCIA MARIA SILVA CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 13/04/2020 14:55:10</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 13 de Abril de 2020.

À

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



Em atendimento ao Doc. PAD nº 22968/2020, faço constar os **estudos técnicos preliminares** do contrato de filmagem da Auditoria das Urnas Eletrônicas - Eleições 2020, bem como, o **DOD atualizado** com a inclusão da servidora Maria Glauberlene Gama Joca como integrante substituta eventual da integrante demandante da equipe de planejamento da contratação.

Atenciosamente,

MARCIA MARIA SILVA CAVALCANTE

COORDENADORIA DE REGISTROS PARTIDÁRIOS, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 060150/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARCIA MARIA SILVA CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 13/04/2020 15:08:12</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 13 de Abril de 2020.

PAD nº 20023/2019



De acordo com a indicação do Integrante Técnico.

Indico o(a) Coordenador de Licitações e Contratos para integrante administrativo.

Aprovo os docs. nº 60101/2020 e 20852/2020.

À Diger, para análise do Termo de Referência.


BENEDITO SÉRGIO MONTE SILVA COELHO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 060321/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>BENEDITO SERGIO MONTE SILVA COELHO <i>Assinado eletronicamente em 13/04/2020 16:12:43</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



INFORMAÇÃO

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de exame jurídico do **Termo de Referência**, contido no **Doc. PAD N.º 20852/2020**, que tem por objeto a “contratação de empresa para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 4 de Outubro de 2020, 1º turno, e, se houver 2º turno, no dia 25 de Outubro de 2020, em local a ser definido.”

Ressalta-se que essa informação segue o padrão adotado pela Portaria Diger n.º 295/2018, que determina a utilização das listas de verificação da Advocacia-Geral da União para atuação desta Assessoria Jurídica na fase interna dos processos licitatórios.

A seguir, a análise jurídica:

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM/ NÃO	DOC. PAD.	OBSERVAÇÃO
1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93 e Portaria Interministerial n. 1.677/2015 - DOU de 08.10.2015, Seção 1, pg.31 ou da Portaria Normativa nº 1.243, de 21.09.2006, do Ministério da Defesa)?	SIM	PAD N.º 20023/2019	
2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente? Acórdão 254/2004-Segunda Câmara-TCU	SIM	60091/2020	DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA (DOD)
3. Há justificativa fundamentada dos quantitativos (bens/serviços) requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação?	SIM	60101/2020 Item 1.1 Item 1.3	ESTUDOS PRELIMINARES DA CONTEXTUALIZAÇÃO



4. A autoridade competente justificou a necessidade da contratação (art. 3º, I da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, III, § 1º e 30, I, do Decreto 5.450/05 e art. 2º, <i>caput</i> , e parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99)?	SIM	60091/2020 Do contexto e Motivação – [Item 2; 2.1] 20852/2020 Item II Item III, do próprio T.R., o qual passaremos à análise específica, a seguir.	
ANÁLISE DO TERMO DE REFERÊNCIA	SIM/ NÃO	DOC. PAD.	OBSERVAÇÃO
5. Objeto descrito de forma sucinta e clara?	SIM	20852/2020 Item I	
6. Finalidade e justificativa da contratação?	SIM	20852/2020 Item II Item III	
7. Especificação dos elementos que caracterizam o objeto?	SIM	20852/2020 Item IV 4.1	
8. Obrigações da Contratada ?	SIM	20852/2020 Item VII 7.1	
9. Prazos, condições e local de entrega e/ou instalação do serviço?	SIM	20852/2020 Item IV	O referido questionamento desta lista de verificação da AGU foi abrangido/sintetizado no Item IV do Termo de Referência intitulado DA ESPECIFICAÇÃO DA FILMAGEM.
10. Obrigações da Contratante?	SIM	20852/2020 Item VI	
11. Critério de escolha?	SIM	20852/2020 Item V	
12. Das condições do pagamento?	Sim	20852/2020 Item VIII	No subitem 8.1, substituir o trecho “no prazo de até 15(quinze) dias, contados da data do adimplemento da obrigação (que ocorrerá após a



			entrega do material produzido nas auditorias dos dois turnos das Eleições de 2020, se houver segundo turno), ressalvados os casos previstos no art. 5.º, § 3º, da Lei n.º 8.666/93” por “no prazo de até 30(trinta) dias, contados da data do adimplemento de cada parcela, exceto os pagamentos decorrentes de despesas de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura”
13. Penalidades?	SIM	20852/2020 Item IX	Ajustar a redação do subitem 9.7 para a seguinte: “Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada a CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], ou outro índice que porventura venha a substituí-lo”.
14. Vigência do contrato?	SIM	20852/2020 Item XI	
15. Fiscalização do Contrato e indicação dos Gestores	SIM	20852/2020 Item X	Em obediência ao prescrito na Lista De Questionamentos da Advocacia- Geral da União – AGU, que, doravante, seja acrescentado no Termo de

	PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ ASSESSORIA DA DIRETORIA – GERAL	ANÁLISE DE TERMO DE REFERÊNCIA	PAD N.º 20023/2019
---	--	---	---------------------------

			Referência, cláusula específica DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.
16. Assinaturas do Termo de Referência pelo Gestor e Secretário?	SIM	20852/2020	
17. Catálogo de Materiais (CATMAT)/ Catálogo de Serviços (CATSER)?	NÃO		Inserir CATSER do serviço a ser contratado.

Feita a análise, verifica-se que o documento, salvo melhor juízo, atende às exigências contidas na Lei n.º 8.666/1993 e na Portaria TRE/CE n.º 1.240/2009, assim, **sugere-se a aprovação do Termo de Referência, desde que atendidas as ressalvas indicadas nos tópicos 12, 13, 15 e 17 da presente lista de verificação.**

Fortaleza (CE), **DATA REGISTRADA NO SISTEMA.**

DE ACORDO:

Roberta Martins de Castro
Assessora -Chefe – ASDIR/DIGER
Mat. n.º 77.056

João Mário Nepomuceno Vidal
Técnico Judiciário – ASDIR/DIGER
Mat. n.º 12.402



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 067820/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ROBERTA MARTINS DE CASTRO <i>Assinado eletronicamente em 24/04/2020 10:01:11</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL

PAD N.º 20023/2019

DESPACHO

R.h.

Acolho a sugestão da **ASDIR**, em consonância com o **Doc. PAD N.º 67820/2020** e, atendidas as ressalvas apontadas na reportada análise técnica, **aprovo** o Termo de Referência contido no **Doc. PAD N.º 20852/2020**, conforme art. 7º, §2º, I, da Lei n.º 8.666/1993.

Encaminhe-se à **Coordenadoria De Registros Partidários, Autuação E Distribuição - COPAD**, para efetuar as correções sugeridas e **atualizar minuta, sempre que houver alterações no termo de referência principal.**

Em seguida, à **COLIC**, para providências relativas à contratação.

Fortaleza (CE), **DATA REGISTRADA NO SISTEMA.**


DIRETOR-GERAL – TRE-CE
[ASSINATURA NO SISTEMA]



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 067929/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 24/04/2020 10:07:00</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJU**

**TERMO DE REFERÊNCIA
FILMAGEM RELATIVA À AUDITORIA DE FUNCIONAMENTO DAS URNAS
ELETRÔNICAS SOB CONDIÇÕES NORMAIS DE USO
2020**

I DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 4 de Outubro de 2020, 1º turno, e, se houver 2º turno, no dia 25 de Outubro de 2020, em local a ser definido.

CATSER: 3778

II DA FINALIDADE

Objetiva-se com a contratação:

- atendimento ao estabelecido na Resolução TSE nº 23.603/2019;
- produção de registro material para que, em caso de divergência entre os resultados finais da urna e o da contagem feita em paralelo, possam ser localizados e identificados os erros humanos causadores da divergência;
- comprovação material, a qualquer tempo, das totalizações obtidas e dos procedimentos realizados, no caso de consultas ou questionamentos posteriores.

III DA JUSTIFICATIVA

A contratação de empresa especializada se justifica em razão do TRE/CE não dispor de equipamentos e pessoal capacitado para os serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado.

Quanto à necessidade de realização das filmagens:

A Votação Paralela é procedimento que ocorre para fins de verificação do funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, conforme disposto na Resolução TSE nº 23.603/2019.

A filmagem é parte obrigatória do processo de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, conforme disposto na norma supracitada, sendo a forma de se averiguar e comprovar a lisura dos procedimentos realizados, bem como constatar erros humanos que porventura venham a ocorrer.

IV DA ESPECIFICAÇÃO DA FILMAGEM

4.1. A filmagem deverá abranger todas as etapas da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJU

sob condições normais de uso, incluindo:

- a) abertura dos trabalhos;
- b) rotinas de votação;
- c) encerramento dos trabalhos.

4.2. Devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- a) utilização de 4 (quatro) câmeras digitais profissionais, de alta definição, sendo 1 (uma) para cada urna eletrônica submetida à auditoria;
- b) as câmeras junto às urnas eletrônicas deverão ter monitores individuais de, no mínimo, 32" com os respectivos suportes de chão, reproduzindo a imagem filmada;
- c) captação de áudio através de microfone tipo *headset*, sendo necessário 1 (um) microfone para cada uma das câmeras focadas nas urnas eletrônicas, totalizando 4 (quatro) microfones;
- d) gravação de áudio e vídeo para cada uma das câmeras, em 4 (quatro) vias independentes e simultâneas, mais 4 (quatro) vias para efeito de *backup* com possibilidade de recuperação dos dados imediatamente após o final dos trabalhos de gravação;
- e) será imprescindível o registro da data/hora das filmagens de cada câmera;
- f) deverá haver monitoramento simultâneo de todas as câmeras em televisor de 32", no mínimo, com uso de multiplexador e gravação desse sinal; desde que haja condições técnicas, poderá ser utilizado projetor multimídia, com projeção em tela de, no mínimo, 1,5m x 1,5m, em substituição ao televisor exigido neste item;
- g) o período de gravação deverá ser o da duração do processo de votação paralela com garantia de continuidade, sem interrupções nem omissão de qualquer momento do período;
- h) gravação em formato digital, entrega do material gravado em arquivos digitais, em um dos seguintes padrões: Windows Media Video (WMV), Audio Video Interleave (AVI), Moving Picture Experts Group (MPEG), OGG Media File (OGG) ou Apple Quicktime (MOV); e podendo a mídia ser: DVD, pendrives ou unidade de disco rígido externa compatível com o padrão USB.
- i) o posicionamento das câmeras, dos monitores e dos equipamentos de gravação deverá obedecer as determinações do contratante.

4.3. Datas e horários de realização dos trabalhos:

a) No primeiro turno da eleição:

- **03 de outubro de 2020**– instalação e testes dos equipamentos, a partir das 13h, com previsão de conclusão às 18h;
- **04 de outubro de 2020**– realização das filmagens, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até as 18h, o que resulta em duração estimada para o evento de 11 (onze) horas, ou 660 (seiscentos e sessenta minutos), por cada câmera.

b) No segundo turno da eleição, se houver:

- **24 de outubro de 2020** – instalação e testes dos equipamentos, a partir das 13h, com previsão de conclusão às 18h;
- **25 de outubro de 2020** – realização das filmagens, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até as 18h, o que resulta em duração estimada para o evento de 11 (onze) horas, ou 660 (seiscentos e sessenta minutos), por cada câmera.

4.4 Prazo para entrega do material gravado: até 15 (dias) após cada turno da eleição.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJU**

4.5 Local da realização dos trabalhos: a definir, em Fortaleza/CE.

V DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Será considerada vencedora a empresa que apresentar proposta com menor preço global, devendo ser discriminado o valor correspondente a cada turno da eleição, já incluídos todos os itens especificados.

VI DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para o fiel cumprimento deste Contrato, a Contratante compromete-se a cumprir as seguintes obrigações e responsabilidades:

- 6.1 Nomear Gestor e Suplente para acompanhar o contrato de acordo com o previsto no art. 67 da Lei n.º 8.666/93, *in verbis*: “Art. 67 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.”
- 6.2 Estabelecer, antes do início da prestação do serviço, em data a ser agendada pelo Gestor do Contrato, reunião da qual participarão o próprio Gestor do Contrato e seu Suplente e o representante da Contratada com o preposto indicado pela empresa para acompanhar o Contrato, para tratarem das peculiaridades do serviço com base nos registros de ocorrências dos contratos anteriores, no que diz respeito a: formas de comunicação entre as partes, horário de funcionamento das unidades jurisdicionais desta Justiça Eleitoral, entre outros;
- 6.3 Informar, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, local, data e horário da realização dos eventos;
- 6.4 Comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação do objeto licitado;
- 6.5 Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos que a empresa apresentar fora das especificações do edital e da proposta;
- 6.6 Efetuar o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas no item Do Pagamento.

VII DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 São obrigações da contratada:

- a) dispor, nas datas previstas e solicitadas pela contratante, os equipamentos em perfeitas condições de uso e adotar todas as providências necessárias visando a garantir os equipamentos e serviços decorrentes;
- b) manter, no próprio local das atividades, equipamentos de reserva, em plenas condições de uso, para substituição e retomada imediata dos trabalhos no caso de falha em algum dos equipamentos;
- c) nomear Preposto, desde o início do Contrato, de acordo com o art. 68 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*: “Art. 68 O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do Contrato.”;
- d) nomear um de seus dirigentes ou representante legal, além do Preposto, para tratar de todos os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJU

- assuntos e/ou dificuldades referentes à execução do Contrato, inclusive informando os números dos telefones de trabalho, da residência e um celular, que deverá estar ativo e habilitado durante toda a vigência do Contrato, bem como um número de fax e o(s) e-mail(s) para o envio de comunicações;
- e) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado;
 - f) é vedada a subcontratação do presente objeto, não sendo permitido à contratada transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da contratante.
 - g) conduzir os trabalhos de filmagem, monitoramento e produção de material gravado, entre outras providências necessárias;
 - h) para cada turno da eleição, fornecer 2 (duas) cópias de todo o conteúdo filmado nas 4 (quatro) câmeras e do sinal multiplexado, em DVD ou pendrives ou unidade de disco rígido externa compatível com o padrão USB, acondicionadas em embalagem própria (caixa plástica rígida), devidamente identificadas, que deverão ser entregues até 15 (quinze) dias após a respectiva gravação;
 - i) instalar todo o material necessário e disponibilizar equipe técnica, na véspera do dia da eleição, no primeiro turno e, se houver, também no segundo turno de votação, para realização de testes completos, conforme orientação da Administração do TRE/CE;
 - j) manter instalado todo o material necessário desde a véspera do dia da eleição até o término dos trabalhos de filmagem, conforme programação prevista no item Da Especificação da Filmagem.
 - k) fornecer todo o material (câmeras, mídias, microfones, televisores, suportes para os televisores, entre outros) a ser utilizado nos trabalhos de filmagem, monitoramento e produção;
 - l) providenciar os equipamentos ou acessórios (e.g. gerador, *no-break*, baterias) de modo a garantir a continuidade das filmagens por pelo menos 20 (vinte) minutos, mesmo com a falta de energia elétrica externa;
 - m) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;
 - n) apresentar os dados para pagamento: razão social, CNPJ e dados da conta corrente – número, agência bancária e banco – onde deseja receber seus créditos; a conta corrente deverá estar em nome da empresa contratada;
 - o) manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VIII DO PAGAMENTO

- 8.1 Após verificado que o serviço se encontra de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, conforme as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo de até 30(trinta) dias, contados da data do adimplemento de cada parcela, exceto os pagamentos decorrentes de despesas de até R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), que serão efetuados no prazo de até 5(cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.
- 8.2 O pagamento do serviço objeto deste Termo de Referência será efetuado em parcela única, devendo o CONTRATADO discriminar na Nota Fiscal os valores relativos a cada turno da eleição.
- 8.3 As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 6.º, da Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJU

8.4 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012.

IX DAS PENALIDADES

9.1 A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto nº 10.024/2019 a serem aplicadas pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

9.2 O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, por cada hora ou fração de atraso em relação aos horários de início ou término de instalação dos equipamentos, conforme previsto no item 4.3;
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, em caso de inexecução parcial do contrato;
- d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, em caso de inexecução total do contrato;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 49 do Decreto nº 10.024/2019;
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.

9.3 Se o motivo do descumprimento ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

9.4 As sanções estabelecidas nos itens 9.2.a, 9.2.e, 9.2.f e 9.2.g, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquelas previstas nos itens 9.2.c e 9.2.d, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.5 Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

9.6 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

9.7 Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada a CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJU

pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

X DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 A realização de todas as atividades relacionadas à contratação será acompanhada e fiscalizada pelos gestores do contrato, servidores deste Tribunal: **Márcia Maria Silva Cavalcante**, (marciacavalcante@tre-ce.gov.br) e **Kinsley Davis Costa Souza** (kinsley@tre-ce.jus.br).

10.2 Será anotado em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos servidores designados para acompanhamento deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

XI DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Contrato terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2020, com termo inicial a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início em dia de expediente.

Fortaleza, 30 de abril de 2020.

Márcia Maria Silva Cavalcante
Coordenadora da COPAD

Kinsley Davis Costa Souza
Técnico Judiciário

DE ACORDO.

Orleanes Cavalcanti
Secretária Judiciária



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJU

TERMO DE REFERÊNCIA
FILMAGEM RELATIVA À AUDITORIA DE FUNCIONAMENTO DAS URNAS
ELETRÔNICAS SOB CONDIÇÕES NORMAIS DE USO
2020
ANEXO – PLANILHA DE CUSTOS

<i>Especificação do Item</i>	
<i>Descrição do Item</i>	Filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, por cada turno das Eleições 2020.
<i>Custo por cada turno das Eleições 2020 (em R\$)</i>	
<i>Custo global para os dois turnos das Eleições (em R\$)</i>	Custo por cada turno das Eleições 2020 x2=



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 072401/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARCIA MARIA SILVA CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 30/04/2020 18:10:11</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 30 de Abril de 2020.

À

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informo que efetivei as ressalvas sugeridas no Doc. PAD nº 67820/20, nos tópicos 12 e 13 (substituição de texto), 15 (no capítulo X) e 17 (no capítulo I).

Assim, atualizada a minuta do Termo de Referência, envio-lhe o presente PAD, em atendimento ao despacho constante no Doc. PAD nº 67929/20.

Atenciosamente,

MARCIA MARIA SILVA CAVALCANTE

COORDENADORIA DE REGISTROS PARTIDÁRIOS, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 072419/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARCIA MARIA SILVA CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 30/04/2020 18:22:07</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 4 de Maio de 2020.



À
SEÇÃO DE COMPRAS

Para cotação de preços.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 073211/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 04/05/2020 12:37:51</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



RELATÓRIO DE EMAILS ENVIADOS

DATA: 08/05/2020 09:20

PRODUTO(S): PRODUCAO DE FOTOS, FILMES, VIDEOS E REPRODUCAO DE MIDIAS, PROMOCAO DE EVENTOS, FESTAS

ASSUNTO: TRE-CE - Orçamento - Filmagem Votação Paralela

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
A. IGOR FURTADO LIMA EVENTOS - ME	(88) 3671-1801	-	-	a.m.r-assessoria@hotmail.com
A J COMUNICACAO LTDA - ME	(61) 3321-1365	-	-	contato@ajcomunicacao.com.br
ACS ARTE CRIACOES E SERVICOS LTDA - ME	(85) 3272-2288	-	-	acsarte@hotmail.com
AD COMUNICACAO	(85) 3252-4884	-	-	camargo@veloxmail.com.br
AGENCIA CIRRUS LTDA - ME	(31) 2511-1999	-	-	hugo@pgimage.com
AGORA PRODUCAO DE EVENTOS EIRELI - ME	(61) 3361-1119	-	-	claudioneip@terra.com.br
ALBUQUERQUE COMERCIAL & DISTRIBUIDORA DE MANUFATURADOS LTDA - EPP	(61) 3026-6965	-	-	wanderaxavier@gmail.com
ALYNE SPITTI RESENDE 31721384880	(11) 97198-9749	-	-	alyne_spitti@yahoo.com.br
AMERICA 3 PRODUcoes AUDIOVISUAL LTDA - ME	(86) 3220-2537	-	-	itamirtrindade@hotmail.com
ANA PAULA BATISTA LEVINO - ME	(83) 8754-1930	-	-	adm_alphaeventos@hotmail.com
ANDRE WILSON AIRES CAULA & ME	(85) 3214-2312	-	-	marco-sampaio@uol.com.br
ANTONIO ELDO MOURA - ME	(87) 3861-2123	-	-	estudioaudisom@hotmail.com
AQ CHACON-ME	3226-7013	-	GLAUCO	chacon@chacon.com.br, glaucochacon@hotmail.com
ARQUITETA PROMOCOES E EVENTOS EIRELI - EPP	(85) 3424-4216	-	-	andersonsm20@gmail.com

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

TRE

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
ARTE PRODUÇÕES	(85) 3033-1028	-	IANA	ianafelicio@arteproducoes.com.br
ATUALDV SERVICOS DE EDITORACAO & IMPRESSAO PERSONALIZADA LTDA - ME	(41) 4063-9637	-	-	aline.chagas@atualdv.com.br
AUDIO VIDEO STUDIOMS LTDA	3214-2312	99814147	MARCO ANTONIO 9981 4147	studioms@uol.com.br
AUDIOVISUAL PRODUcoes & EVENTOS EIRELI - EPP	(31) 3785-4959	-	-	pollianna@ikeventos.com
AZUL COMUNICACAO E SERVICOS DE PUBLICIDADE LTDA	(85) 3274-9809	85 88144101	LINCOLN NOGUEIRA	azul@azulcomunicacao.com.br
BLOWUP PRODUcoes DE FILMES EIRELI - ME	(82) 3022-1248	-	-	lg_contabilidade@hotmail.com
C & L INFORMATICA E CONECTIVIDADE LTDA - ME	(61) 3033-4777	61 30334778	-	vendascl@clinformatica.com.br, claudiolopes@clinformatica.com.br
CABRA QUENTE FILMES LTDA - EPP	(81) 3269-7219	-	-	cabraquente@gmail.com
CAMERA HUM COMUNICACAO E PRODUCAO DE VIDEO LTDA	(73) 3212-1188	-	JULIANA	andradeju.ft@gmail.com
CANDEEIRO CULTURAL	(85) 3263-3412	-	-	candeeirocultural@gmail.com
CASA DE CINEMA	(85) 3241-2749	-	ALEXANDRE	casadecinema@gmail.com
CÁTIA TRANCOSO - LATINSTOCK	(11) 3097-3050	-	-	catia.trancoso@latinstock.com.br, glaucio.garcia@latinstock.com.br
CAWI-TEC COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EM INFORMATICA LTDA - EPP	(11) 2538-2391	-	-	comercial@cawitec.com.br
CENA2 PRODUcoes DIGITAIS EIRELI - ME	(84) 9141-3040	-	-	riccardocarvalho.rn@gmail.com
CHA COM NOZES PROPAGANDA LTDA	(19) 3255-0233	-	-	licitacao@chacomnozes.com.br
CHRISTIANO C SANCHES ME - START SOLUCOES	(85) 3495-2871	85 3495 2871	CHRISTIANO 9101 2003	85 christianosanches@terra.com.br, christianosanches@fabricainfo.com
COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS EM FEIRAS E EVENTOS-COOTRAFE	11 38546486	11 22215084	-	cootrafe@ig.com.br
CRIART SERVICOS DE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA.	32579676	32573182	WILLIAM	criartservicos@criart-ce.com.br, criartservicos@secrel.com.br,

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

TRE

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
CSI LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA	85 33057009	85 33057001	ALYNE MOTA	atendimento@csilocacoes.com.br, contato@csilocacoes.com.br,
DAINA LIMA DE ALMEIDA	65 3322.1664	-	-	adineia@eventualpromocoes.com.br
DANIELA RISSON - JORNALISTA - ME	48 32583430	-	-	daniela@beconn.com.br
DATASONIC INDUSTIRA E DISTRIBUIDORA DE ELETRÔNICOS LTDA	83 33216143	83 30631028	ALANE MORAIS E BRAYNER NEIVA	brayner@datashop.com.br
DAVID ELIAS DO NASCIMENTO E SA CAVALCANTE - ME	85 3211-1421	85 3252.1120	-	dlix@hotmail.com
DENISE MONTEIRO DE OLIVEIRA	71 98877.0343	-	-	ajayofilmes@gmail.com
DIGITAL LOCACOES E EVENTOS EIRELI - EPP	81 21286100	-	-	erivaldo@digitaleventoselocacoes.com.br, paulo.digital@terra.com.br
DIGITAPE INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA	(71) 33272 2312	(71) 33272 2431	-	damassa@hotmail.com
DSI LOCAÇÕES LTDA.	32623191	-	-	alucomfortaleza@gmail.com
D7 FILMES LTDA ME	(81) 3231 6767	(81) 3231 5757	ALEXANDRE NOGUEIRA	alexandre@d7filmes.com.br, d7filmes@gmail.com,
EMBRASSOM SISTEMAS PARA EVENTOS LTDA	21 25916918	32733004	MARITONIO COLAO	embrassom@embrassom.com.br, comercial@embrassom.com.br
EQUIPAR TECNOLOGIA EM EVENTOS	85 32683699	-	-	comercial@inloceventos.com.br
ESTAÇÃO TV COMUNICAÇÃO LTDA	11 3788 1721	11 3788 1721	NECA DO VALLE	neca@estacaotv.com.br, mauro@feitomidia.com.br,
EVERALDO ALEXANDRE BRAUNA - ME	85 32246900	-	-	marcosabencoado@yahoo.com.br
EVIDENCE LOCACOES E EVENTOS LTDA - EPP	(61) 3272-2743	-	-	financeiro@grupo-e.org
EXPLORATA PRODUTORA LTDA - ME	(85) 3061.8989	-	-	licitacao@explorata.com.br
FACHINELI COMUNICACAO LTDA - ME	(34) 3314-8894	-	-	atualcomunicacao@terra.com.br, fernanda@atualcomunicacao.ppg.br
FELINN PERSONALIZACOES LTDA. - ME	41 98979527	-	-	scinskas@hotmail.com

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

TRE

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
FIUZA E GUALBERTO LTDA	85 3257.7692	-	-	danielgfiuza@gmail.com
FM10 SERVICOS DE PUBLICIDADE NA INTERNET LTDA - ME	11 20927865	-	-	contato@flakdigital.com.br
FOCCUSS ASSESSORIA E SUPORTE AUDIOVISUAL LTDA - ME	(21) 8735.7875	-	-	suporteacao@oi.com.br
FRANCISCO LUCAS INOCENCIO FERREIRA LEITE 03089905361	85 98635.3030	-	-	adilicitacoes@gmail.com
FREIRE E BINO LTDA ME	91 30817955	91 32430336	NELSON CARDOSO	grupo.midia4@gmail.com, licitacao@midia4.ppg.br
FULL - BROADCAST & AUDIO - EIRELI - EPP	61 30372397	-	-	reginalddovendas@gmail.com
FULLBLESS EVENTOS LTDA - ME	61 35483004	61 35483005	-	giselle@luminareventos.com.br
G F BEZERRA - ME	84 99717367	-	-	hdvideomania@hotmail.com
GH SILVA LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA	85 32683699	-	VIVIANY MACIEL	comercial@inloceventos.com.br, atendimentoequiparce1@hotmail.com
GRUPO ONIX LTDA - ME	11 4117.2222	-	-	adm@gruponixdobrasil.com.br
GS BRANDING SERVICOS LTDA	(11)4116-8285	-	-	atendimento@steckphotos.com.br
GUAXINIM COMERCIO LTDA - ME	31 25356432	-	-	guaxinimlogistics@gmail.com
HD VIDEO PRODUCOES LTDA	85 3272.1949	-	DOMINGOS PINA	estudiohd@gmail.com
HELIO DE ARAUJO MELO FOTOGRAFIA - ME	21 36534061	-	-	heliomelofoto@gmail.com
HORUS CONTEUDO LTDA - ME	11 98539024	-	-	guilherme@horusconteudo.com.br
IDEE AMAZONIA COMUNICACAO INTEGRADA E PROMOCOES LTDA - EPP	91 32221030	91 89300077	-	idee@ideeamazonia.com, comercial@ideeamazonia.com
INDIOS CONSTRUCOES, EVENTOS E SERVICOS LTDA - EPP	88 996550330	-	-	indiosepp@hotmail.com
INFRA EXPERTS TECNOLOGIA E COMERCIO EIRELI - EPP	31 32820678	-	-	bruno.fantoni@infrax.com.br

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

TRE

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
ISY ALMEIDA DE PAULA PRODUÇÕES E EVENTOS - ME	61 34359507	-	-	grupochannel@outlook.com
I9 PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - EPP	61 30333014	-	-	patricia@inoveeventos.com.br
JORGE EDUARDO ALMEIDA DE BRITO STUDIO M	85 3243-5254	-	-	comercial@jorgeeduardostudio.com.br
JOSE EGITO FRANCO	85 30886553	85 81182299	-	dacostavideo@hotmail.com, egilanofotoevideo@gmail.com
KIKO SOM PRODUÇÕES	32376084	-	-	kikosom_@hotmail.com
LASCENE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME	(21) 3564.7159	-	-	contato@lasceneproducoes.com.br
LATITUDE	(65) 3025-6556	-	-	rtvc@latitude.tv.br
LAURINDO VIDEO	85 32436972	-	-	laurindovideos@hotmail.com
LEONARDO CARNEVALE IGNACIO DA SILVA PRODUÇÕES - ME	21 22104018	-	-	carnevaleprod@gmail.com
LISBOA CONSTRUÇÕES, ENTRETENIMENTOS E LOCAÇÃO LTDA - EPP	71 32884981	-	-	lisboa.producoes@hotmail.com
LONATECH COMÉRCIO & SERVIÇOS DE TOLDOS LTDA - ME	85 32713340	85 96847995	CLÁUDIO	acasadostoldosfabrica@hotmail.com, arquiverso@hotmail.com
LPH SILVA & CIA LTDA - EPP	98 21086353	-	-	gadministrativo@iequipar.com.br
MAESTRIA COMUNICAÇÃO LTDA - EPP	85 32762525	-	MARIANA	diretoria@maestriacomunicacao.com.br, eventos2@maestriacomunicacao.com.br
MARCOS ANTONIO FERREIRA DA SILVA - ME	83 35224603	-	-	infobega@ig.com.br
MASTER COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI - EPP	41 33883415	-	-	licitacoes@comerciomaster.com.br
MB COMUNICAÇÃO, MARKETING E IMPRESSO PUBLICITÁRIO LTDA	85 32573818	-	-	paulolicita.mb@gmail.com
MCT VIDEO PRODUÇÕES LTDA	85 32262930	85 32262930	MARCONE TELLES 9952	contato@mctproducoes.com.br
MÍDIA SOLUTION	32643939	-	-	pablo@midiasolution.net, midiasolution@midisolution.com.br,

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

TRE

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
MIDIANELE LTDA - ME	31 32928172	-	-	midianele@gmail.com
MINUTA COMUNICACAO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - EIRELI - EPP	19 32944111	-	-	contato@tagcom.com.br
MT V&DEO	3257.80/84	-	MORGANA/MARC OS	mtvideo@me.com
M&W COMUNICACAO INTEGRADA LTDA - ME	11 44930665	-	-	atendimento@mwci.com.br
NADJA REGIANE DO NASCIMENTO 34584092893	11 42490231	-	-	comercial@facesproducoes.com.br
NAVARRO E ALMEIDA FOTO VIDEO PRODUCOES LTDA. - ME	21 27109078	-	-	claudia-almeida@ig.com.br
NEO MERCANTE TELECOM LTDA - ME	61 32083203	-	-	neomercante@hotmail.com
NEWTON BATISTA DE SOUZA - ME	17 3242.7000	-	-	contato@gruposeac.com.br
NORDESTE EVENTOS	81 9900-8989	9521-6868	-	comercial@nordesteeventos.com.br, vendas@gruposne.com.br
OFICINA DE EVENTOS	32616600	9.8867.9387	RENATA	corporativo@oficinadeeventosnet.com.br, osires@oficinadeeventosnet.com.br,
OPS - ORGANIZACAO, PROMOCao E SERVICOS EM EVENTOS LTDA - ME	85 30323238	-	-	financeiro.ops@gmail.com
PELICULA VIDEO DESIGN LTDA - ME	51 99564496	-	-	peliculavideodesign@gmail.com
PMAIS TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA - EPP	81 998727982	-	-	operacional@pmaiseventos.com
PRODUTORA E E H	(85) 987138256	-	EDIVÂNIA	eehprodutora@gmail.com
PROEVENTOS FILMAGEM E FOTRAFIA	85 32494980	-	-	comercialproeventos@hotmail.com
PROEZA AUDIOVISUAIS LTDA - ME	49 35220012	-	-	junior@proezavideo.com.br
RAIMUNDO SALES JUNIOR EPP	32277878	987663157	SILVANA ALMEIDA	contato@studiosales.com.br, studiosales@gmail.com,
RJ COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS ESPECIALIZADOS EIRELI - ME	71 30332123	-	-	ricardo@rjces.com.br, margo@rjces.com.br

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

TRE

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
ROBERTA LAIANA GOMES DE MELO MONTE 03888101301	(85) 3182.4754	-	-	luizbrunovale@gmail.com, abigproducoeseventos@gmail.com
ROMARIO CORDEIRO DIAS 04707518354	85 8531 2342	-	-	romariothoth@gmail.com
ROYAL ORGANIZACOES LTDA - ME	91 32252314	-	-	royaleventos02@gmail.com
SANDRA SILENE FREITAS DE SOUSA E CIA LTDA - ME	(62) 3921-6684	-	-	ronalcosta@hotmail.com
SENAS PRODUCOES AUDIO E VIDEO LTDA - ME	73 32122364	-	-	atendimento@senasproducoes.com.br
SIAMAR TREINAMENTO DESENV. IMPORTAÇÃO E EXP. LTDA	0800 556700	11 46135521	CRISTINA DE SOUZA WWW.	siamar@siamar.com.br
SIMPLES COMUNICACAO VISUAL LTDA - EPP	91 31316950	-	-	supersimples@outlook.com
SOLUCOES LOOPING LTDA - ME	37 33211717	-	-	licitalooping@gmail.com
STUDIO F3 LTDA	85 32521400	-	PAULO PINA	comercial@f3producoes.com.br, paulopina@f3producoes.com.br,
STUDIO F3 LTDA - ME	85 32521484	85 99619- 3688	-	comercial@f3producoes.com.br
STUDIO JUNIO FOTOGRAFIAS E VIDEO LTDA	32711655	-	JUNIO 87080406	studiojuniofoto@gmail.com, studiojunio@hotmail.com
STUDIO KARLUS FOTOS E VIDEO	(85) 3261-3811	(85) 8881- 6666	-	studiokarlus@yahoo.com.br
STUDIO 7 PRODUÇÕES LTDA	34 366 6967	-	-	requintransporte@hotmail.com
STYL LINE COMUNICA O EIRELI - EPP	11 37966368	-	-	eliz@stylline.com.br
STYLO EVENTOS	85-3472 5675	-	Ariane	ariane@styloprime.com.br, netinha@styloprime.com.br
S2 PROPAGANDA	30812222	-	-	contato@s2propaganda.com
TA2 PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP	85 32422311	-	-	contato@ta2.com.br
TECK SHOCK COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS EIRELI - ME	31 35861145	-	-	licitacoes@jcsnet.com.br

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

TRE

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
TELA MAGICA PRODUcoes LTDA - EPP	11 38714819	-	-	tmagica@tmagica.com.br
TELLA VIDEO LTDA - ME	27 33275004	-	-	tellavideo@tellavideo.com.br
TEMPO REAL PRODUCAO E COMUNICACAO LTDA - EPP	21 22051059	-	-	temporeal01@hotmail.com
TITAN PRODUcoes DE VIDEOS LTDA - ME	81 30321371	-	-	titanproducoes@hotmail.com
TITAN SOLUTIONS EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA	19 38339191	-	-	licitacoes@titan-br.com
TOTAL MULTIMIDIA LOCACAO E EVENTOS LTDA - ME	84 32119441	-	-	totalmidiaeventos@hotmail.com
TROY COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	98 30842866	-	-	carlos@troyeventos.com.br
UCP DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA DO BRASIL LTDA -	(41) 3014-6041	-	-	financeiro@assist-rnc.com.br
USINA DE FILMES LTDA - ME	81 34290768	-	-	usinadefilmes@hotmail.com
VILEPOOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	21 5240590	-	-	heliolima4510@yahoo.com.br
VITEC COMERCIO, MANUFATURAS, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS DE AUDIOVISUAIS	16 39514234	-	-	carlos.soares@vitec.ind.br
V3 BRASIL - EVENTOS CORPORATIVOS E TURISMO LTDA. - EPP	63 30281212	-	-	daniel@v3brasil.com.br
WS EVENTOS	32461900	-	Michelle	michelle@wseventos.com
Z SOLUCOES AUDIOVISUAIS E PROMOCOES DE EVENTOS LTDA	85 32313002	85 96081183	KHARINE	comercial@zsolucoes.com.br
ZAZEN TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA - ME	(61) 3201-2511	-	-	atendimento@pailazul.com.br
333 PROPAGANDA	(85) 3242-0333	-	FERNANDO TRAVESONI	diretoria@333propaganda.com.br
A N DOS SANTOS MOURA JUNIOR - EPP	(84) 8781-3804	-	-	diradministrativa@strategycompany.com.br
AIR FIVE TURISMO E EVENTOS LTDA - ME	(61) 3347-7749	-	-	silvana@airfive.com.br

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

TRE

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
ALINE CRISTINA GADELHA MEDEIROS	(85) 3469-6546	85 87512816	-	alinecgm@hotmail.com
APPLICARE CURSOS EIRELI - EPP	(51) 3014-3566	-	-	financeiro@applicarecursosseeventos.com.br
AVM EMPREENDIMENTOS EIRELI - ME	(81) 3487-2768	-	-	lucioflaviofragoso@hotmail.com
BARCELO EVENTOS EIRELI - ME	(61) 3962-2926	-	-	atendimento@barceloseventos.com.br
BOEING EVENTOS LTDA - EPP	(91) 3222-8880	-	-	eventos@boeingonline.com.br, atendimento@boeingonline.com.br
BRILHANTE EVENTOS	(85) 3474-6000	-	MARCELA	comercial02@brilhanteeventos.com.br
BUFFET LIA	(85) 3272-7828	-	-	buffetliamoreira@yahoo.com.br
CIRCULOS COMUNICACAO E PRODUcoes DE EVENTOS LTDA - ME	(86) 3233-1964	-	-	circuloseventos@gmail.com
CRISNA CAROLINA DA SILVA SANTOS - ME	83 32531480	-	-	thaineeventos@yahoo.com.br
DESTAK EVENTOS LTDA	85 32683001	-	SARA	eventos@destakeventos.com, atendimento@destakeventos.com
DIKA PROJETOS DECORACOES E MONTAGENS LTDA	(85) 3271 1592	(85) 3271 1592	CRISTIANE COSTA 85	dikaprojetos@yahoo.com.br
E PROMOCOES E EVENTOS LTDA - ME	82 33261313	-	-	atribut@atributcontabilidade.com
EDUARDO RAMOS 539380706-68 - ME	(34) 3222-8624	-	-	contato@promomarcas.com.br
EMCEL EMPRESA CEARENSE DE EVENTOS E LOCACOES LTDA EPP	3295.8486	-	ELPIDIO 9.8765.9545	emceleventos.ce@gmail.com, fiscal@lidercontabil-ce.com.br
EQUIPE DE MODA	EQUIPE DE MODA	-	-	equipep@yahoo.com.br
ESTRUTURA EVENTOS	3383.0073	-	Joçilio (gerente)	estruturaeventos@yahoo.com.br
EVENTUAL MAX SERVICE LTDA - EPP	61 30483020	-	-	eventualmax@gmail.com
EXCELL EVENTOS	85 32471401	85 32472205	99840510	comercial@lspro.com.br

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 12/05/2020 14:38:37

Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

TRE

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
EX2 PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA - EPP	21 2236.4756	-	-	gestao@exocompany.com, exoocompany@gmail.com
FINESSE EVENTOS	3268.4019	-	-	ola@noivasfortaleza.com.br
G E DE O JUNIOR PROMOCOES E EVENTOS - ME	84 33149188	-	-	genildome@bol.com.br
IDEALIZA EVENTOS	8859-5718	-	-	atendimentoidealiza@gmail.com
IDEIA DE EVENTO EIRELI - ME	(85) 3023-1596	-	-	kassio@ideiadeevento.com.br, assessoria@ideiadeevento.com.br
IKONE PROMOCOES E EVENTOS LTDA.	3261.1111	-	-	administrativo@ikone.com.br, contato@ikone.com.br
IMPERIO SOLUCOES CORPORATIVAS EIRELI - ME	61 96734060	-	-	imperiosolucoes@gmail.com
INES DUARTE FERREIRA ME	86311317	-	Ines Duarte	inesduarte69@gmail.com
INTERACTIVE TURISMO	3473.7497	-	-	Interactive.ce@gmail.com
INTERART CENOGRAFIA E EVENTOS EIRELI - EPP	21 3125.6311	-	-	financeiro@interartbrasil.com.br
JMS SILVA EIRELI - ME	67 3321.1899	-	-	costafrancisco.2012@hotmail.com
KAPACITE TREINAMENTOS, MANUTENCOES, SERVICOS E PRODUCOE	71 3104.2236	-	-	ceo@afroparceiros.com
LAH EVENTOS EIRELI - ME	51 30193072	-	-	licitacao@laheventos.com.br
L.G. CARNEIRO CAVALCANTE - ME	85 33631809	-	-	gustavodigipaper@hotmail.com
LN DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA - ME	71 33820851	-	ariel	lnlogtransportes@gmail.com
LS LOCACOES, SERVICOS E EVENTOS LTDA	31 36248151	-	-	comercial@lspro.com.br
MARCIO VALE GIOVANNETTI - ME	43 30370132	-	-	contato@eventosmaxi.com.br
MARINA PARK HOTEL	85 34559595	85 32531803	CLAUDIA	comercial@marinapark.com.br

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

TRE

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
MONTE SINAI TURISMO E EVENTOS LTDA - ME	61 30363318	-	-	reservas@prismaturismo.com.br
MSV MULT SERVICOS LTDA ME	8530678966	-	GILBERTO	msv@msvservicos.com.br
N ATIVA PROMOCAO DE EVENTOS LTDA	85 32612022	-	Brenda	nativa@nativapromo.com.br
NACIONAL SERVICOS PUBLICOS EIRELI - ME	62 35959820	62 30886150	-	nacionalservicospublicos@gmail.com
OCEANUM EMPREEDIMENTOS LTDA - EPP	95 32244120	-	-	rhennopaiva@gmail.com
PESSOA COMUNICACAO E MARKETING LTDA - ME	41 32586262	41 30895222	-	everton@graficapessoa.com.br
PODIUM DISTRIBUIDORA LTDA - ME	71 32342566	-	-	podiumddl@gmail.com
POLI SERVICOS GERAIS LTDA. - ME	62 32120202	-	-	mdr-service@hotmail.com
PP RENT A CAR E TRANSPORTES LTDA - EPP	92 33611662	92 33614043	-	pprentacartransporte@yahoo.com.br, pplimpezaeconservacao@yahoo.com.br
PRATICA EVENTOS LTDA - EPP	85 34337688	-	-	praticaeventos.antendimento@gmail.com, praticaeventos.gerencias@gmail.com
PRAXIS PESQUISA DESENVOLVIMENTO E EDUCACAO LTDA - ME	(61) 3223-1216	-	-	institutoaxiomasbrasil@gmail.com
PRISMA VIP SERVICE LOCADORA LTDA. - ME	61 33610999	-	-	prismaviplocadora@gmail.com
RD7 PRODUcoes DE EVENTOS INTELIGENTES EIRELI - EPP	61 30421316	-	-	arbrent@arbrent.com
RICARDO CAMARA - ME	85 3264.1323	-	-	multiflora@terra.com.br
SANDRA ARAGAO DE FRANCA DIEB	85 41412578	-	-	sandraafranca@hotmail.com
SANIQ LOCACAO DE BANHEIROS QUIMICOS E TOLDOS LTDA - ME	85 3295.8486	-	-	saniqeventos@gmail.com
SAO LUIS PROMOCOES E EVENTOS LTDA	98 221 3144	-	SILVANIA LIMA SAMPAIO	slpeventos@hotmail.com
SERGIO CARVALHO	(085) 2712-9296	-	-	sergiofor@terra.com.br, anaritadecarvalho@hotmail.com

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

TRE

RAZÃO SOCIAL	TELEFONE1	FAX	CONTATO1	EMAIL
SETENTRIONAL ADMINISTRACAO DE ATIVOS RECEBIVEIS EIRELI - ME	61 35627452	-	-	bsb.assessoria205@gmail.com
SPLASH EVENTOS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME	85 88909096	85 97479725	CID	atendimento@splash-ce.com.br
SPORTS MAGAZINE LTDA - EPP	83 32416886	-	-	stparaiba@hotmail.com
STANDS	3295-3778	-	Esdras/Deucir	standmaster@gmail.com, aluiziobastos@yahoo.com.br
SUN & TOUR VIAGENS E EVENTOS LTDA - EPP	61 32242224	61 30371432	-	sunetour@sunetour.com.br
VC PROMOCOES E EVENTOS LTDA	85 34338464	-	-	licitacao@vceventos.com.br
VELLA RI PROMOCOES E EVENTOS LTDA - ME	47 30451590	-	-	marketing@demaxeeventos.com.br
VINICCIUS E LOUISE SERVICOS E EVENTOS LTDA - ME	62 30877976	-	-	danilo.vleventos@hotmail.com
VOCARE CENTRUM TELEATENDIMENTO EIRELI - ME	48 36250881	-	-	vocarecentrum@gmail.com
W10 PRODUCOES E EVENTOS LTDA	85 3267.2283	-	-	w10producoes@gmail.com
Z5 MONTAGENS E EVENTOS - THAIS PEREIRA PRODUTORA	(71) 9966-36607	-	-	eventos@z5montagens.com.br

Total Fornecedores: 205

Total Email Enviados: 250



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

MÉDIA

R\$ 18.000,00

MEDIANA

R\$ 18.000,00

MENOR

R\$ 16.000

FILTROS APLICADOS

Descrição Complementar

Período da
Compra

SERVIÇOS DE FILMAGEM\, MONITORAMENTO E PRODUÇÃO DE MATERIAL GRAVADO DOS PROCEDIMENTOS DE VOTAÇÃO PARALELA A SEREM REALIZADOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020\, DISPONIBILIZANDO AS IMAGENS EM TEMPO REAL PARA UM LOCAL NO MESMO PRÉDIO ONDE OCORRERÃO AS FILMAGENS\, DURANTE O PERÍODO DE VOTAÇÃO DO SEGUNDO TURNO\, SE HOUVER\, NO DIA 25 DE OUTUBRO\, BEM COMO A REVISÃO\, SE NECESSÁRIA\, DE TODO O MATERIAL GRAVADO ATRAVÉS DE SUA EXIBIÇÃO E CONFERÊNCIA COM OS VOTOS INSERIDOS NAS URNAS ELETRÔNICAS E RESPECTIVOS COMPUTADORES\, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (OBS: ESTE ITEM SOMENTE SERÁ CONTRATADO NA, SERVIÇOS DE FILMAGEM\, MONITORAMENTO E PRODUÇÃO DE MATERIAL GRAVADO DOS PROCEDIMENTOS DE VOTAÇÃO PARALELA A SEREM REALIZADOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020\, DISPONIBILIZANDO AS IMAGENS EM TEMPO REAL PARA UM LOCAL NO MESMO PRÉDIO ONDE OCORRERÃO AS FILMAGENS\, DURANTE O PERÍODO DE VOTAÇÃO DO PRIMEIRO TURNO\, NO DIA 04 DE OUTUBRO\, BEM COMO A REVISÃO\, SE NECESSÁRIA\, DE TODO O MATERIAL GRAVADO ATRAVÉS DE SUA EXIBIÇÃO E CONFERÊNCIA COM OS VOTOS INSERIDOS NAS URNAS ELETRÔNICAS E RESPECTIVOS COMPUTADORES\, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Comprado
Últimos 30
dias

Quantidade total de registros: 2

Registros apresentados: 1 a 2

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
-------------------------	----------------	------------	-------------------	-------------------	------------------------	-------------------------	---------------------	----------------	------------	-------	------	----------------

Relatório
Fonte

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

TRE

00012/2020	00002	Pregão	12556	LOCACAO DE EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL / SOM / VIDEO / FILMAGEM	SERVIÇOS DE FILMAGEM, MONITORAMENTO E PRODUÇÃO DE MATERIAL GRAVADO DOS PROCEDIMENTOS DE VOTAÇÃO PARALELA A SEREM REALIZADOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020, DISPONIBILIZANDO AS IMAGENS EM TEMPO REAL PARA UM LOCAL NO MESMO PRÉDIO ONDE OCORRERÃO AS FILMAGENS, DURANTE O PERÍODO DE VOTAÇÃO DO SEGUNDO TURNO, SE HOUVER, NO DIA 25 DE OUTUBRO, BEM COMO A REVISÃO, SE NECESSÁRIA, DE TODO O MATERIAL GRAVADO ATRAVÉS DE SUA EXIBIÇÃO E CONFERÊNCIA COM OS VOTOS INSERIDOS NAS URNAS ELETRÔNICAS E RESPECTIVOS COMPUTADORES, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (OBS: ESTE ITEM SOMENTE SERÁ CONTRATADO NA	UNIDADE	1	R\$16.000,00	RRE PRODUTORA LTDA	JUSTICA ELEITORAL	070002 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE	19/03/2020
00012/2020	00001	Pregão	12556	LOCACAO DE EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL / SOM / VIDEO / FILMAGEM	SERVIÇOS DE FILMAGEM, MONITORAMENTO E PRODUÇÃO DE MATERIAL GRAVADO DOS PROCEDIMENTOS DE VOTAÇÃO PARALELA A SEREM REALIZADOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020, DISPONIBILIZANDO AS IMAGENS EM TEMPO REAL PARA UM LOCAL NO MESMO PRÉDIO ONDE OCORRERÃO AS FILMAGENS, DURANTE O PERÍODO DE VOTAÇÃO DO PRIMEIRO TURNO, NO DIA 04 DE OUTUBRO, BEM COMO A REVISÃO, SE NECESSÁRIA, DE TODO O MATERIAL GRAVADO ATRAVÉS DE SUA EXIBIÇÃO E CONFERÊNCIA COM OS VOTOS INSERIDOS NAS URNAS ELETRÔNICAS E RESPECTIVOS COMPUTADORES, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.	UNIDADE	1	R\$20.000,00	RRE PRODUTORA LTDA	JUSTICA ELEITORAL	070002 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE	19/03/2020

MÉDIA

**R\$
18.000,00**

MEDIANA

**R\$
18.000,00**

MENOR

**R\$
16.000**

Quantidade total de registros: 2

Registros apresentados: 1 a 1

FILTROS APLICADOS

Descrição Complementar

Período da
Compra

SERVIÇOS DE FILMAGEM, MONITORAMENTO E PRODUÇÃO DE MATERIAL GRAVADO DOS PROCEDIMENTOS DE VOTAÇÃO PARALELA A SEREM REALIZADOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020, DISPONIBILIZANDO AS IMAGENS EM TEMPO REAL PARA UM LOCAL NO MESMO PRÉDIO ONDE OCORRERÃO AS FILMAGENS, DURANTE O PERÍODO DE VOTAÇÃO DO SEGUNDO TURNO, SE HOUVER, NO DIA 25 DE OUTUBRO, BEM COMO A REVISÃO, SE NECESSÁRIA, DE TODO O MATERIAL GRAVADO ATRAVÉS DE SUA EXIBIÇÃO E CONFERÊNCIA COM OS VOTOS INSERIDOS NAS URNAS ELETRÔNICAS E RESPECTIVOS COMPUTADORES, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (OBS: ESTE ITEM SOMENTE SERÁ CONTRATADO NA, SERVIÇOS DE FILMAGEM, MONITORAMENTO E PRODUÇÃO DE MATERIAL GRAVADO DOS PROCEDIMENTOS DE VOTAÇÃO PARALELA A SEREM REALIZADOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020, DISPONIBILIZANDO AS IMAGENS EM TEMPO REAL PARA UM LOCAL NO MESMO PRÉDIO ONDE OCORRERÃO AS FILMAGENS, DURANTE O PERÍODO DE VOTAÇÃO DO PRIMEIRO TURNO, NO DIA 04 DE OUTUBRO, BEM COMO A REVISÃO, SE NECESSÁRIA, DE TODO O MATERIAL GRAVADO ATRAVÉS DE SUA EXIBIÇÃO E CONFERÊNCIA COM OS VOTOS INSERIDOS NAS URNAS ELETRÔNICAS E RESPECTIVOS COMPUTADORES, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Comprado
Últimos 30
dias

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00002

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação de serviços de FILMAGEM, MONITORAMENTO E PRODUÇÃO DE MATERIAL GRAVADO dos procedimentos de VOTAÇÃO PARALELA a serem realizados nas Eleições Municipais de 2020, disponibilizando as imagens em tempo real para um local no mesmo prédio onde ocorrerão as filmagens, durante o período de votação do primeiro turno, no dia 04 de outubro, e do segundo turno, se houver, no dia 25 de outubro, bem como a revisão, se necessária, de todo o material gravado atra

Quantidade Ofertada: 1

Valor Proposto Unitário: R\$25.000,00

Valor Unitário do Item: R\$ 16.000,00

Código do CATMAT: 12556

Descrição do Item: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL / SOM / VIDEO / FILMAGEM

Descrição Complementar: SERVIÇOS DE FILMAGEM, MONITORAMENTO E PRODUÇÃO DE MATERIAL GRAVADO DOS PROCEDIMENTOS DE VOTAÇÃO PARALELA A SEREM REALIZADOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020, DISPONIBILIZANDO AS IMAGENS EM TEMPO REAL PARA UM LOCAL NO MESMO PRÉDIO ONDE OCORRERÃO AS FILMAGENS, DURANTE O PERÍODO DE VOTAÇÃO DO SEGUNDO TURNO, SE HOUVER, NO DIA 25 DE OUTUBRO, BEM COMO A REVISÃO, SE NECESSÁRIA, DE TODO O MATERIAL GRAVADO ATRAVÉS DE SUA EXIBIÇÃO E CONFERÊNCIA COM OS VOTOS INSERIDOS NAS URNAS ELETRÔNICAS E RESPECTIVOS COMPUTADORES, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (OBS: ESTE ITEM SOMENTE SERÁ CONTRATADO NA

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Data do Resultado: 19/03/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: RRE PRODUTORA LTDA

CNPJ/CPF: 11468883000185

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 070002 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

Órgão: JUSTICA ELEITORAL

Órgão Superior: JUSTICA ELEITORAL

MÉDIA

**R\$
18.000,00**

MEDIANA

**R\$
18.000,00**

MENOR

**R\$
16.000**

Quantidade total de registros: 2

Registros apresentados: 2 a 2

FILTROS APLICADOS

Descrição Complementar

Período da
Compra

SERVIÇOS DE FILMAGEM, MONITORAMENTO E PRODUÇÃO DE MATERIAL GRAVADO DOS PROCEDIMENTOS DE VOTAÇÃO PARALELA A SEREM REALIZADOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020, DISPONIBILIZANDO AS IMAGENS EM TEMPO REAL PARA UM LOCAL NO MESMO PRÉDIO ONDE OCORRERÃO AS FILMAGENS, DURANTE O PERÍODO DE VOTAÇÃO DO SEGUNDO TURNO, SE HOUVER, NO DIA 25 DE OUTUBRO, BEM COMO A REVISÃO, SE NECESSÁRIA, DE TODO O MATERIAL GRAVADO ATRAVÉS DE SUA EXIBIÇÃO E CONFERÊNCIA COM OS VOTOS INSERIDOS NAS URNAS ELETRÔNICAS E RESPECTIVOS COMPUTADORES, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (OBS: ESTE ITEM SOMENTE SERÁ CONTRATADO NA, SERVIÇOS DE FILMAGEM, MONITORAMENTO E PRODUÇÃO DE MATERIAL GRAVADO DOS PROCEDIMENTOS DE VOTAÇÃO PARALELA A SEREM REALIZADOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020, DISPONIBILIZANDO AS IMAGENS EM TEMPO REAL PARA UM LOCAL NO MESMO PRÉDIO ONDE OCORRERÃO AS FILMAGENS, DURANTE O PERÍODO DE VOTAÇÃO DO PRIMEIRO TURNO, NO DIA 04 DE OUTUBRO, BEM COMO A REVISÃO, SE NECESSÁRIA, DE TODO O MATERIAL GRAVADO ATRAVÉS DE SUA EXIBIÇÃO E CONFERÊNCIA COM OS VOTOS INSERIDOS NAS URNAS ELETRÔNICAS E RESPECTIVOS COMPUTADORES, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Comprado
Últimos 30
dias

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação de serviços de FILMAGEM, MONITORAMENTO E PRODUÇÃO DE MATERIAL GRAVADO dos procedimentos de VOTAÇÃO PARALELA a serem realizados nas Eleições Municipais de 2020, disponibilizando as imagens em tempo real para um local no mesmo prédio onde ocorrerão as filmagens, durante o período de votação do primeiro turno, no dia 04 de outubro, e do segundo turno, se houver, no dia 25 de outubro, bem como a revisão, se necessária, de todo o material gravado atra

Quantidade Ofertada: 1

Valor Proposto Unitário: R\$25.000,00

Valor Unitário do Item: R\$ 20.000,00

Código do CATMAT: 12556

Descrição do Item: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL / SOM / VIDEO / FILMAGEM

Descrição Complementar: SERVIÇOS DE FILMAGEM, MONITORAMENTO E PRODUÇÃO DE MATERIAL GRAVADO DOS PROCEDIMENTOS DE VOTAÇÃO PARALELA A SEREM REALIZADOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020, DISPONIBILIZANDO AS IMAGENS EM TEMPO REAL PARA UM LOCAL NO MESMO PRÉDIO ONDE OCORRERÃO AS FILMAGENS, DURANTE O PERÍODO DE VOTAÇÃO DO PRIMEIRO TURNO, NO DIA 04 DE OUTUBRO, BEM COMO A REVISÃO, SE NECESSÁRIA, DE TODO O MATERIAL GRAVADO ATRAVÉS DE SUA EXIBIÇÃO E CONFERÊNCIA COM OS VOTOS INSERIDOS NAS URNAS ELETRÔNICAS E RESPECTIVOS COMPUTADORES, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Data do Resultado: 19/03/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: RRE PRODUTORA LTDA

CNPJ/CPF: 11468883000185

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 070002 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

Órgão: JUSTICA ELEITORAL

Órgão Superior: JUSTICA ELEITORAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

EDITAL Nº 12 - PRESI/DG/SAO/COMAP/SLC**Procedimento Administrativo SEI n. 0002572-85.2019.6.01.8000.****PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - N.º 12/2020 - TIPO: MENOR PREÇO****EXCLUSIVO PARA ME E EPP**

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE**, por intermédio do Pregoeiro designado pela **Portaria TRE/AC n.º 16 de 09 de janeiro de 2020** (0327579), torna pública a abertura de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO, para formação de Registro de Preços**, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data: 18/03/2020.**Horário: 10h00 (horário de Brasília-DF)****Local: www.comprasgovernamentais.gov.br****UASG – 070002****Fone: (68) 3212-4401 (geral) e 3212-4446 (pregoeiro)****1. DO OBJETO**

1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Formação de Registro de Preços**, pelo prazo de 12 (doze) meses, para contratação de empresa para prestação de serviços de FILMAGEM, MONITORAMENTO E PRODUÇÃO DE MATERIAL GRAVADO dos procedimentos de VOTAÇÃO PARALELA a serem realizados nas Eleições Municipais de 2020, **disponibilizando as imagens em tempo real** para um local no mesmo prédio onde ocorrerão as filmagens, durante o período de votação do primeiro turno, no dia 04 de outubro, e do segundo turno, se houver, no dia 25 de outubro, bem como a revisão, se necessária, de todo o material gravado através de sua exibição e conferência com os votos inseridos nas urnas eletrônicas e respectivos computadores.s, nos termos e condições estabelecidos neste edital, de acordo com as especificações do Termo de Referência (Anexo I do edital), que integra este ato convocatório
2. Para elaboração de suas propostas, os licitantes deverão observar exclusivamente a descrição do objeto definida no edital, que sempre prevalecerá em face das especificações vinculadas aos códigos do CATMAT.
3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
4. Havendo divergências entre as especificações dos itens definidas no edital e as constantes do sistema eletrônico, prevalecerão aquelas.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada somente pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre, não sendo permitida a adesão por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório.

3. DO CREDENCIAMENTO

1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 12/05/2020 14:38:37

Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

TRE

ainda que por terceiros.

5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados **qualificados como microempresa ou empresa de pequeno porte**, que pertençam ao ramo de atividade relacionado com o objeto e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos e que estiverem devidamente credenciados no site: www.comprasnet.gov.br, credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
2. Não será permitida a participação os interessados:
 1. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
 4. reunidas em consórcio ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 5. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
 6. suspensas, temporariamente, de participar de licitações e de contratar com o Tribunal Regional Eleitoral do Acre, nos termos do art. 87, III, da Lei 8.666/93;
 7. impedidas de licitar e Contratar com a União, nos termos do art. 7.º da Lei 10.520/2002;
 8. declaradas inidôneas para licitar ou para contratar com a Administração Pública;
 9. que tenha em seu quadro societário servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Acre;
 10. cujo sócio majoritário ou a própria empresa possuam inscrição no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ;
 11. que tenham sido declaradas inidôneas pelo Tribunal de Contas da União, conforme art. 46 da Lei n.º 8.443/92; e
 12. que não se enquadrem na categoria de ME e EPP.
3. Como condição para participação no Pregão,
 1. Os licitantes deverão:
 1. Assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 1. que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3.º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 1. a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.
 2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
 4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7.º, XXXIII, da Constituição;
 6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
 7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 2. Comprovar, mediante a apresentação das **declarações que constam do Anexo III**, que:
 1. Em respeito às restrições constantes no **inc. VI e no § 3.º do art. 2º da Resolução CNJ 07/2005 (modificada pela Resolução CNJ 229/2016)**, não dispõe em seu quadro societário de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.
 1. A vedação constante do subitem 1 acima se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

desincompatibilização.

2. Em atenção à vedação prevista no **art. 18, inciso XI, da Lei 13.898/2019 - LDO 2020**, não possui em seu quadro societário servidor público da ativa do Tribunal Regional Eleitoral do Acre.
3. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
 1. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
 2. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
 3. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 1. Valor unitário e total do item;
 2. Marca do produto;
 3. Fabricante;
 4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
 1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam os **licitantes** liberados dos compromissos assumidos.
6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.
7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
 1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
8. A **proposta definitiva de preços**, ajustada ao lance vencedor, com detalhamento do objeto, com indicação dos preços unitário e total de cada item, limitados a duas casas decimais, deverá ser enviada, no prazo fixado pelo Pregoeiro, não inferior a 02(duas) horas, exclusivamente pelo sistema (na opção "Enviar Anexo").

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
2. Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

Referência.

1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
4. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até **cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
 1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até **cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
 1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **vinte e quatro horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
19. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS**, conforme definido neste Edital e em seus anexos.
20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
21. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
22. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
 1. no Brasil;
 2. por empresas brasileiras;
 3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

24. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
26. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
27. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
 1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.
6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
 1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
 2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
7. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional.
8. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
 1. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
 1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
 2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 1. SICAF;
 2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

3. A consulta aos cadastros de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
4. Constatado algum indício de tentativa de burla aos efeitos de sanção aplicada a outra empresa com quadro social semelhante ao de alguma licitante deste certame (ocorrências impeditivas indiretas), deverá o pregoeiro diligenciar para apurar tal fato, verificando, ao menos:
 1. as condições de constituição da pessoa jurídica ou do início da sua relação com os sócios da empresa sancionada;
 2. a atividade econômica desenvolvida pelas empresas;
 3. a composição do quadro societário e identidade dos dirigentes/administradores;
 4. compartilhamento de estrutura física ou de pessoal;
 1. Sendo observados indícios fortes de tentativa de fraude aos efeitos de penalidade aplicada a outra empresa, o pregoeiro deverá apurar e decidir sobre a conduta da licitante, após garantido o contraditório e ampla defesa.
 2. Caso a decisão considere a conduta como fraude, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação, além avaliar a necessidade da aplicação das penalidades previstas no capítulo 21 deste Edital.
 3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
 1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
 2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
 3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.
4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
5. No caso de comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento pelo sistema COMPRASNET, a documentação poderá ser entregue em sua via original ou remetida pelo e-mail pregoeiro@tre-ac.jus.br, no mesmo prazo determinado acima, sem prejuízo da disponibilização no COMPRASNET em momento posterior, pela funcionalidade “Convocar Anexo”, de forma que a documentação fique à disposição para consulta no sistema COMPRASNET.
6. Em respeito ao princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido fixado pelo pregoeiro, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio de documentação de habilitação ou de qualquer outro documento complementar, que deveria ter sido remetido juntamente com a documentação, salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência para elucidar os esclarecimentos solicitados.
7. Os documentos remetidos por meio da opção “Convocar Anexo” do sistema COMPRASNET poderão ser solicitados em original ou cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.
 1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
 2. Caso solicitado, esses documentos deverão ser encaminhados para o seguinte endereço: Av. Antônio da Rocha Viana, nº 1.389, Bairro Isaura Parente, CEP 69918-308, Rio Branco/Acre (aos cuidados do Pregoeiro).
8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
 1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
10. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
 1. **Habilitação jurídica:**
 1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 12/05/2020 14:38:37

Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012;
8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);
9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

2. Regularidade fiscal e trabalhista:

1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
5. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação;

3. Qualificação Econômico-Financeira.

1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

4. Qualificação Técnica.

1. Conforme item n.º 14 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
13. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
15. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ou inferior ao preço do licitante mais bem classificado,

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
 1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
 2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
 1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
4. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na *internet*, após a homologação.

12. DOS RECURSOS

1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
3. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará o mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

1. A sessão pública poderá ser reaberta:
 1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
 2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
 1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
 2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

1. As regras acerca da garantia são as estabelecidas no Item n.º 13 do Termo de Referência, anexo a este Edital.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
 1. A assinatura da ata será realizada de forma eletrônica, por meio de acesso ao Sistema de Informações (SEI), no link https://sei.tre-ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=.
 2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
 3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
 1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

17. DA CONTRATAÇÃO

1. A licitante vencedora, durante o período de vigência da ata e por ocasião da contratação, será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da ciência da convocação, celebrar o referido contrato (Anexo III) obedecido o disposto no § 1.º do art. 64 e art. 81 ambos da Lei n.º 8666/93, as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como as constantes da proposta apresentada pela empresa adjudicatária.
2. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
 1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
 2. Eventual registro da licitante no CADIN não impede a contratação, conforme decisão do STF na ADI 1.454/DF.
3. Se a licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato da contratação ou recusar-se injustificadamente a assinar o termo de contrato no prazo estabelecido, é facultado ao TRE/Acre revogar esta licitação ou convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o referido contrato em igual prazo nas condições previstas no § 4.º, do art. 43 do Decreto n.º 10.024/2019.
4. A assinatura do instrumento contratual será realizada, de forma eletrônica, no sistema SEI, com acesso pelo link https://sei.tre-ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0.
 1. Para assinar o contrato, o representante da empresa deverá realizar prévio cadastramento no SEI, cujas orientações acerca dos procedimentos poderão ser obtidas junto à Seção de Compras, Licitações e Contratos (SCLC), tel. (68) 3212-4453, e-mail: sclc@tre-ac.gov.br.
 2. O contrato deverá ser assinado no prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, a contar da notificação a ser expedida pela SCLC.
5. O prazo de vigência da contratação não será prorrogável e não ultrapassará o exercício financeiro.
6. O contrato resultante da presente licitação só terá eficácia depois publicado, mediante extrato, no Diário Oficial da União - Seção 3.
7. Dando prosseguimento à análise, o agrupamento dos itens foi justificado no item 2.6 do Termo de Referência (anexo I).
8. No que se refere ao **modo de disputa, optou-se pela aberto e fechado, conforme opção do inciso II do art. 31 do Decreto 10.024/2019**. Ainda sobre esse ponto, convém o registro de que as regras contidas no Edital estão em conformidade com as estabelecidas no art. 34 do Decreto 10.024/2019.
9. É relevante observar que, naquilo que aplicável ao caso, as regras procedimentais estão em consonância com as previstas no art. 4º, da Lei 10.520/2002, no inciso III do artigo 14 do Decreto 10.024/2019 e no art. 11 do Anexo I do Decreto 3.555/2000.
10. Registre-se, ainda, que, no que atine às exigências de habilitação, são compatíveis com o disposto nos arts. 27 e 29 da Lei 8.666/93, nos arts. 40/43 do Decreto 10.024/2019 e no art. 13 do Anexo I do Decreto 3.555/2000.
11. No item 4.3.2.1 consta a exigência de declaração CNJ/LDO, devidamente juntada ao anexo IV do Edital, para fins de cumprimento da Resolução CNJ 07/2005 e da Lei 13.898/2019.
12. Destaque-se, também, que o prazo previsto para a impugnação ao Edital é compatível com o previsto no art. 24 do Decreto 10.024/2019.
13. Sobre as regras relativas à apresentação de recursos em relação às decisões do pregoeiro, registre-se que estão de acordo com o art. 44 do Decreto 10.024/2019
14. Destaque-se, por fim, que o edital previu que a licitação será destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

15. A adoção do Sistema de Registro de Preços atende às exigências do Decreto 7.892/2013, notadamente o que dispõe o seu art. 9º, naquilo que aplicável. Por fim, cumpre salientar que a minuta da Ata de Registro de Preços segue no Anexo II do Edital, como exige o inciso VIII do art. 8º do Decreto 10.024/2019.

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, esta será formalizada por Nota de Empenho.
2. O fornecedor terá o prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados a partir de seu recebimento, para aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
 1. A Administração poderá encaminhar a Nota de Empenho para aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico.
3. O Aceite da Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
 1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
 2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
 3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
4. O prazo de vigência da contratação não será prorrogável e não ultrapassará o exercício financeiro.
5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
 1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
 2. Eventual registro da licitante no CADIN não impede a contratação, conforme decisão do STF na ADI 1.454/DF.
6. Na assinatura da ata de registro de preços e na emissão da Nota de Empenho, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a ata de registro de preços, ou a receber a Nota de Empenho, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Item n.º 9 e 10 do Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DO PAGAMENTO

1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Item n.º 12 do Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS PENALIDADES

1. O licitante será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 20% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:
 1. não manter a proposta - Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 4 (quatro) meses e multa de até **2%** sobre o valor estimado para a contratação.
 2. deixar de entregar a documentação exigida no certame - Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 2 (dois) meses e multa de até **1%** sobre o valor estimado para a contratação;
 3. comportar-se de modo inidôneo - Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 24 (vinte e quatro) meses e multa de até **8%** sobre o valor estimado para a contratação;
 4. apresentar documento falso ou fizer declaração falsa - Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 24 (vinte e quatro) meses e multa de até **8%** sobre o valor estimado para a contratação;
 5. cometer fraude fiscal - Pena: - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 40 (quarenta) meses e multa de até **14%** sobre o valor estimado para a contratação;
6. Para as finalidades deste Edital, considera-se:
 1. "não manter a proposta": a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

2. "comportar-se de modo inidôneo": a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.
 3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
2. As sanções do **item 21.1** também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
 3. O período das penalidades de impedimento do direito de licitar previstas no **item 21.1** poderá ser majorado em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, quando restar comprovado que o contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF de penalidade aplicada no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas no **item 21.1**, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade.
 4. O período da penalidade de impedimento do direito de licitar prevista no **subitem 21.1.2** poderá ser reduzido em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:
 1. a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo;
 2. a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
 3. a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do licitante;
 5. Na aplicação das sanções, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para os serviços e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência.
 6. Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.
 7. No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da legislação em vigor.
 8. As penalidades poderão ser aplicadas em conjunto com as demais espécies de penalidades previstas neste instrumento, nos termos da legislação em vigor.
 9. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Administração.
 10. A aplicação das penas previstas neste Edital não exclui a responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração.
 11. A disciplina acerca da aplicação de penalidades à futura contratada consta do Termo de Referência (Anexo I do edital).
 1. Não será aplicada penalidade se o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou motivo de força maior, comprovados pela contratada.
 12. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais.
 13. Da sanção aplicada caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital se não o fizer no prazo previsto no subitem anterior, não revestindo natureza de recurso as alegações apresentadas por empresa que, tendo aceitado sem objeção o instrumento convocatório, venha, após julgamento desfavorável, alegar falhas ou irregularidades que o viciariam.
3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **até dois dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.
4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico pregoeiro@tre-ac.jus.br.
6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **dois dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
8. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica plena aceitação das condições estipuladas neste edital e seus anexos.
9. O Tribunal Regional Eleitoral do Acre poderá adiar ou revogar a presente licitação por interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente a justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, ficando, nesse último caso, desobrigado de indenizar, ressalvado o disposto no art. 50 do Decreto n.º 10.024/2019.
10. As decisões do pregoeiro serão consideradas definitivas somente após terem sido homologadas pela autoridade competente do TRE/AC.
11. Alterações das condições deste Edital, bem como informações adicionais, serão divulgadas nas *home pages* do Tribunal (www.tre-ac.jus.br) e do *site* www.comprasgovernamentais.gov.br, ficando as licitantes obrigadas a acessá-las para ciência.
12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.tre-ac.jus.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço da Sede do TRE-AC, situado na Av. Antônio da Rocha Viana, n. 1.389, Bairro Isaura Parente, CEP 69.918-308, Rio Branco-AC nos dias úteis, no horário das 07 às 14 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo III - Minuta do Termo de Contrato; e

Anexo IV - Declaração para fins de cumprimento do disposto na Resolução/CNJ n.º 07/2005 e do inciso VII do ar. 17 da **Lei 13.898/2019**.

Jonathas Santos Almeida de Carvalho

Diretor-Geral do TRE/AC

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de votação paralela a serem realizados nas Eleições Municipais de 2020, disponibilizando as imagens em tempo real para um local no mesmo prédio onde ocorrerão as filmagens, durante o período de votação do primeiro turno, no dia 04 de outubro, e do segundo turno, se houver, no dia 25 de outubro, bem como a revisão, se necessária, de todo o material gravado através de sua exibição e conferência com os votos inseridos nas urnas eletrônicas e respectivos computadores.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Justifica-se a contratação de empresa especializada em razão de se tratar de serviço imprescindível e indispensável nos procedimentos de votação paralela nas Eleições/2020, regulamentados nas Res. TSE nº 23.550/2017 e nº 23.521/2018 e . Registre-se porém que o TRE/AC não possui equipamentos e pessoal capacitado para executar tal serviço.

2.2. A implementação desses procedimentos de fiscalização e auditoria têm o intuito de afastar qualquer dúvida acerca do correto funcionamento do sistema de votação eletrônica.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

2.3.Objetivo a ser alcançado:

2.3.1.Instalar infraestrutura necessária aos procedimentos previstos pela Resolução TSE nº 23.550/2017 que estabelece a auditoria de verificação do funcionamento das urnas eletrônicas mediante votação paralela, bem como registrar, documentalmente, os atos praticados, para a comprovação da regularidade e do cumprimento dos procedimentos estabelecidos nas instruções.

2.4.Benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação:

2.4.1.Cumprir ao estabelecido na resolução do E. Tribunal Superior.

2.4.2.Ampliar a fiscalização do voto eletrônico, tanto pelo eleitor quanto pelos fiscais ou delegados de partidos políticos.

2.4.3.Comprovar a segurança e confiabilidade do sistema informatizado de votação.

2.5.Conexão entre a contratação e o planejamento existente:

2.5.1.A presente contratação está prevista no Processo 10 da minuta do Plano Integrado das Eleições de 2020 do TRE-AC.

2.6.Agrupamento de Itens: O objeto deste Termo será licitado por agrupamento de itens, com a finalidade de contratar serviços de uma mesma empresa, a fim de evitar problemas de compatibilidade, conforme entendimento do TCU:

2.6.1.Outro argumento utilizado foi evitar a ampliação do número de fornecedores, com vistas a preservar o máximo possível a rotina das unidades, que são afetadas por eventuais descompassos no fornecimento dos produtos por diferentes fornecedores (p.26, peça 20). Nessa linha, acrescento que, de fato, lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos. O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública.

2.6.2.Cabe observar, ainda, que segundo jurisprudência do TCU, "inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si" (acórdão 5.260/2011-1ª Câmara). Aplica-se tal assertiva ao procedimento ora inquinado. (Acórdão TCU nº 861/2013 – Plenário).

2.7.Referência a estudos preliminares:

2.7.1.A presente contratação vem sendo executada a cada ano eleitoral sendo objeto de estudos sobre eventuais aprimoramentos a cada novo procedimento.

2.8.Escolha da Modalidade: Considerando que os serviços a serem contratados enquadram-se como serviços comuns, a Administração deve utilizar o pregão, na forma eletrônica, como modalidade preferencial, conforme preceitua a Lei nº 10.520/2002, o Decreto 3.555/2000 e Decreto 5.452/2005.

2.9.Registro de Preço: Sopesando que não é possível definir se haverá 2º Turno nas Eleições Municipais de 2020, optou-se pelo registro de preço a teor do inciso IV do art. 3º do Decreto n. 7892/2013.

2.10. Acordo de Nível de Serviço:

2.10.1.Acerca da Unidade de Medida e do Acordo de Nível de Serviço - ANS, não se vislumbra a possibilidade de sua adoção, tendo em vista a própria natureza da contratação, que consiste no registro da integralidade do procedimento de votação paralela, com o fim de ratificar a segurança do processo e a confiabilidade do sistema informatizado de votação por meio da comparação dos resultados da votação na urna eletrônica e em cédulas de papel, para o que não é possível a divisão da contratação em parcelas mensuráveis ou mesmo permitir a gradação de qualidade ou tolerância no atendimento às especificações do objeto.

3. DA ESTRUTURA DO CONTEÚDO DO VÍDEO

3.1.O vídeo deverá abordar todas as etapas do processo de votação paralela:

3.1.1. 1º turno

- a) Cerimônia do sorteio das urnas – filmagem no dia 03/10/2020 (sábado), das 8 às 12 horas;
- b) Abertura dos trabalhos de votação – 04/10/2020 às 7 horas;
- c) Rotina da votação – 04/10/2020, das 7 às 18 horas;
- d) Encerramento da votação paralela – 04/10/2020 a partir das 17 horas.

3.1.2. 2º Turno

- a) Cerimônia do sorteio das urnas – filmagem no dia 24/10/2020 (sábado), das 8 às 12 horas;
- b) Abertura dos trabalhos de votação – 25/10/2020 às 7horas;
- c) Rotina da votação – 25/10/2020, das 7 às 18horas;

d) Encerramento da votação paralela – 25/10/2020 a partir das 17horas.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DA GRAVAÇÃO

4.1.A gravação deverá ser realizada conforme as seguintes especificação:

- 4.1.1. serão montados 3 (tres) ambientes de votação cada um com 1 (uma) urna, e será necessária a utilização de 1 (uma) câmera para cada urna eletrônica em votação paralela e 1 (uma) para cada ambiente;
- 4.1.2. havendo seção especial para o voto em trânsito no Estado do Acre, esta urna será auditada, sendo necessário montar mais um ambiente;
- 4.1.3. haverá um monitoramento simultâneo de todas urnas em televisores LED ou LCD de 29”, no mínimo, reproduzindo a imagem filmada;
- 4.1.4. captação de áudio através de microfone tipo headset, sendo necessário 1 (um) microfone para cada uma das câmeras focadas nas urnas eletrônicas;
- 4.1.5. gravação de áudio e vídeo para cada uma das câmeras, em 3 (três) vias independentes e simultâneas, com possibilidade de recuperação imediata das imagens captadas durante e após a conclusão dos trabalhos de gravação (replay em tempo real);
- 4.1.6. será imprescindível o registro da data e hora das filmagens de cada câmera sincronizada com o horário da urna;
- 4.1.7. deverá haver monitoramento simultâneo de todas as câmeras em televisor LED ou LCD de 50”, no mínimo, com uso de multiplexador e gravação desse sinal em HD, no mesmo formato de captura das câmeras;
- 4.1.8. o período de gravação deverá ser o da duração do processo de votação paralela com garantia de continuidade, sem interrupções nem omissão de qualquer momento do período;
- 4.1.9. formato de gravação: HD externo;
- 4.1.10. o posicionamento das câmeras, dos monitores e dos equipamentos de gravação deverá obedecer as determinações do contratante.
- 4.1.11. disponibilizar 01 (uma) assinatura mensal do serviço de streaming on-line para a sessão da votação paralela, com as seguintes características:
 - a) Transmissão de áudio e vídeo com qualidade mínima de 720p;
 - b) Transferência Ilimitada;
 - c) Usuários Ilimitados;

5. DOS EQUIPAMENTOS

5.1. Os seguintes equipamentos serão necessários para a prestação do serviço:

- 5.1.1. 01 (uma) filmadora profissional, com qualidade mínima HDV, para cada urna eletrônica e 01 (uma) filmadora profissional, com qualidade mínima HDV, para cada ambiente, com os devidos acessórios necessários ao posicionamento correto das mesmas. Serão utilizadas, no mínimo, 06 (seis) filmadoras, e no máximo, 08 (oito) filmadoras.
- 5.1.2. 01 (um) televisor de LED ou LCD de no mínimo 29” para transmissão do sinal da câmera de cada urna. Serão, no mínimo, 03 (três) televisores, e no máximo, 04 (quatro) televisores;
- 5.1.3. 01 (um) televisor LED ou LCD de no mínimo 50” para monitoramento simultâneo de todas as câmeras;
- 5.1.4. 01 (um) microfone, do tipo headset, para cada urna (ligado as câmeras das urnas para gravação do áudio). Serão, no mínimo, 03 (três) microfones, e no máximo, 04 (quatro) microfones;
- 5.1.5. 01 (um) microfone, do tipo “boom”, para captação de áudio ambiente para utilização no streaming on-line;
- 5.1.6. 01 (um) computador;
- 5.1.7. suprimentos para gravação;
- 5.1.8. caixas de som para o ambiente e 01 (um) microfone de mão;
- 5.1.9. A relação de equipamentos e materiais é a lista mínima para fins de cotação e pagamento. Outros materiais que a contratada achar necessário para a prestação do serviço, incluindo fio, extensão, equipamento de iluminação, tripés, suporte para televisão, mídias, etc., desde que necessários ao pleno funcionamento dos sistemas, deverão ser por ela providos, e seu preço deverá estar incluído na cotação do serviço ao qual se referirem.
- 5.1.10. Todos os equipamentos propostos pela licitante deverão ser compatíveis entre si.

6. DESCRIÇÃO DO MATERIAL A SER ENTREGUE À COMISSÃO DE VOTAÇÃO

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

6.1. Os arquivos de filmagem deverão ser entregues em HD Externo (que ficará para o contratante), os arquivos de imagens devem ser devidamente identificados, fazendo referência ao patrimônio da urna filmada e horário de gravação, no seguinte formato: "PATRIMÔNIO UE: 999.999. GRAVAÇÃO das 99:99 às 99:99". As mídias da câmera do ambiente deverão ser identificadas da seguinte forma: "AMBIENTE. GRAVAÇÃO das 99:99 às 99:00";

6.2. Pessoal qualificado para manipulação dos equipamentos;

6.3. Outros que a contratada tiver ciência da necessidade para a prestação do serviço;

7. LOCAL DA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

7.1. O local para a execução dos serviços será na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, situado na Avenida Antônio da Rocha Viana, n. 1.389, Bairro: Bosque - CEP - 69900-526 - Rio Branco/AC.

7.2. Caso haja mudança no local de execução dos serviços, a contratada será notificada, com pelo menos 01 (uma) semana de antecedência, pela Contratante.

8. DATAS E HORÁRIOS DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

8.1 No primeiro turno da eleição:

8.1.1. Instalação e teste dos equipamentos no até dia 02 de outubro de 2020, a partir de 8 horas;

8.1.2. Filmagem no dia 03 de outubro de 2020, das 8 às 12 horas;

8.1.3. Filmagem no dia 04 de outubro de 2020, a partir de 7 horas, prolongando-se até o encerramento dos trabalhos da comissão

8.2 No segundo turno da eleição, se houver:

8.2.1. Instalação e testes dos equipamentos no dia 23 de outubro de 2020, a partir de 8 horas;

8.2.2. Filmagem no dia 24 de outubro de 2020, das 8 às 12 horas;

8.2.3. Filmagem no dia 25 de outubro de 2020, a partir de 7 horas, prolongando-se até o encerramento dos trabalhos da comissão.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. O contratante deverá:

9.1.1. prestar à CONTRATADA quaisquer esclarecimentos adicionais necessários à execução dos serviços;

9.1.2. exercer a fiscalização dos serviços por meio dos servidores que compõem a Comissão de Votação Paralela, na forma prevista na Lei n. 8.666/93. A existência de fiscalização do contratante, de modo algum, atenua ou exime a responsabilidade da contratada, por qualquer serviço mal executado;

9.1.3. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre seu bom desempenho;

9.1.4. Permitir o acesso dos empregados da contratada, quando necessário, para a execução dos serviços;

9.1.5. Indicar as áreas onde os serviços serão executados;

9.1.6. Oferecer suporte à execução e acompanhamento dos serviços de filmagem da votação paralela;

9.1.7. efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições previstas neste projeto básico.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A contratada deverá:

10.1.1. conduzir os trabalhos de filmagem, monitoramento e produção de material gravado, entre outras providências necessárias;

10.1.2. fornecer para cada turno da eleição, 2 (duas) cópias de todo o conteúdo filmado nas 8 (oito) câmeras e do sinal multiplexado, em HD externo, acondicionadas em embalagem própria (caixa plástica rígida).

10.1.3. instalar todo o material necessário e disponibilizar equipe técnica, na antevéspera do dia da eleição, nos dois turnos de votação, para realização de testes completos, conforme orientação do TRE;

10.1.4. fornecer todo o material (câmeras, mídias, microfones, televisores, entre outros) a ser utilizado nos trabalhos de filmagem, monitoramento e produção;

10.1.5. disponibilizar equipamentos básicos de reserva no próprio local da filmagem para retomada imediata dos trabalhos no caso de falha em algum dos equipamentos;

10.1.6. sanar, imediatamente, durante a execução do contrato, quaisquer problemas de ordem técnica e/ou operacional, tantas vezes quanto forem necessárias, de modo que os trabalhos não sejam interrompidos, tampouco a qualidade das filmagens prejudicada. Tal

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

manutenção corretiva é por conta da contratada, sem ônus para o TRE-AC;

10.1.7. entregar as mídias gravadas, devidamente decupadas com o registro da câmera que originou o sinal, bem como hora de início e término da gravação, no prazo de 15 (quinze) dias;

10.1.8. cumprir com as obrigações sociais, trabalhistas, encargos previdenciários, inclusive seguros de acidente de trabalho ou outro necessário, bem como o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir direta ou indiretamente ao TRE-AC ou a terceiros, no exercício de sua atividade;

10.1.9. recolher todos os impostos, emolumentos, taxas, licenças e registros junto a órgãos municipais, estaduais ou federais, que se fizerem necessários, devendo apresentar ao TRE as guias de recolhimento ao INSS, FGTS e certidões de praxe;

10.1.10. afastar, sempre que exigido pelo TRE, de forma incontinente, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja inconveniente ou insatisfatório ao bom atendimento ou ao interesse do serviço eleitoral;

10.1.11. manter seu pessoal identificado através de crachás com fotografia recente e provê-los dos equipamentos de proteção individual necessários.

10.1.12. transportar os materiais, pessoal e equipamentos de sua propriedade, necessários à execução dos serviços;

10.1.13. apresentar proposta, mencionando os custos do processo, de acordo com o item 3 – estrutura do conteúdo do vídeo, verificando os itens que são condicionais, ou seja só serão efetivamente executados na ocorrência dos requisitos;

10.1.14. apresentar, após a conclusão dos serviços, nota fiscal ou nota fiscal/fatura, da própria empresa em duas vias no mínimo

11. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

11.1 O recebimento e a aceitação dos serviços objeto do presente Termo de Referência dar-se-á da seguinte forma:

11.1.1. Provisoriamente: em até 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação, por escrito, da entrega dos trabalhos pela CONTRATADA, após análise de conformidade preliminar do Presidente do Grupo de Trabalho da Votação Paralela, mediante termo circunstanciado e atendido os seguintes critérios:

11.1.1.1 Ao concluir os serviços conforme o cronograma físico e as especificações do Termo de Referência, a empresa informará ao TRE-AC através da FISCALIZAÇÃO, por meio de carta protocolada, a solicitação da vistoria provisória dos serviços. Recebida a notificação, o TRE, através do órgão fiscalizador, fará a vistoria, na companhia da empresa, e realizará todos os testes que forem julgados necessários.

11.1.1.2 As irregularidades e suas devidas correções serão informadas a empresa, através de um TERMO de VISTORIA e com prazo fixado para sanar a(s) pendência(s) em acordo entre fiscalização e a contratada.

11.2 Definitivamente: em até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, após a realização de análise de conformidade final, realizada por servidor designado pela CONTRATANTE, mediante a lavratura de termo de aceite, que será assinado pelas partes, para que seja configurado o recebimento definitivo. Após o atendimento de todos os itens do TERMO de VISTORIA preliminar, a empresa solicitará por meio de carta protocolada, a emissão do CERTIFICADO de RECEBIMENTO DEFINITIVO.

12. PENALIDADES

12.1 Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores da CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

12.1.1. apresentar documentação falsa;

12.1.2. fraudar a execução do contrato;

12.1.3. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.4. cometer fraude fiscal; ou

12.1.5. fizer declaração falsa.

12.2. Para os fins do subitem 12.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

12.3. Com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, o TCU poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes sanções:

Tabela gradativa de multas

GRAU	VALORES DAS MULTAS
1	1% do valor global do contrato

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

2	5% do valor global do contrato
3	10% do valor global do contrato
4	15% do valor global do contrato

12.4 Aplicação de multas de graus 3 e 4 poderá ser acompanhada das seguintes sanções:

12.4.1 advertência;

12.4.2 suspensão temporária para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

12.5.3. declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação e ressarcimento dos prejuízos resultantes, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

12.5. Tabela de problemas passíveis de penalidades:

ITEM	PROBLEMA	GRAU
01	Não seguir as orientações e diretrizes do TRE quanto a filmagem e gravação dos procedimentos de votação paralela – 1ª ocorrência.	1
02	Reincidência em não seguir as orientações e diretrizes do TRE quanto a filmagem e gravação dos procedimentos de votação paralela – Única, a partir da segunda ocorrência.	2
03	Não seguir os requisitos de qualidade técnica, tanto para a filmagem quanto para gravação dos procedimentos de votação paralela – 1ª ocorrência.	2
04	Reincidência em não seguir os requisitos de qualidade técnica, tanto para a filmagem quanto para gravação dos procedimentos de votação paralela – Única, a partir da segunda ocorrência.	3
05	Não efetuar, de forma tempestiva, ajustes ou alterações necessárias solicitadas pela CONTRATANTE. 1ª ocorrência.	1
06	Reincidência em não efetuar, de forma tempestiva, ajustes ou alterações necessárias solicitadas pela CONTRATANTE. – Única, a partir da segunda ocorrência.	2
07	Não cumprir os prazos especificados – por hora, até 2 horas	2
08	Não entregar à CONTRATANTE, no final do contrato, todo o material especificado no item 06 deste Termo - Diária, até o 30º Dia	3
09	Não disponibilizar os equipamentos necessários para a execução do contrato ou disponibilizar em condição adversa do contratado. – 1ª ocorrência.	1
10	Reincidência em não disponibilizar os equipamentos necessários para a execução do contrato ou disponibilizar em condição adversa do contratado. - Única, a partir da segunda ocorrência.	2
11	Não disponibilizar profissionais devidamente qualificados para a execução do contrato – 1ª ocorrência.	2
12	Não substituir, no prazo máximo de 01 (uma) hora, qualquer profissional envolvido nas produções relacionadas nesse contrato, inclusive as sob demanda, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.- por hora, até a 3º Hora.	1
13	Não arcar com todas as despesas de produção, incluindo equipamentos, pessoal, material de consumo, fitas, estúdio, transporte, alimentação de equipe e outras. – 1ª ocorrência.	1

14	Não solicitar a autorização da CONTRATANTE para a subcontratação de serviço – 1ª ocorrência.	1
15	Não informar a CONTRATANTE sobre o andamento dos serviços, indicando o estado e o progresso dos serviços e eventuais dificuldades ou irregularidades que possam prejudicar sua execução. – 1ª ocorrência.	1
16	Não manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório – 1ª ocorrência.	2
17	Execução parcial do serviço – 1ª ocorrência	2
18	Fornecimento inadequado, em qualidade inferior ou diverso ao contratado – 1ª ocorrência	2
19	Reincidência de execução parcial do serviço – Única, a partir da 2ª ocorrência.	4
20	Reincidência de fornecimento inadequado, em qualidade inferior ou diverso ao contratado – única, a partir da 2ª ocorrência.	4

12.6. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

12.6.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

12.6.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.6.3 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.6.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

12.7 O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de entrega do protocolo da via assinada do Contrato, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor anual do contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

13.1.1. caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

a) A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada em uma instituição financeira, em conta específica, com correção monetária, em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Acre.

13.1.2. seguro-garantia, modalidade “Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço”; ou

13.1.3. fiança bancária, observado o modelo do Anexo __ do Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º __/20__.

13.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

13.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia.

13.3.1. O bloqueio efetuado com base no subitem 15.3 deste item não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

13.3.2. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no subitem 15.3 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

14.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante tenha executado serviços compatíveis com o objeto da licitação.

14.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado do órgão público ou da empresa cliente, o qual deverá especificar o tipo de produção e informar a data ou o período de realização.

15. FISCALIZAÇÃO

15.1. O Presidente do Grupo de Trabalho da Votação Paralela será o responsável pela gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços oriunda do certame, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos nos instrumentos convocatório e contratual.

16. CONDIÇÃO ESPECIAL

16.1. Caso não haja eleição em segundo turno no estado do Acre, nem seção de voto em trânsito, a contratada será remunerada apenas pela execução dos trabalhos relativos ao primeiro turno da eleição com a montagem de dois ambientes de auditoria.

17. FORMA DE COTAÇÃO DO SERVIÇO

17.1. Para fins de comparação de preços, o serviço deverá ser cotado da seguinte forma:

	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	P.UNIT	P.TOTAL
	01	Prestação de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de votação paralela a serem realizados nas Eleições Municipais de 2020 , disponibilizando as imagens em tempo real para um local no mesmo prédio onde ocorrerão as filmagens, durante o período de votação do Primeiro Turno, no dia 04 de outubro , bem como a revisão, se necessária, de todo o material gravado através de sua exibição e conferência com os votos inseridos nas urnas eletrônicas e respectivos computadores, conforme demais especificações constantes no Termo de Referência.	Unidade	01		
GRUPO 01	02	Prestação de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de votação paralela a serem realizados nas Eleições Municipais de 2020 , disponibilizando as imagens em tempo real para um local no mesmo prédio onde ocorrerão as filmagens, durante o período de votação do Segundo Turno, se houver, no dia 25 de outubro , bem como a revisão, se necessária, de todo o material gravado através de sua exibição e conferência com os votos inseridos nas urnas eletrônicas e respectivos computadores, conforme demais especificações constantes no Termo de Referência (OBS: ESTE ITEM SOMENTE SERÁ CONTRATADO NA OCORRÊNCIA DE 2.º TURNO).	Unidade	01		

Danilo Monteiro de Barros
Presidente do Grupo de Trabalho da Votação Paralela

ANEXO II DO EDITAL – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos ____ dias do mês de _____ de 2019, a União Federal, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, CNPJ n.º 05.910.642/0001-41, com sede na Av. Antônio da Rocha Viana, 1.389, Biarro Isaura Parente, cidade de Rio Branco/Acre, fones: 68-3212-4453 e 4427, e-mail: comap@tre-ac.jus.br, CEP 69900-526, doravante designado TRE/AC, neste ato representado por seu Diretor-Geral, _____, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria n.º 265/2019, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do prestador abaixo indicado, vencedor do Pregão eletrônico/SRP n.º ____/2019, para fins de prestação dos serviços especificados no Anexo único, observadas as disposições contidas nas Leis n.º 8.666/93 e suas alterações, 8.078/90, 10.520/2002; Decretos n.º 7.892/2013 e n.º 10.024/2019.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1. A partir desta data, ficam registrados neste Tribunal, observada a ordem de classificação, os preços do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de prestação de serviços constantes do Anexo Único deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

ITENS	FORNECEDOR
X	<i>Empresa</i> , com endereço na _____, nº. _____, bairro – Cidade – Estado – Tel (DDD) _____ e-mail: , representada por _____, CPF: _____.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

1. O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo TRE/AC mediante emissão da respectiva Nota de empenho e contrato, observadas as disposições contidas no edital do Pregão eletrônico/SRP n.º 12/2020.
2. O compromisso de execução dos serviços só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de empenho, decorrente desta ARP e do pregão eletrônico/SRP n.º 12/2020.
3. O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta ARP.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. O TRE/AC adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente ata.
2. Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao TRE/Acre promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.
2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TRE/Acre convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
 1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
 2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o TRE-Acre poderá:
 1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
4. Não havendo êxito nas negociações, o TRE-Acre deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do fornecedor será cancelado quando:
 1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
 2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 2002.
2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” do subitem 5.1 será formalizado por despacho do Diretor-Geral do Tribunal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
 1. Por razão de interesse público; ou
 2. A pedido do fornecedor.

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

___/___/2019 a ___/___/2020.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- Esta ARP será divulgada no portal da Internet www.comprasnet.gov.br, no sítio www.tre-ac.jus.br.

8. DO FORO

- Fica eleito o Foro da Seção Judiciária Federal da Justiça Federal em Rio Branco/AC, para solucionar questões resultantes da aplicação desta ARP ou relativas a ela não resolvidas na esfera administrativa, com renúncia expressa a quaisquer outros.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o TRE/AC e o(s) fornecedor(es) registrado(s), na pessoa dos seus representantes legais.

Rio Branco/AC, ___ de _____ de 2020.

_____ Diretor-Geral do TRE/AC	_____ Representante do FORNECEDOR
----------------------------------	--------------------------------------

ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TRE/AC n.º ___ / 2020

FORNECEDOR, CNPJ _____					
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Global
X				R\$	R\$
Fabricante:					
Marca Modelo:					
Especificações:					

ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM VOTAÇÃO PARALELA, AO SER PRESTADO AO TRE/AC, QUE SE FIRMAM ENTRE A UNIÃO E A EMPRESA _____

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2019, a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, CNPJ n.º 05.910.642/0001-41, com sede na Av. Antônio da Rocha Viana, 1.389, bairro Bosque, e-mail: comap@tre-ac.jus.br, fone: (68) 3212-4453/4427, CEP 69915-526 – Rio Branco/Acre, neste ato representado por seu Diretor-Geral, _____, competência que lhe foi atribuída pela Portaria TRE/AC n.º 265/2019, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na Rua _____, n.º __, Bairro: _____, cidade de _____, Estado Rio de Janeiro, neste ato representada pelo Sr. _____, brasileiro, estado civil: _____, cargo: _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, CPE n.º _____

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

e o Sr. _____, brasileiro, estado civil: _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, CPF n.º _____, doravante designada **CONTRATADA**, acordam em celebrar o Contrato, regido pelas disposições das Leis n.º 10.520/2002 e 8.666/93, e Decretos n.ºs 10.024/2019, 3.555/2000 e 7.892/2013, e sob as cláusulas e condições adiante estipuladas, que mutuamente outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de FILMAGEM VOTAÇÃO PARALELA, com a seguinte conformação:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT
01	01	Prestação de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de votação paralela a serem realizados nas Eleições Municipais de 2020 , disponibilizando as imagens em tempo real para um local no mesmo prédio onde ocorrerão as filmagens, durante o período de votação do Primeiro Turno, no dia 04 de outubro , bem como a revisão, se necessária, de todo o material gravado através de sua exibição e conferência com os votos inseridos nas urnas eletrônicas e respectivos computadores, conforme demais especificações constantes no Termo de Referência.	01
	02	Prestação de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de votação paralela a serem realizados nas Eleições Municipais de 2020 , disponibilizando as imagens em tempo real para um local no mesmo prédio onde ocorrerão as filmagens, durante o período de votação do Segundo Turno, se houver, no dia 25 de outubro , bem como a revisão, se necessária, de todo o material gravado através de sua exibição e conferência com os votos inseridos nas urnas eletrônicas e respectivos computadores, conforme demais especificações constantes no Termo de Referência (OBS: ESTE ITEM SOMENTE SERÁ CONTRATADO NA OCORRÊNCIA DE 2.º TURNO) .	01

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

2.1. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante correspondência entregue contra recibo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo dos serviços, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

3.1. A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições constantes dos documentos que integram o Processo SEI n.º 0002572-85.2019.6.01.8000, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariarem:

3.1.1 Edital Pregão eletrônico n.º ____/2020 e seus anexos;

3.1.2 Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA, em ____/____/2020.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente Contrato terá a vigência de ____/____/2020 até 31/12/2020, com eficácia a contar da publicação do extrato no DOU - Seção 3.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. **DO CONTRATANTE:**

5.1.1 Vide Capítulo 9 do Termo de Referência (Anexo I do edital) - serão transcritas quando da expedição do termo definitivo.

5.2. **DA CONTRATADA:**

5.2.1 Vide Capítulo 10 do Termo de Referência (Anexo I do edital)- serão transcritas quando da expedição do termo definitivo.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR

6.1. O valor deste contrato é R\$ ____ (_____), consoante detalhamento abaixo:

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCAL

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

7.1 Vide Capítulo 15 do Termo de Referência (Anexo I do edital) – serão transcritas quando da expedição do termo definitivo.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 A despesa com a prestação dos serviços, no exercício em curso, no montante de R\$ ____ (____), está vinculada à nota de empenho ____ (ordinário, estimativo ou global) n.º ____/____, à Natureza de Despesa x.x.xx.xx - _____, e à Atividade, Projeto ou Operação Especial x.x.xxx.xxxx - _____, do orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1 O TRE/AC promoverá o crédito da quantia ajustada na conta bancária da contratada, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras.

9.2 Quando o valor total do contrato não extrapolar R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura (ON DG n.º 01, de 25/4/2013, art. 1º, I).

9.3 Quando o valor total do contrato for superior a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), o prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela (ON DG n.º 01, de 25/4/2013, art. 1º, II).

9.4 Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a contratada adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a contratada ter solucionado o problema.

9.5 Poderá o Tribunal Regional Eleitoral do Acre deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas e/ou indenizações devidas pela contratada.

9.6 Caso o TRE não promova, por sua culpa, o pagamento no prazo pactuado e em observância ao disposto no art. 40, XIV, c, da Lei n.º 8.666/93, o valor a ser pago será corrigido, mediante requerimento, monetariamente, adotando-se a seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela paga; I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100) / 365$$

TX = Percentual da Taxa Anual – 6% (seis por cento)

9.7 Sendo a contratada optante pelo SIMPLES, deverá a mesma apresentar cópia do respectivo termo de opção juntamente com a nota fiscal de fornecimento/prestação de serviços de modo que os tributos incidentes sobre a operação de venda dos mesmos sejam recolhidos naquela modalidade.

9.8 O TRE, nos termos da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e IN SRF n.º 1.234/2012, fará retenção, na fonte, de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para a Seguridade Social – COFINS, Contribuição para o PIS e Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Vide Capítulo 12 da minuta do Termo de Referência (Anexo I do edital) - serão transcritas quando da expedição do termo definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

11.1 Vide Capítulo 13 da minuta do Termo de Referência (Anexo I do edital) - serão transcritas quando da expedição do termo definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1 A rescisão deste contrato se dará nos termos dos arts. 79 e 80 da Lei n.º 8.666/93.

12.2 No caso de rescisão provocada por inadimplemento do CONTRATADO, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

12.3 No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, o CONTRATADO terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Rio Branco/AC, para dirimir eventuais disputas decorrentes deste instrumento.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

de contrato não solucionadas na esfera administrativa.

Rio Branco/AC, __ de _____ de 2020.

<hr/>	<hr/>
Diretor-Geral do TRE/AC	Representante da Contratada

ANEXO IV - DO EDITAL

DECLARAÇÃO PARA FINS DE CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO CNJ N.º 07/2005 E DA LEI N.º 13.898/2019

Ao Tribunal Regional Eleitoral do Acre

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com endereço na Rua/Av. _____, n.º _____, Bairro _____, cidade de _____, por seu representante infra assinado, DECLARA, sob as penas da lei, que:

1. Em respeito às restrições constantes no **inc. VI e no § 3.º do art. 2º da Resolução CNJ 07/2005 (modificada pela Resolução CNJ 229/2016)**, não dispõe em seu quadro societário de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. A declaração também alcança as contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;
2. Em atenção à vedação prevista no **art. 18, inciso XI, da Lei 13.898/2019 - LDO 2020**, não possui em seu quadro societário servidor público da ativa do Tribunal Regional Eleitoral do Acre.

Local e data

Assinatura

Em 03 de março de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JONATHAS SANTOS ALMEIDA DE CARVALHO, Diretor Geral**, em 03/03/2020, às 15:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0336971** e o código CRC **E34F7B03**.

ORÇAMENTO

TERMO DE REFERÊNCIA FILMAGEM RELATIVA À AUDITORIA DE FUNCIONAMENTO DAS URNAS ELETRÔNICAS SOB CONDIÇÕES NORMAIS DE USO 2020

Nome da Empresa: EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS
CNPJ: 31.623.900/0001-19

Endereço: RUA DOM MANUEL DE MEDEIROS, 2218, PARQUELANDIA
CEP: 60.455-305

Fone: (85)99760-0663

E-mail comercial: eehprodutora@gmail.com

Validade da proposta: 60 dias

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 4 de Outubro de 2020, 1o turno, e, se houver 2o turno, no dia 25 de Outubro de 2020, em local a ser definido.

PLANILHA DE CUSTOS

ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	
DESCRIÇÃO DO ITEM	Filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, por cada turno das eleições 2020
CUSTO POR CADA TURNO DAS ELEIÇÕES 2020 (R\$)	R\$ 8.000,00
CUSTO GLOBAL PARA OS DOIS TURNOS DAS ELEIÇÕES 2020 (R\$)	R\$16.000,00

EGIVANIA VIEIRA FRANCO
RG:34582902000. e CPF :664.830.503-72

TRE/CE

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

TRE



Ao

Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Att. Sr. Cláudio Silva - (85) 98854-9299

E-mail: claudios@tre-ce.jus.br

Seção de Compras – TRE/CE

Prezado,

Atendendo a solicitação de V.sa, apresentamos nesta oportunidade, proposta para o serviço de gravação, transmissão simultânea de imagens e locação de equipamentos audiovisuais para a **“Votação Paralela”**, à realizar-se nos dias 04 e 25 de outubro de 2020, das 07:00 às 18:00H, em local a definir, em Fortaleza.

1.0 Serviços:

- Gravação e transmissão com 04 câmeras Full HD e tripés
- Unidade móvel portátil em case com mesa Blackmagic ATM 1 com 8 entradas e Sistema de monitoração técnica de vídeo completa, intercom, monitores multiview, distribuidor de vídeo (Smart Vídeo Hub) e cabeamento SDI e HDMI
- Utilização de 04 conversores SDI/HDMI
- HD externo de 2TB
- Produto final: Imagens brutas em HD externo fornecido pela Contratada (sem edição).

1.1 Custos:

- 04/10/2020..... R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais)
- 25/10/2020..... R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais)

2.0 Serviços:

- Locação de 04 TV's de 42 polegadas
- Locação de 04 telas tripé de 100 polegadas
- Locação de 04 projetores de 3.500 ansi lumens
- Incluso suporte para TV's e projetores e cabeamento necessário

2.1 Custos:

- 07/10/2018..... R\$ 3.000,00 (três mil reais)
- 28/10/2018..... R\$ 3.000,00 (três mil reais)

3.0 Total da proposta

- **R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)**

4.0 Formas de Pagamento:

- 30 dias da emissão da Nota Fiscal
- O pagamento deve ser efetuado através de nossa conta corrente, com dados abaixo:

Studio F3 Ltda. - ME Bradesco - 237	C/C: 15.810-0	Ag: 2572-0
-------------------------------------	---------------	------------

5.0 Validade da Proposta:

- 90 dias.

6.0 Observações:

- Estão inclusos os custos com transporte, montagem, operação e desmontagem dos equipamentos.
- Prazo de entrega das mídias brutas em HD externo: 15 dias.
- A F3 Produções fará a montagem e testes dos equipamentos nos dias 03 e 24/10/2020.

Atenciosamente,
Marcelo Meira
Consultor Comercial

Studio F3 Ltda.

Rua Nestor Fontenele Vasconcelos, 510 – Edson Queiroz – Cep: 60.834-355

Fone: (85) 3252-1484 / 99619-3688 – CNPJ: 23.481.856/0001-21

comercial@f3producoes.com
www.f3producoes.com

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 12/05/2020 14:38:37
Por: CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

PROPOSTA DE PREÇOS

AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CE

Contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 4 de Outubro de 2020, 1º turno, e, se houver 2º turno, no dia 25 de Outubro de 2020, em local a ser definido.

	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	P.UNIT	P.TOTAL
GRUPO 01	01	Prestação de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de votação paralela a serem realizados nas Eleições Municipais de 2020 , disponibilizando as imagens em tempo real para um local no mesmo prédio onde ocorrerão as filmagens, durante o período de votação do Primeiro Turno, no dia 04 de outubro , bem como a revisão, se necessária, de todo o material gravado através de sua exibição e conferência com os votos inseridos nas urnas eletrônicas e respectivos computadores, conforme demais especificações constantes no Termo de Referência.	Unidade	01	15.000,00	15.000,00
	02	Prestação de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de votação paralela a serem realizados nas Eleições Municipais de 2020 , disponibilizando as imagens em tempo real para um local no mesmo prédio onde ocorrerão as filmagens, durante o período de votação do Segundo Turno, se houver, no dia 25 de outubro , bem como a revisão, se necessária, de todo o material gravado através de sua exibição e conferência com os votos inseridos nas urnas eletrônicas e respectivos computadores, conforme demais especificações constantes no Termo de Referência (OBS: ESTE ITEM SOMENTE SERÁ CONTRATADO NA OCORRÊNCIA DE 2.º TURNO) .	Unidade	01	15.000,00	15.000,00

Mossoró – RN, 08 de Maio de 2020.



Rodolfo Maia Batista Ferreira
Cargo: Produtor audio visual CPF: 013985954-38 RG: 2432139 SSPRN

Fortaleza, 11 de maio de 2020

**À TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA
A/C:**

Conforme solicitação, segue orçamento para o seguinte trabalho, considerando os itens de produção abaixo:

CLIENTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA

PEÇA: FILMAGEM, MONITORAMENTO E PRODUÇÃO

TÍTULO: FILMAGEM RELATIVA À AUDITORIA DE FUNCIONAMENTO DAS URNAS ELETRÔNICAS SOB CONDIÇÕES NORMAIS DE USO 2020 (PRIMEIRO TURNO)

VEICULAÇÃO: INTERNO

DIÁRIAS DE GRAVAÇÃO: 01 (11 HORAS)

:: PROJEÇÃO DE IMAGENS

- Monitores 32 polegadas (4)

:: VIDEO & FOTO

- Switcher blackmagic studio pro hd
- Camera sony nx-5 (4)
- Rack de monitorização
- Microfone headset (4)

TOTAL:	R\$ 13.250,00 (treze mil e duzentos e cinquenta reais)
---------------	--

Condições de Pagamento: 30 DIAS APÓS ENTREGA
* Impostos inclusos.

Termos e Condições:

Qualquer serviço de produção ou pós-produção não especificados nesta proposta deverão ser orçados a parte. Para autorização de produção é necessária a aceitação dos termos da presente proposta que será formalizada através da assinatura e envio deste documento que a partir de então, será considerada como um Contrato de Prestação de Serviços para todos os efeitos legais.

Atenciosamente,

Fernando Fernandez

Fortaleza
Rua Monsenhor Carneiro da Cunha, 442 - Eng. Luciano Cavalcante.
(85) 3031-0618 / 3051-2594

Fortaleza, 11 de maio de 2020

**À TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA
A/C:**

Conforme solicitação, segue orçamento para o seguinte trabalho, considerando os itens de produção abaixo:

CLIENTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA

PEÇA: FILMAGEM, MONITORAMENTO E PRODUÇÃO

TÍTULO: FILMAGEM RELATIVA À AUDITORIA DE FUNCIONAMENTO DAS URNAS ELETRÔNICAS SOB CONDIÇÕES NORMAIS DE USO 2020 (SEGUNDO TURNO)

VEICULAÇÃO: INTERNO

DIÁRIAS DE GRAVAÇÃO: 01 (11 HORAS)

:: PROJEÇÃO DE IMAGENS

- Monitores 32 polegadas (4)

:: VIDEO & FOTO

- Switcher blackmagic studio pro hd
- Camera sony nx-5 (4)
- Rack de monitorização
- Microfone headset (4)

TOTAL:	R\$ 12.250,00 (doze mil e duzentos e cinquenta reais)
---------------	---

Condições de Pagamento: 30 DIAS APÓS ENTREGA
* Impostos inclusos.

Termos e Condições:

Qualquer serviço de produção ou pós-produção não especificados nesta proposta deverão ser orçados a parte. Para autorização de produção é necessária a aceitação dos termos da presente proposta que será formalizada através da assinatura e envio deste documento que a partir de então, será considerada como um Contrato de Prestação de Serviços para todos os efeitos legais.

Atenciosamente,

Fernando Fernandez

Fortaleza
Rua Monsenhor Carneiro da Cunha, 442 - Eng. Luciano Cavalcante.
(85) 3031-0618 / 3051-2594

CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA

002.651.513 Fornecedor não possui quadro societário / administrativo.

Consulta

Cadastro

Segurança

Sair

Consultar Quadro e Participação Societária / Administrativa

Critérios de Seleção

* Tipo de Consulta

☐

Quadro Societário / Administrativo de Fornecedor

☐

Participação de Sócio / Administrador PJ

☐

Participação de Sócio / Administrador PF

* CNPJ da Empresa

31.623.900/0001-19

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

PESQUISAR

REALIZAR NOVA PESQUISA

VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL



**Fornecedor não possui quadro
societário / administrativo.**



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: 23.481.856/0001-21
Razão Social: STUDIO F3 LTDA
Nome Fantasia: F3 PRODUcoes
Situação do Fornecedor: Credenciado

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 202.707.983-15 Participação Societária: 50,00%
Nome: PAULO DE TARSO PINA PEREIRA
Carteira de Identidade: 2008572613 Órgão Expedidor: SSP/CE
Data de Expedição: 31/07/2013 Data de Nascimento: 15/07/1963
Filiação Materna: LUCY ENEDINA PINA PEREIRA
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 284.636.413-34
Nome: SARA BRAGA PINA
Carteira de Identidade: 93002240378 Órgão Expedidor: SSP CE
Data de Expedição: 16/09/2013

CEP: 60.830-125
Endereço: RUA BILL CARTAXO, 1331 - CASA 8 - JOSE DE ALENCAR
Município / UF: Fortaleza / Ceará
Telefone: (85) 32781230
Email: financeiro2@f3producoes.com.br

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 284.636.413-34 Participação Societária: 50,00%
Nome: SARA BRAGA PINA
Carteira de Identidade: 93002240378 Órgão Expedidor: SSP/CE
Data de Expedição: 22/07/1993 Data de Nascimento: 26/06/1965
Filiação Materna: BEATRIZ ARAGAO LOPES BRAGA
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 202.707.983-15
Nome: PAULO DE TARSO PINA PEREIRA
Carteira de Identidade: 20085726138 Órgão Expedidor: SSP CE
Data de Expedição: 31/07/2013

CEP: 60.833-185
Endereço: RUA BILL CARTAXO 1331 CASA 8 JOSE DE ALE, 1331 - CASA 8 - JOSE DE
Município / UF: Fortaleza / Ceará
Telefone: (00) 00000000
Email: sarabraga.pina@gmail.com



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: 11.468.883/0001-85
Razão Social: RRE PRODUTORA LTDA
Nome Fantasia: R R E EMPREENDIMENTOS
Situação do Fornecedor: Credenciado

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 028.024.144-53 Participação Societária: 30,00%
Nome: MARIA DA SALETE MAIA LIMA ROCHA
Carteira de Identidade: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: 19/08/1945
Filiação Materna: LUIZA BARBOSA MAIA
Estado Civil:
CEP: 59.610-140
Endereço: RUA VENCESLAU BRAZ, 133 - PAREDOES
Município / UF: Mossoró / Rio Grande do Norte
Telefone: (84) 33216272
Email:

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 056.634.614-18 Participação Societária: 70,00%
Nome: NATHALIA REBOUCAS DE OLIVEIRA
Carteira de Identidade: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: 27/04/1985
Filiação Materna: MARIA MARLI REBOUCAS DE OLIVEIRA
Estado Civil:
CEP: 59.607-420
Endereço: RUA REPUBLICA DO PERU, 1227 - COND CARL LIMA AP 801 - NOVA
Município / UF: Mossoró / Rio Grande do Norte
Telefone: (84) 33181000
Email:



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: 18.869.787/0001-98
Razão Social: TERRAVISTA FILMES LTDA
Nome Fantasia: TERRAVISTA FILMES
Situação do Fornecedor: Credenciado

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 697.129.131-04 Participação Societária: 49,00%
Nome: FERNANDO ADRIAN FERNANDEZ
Carteira de Identidade: 186008-L Órgão Expedidor: CGPI/DIREX/DPF
Data de Expedição: 22/11/2015 Data de Nascimento: 20/11/1971
Filiação Materna: LEONOR ANGELICA GORI
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 397.138.491-91
Nome: ENERY DE BARROS OLIVEIRA FERNANDEZ
Carteira de Identidade: 1134670 2º VIA Órgão Expedidor: DGPC-GO
Data de Expedição: 10/07/2003

CEP: 60.165-121
Endereço: RUA BEIRA MAR, 3958 - APTO 2003 - MUCURIPE
Município / UF: Fortaleza / Ceará
Telefone: (85) 00000000
Email: pontualcontab@hotmail.com

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 138.667.448-62 Participação Societária: 51,00%
Nome: EDNEI DE SOUZA MARTINS
Carteira de Identidade: 200980701 Órgão Expedidor: SSP
Data de Expedição: 02/03/2004 Data de Nascimento: 27/12/1969
Filiação Materna: NELI GONCALVES DE S MARTINS
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 953.949.311-00
Nome: JULIANA VILLAS BOAS MARQUES
Carteira de Identidade: 04005212170 Órgão Expedidor: detran
Data de Expedição: 20/06/2018

CEP: 60.170-000
Endereço: AVENIDA DESEMBARGADOR MOREIRA, 650 - APTO 650 - MEIRELIES
Município / UF: Fortaleza / Ceará
Telefone: (85) 81406909
Email: PONTUALCONTAB@HOTMAIL.COM



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 078952/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA <i>Assinado eletronicamente em 12/05/2020 14:38:37</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ



COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 90/2020

ORIGEM:	SEÇÃO DE COMPRAS	
	Coordenadoria: COLIC	Secretaria: SAD
DESTINO:	COORD. LICITAÇÕES E CONTRATOS	
DATA:	12/05/2020	

protocolo

Sra. Coordenadora,

Envia-se, para providências, a cotação de preços realizada visando a formação do valor estimado para a contratação objeto do **PAD nº 72401/2020**, *serviço de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de votação paralela das eleições 2020*, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, arts. 7º, § 2º, inc. II, 15, inc. V, § 1º e 40, § 2º, inc. II, e com a Instrução Normativa nº 5/2014, alterada pela IN nº 7/2014 e IN nº 03/2017 do SLTI/MPOG e acórdão do TCU nº 2787/2017 – Plenário.

Após a análise das especificações do objeto, a cotação de preço teve início através da publicação do termo de referência/projeto básico na *homepage* deste Tribunal, buscando atender aos princípios da transparência e publicidade.

Buscando priorizar os parâmetros previstos nos incisos I e II do art. 2º da IN SLTI/MPOG 5/2014, quais sejam, “Painel de Preços” e “contratações similares de outros entes públicos”, de acordo com orientação do TCU, por meio do Acórdão n.º 1445/2015 (TC 034.635/2014-9), foram pesquisadas contratações públicas similares, sendo admitidas para análise somente as mais recentes, considerando-se o disposto no art. 2º, II, da mesma Instrução Normativa: “(...) *em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta dias) dias anteriores à data da pesquisa de preços*”.

Através da ferramenta “Painel de Preços”, foi encontrada uma contratação similar, realizada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC).

Através do SISCOMP – Sistema de Suporte às Compras, desenvolvido por este Tribunal para a formação de banco de fornecedores, foi realizada pesquisa com fornecedores a nível nacional, sendo enviados 250 e-mails, resultando no recebimento de 03 orçamentos.

Também foram solicitadas propostas de preços a fornecedores que participaram da cotação e licitação anteriores, o que resultou no recebimento de mais 01 orçamento.

A pesquisa de preços para elaboração do orçamento estimativo não se restringiu a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, mas também foram utilizadas outras fontes como parâmetro, a exemplo de contratações similares realizadas por outros órgãos ou entidades públicas e portais oficiais de referência de custos, seguindo a determinação do Acórdão 2787/2017 – TCU Plenário.

Segue planilha de preços com a demonstração do valor de referência, sendo utilizada como metodologia de cálculo a média aritmética simples, conforme previsto no art. 2º, §2º, da IN nº 5/2014, do SLTI/MPOG, considerando os preços válidos.

Segue ainda planilha com informações do fornecedor que enviou orçamento, bem como relatório do seu quadro societário consultado no SICAF, conforme orientação do Acórdão TCU nº 3195 – 2ª Câmara.

Até o final da cotação de preços, o termo de referência sofreu 01 alteração, atualização anexa ao PAD em 30/04/2020, documento nº 72401/2020.

Atenciosamente,

CLÁUDIO SILVA DE ALMEIDA
Técnico Judiciário
Matrícula 62577

De acordo:

RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS
Chefe da Seção de Compras

GIOVANA LUNA ARAÚJO VINHAS
Coordenadora de Licitações e Contratos

ANEXO

PLANILHA DE PREÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR	VALOR MÉDIO POR TURNO	ÓRGÃO / EMPRESA
1	FILMAGEM DA VOTAÇÃO PARALELA - 1º TURNO	1	R\$ 8.000,00	13.550,00	EGIVANIA
			R\$ 11.500,00		STUDIO F3
			R\$ 13.250,00		TERRAVISTA
			R\$ 15.000,00		RRE PRODUTORA
			R\$ 20.000,00		PAINEL DE PREÇOS (TRE-AC)
2	FILMAGEM DA VOTAÇÃO PARALELA - 2º TURNO	1	R\$ 8.000,00	12.550,00	EGIVANIA
			R\$ 11.500,00		STUDIO F3
			R\$ 12.250,00		TERRAVISTA
			R\$ 15.000,00		RRE PRODUTORA
			R\$ 16.000,00		PAINEL DE PREÇOS (TRE-AC)
VALOR MÉDIO GLOBAL				26.100,00	

VALOR GLOBAL (1º e 2º TURNOS DAS ELEIÇÕES 2020)	
EMPRESA	VALOR GLOBAL
EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS	R\$ 16.000,00
STUDIO F3 LTDA	R\$ 23.000,00
TERRAVISTA FILMES LTDA	R\$ 25.500,00
RRE PRODUTORA LTDA ME	R\$ 30.000,00
PAINEL DE PREÇOS (TRE-AC)	R\$ 36.000,00

EMPRESAS QUE COTARAM		
RAZÃO SOCIAL	CNPJ	ENDEREÇO, TELEFONE E E-MAIL
EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS	31.623.900/0001-19	RUA DOM MANUEL DE MEDEIROS, 2218, PARQUELANDIA - CEP: 60.455-305 - Tel.: (85) 99760-0663 - eehprodutora@gmail.com
RRE PRODUTORA LTDA ME	11.468.883/0001-85	Av. Rio Branco, 438, Loja 10 Mossoró/RN tel. (84) 99820-1001 rreprodutora@gmail.com ou exploratapro@gmail.com
STUDIO F3 LTDA	23.481.856/0001-21	Rua Nestor Fontenele Vasconcelos, 510 – Edson Queiroz – Cep: 60.834-355 - Fone: (85) 3252-1484 / 99619-3688 – comercial@f3producoes.com.br
TERRAVISTA FILMES LTDA	18.869.787/0001-98	Av. Monsenhor Carneiro da Cunha, 442 - Eng. Luciano Cavalcante - CEP 60.811-290 Fortaleza-CE - Tel.: (85) 3031-0618 ou 3051-2594 ou (62) 99186-9090 - contato@terravistafilmes.com.br ou atendimento@terravista360.com.br



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 078962/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	CLAUDIO SILVA DE ALMEIDA <i>Assinado eletronicamente em 12/05/2020 14:47:39</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS <i>Assinado eletronicamente em 12/05/2020 14:47:53</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 12 de Maio de 2020.



À
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SOLICITO INFORMAR SALDO ORÇAMENTÁRIO PARA ABERTURA DE CERTAME LICITATÓRIO.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 078986/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 12/05/2020 15:04:19</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Processo	20023/19
Objeto: Contratação de empresa para filmagem, monitoramento e produção de material gravado da Auditoria das Urnas Eletrônicas - Eleições 2020.	
Valor da Despesa	R\$ 26.100,00
Disponibilidade Orçamentária	R\$ 26.100,00
Saldo já utilizado para Dispensa (Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93)	x
SUFICIÊNCIA ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER A DEMANDA	
Sim	x
Não	

ALOCÇÃO DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO RESUMIDO – PTRES	
167625– Julgamento de Causas e Gestão Administrativa – P.O. 1	
167625– Julgamento de Causas e Gestão Administrativa – P.O. 2	
167866 – Implantação do Sistema de Automação de Identificação Biométrica	
167864 – Pleitos Eleitorais	x
Outro:	
GRUPO DA DESPESA	
3 – Outras Despesas Correntes	x
4 – Investimento	
FONTE ORÇAMENTÁRIA	
0100 - Recursos Ordinários	x
0127 – Custas e Emolumentos – Poder Judiciário	
Outra:	

OBSERVAÇÕES


CLASSIFICAÇÃO 339039-59



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 079120/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 13/05/2020 16:04:43</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

12/05/20 17:14

USUARIO : MARIA DE JESUS

DATA EMISSAO : 12Mai20

NUMERO : 2020PE000085

DATA LIMITE : 31Dez20

UG EMITENTE : 070007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA

GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL

FAVORECIDO :

TAXA CAMBIAL :

OBSERVACAO / FINALIDADE

CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FILMAGEM, MONITORAMENTO E PRODUÇÃO DE MATERIAL GRAVADO DOS PROCEDIMENTOS DA AUDITORIA FUNCIONAMENTO DAS URNAS ELETRÔNICAS- ELEIÇÕES 2020. PAD. 20023/19. SUBITEM:59

EVENTO	ESF	PTRES	FONTE	ND	UGR	PI	V A L O R
401081	1	167864	0100000000	339039		DIV SERVICI	26.100,00

LANCADO POR : 38168049349 - MARIA DE JESUS

UG : 070007 12Mai20 17:13

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA



Fortaleza, 12 de Maio de 2020.

À

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Para análise e procedimentos cabíveis.

GRACE TAHIM DE SOUSA BRASIL OTHON SIDOU
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 079316/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GRACE TAHIM DE SOUSA BRASIL OTHON SIDOU <i>Assinado eletronicamente em 12/05/2020 19:20:39</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 13 de Maio de 2020.



À
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Com arrimo orçamentário.

Para providências.


IBERE COMIN NUNES
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 079921/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 13/05/2020 16:06:14</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 13 de Maio de 2020.



À
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Para elaboração do edital.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 080072/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 13/05/2020 17:40:57</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2020
Processo TRE/CE n.º 20023/2019**

O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, através de seus Pregoeiros, instituídos pela Portaria n.º 3 de 03 de janeiro de 2020, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor valor global**, para **serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado**, nos termos da Lei n.º 10.520/2002, Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto n.º 10.024/2019, Decreto 8.538/2015, Decreto 7.892/2013, aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 8.666/93, demais normas pertinentes e ainda mediante as condições estabelecidas neste edital e em seus anexo.

A Sessão Pública, por meio de Sistema Eletrônico, para a Abertura das Propostas, dar-se-á no dia de 15 de junho de 2020, às 14:00h (catorze horas), ou às mesmas horas do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data no edifício-sede do TRE-CE, localizado na Rua Jaime Benévolo, n.º 21, Centro, nesta Capital, CEP 60.050-080, ou em caso de problemas técnicos de acesso à Internet ou ao sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF, e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I – Modelo de Proposta de Preços.

Anexo II – Minuta do Contrato.

Anexo III – Termo de Referência e Subanexo I.

Anexo IV – Preços de Referência.

Capítulo I – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto, contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver, 2º turno, em local a ser definido, conforme as especificações este Edital e do Anexo III – Termo de Referência

1.2. As atividades relativas ao 2º turno estarão condicionadas à realização do mesmo.

1.3. **A especificação dos serviços, datas, horários e prazos, estão detalhados no item 4 do Anexo III – Termo de Referência.**

1.4. **Todos os prazos previstos neste Edital e no Termo de Referência poderão ser modificados devido à pandemia do novo coronavírus (COVID 19).**

1.5. Na hipótese de haver diferença na descrição registrada no Sistema Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br) e nas especificações constantes no ANEXO III deste Edital, deverá ser considerada a do Edital.

Capítulo II - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atenderem a todas as exigências deste edital e estiverem, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte; cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

2.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

2.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

2.3.4. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

2.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes desta licitação deverão comprovar seu enquadramento e condição através de Declaração Específica registrada em campo específico do SISTEMA, nos termos do subitem 4.2.4. deste Edital, facultado ao TRIBUNAL se for o caso, promover diligência com a finalidade de comprovar o enquadramento do LICITANTE como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte diante das normas da Lei.

2.5. A Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia atuará como provedor do SISTEMA, não se responsabilizando o TRIBUNAL por eventual desconexão sua ou dos licitantes ao SISTEMA, assim como por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.6. O LICITANTE responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no SISTEMA, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

2.7. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o TRE-CE, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome da licitante, no sistema eletrônico. O TRE-CE também não se responsabilizará por eventual desconexão.

2.8. Fica vedada a participação, nesta licitação, de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/93.

2.9. As informações necessárias à verificação do cumprimento das condições elencadas nos itens anteriores poderão ser obtidas em qualquer registro cadastral dos órgãos ou entidades da Administração Pública, aí incluídos os sites do SICAF, do Portal da Transparência, sítio da Receita Federal e do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos do acórdão nº 1.793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União.

Capítulo III - DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,

imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Capítulo IV – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto e o preço ofertado, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. No momento do envio da proposta, as licitantes deverão manifestar, no sistema eletrônico, por meio de declaração:

4.2.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.2.2. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.2.2.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.2.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.2.4. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.2.5. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.2.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.7. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.2.8. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.9. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

4.7. Após o encerramento da etapa de lances, a proposta de preços da(s) empresa(s) vencedora(s), datada e ajustada com os lances ofertados, de pleno acordo com todos os requisitos do item

4.8, deverá ser enviada exclusivamente como anexo através da função “Enviar anexo/planilha atualizada”, disponibilizada pela pregoeira na fase de aceitação, impreterivelmente no prazo de 2 (duas) horas, a partir da convocação, sob pena de ser recusada pela pregoeira.

4.7.1. Os anexos deverão ser enviados em arquivo específico tipo “doc”, “odt”, “xls” ou “ods”, compatíveis com os aplicativos Microsoft Excel 97 e BrOffice 3.3.0, ou ainda, em formato não editável do tipo “.pdf”.

4.7.2. Eventuais erros no preenchimento da proposta não são motivos para a desclassificação da mesma, quando esta puder ser ajustada pela licitante, sem a majoração do preço ofertado e sempre obedecendo-se ao prazo previsto no item 4.7.

4.8. O documento a ser anexado deverá vir sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas e deverá atender aos seguintes requisitos:

a) proposta definitiva de preços, com detalhamento do objeto cotado, **cotação dos valores totais por turno de votação, e valor global da proposta**, conforme a tabela do Anexo I e atendendo às demais exigências constantes no Anexo III – Termo de Referência, expressos em algarismo e por extenso, em moeda corrente nacional;

b) validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de abertura desta licitação;

c) declaração expressa de que todos os tributos, fretes, custos e demais despesas correm por conta da proponente e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos;

d) Indicação do nome da empresa (razão social), n.º do CNPJ/MF, endereço completo e nome do representante legal;

e) indicação do telefone/fax para contato, email comercial, bem como dados bancários da pessoa jurídica (conta corrente, agência e banco).

4.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.11. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e declarações assinaladas no sistema, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4.12. O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará procederá a abertura de processo administrativo, visando à apuração de responsabilidade das empresas que descumprirem as regras editalícias durante a sessão pública. Considerar-se-á descumprimento ao prazo disposto no item 4.7, o envio de proposta que não atenda aos requisitos do item 4.8 e ainda, a inabilitação da licitante, tornando sem efeito as declarações exigidas no item 4.2, o que ensejam a aplicação da sanção especificada no item 11.1, conforme disciplina o artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019.

4.13. A(s) licitante(s) deverá(ão) utilizar o Anexo I deste Edital para a formulação de sua proposta, complementando as informações, caso necessário.

4.14. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

4.15. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tarifas e despesas incidentes, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o serviço a ser executado.

4.16. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Capítulo V - DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A Pregoeira, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital com a divulgação das propostas de preços recebidas no prazo avençado, as quais deverão guardar perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no instrumento convocatório.

5.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

Capítulo VI - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR GLOBAL, devendo ser discriminado o valor correspondente a cada turno da eleição.**

6.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação aos que cobrirem a melhor oferta.

6.4. No transcurso da Sessão Pública as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

6.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).

6.7. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.8. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.9. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.10. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.11. Caso ocorra a desconexão da Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retomando a pregoeira, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.11.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, no link de avisos do comprasnet, com envio do aviso ao endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.12. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.14. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.15. A Pregoeira convocará a licitante vencedora após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e a decisão acerca da aceitação da proposta, solicitando a inclusão da proposta ajustada, exclusivamente na forma eletrônica, através da função “convocar anexo”, disponibilizada na ferramenta para a pregoeira.

6.16. Não serão aceitas propostas com os preços excessivos ou inexequíveis, considerando-se inexequíveis aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto, o que ocorrerá após a solicitação da pregoeira.

6.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.17.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.17.2. No caso de negociação proposta pela pregoeira no chat, aguardar-se-á o prazo de 15(quinze) minutos para que a licitante manifeste sua aceitação ou recusa à solicitação realizada.

6.17.3. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2(duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

Capítulo VII - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Para julgamento será adotado o critério de **menor valor global, devendo ser discriminado o valor correspondente a cada turno da eleição, já incluídos todos os itens especificados.**

7.2. A pregoeira efetuará o julgamento da proposta, após o encerramento da etapa de lances e envio do anexo de proposta, podendo encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas, diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.3. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, a pregoeira divulgará o resultado de julgamento das Propostas de Preços, sagrando-se vencedora aquela que apresentar o **menor valor global.**

7.4. Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital e seus anexos, que sejam omissas, apresentem preços excessivos, inexequíveis ou irregularidades e defeitos que dificultem o julgamento.

7.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

7.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 1 (uma) hora ou, dependendo da comprovação a ser solicitada, abrir o prazo de, no mínimo 24 (vinte e quatro) horas para análise dos preços pelo setor solicitante do bem ou serviço, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8.1. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.9. Sendo aceitável a proposta da licitante detentora da melhor oferta, deverá ser comprovada sua condição de habilitação, na forma do que determina o Capítulo VIII deste Edital.

7.10. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, e assim

sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda às condições do Edital e seus Anexos.

7.11. Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11.1. A negociação será proposta pela pregoeira no chat do Pregão Eletrônico e a licitante deverá se manifestar no prazo máximo de 15 (quinze) minutos quanto a sua aceitação ou recusa à solicitação realizada.

7.12. Em caso de divergência entre as informações contidas no sistema eletrônico e na proposta específica, prevalecerão aquelas da proposta.

7.13. Não se considerará qualquer oferta de vantagem que não esteja prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

7.14. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital pelo(a) Pregoeiro(a).

7.15. Todos os valores, preços e custos da proposta terão como expressão monetária a moeda corrente nacional (art. 5º, Lei n.º 8.666/93). Serão desclassificadas as propostas que não atenderem a essa determinação legal.

7.16. Em nenhuma hipótese será recebida proposta fora do prazo estabelecido.

7.17. É vedada qualquer indexação de preços por índices gerais ou que reflitam variações dos preços.

7.18. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no artigo 30, XII, alínea b do Decreto n.º 5.450/2005 e na legislação pertinente.

Capítulo VIII – DA HABILITAÇÃO

8.1. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, habilitação parcial e qualificação econômico-financeira será verificada mediante consulta on-line ao SICAF, sendo o resultado informado aos interessados na própria sessão e deverá ser constatado o seguinte:

8.1.1. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

8.1.2. Prova de regularidade com a Seguridade Social;

8.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

8.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

8.1.5. Prova de regularidade do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN;

8.1.6. Balanço Patrimonial.

8.2. A etapa de habilitação compreenderá ainda:

8.2.1. consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União – CGU;

8.2.2. consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

8.2.3. consulta ao CNAE da empresa no sítio da Receita Federal;

8.2.4. consulta “on-line” ao SICAF da composição societária da licitante;

8.2.5. consulta à lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União.

8.3. Serão inabilitadas as licitantes que não comprovem a regularidade exigida no item 8.1 e que constem nos cadastros listados no item 8.2, que não apresentem atividade pertinente e compatível com o objeto e que possuam dentre os sócios, servidores e/ou dirigentes do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

8.3.1. Com relação aos cadastros do item 8.2, somente serão inabilitadas as empresas que sofreram a aplicação da sanção fundamentada no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e do art. 87, IV da Lei 8.666/93, as quais impedem a licitante de contratar com toda a Administração Pública, ou, ainda aquelas apenadas pela Administração do órgão licitante, sob o fundamento do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93, sendo neste caso o impedimento limitado ao âmbito do órgão aplicador da sanção.

8.4. Caso os documentos exigidos para habilitação não estejam contemplados no SICAF, ou não haja disponibilidade de realizar a consulta nos sítios emitentes das certidões vencidas, ou ainda as declarações constantes nos itens 4.2.1, 4.2.2, 4.2.3, 4.2.4 e 4.2.5 não estejam completas e corretas ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, será exigido o envio da documentação ou declarações, como anexo no sistema ou através do e-mail selic@tre-ce.jus.br, no prazo máximo de 2 (duas) horas, após solicitação da Pregoeira.

8.5. Será exigido, ainda, para fins de habilitação os seguintes documentos, observadas as orientações do item 8.7, sob pena de inabilitação:

a) Declaração de que o mesmo cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei n.º 9.854/1999, nos termos do Decreto n.º 4.358/2002, que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas;

b) Declaração de que inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação na presente licitação, exigida somente para as licitantes que optarem pela verificação da sua regularidade fiscal pelo SICAF, que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas;

c) Declaração de que a proposta foi elaborada de modo independente, que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas.

d) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) **Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida** pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede da pessoa jurídica, há menos de 180 (cento e oitenta) dias da data de recebimento dos envelopes, mencionada no preâmbulo do edital, especificamente para as certidões sem prazo de validade;

f) **Atestado(s) de capacidade técnica** expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprove(m) que a empresa executou ou está executando serviços da mesma natureza ou similares ao da presente contratação.

8.6. Caso o balanço patrimonial apresente alguma irregularidade perante o SICAF ou, embora regular, apresente índices de LG, SG, e LC menores que 1, a licitante deverá encaminhá-lo ao pregoeiro juntamente com as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 meses da data de apresentação da proposta;

8.6.1. Serão considerados na forma da lei o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis assim apresentados:

8.6.1.1. publicados em Diário Oficial; ou

8.6.1.2. publicados em jornal de grande circulação; ou

8.6.1.3. por cópia registrada no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante; ou

8.6.1.4. por cópia extraída do Livro Diário – devidamente autenticado no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante - inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou

8.6.1.5. por cópia extraída do Livro Diário, com o respectivo comprovante de entrega da Escrituração Contábil Digital ao SPED Contábil, juntamente com o termo de autenticação eletrônica realizada pela Junta Comercial; ou

8.6.1.6. outros meios permitidos pelas normas de regência;

8.6.2. A análise da qualificação econômico-financeira será feita por servidores qualificados designados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou superiores a 1 (um):

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

8.6.3. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

8.6.4. A licitante que apresentar resultado menor do que 1, em quaisquer dos índices - Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG, e Liquidez Corrente – LC, deverá comprovar Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% do valor total estimado para a contratação, na forma dos §§ 2º e 3º do art. 31 da Lei nº 8.666/93;

8.6.5. Se necessária a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado, juntamente com esses documentos, o memorial de cálculo correspondente.

8.6.6. As demonstrações contábeis deverão apresentar as assinaturas do titular ou representante da empresa e do contabilista responsável, legalmente habilitado;

8.6.7. As demonstrações contábeis das empresas com menos de um exercício social de existência devem cumprir a exigência contida na lei, mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado; e

8.6.8. Poderão ser exigidas das empresas, para confrontação com as demonstrações contábeis, as informações prestadas à Receita Federal.

8.7. Não há necessidade de que as microempresas e empresas de pequeno porte apresentem documentação referente à regularidade fiscal válida, em conformidade com o art. 42 e 43 da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014. Havendo alguma restrição, proceder-se-á na forma do subitem 8.6.1. Os demais documentos exigidos nos itens 8.2 e 8.5 deverão ser apresentados sem restrições.

8.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do TRE-CE, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.7.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.6.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.8. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o(a) Pregoeiro(a) considerará a licitante inabilitada.

8.9. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório apresentados em língua estrangeira deverão ser autenticados pelos respectivos consulados, mediante reconhecimento da assinatura do tabelião ou notário do país de origem, que tiver reconhecido a assinatura do emitente de tais documentos, além de serem traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

8.10. Se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.11. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos neste Edital e em seus anexos.

8.12. Quando houver documentos que não sejam expedidos pela própria empresa e o órgão emissor não declare a validade do documento, este terá validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.

8.13. Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação do objeto à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos para homologação do certame e decisão quanto à contratação. Na hipótese de existência de recursos, o processo virtual será encaminhado à Autoridade Superior competente deste TRE para julgamento e, em caso de improvimento, adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, homologação do certame e decisão quanto à contratação.

8.14. O licitante deverá manter, durante toda a execução, as condições de habilitação estipuladas nos itens 8.1, 8.2 e 8.5 do edital.

Capítulo IX - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto

é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.1.1. O sistema encaminhará automaticamente e-mail para as demais licitantes quando do registro das razões do recurso.

9.2. Havendo quem se manifeste, caberá à Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.4. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do seu direito de recurso e a adjudicação do objeto licitado ao vencedor.

9.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

9.7. As decisões da Pregoeira e autoridade competente serão registrados em campo específico do sistema.

9.8. Julgados os recursos, a autoridade titular do órgão promotor do certame fará a adjudicação do objeto à licitante declarada vencedora, homologará a licitação e decidirá quanto à contratação.

9.9. Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas as petições de contrarrazões apresentadas intempestivamente ou em desacordo com o disposto no item 9.1 deste edital.

Capítulo X – DO CONTRATO E DA VIGÊNCIA

10.1. Será firmado contrato com a licitante vencedora, o qual terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993.

10.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital, independentemente de transcrição.

10.3. Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias, sem justificativa, por escrito, aceita pela Autoridade Superior, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente. Nesse caso, sujeita-se, a licitante vencedora, às penalidades aludidas no Capítulo XI deste Edital.

10.4. Se a licitante vencedora não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será aplicada a regra prevista no item 10.3 deste Capítulo.

10.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado na forma do artigo 67 da Lei n.º 8.666/1993.

10.6. O contrato a ser firmado entre o TRE/CE e a licitante vencedora terá vigência até 31 de dezembro de 2020, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir o primeiro e incluir o último.

10.7. O contrato terá validade e eficácia a partir da data da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

Capítulo XI – DAS PENALIDADES

11.1. A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, se for o caso, será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.2. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, além de restar possibilitada a rescisão do contrato, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Cláusula Décima Primeira da Minuta de Contrato – Anexo II deste edital.

Capítulo XII – DA RESCISÃO

Vide Cláusula Décima Segunda do Anexo II deste Edital

Capítulo XIII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Vide Cláusula Décima do Anexo II deste Edital

Capítulo XIV - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

Vide Cláusula Quinta do Anexo II deste Edital

Capítulo XV - DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO TRE/CE

Vide Cláusula Sexta do Anexo II deste Edital

Capítulo XVI - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA LICITANTE VENCEDORA

Vide Cláusula Sétima do Anexo II deste Edital

Capítulo XVII – DO PAGAMENTO

Vide Cláusula Quarta do Anexo II deste Edital

Capítulo XVIII – DA IMPUGNAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

18.1. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de condições deste Edital, de outros assuntos relacionados a presente licitação, dúvida de interpretação ou omissão, deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Instrumento convocatório para a abertura da sessão eletrônica, sob pena de aceitação de todas as condições editalícias.

18.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, interposta por meio eletrônico, através do e-mail selic@tre-ce.jus.br ou através de documento protocolizado neste Tribunal, a ser comunicada à Pregoeira Oficial do TRE/CE.

18.3. É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos do presente Pregão, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública de Pregão, devendo o Tribunal, através da Pregoeira Oficial, julgar e responder sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, exclusivamente por meio eletrônico.

18.4. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste Pregão até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

18.5. A impugnação deverá ser interposta por meio eletrônico, por e-mail ou através de documento protocolizado neste Tribunal, a ser comunicada à Pregoeira Oficial do TRE/CE.

18.6. Se acolhida petição contra este Edital, será designada nova data para a realização deste Pregão.

18.7. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, no link: acesso livre/pregões/agendados – Código UASG 070007 ou no link “visualizar impugnações/esclarecimentos/avisos”.

Capítulo XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente Edital.

19.2. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação das licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, a Pregoeira adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação pela autoridade superior competente.

19.3. No caso de interposição de recurso(s), após proferida a decisão quanto ao(s) mesmo(s), será o resultado da licitação submetido à Autoridade Superior, para os procedimentos de adjudicação e homologação.

19.4. As empresas licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, das propostas e dos documentos apresentados em qualquer época ou fase da licitação.

19.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no artigo 30, XII, alínea b do Decreto n.º 5.450/2005 e na legislação pertinente.

19.6. No caso de a empresa ser optante pelo “SIMPLES”, deverá apresentar com a nota fiscal e/ou documento equivalente, cópia autenticada do Termo de Opção ou de Isenção naquilo que estiver dispensado legalmente, sob pena de retenção na fonte, por parte deste Tribunal, do imposto de renda pessoa jurídica, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para a seguridade social e da

contribuição para o PIS/PASEP, sobre os valores pagos a quaisquer pessoas jurídicas, consoante determina a Lei n.º 9.430/96, a Instrução Normativa Conjunta n.º 539/05 do SRF/STN/SFC e a Lei Complementar n.º 116 de 31/07/2003, art. 6º, §2º, II, c/c Decreto nº 11.591/2004 da Prefeitura de Fortaleza (Regulamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN).

19.7. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º, art. 65 da Lei n.º 8.666/1993 e § 2º, inciso II, art. 65 da Lei n.º 9.648/98, os quais a licitante vencedora ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas.

19.8. O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93, em especial na hipótese contida no art. 10, parágrafo único, I, do Decreto nº 8.538/2015.

19.9. No julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

19.10. Os casos omissos serão resolvidos pela pregoeira, que decidirá com base na legislação em vigor.

19.11. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal na Capital do Estado do Ceará, excluído qualquer outro.

19.12. Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica a aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo o direito de impugnar os seus termos a licitante que, tendo-o aceito sem objeção vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.

19.13. A Seção de Licitações prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 13:00 às 19:00 horas, na Rua Jaime Benévolo, nº 21, Térreo, Centro, Fortaleza – Ceará, pelo telefone: (85) 3453-3736 ou, ainda, pelo e-mail: selic@tre-ce.jus.br.

Fortaleza/CE, 15 de maio de 2020

Maria de Fátima de Souza Ribeiro
Pregoeira

Hugo Pereira Filho
Diretor Geral

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2020 - TRE/CE
ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA

Nome da Empresa: CNPJ:
Endereço: CEP:
Fone: E-mail comercial:
Validade da proposta:
Conta Corrente n.º: Banco: N.º da Agência:

Proposta de preços para realização de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver, 2º turno, em local a ser definido, observadas as condições estabelecidas abaixo e no Anexo III – Termo de Referência.

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Global da Proposta
Filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, por cada turno das Eleições 2020.	R\$. (.....)	R\$. (.....)	R\$. (.....)

Declaramos que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, custos e demais encargos que incidam sobre os serviços fornecidos.

Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências constantes no Edital e no Termo de Referência – Anexo III do Pregão Eletrônico 43/2020.

_____/____, de _____ de 2020.

Nome do Representante Legal
RG. e CPF:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2020 - TRE/CE
ANEXO II
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º /2020

Contrato de _____ que entre
si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional
Eleitoral do Ceará e a
empresa

Pelo presente instrumento, compareceram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, situado na Rua Jaime Benévolo, n.º 21, Centro, em FORTALEZA/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.026.531/0001-30, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, representado neste ato por _____, RG n.º _____, CPF n.º _____, no uso da competência atribuída pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, estabelecida na _____, n.º _____, Bairro _____, telefone: _____, em _____/_____, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo Senhor _____, portador do RG n.º _____ - _____ e CPF n.º _____, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE _____, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1 O presente contrato fundamenta-se:

- a) No Pregão Eletrônico ____/2020, conforme a Lei n.º 10.520/2002 e Decreto n.º Decreto n.º 10.024/2019;
- b) Nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente:
 - constem no processo administrativo n.º _____;
 - não contrariem o interesse público;
- a) Nas determinações da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações;
- b) Nos preceitos do Direito Público;
- c) Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver, 2º turno, em local a ser definido, conforme as especificações do Edital do P.E. nº 43/2020 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

- 3.1. Pela contratação do serviço, objeto deste instrumento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$._____ (.....), conforme discriminado na proposta de preços.
- 3.2. No preço apresentado pela CONTRATADA estão incluídos todas as despesas, inclusive impostos, taxas e demais encargos necessários à prestação dos serviços.
- 3.3. O valor estipulado no item 4.1 é irredutível.
- 3.4. O pagamento referente ao 2º turno está condicionado à realização do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Após verificado que o serviço foi prestado de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência, a CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, exceto para os pagamentos decorrentes de despesas até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

4.2. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seus representantes legais, em duas vias.

4.3. Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012

4.4. O pagamento do serviço objeto do Termo de Referência será efetuado em parcela única, devendo o CONTRATADO discriminar na Nota Fiscal os valores relativos a cada turno das eleições.

4.5. O TRE-CE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, for observado que os serviços prestados não estão de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, aplicando-se ainda as penalidades cabíveis.

4.6. Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

4.7. A nota fiscal e/ou documento equivalente que for apresentado com erro será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 4.1, os dias que se passarem entre a data de devolução e a de reapresentação.

4.8. Para fazer jus ao Pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal e/ou documento equivalente para pagamento acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS, da certidão conjunta expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, Receita Estadual e Municipal, a fim de comprovar a sua regularidade fiscal.

4.9. O TRE-CE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

4.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TRE-CE, entre a data referida no item 4.1 e a correspondente ao efetivo pagamento, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor a ser pago

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA QUINTA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada fica obrigada a:

a) cumprir rigorosamente tudo o que dispõe o contrato e o Termo de Referência anexo, de modo a cumprir os prazos e preços previstos na sua proposta de preços;

b) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado;

c) não transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da contratante.

d) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

e) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo TRE-CE;

f) não veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do TRE-CE;

g) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. O contratante compromete-se a:

a) efetuar o pagamento, de acordo com o preço e condições estipulados na proposta de preços da Contratada;

b) promover, através de seu representante (gestor do contrato), o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas

detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;

c) notificar, por escrito, a Contratada sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução do contrato;

d) comunicar, no ato da liquidação da despesa, através da Seção de Contabilidade, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos à Contratada, segundo o disposto no artigo 63 da Lei n.º 4.320/64;

e) comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação do objeto licitado;

f) rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa apresentar fora das especificações do edital e da proposta;

g) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA CONTRATADA

7.1. À CONTRATADA caberá assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

7.2. Deverá a CONTRATADA assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do TRE-CE.

7.3. Todos os encargos de uma possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos elencados acima, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Vide item X do Termo de Referência anexo

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

9.1. O contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir o primeiro e incluir o último.

9.2. O contrato terá validade e eficácia a partir da data da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Tribunal, no Programa de Trabalho:, no Elemento de Despesa:, no Subelemento:

10.2. Foi emitida em/...../....., a Nota de Empenho do tipo, identificada pelo número 2020NE000....., no valor de R\$ (.....) visando atender as despesas decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, ressalvado o disposto no §2º do art. 87 da primeira, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

11.2. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

a) advertência por escrito;

b) multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, por cada hora ou fração de atraso em relação aos horários de início ou término de instalação dos equipamentos, conforme previsto no item 4.3 do Termo de Referência;

c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, em caso de inexecução parcial do contrato;

d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, em caso de inexecução total do contrato;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

f) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

11.3 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

11.4 As sanções estabelecidas nos itens 11.2.a, 11.2.e, 11.2.f e 11.2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente àquelas previstas nos itens 11.2.c e 11.2.d, descontando-se esses valores dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA.

11.5 As situações ensejadoras de penalidades serão previamente analisadas pelo gestor do contrato, que deverá informar detalhadamente o fato ocorrido e o(s) eventual(is) prejuízo(s) sofrido(s) pela Administração, observado o devido contraditório.

11.6 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

11.7 Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

11.8. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada a CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, independente de qualquer interpelação judicial, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira (Das Penalidades).

12.2. Caberá rescisão administrativa, independentemente de qualquer processo judicial ou extrajudicial, quando:

a) constar de relatório firmado pelo servidor designado para acompanhamento e fiscalização deste Contrato a comprovação de dolo ou culpa da CONTRATADA, referente ao descumprimento das obrigações ajustadas;

b) ocorrer atraso injustificado, a juízo do CONTRATANTE, na execução do contrato;

c) houver subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do presente instrumento;

d) ocorrerem razões de relevante interesse e amplo conhecimento público, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE;

e) ocorrer caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato;

f) houver ausência dos pressupostos e condições exigidas na licitação;

g) ocorrer falência, dissolução e/ou liquidação da CONTRATADA;

h) for utilizado este contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

i) ocorrerem as demais hipóteses de rescisão previstas na Lei n.º 8.666/93.

12.3. Pode ocorrer rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE e esta conveniência seja devidamente justificada.

- 12.4. A rescisão amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 12.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 12.6. A rescisão judicial ocorrerá nos termos da legislação pertinente à espécie.
- 12.7. Os atos administrativos de rescisão contratual serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PRERROGATIVAS

13.1. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos ao presente Contrato e também os abaixo elencados:

- a) modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público;
- b) extinguir o contrato unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93;
- c) aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

14.1. A aquisição ora contratada obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições da Lei n.º 8.666/93, à legislação complementar, às cláusulas deste Contrato e aos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem:

- a) Edital do Pregão Eletrônico n.º ____/2020;
- b) Proposta da CONTRATADA, com os documentos que a integram, constante no documento n.º ____ do Processo n.º ____/2019;
- c) Termo de Referência em anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E, como prova de haverem ajustado e contratado entre si, depois de lido e achado conforme, é celebrado o presente Contrato pelas partes, dele sendo extraídas 2 (duas) cópias de igual teor e forma, necessárias para a sua publicação e execução.

Fortaleza/CE, de de 2020.

CONTRATANTE

CONTRATADA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2020 - TRE/CE
ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

2020

I Do Objeto

Contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 4 de Outubro de 2020, 1º turno, e, se houver 2º turno, no dia 25 de Outubro de 2020, em local a ser definido.

CATSER: 3778

II Da Finalidade

Objetiva-se com a contratação:

- a) atendimento ao estabelecido na Resolução TSE nº 23.603/2019;
- b) produção de registro material para que, em caso de divergência entre os resultados finais da urna e o da contagem feita em paralelo, possam ser localizados e identificados os erros humanos causadores da divergência;
- c) comprovação material, a qualquer tempo, das totalizações obtidas e dos procedimentos realizados, no caso de consultas ou questionamentos posteriores.

III Da Justificativa

A contratação de empresa especializada se justifica em razão do TRE/CE não dispor de equipamentos e pessoal capacitado para os serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado.

Quanto à necessidade de realização das filmagens:

A Votação Paralela é procedimento que ocorre para fins de verificação do funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, conforme disposto na Resolução TSE nº 23.603/2019.

A filmagem é parte obrigatória do processo de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, conforme disposto na norma supracitada, sendo a forma de se averiguar e comprovar a lisura dos procedimentos realizados, bem como constatar erros humanos que porventura venham a ocorrer.

IV Da Especificação da Filmagem

4.1. A filmagem deverá abranger todas as etapas da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, incluindo:

- a) abertura dos trabalhos;
- b) rotinas de votação;
- c) encerramento dos trabalhos.

4.2. Devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- a) utilização de 4 (quatro) câmeras digitais profissionais, de alta definição, sendo 1 (uma) para cada urna eletrônica submetida à auditoria;
- b) as câmeras junto às urnas eletrônicas deverão ter monitores individuais de, no mínimo, 32" com os respectivos suportes de chão, reproduzindo a imagem filmada;
- c) captação de áudio através de microfone tipo *headset*, sendo necessário 1 (um) microfone para cada uma das câmeras focadas nas urnas eletrônicas, totalizando 4 (quatro) microfones;
- d) gravação de áudio e vídeo para cada uma das câmeras, em 4 (quatro) vias independentes e simultâneas, mais 4 (quatro) vias para efeito de *backup* com possibilidade de recuperação dos dados imediatamente após o final dos trabalhos de gravação;
- e) será imprescindível o registro da data/hora das filmagens de cada câmera;
- f) deverá haver monitoramento simultâneo de todas as câmeras em televisor de 32", no mínimo, com uso de multiplexador e gravação desse sinal; desde que haja condições técnicas, poderá ser utilizado projetor multimídia, com projeção em tela de, no mínimo, 1,5m x 1,5m, em substituição ao televisor exigido neste item;
- g) o período de gravação deverá ser o da duração do processo de votação paralela com garantia de continuidade, sem interrupções nem omissão de qualquer momento do período;
- h) gravação em formato digital, entrega do material gravado em arquivos digitais, em um dos seguintes padrões: Windows Media Video (WMV), Audio Video Interleave (AVI), Moving Picture Experts Group

(MPEG), OGG Media File (OGG) ou Apple Quicktime (MOV); e podendo a mídia ser: DVD, pendrives ou unidade de disco rígido externa compatível com o padrão USB.

- i) o posicionamento das câmeras, dos monitores e dos equipamentos de gravação deverá obedecer as determinações do contratante.

4.3. Datas e horários de realização dos trabalhos:

a) No primeiro turno da eleição:

- **03 de outubro de 2020** – instalação e testes dos equipamentos, a partir das 13h, com previsão de conclusão às 18h;
- **04 de outubro de 2020** – realização das filmagens, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até as 18h, o que resulta em duração estimada para o evento de 11 (onze) horas, ou 660 (seiscentos e sessenta minutos), por cada câmera.

b) No segundo turno da eleição, se houver:

- **24 de outubro de 2020** – instalação e testes dos equipamentos, a partir das 13h, com previsão de conclusão às 18h;
- **25 de outubro de 2020** – realização das filmagens, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até as 18h, o que resulta em duração estimada para o evento de 11 (onze) horas, ou 660 (seiscentos e sessenta minutos), por cada câmera.

4.4 Prazo para entrega do material gravado: até 15 (dias) após cada turno da eleição.

4.5 Local da realização dos trabalhos: a definir, em Fortaleza/CE.

V Do Critério de Julgamento

Será considerada vencedora a empresa que apresentar proposta com menor preço global, devendo ser discriminado o valor correspondente a cada turno da eleição, já incluídos todos os itens especificados.

VI Das Obrigações da Contratante

Para o fiel cumprimento deste Contrato, a Contratante compromete-se a cumprir as seguintes obrigações e responsabilidades:

- 6.1 Nomear Gestor e Suplente para acompanhar o contrato de acordo com o previsto no art. 67 da Lei n.º 8.666/93, *in verbis*: “Art. 67 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.”
- 6.2 Estabelecer, antes do início da prestação do serviço, em data a ser agendada pelo Gestor do Contrato, reunião da qual participarão o próprio Gestor do Contrato e seu Suplente e o representante da Contratada com o preposto indicado pela empresa para acompanhar o Contrato, para tratarem das peculiaridades do serviço com base nos registros de ocorrências dos contratos anteriores, no que diz respeito a: formas de comunicação entre as partes, horário de funcionamento das unidades jurisdicionais desta Justiça Eleitoral, entre outros;
- 6.3 Informar, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, local, data e horário da realização dos eventos;
- 6.4 Comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação do objeto licitado;
- 6.5 Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos que a empresa apresentar fora das especificações do edital e da proposta;
- 6.6 Efetuar o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas no item .

VII Das Obrigações da Contratada

7.1 São obrigações da contratada:

- a) dispor, nas datas previstas e solicitadas pela contratante, os equipamentos em perfeitas condições de uso e adotar todas as providências necessárias visando a garantir os equipamentos e serviços decorrentes;

- b) manter, no próprio local das atividades, equipamentos de reserva, em plenas condições de uso, para substituição e retomada imediata dos trabalhos no caso de falha em algum dos equipamentos;
- c) nomear Preposto, desde o início do Contrato, de acordo com o art. 68 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*: “Art. 68 O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do Contrato.”;
- d) nomear um de seus dirigentes ou representante legal, além do Preposto, para tratar de todos os assuntos e/ou dificuldades referentes à execução do Contrato, inclusive informando os números dos telefones de trabalho, da residência e um celular, que deverá estar ativo e habilitado durante toda a vigência do Contrato, bem como um número de fax e o(s) e-mail(s) para o envio de comunicações;
- e) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado;
- f) é vedada a subcontratação do presente objeto, não sendo permitido à contratada transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da contratante.
- g) conduzir os trabalhos de filmagem, monitoramento e produção de material gravado, entre outras providências necessárias;
- h) para cada turno da eleição, fornecer 2 (duas) cópias de todo o conteúdo filmado nas 4 (quatro) câmeras e do sinal multiplexado, em DVD ou pendrives ou unidade de disco rígido externa compatível com o padrão USB, acondicionadas em embalagem própria (caixa plástica rígida), devidamente identificadas, que deverão ser entregues até 15 (quinze) dias após a respectiva gravação;
- i) instalar todo o material necessário e disponibilizar equipe técnica, na véspera do dia da eleição, no primeiro turno e, se houver, também no segundo turno de votação, para realização de testes completos, conforme orientação da Administração do TRE/CE;
- j) manter instalado todo o material necessário desde a véspera do dia da eleição até o término dos trabalhos de filmagem, conforme programação prevista no item .
- k) fornecer todo o material (câmeras, mídias, microfones, televisores, suportes para os televisores, entre outros) a ser utilizado nos trabalhos de filmagem, monitoramento e produção;
- l) providenciar os equipamentos ou acessórios (e.g. gerador, *no-break*, baterias) de modo a garantir a continuidade das filmagens por pelo menos 20 (vinte) minutos, mesmo com a falta de energia elétrica externa;
- m) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;
- n) apresentar os dados para pagamento: razão social, CNPJ e dados da conta corrente – número, agência bancária e banco – onde deseja receber seus créditos; a conta corrente deverá estar em nome da empresa contratada;
- o) manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VIII Do Pagamento

- 8.1 Após verificado que o serviço se encontra de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, conforme as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo de até 30(trinta) dias, contados da data do adimplemento de cada parcela, exceto os pagamentos decorrentes de despesas de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), que serão efetuados no prazo de até 5(cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.
- 8.2 O pagamento do serviço objeto deste Termo de Referência será efetuado em parcela única, devendo o CONTRATADO discriminar na Nota Fiscal os valores relativos a cada turno da eleição.
- 8.3 As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 6.º, da Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.
- 8.4 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012.

IX Das Penalidades

- 9.1 A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto nº 10.024/2019 a serem aplicadas pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

9.2 O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, por cada hora ou fração de atraso em relação aos horários de início ou término de instalação dos equipamentos, conforme previsto no item 4.3;
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, em caso de inexecução parcial do contrato;
- d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, em caso de inexecução total do contrato;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 49 do Decreto nº 10.024/2019;
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

9.3 Se o motivo do descumprimento ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

9.4 As sanções estabelecidas nos itens 9.2.a, 9.2.e, 9.2.f e 9.2.g, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquelas previstas nos itens 9.2.c e 9.2.d, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.5 Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

9.6 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

9.7 Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada a CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

X DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO do Contrato

10.1 A realização de todas as atividades relacionadas à contratação será acompanhada e fiscalizada pelos gestores do contrato, servidores deste Tribunal: **Márcia Maria Silva Cavalcante**, (marciacavalcante@tre-ce.gov.br) e **Kinsley Davis Costa Souza** (kinsley@tre-ce.jus.br).

10.2 Será anotado em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos servidores designados para acompanhamento deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

XI Da Vigência do Contrato

O Contrato terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2020, com termo inicial a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início em dia de expediente.

Fortaleza, 30 de abril de 2020.

Márcia Maria Silva Cavalcante
Coordenadora da COPAD

Kinsley Davis Costa Souza
Técnico Judiciário

DE ACORDO.

Orleanes Cavalcanti
Secretária Judiciária

SUBANEXO I – PLANILHA DE CUSTOS

Especificação do Item		
Descrição do Item	Filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, por cada turno das Eleições 2020.	
Custo por cada turno das Eleições 2020 (em R\$)		
Custo global para os dois turnos das Eleições (em R\$)	Custo por cada turno das Eleições 2020	x2=

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2020 - TRE/CE
ANEXO IV – PREÇOS DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Global da Proposta
Filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, por cada turno das Eleições 2020.	R\$ 13.550,00	R\$ 12.550,00	R\$ 26.100,00



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 081311/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO <i>Assinado eletronicamente em 15/05/2020 13:31:38</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 15 de Maio de 2020.

À

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Para ciência do Edital do Pregão Eletrônico nº 43/2020, envio à ASDIR para análise jurídica, e autorização de abertura do certame pela DIGER, se oportuno e conveniente.

Ressaltamos que o edital foi elaborado com base no Decreto nº 10.024/2019, adotando o modo de disputa aberto.

MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 081314/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO <i>Assinado eletronicamente em 15/05/2020 13:34:49</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 18 de Maio de 2020.



À
GABINETE DA DIRETORIA-GERAL

Para análise jurídica do edital.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 082058/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 18/05/2020 10:57:55</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



INFORMAÇÃO

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de exame da regularidade da minuta do edital [doc. Nº 81311/2020], para efeito de autorização de abertura do certame licitatório, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de auditoria e funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno e, se houver, 2º turno, em conformidade com o estabelecido no Edital e no Termo de Referência.

A seguir, a análise jurídica dos atos que compõem a referida minuta, constando os requisitos contidos na lista de verificação da AGU, conforme determinado na Portaria Diger nº 295/2018, e com esteio nas Leis n.º 8.666/1993, com as devidas alterações, n.º 10.520/2002, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Complementar n.º 147/2014, Decreto n.º 5.450/2005, e no Manual de Licitações e Contratos do TCU, 4ª edição, Brasília 2010.

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM/NÃO	OBSERVAÇÕES
1. O procedimento licitatório foi iniciado com a abertura de processo administrativo devidamente autuado e numerado, quando processo físico, ou registrado quando processo eletrônico?	SIM	PAD nº 20023/2020
2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente?		DOC. PAD nº 60091/2020 [DOD]
3. Encontra-se prevista a exigência de amostra ou prova de conceito para algum item?	NÃO SE APLICA	
3.1 A exigência está clara, precisa e acompanhada de metodologia de análise?	NÃO SE APLICA	
3.2 A exigência está prevista na fase de aceitação, após a etapa de lances, e apenas para o vencedor?	NÃO SE APLICA	
4. A autoridade competente da unidade demandante justificou a necessidade da contratação e aprovou o Termo de Referência?	SIM	DOCs. PAD nº 81311/2020, anexo 3, item 3
4.1 No caso de contratação por registro de preços, a autoridade competente justificou a utilização do SRP com base em alguma das hipóteses previstas no artigo 3º do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013?	NÃO SE APLICA	
5. A autoridade competente da unidade demandante definiu o objeto do certame de forma precisa, suficiente e clara?	SIM	DOCs. PAD nº 81311/2020, anexo 3, itens 1 e 4
6. Há autorização da autoridade competente permitindo o início do procedimento licitatório?	NÃO	Será o próximo passo
7. A autoridade competente designou o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio?	SIM	Portaria n.º 03 de 3 de janeiro de 2020



7.1 A equipe de apoio é formada, na sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego público, preferencialmente, na entidade promotora da licitação?	SIM	
8. No caso de licitação para registro de preços a Administração realizou o procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, visando o registro e a divulgação dos itens a serem licitados?	NÃO SE APLICA	
8.1 No caso de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP, há justificativa do órgão gerenciador?	NÃO SE APLICA	
8.2 No caso de existirem órgãos ou entidades participantes, a Administração consolidou as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização?	NÃO SE APLICA	
8.3 A Administração confirmou junto aos órgãos ou entidades participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos, preços estimados e termo de referência?	NÃO SE APLICA	
9. Foi realizada ampla pesquisa de preços do objeto da licitação baseada em critérios aceitáveis na forma prevista na IN SLTI/MP n.º 5, de 27 de junho de 2014?	SIM	DOC. PAD n.º 78962/2020 Considerando que o preço de referência está bem acima do contratado em 2018, Sugerimos encaminhando deste processo à SOF para atualizar o valor de 2018 (Contrato n.º 52/2018), com vistas à tomada de decisão relativamente ao preço de referência a ser adotado. Verificamos que nas especificações do objeto, há diferença apenas no tamanho dos 4 monitores que deverão ser de 32” e não de 20”.
9.1 Tratando-se de serviço, existe orçamento detalhado em -planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação?	SIM	DOC. PAD n.º 81311/2020 Anexo 1
9.2 Para fins de orçamentação e análise de vantajosidade nas licitações de bens e serviços, foram priorizados os parâmetros previstos nos incisos I (Portal de Compras Governamentais) e III (contratações similares de outros entes públicos) do art. 2º da IN SLTI/MP n.º 5, de	SIM	DOC. PAD n.º 78962/2020



2014?		
10. O procedimento licitatório possui a indicação do recurso próprio para a despesa, caso não seja SRP?	SIM	DOC. PAD n° 79921/2020
11. Há minuta de edital e anexos?	SIM	DOC. PAD n° 81311/2020
11.1 termo de referência;	SIM	DOC. PAD n° 81311/2020 ANEXO III
11.2 contrato ou documento assemelhado;	SIM	DOC. PAD n° 81311/2020 ANEXO II
11.3 ata de registro de preços, se for o caso; e	NÃO SE APLICA	O procedimento ainda está em fase de análise do Edital.
11.4 planilha de quantitativos e custos unitários, se for o caso (serviço).	NÃO SE APLICA	
12. No caso de realizada a licitação por pregão presencial, consta a justificativa válida quanto à inviabilidade de utilizar-se o formato eletrônico?	NÃO SE APLICA	
13. O edital prevê a forma de apresentação da proposta comercial, com a indicação precisa de como o valor deve ser ofertado (total ou por item), incluindo, caso necessário, a apresentação da planilha de custos?	SIM	DOC. PAD n° 81311/2020 ANEXO 1
14. O Edital estabelece prazo razoável de validade das propostas comerciais compatível com a duração do certame e dentro dos prazos previsto na legislação vigente?	SIM	DOC. PAD n° 81311/2020 CAPÍTULO IV
15. O edital fixa o prazo de envio de documentos complementares à habilitação de acordo com a IN n° 1, de 26 de março de 2014 (mínimo 120 minutos), pela ferramenta de convocação de anexo?	SIM	DOC. PAD n° 81311/2020 CAPÍTULO VI
16. Foram consultados os decretos que dispõem sobre margem de preferência?	NÃO SE APLICA	
17. Foi prevista a aplicação dos benefícios dispostos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e seu regulamento, o Decreto n° 8.538, de 6 de outubro de 2015?	SIM	DOC. PAD n° 81311/2020 Capítulo II
17.1 O processo licitatório destina-se exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), de acordo com o art. 48, I da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006?	SIM	DOC. PAD n° 81311/2020 Capítulo II (Item 2.1)
18. Os autos foram instruídos com parecer jurídico?	SIM	DOC. PAD n° 67820/2020 Análise do Termo de Referência pela ASDIR.
18.1 Houve alteração sugerida pela assessoria jurídica, bem como o retorno dos autos para parecer conclusivo, caso aquela tenha requerido?	SIM	DOC. PAD n° 72401/2020



18.2 Houve algum ponto em que não foi aceita a recomendação da assessoria jurídica com a devida justificativa para tanto?

NÃO

ANÁLISE DO EDITAL	SIM/NÃO	OBSERVAÇÕES
1. Há minuta de edital e anexos (art. 4º, III, da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, IV e 30, VII, do Decreto nº 5.450/05 e art. 40 da Lei nº 8.666/93)? O TCU firmou entendimento no sentido de que, em licitação na modalidade pregão, “o orçamento estimado em planilhas e preços unitários não constitui um dos elementos obrigatórios do edital”, devendo estar necessariamente inserido no processo relativo ao certame, conforme exigido pela Lei 10.520/02 (art. 3º, III, c/c o art. 4º, III) e pelo Decreto 5.450/05 (art. 30, III), acessível a quem o solicitar, ficando a critério do gestor a avaliação da oportunidade e conveniência de incluir “dita peça” no edital como anexo - Acórdão 1888/2010 - Plenário)	SIM	Doc. nº 81311/2020
2. Constam no Preâmbulo do edital o número de ordem em série anual, nome da repartição e o setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo de licitação, menção de ser regida pela Lei 8666/93, local, dia e hora para a sessão pública de abertura de propostas?	SIM	Doc. nº 81311/2020
3. Consta a designação do pregoeiro e equipe de apoio (art. 3º, IV, §§1º e 2º da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, VI, 10, 11, 12 e 30, VI, do Decreto nº 5.450/05)?	SIM	Doc. nº 81311/2020 Portarias nº. 3 de 03 de janeiro de 2020
4. No edital Constam as condições para participação?	SIM	Doc. nº 81311/2020, Capítulo II
5. No edital Constam as regras sobre o credenciamento para o Pregão?	SIM	Doc. nº 81311/2020, Capítulo III
6. No edital estão presentes a forma de	SIM	Doc. nº 81311/2020, Capítulos IV e



apresentação e critério de julgamento da proposta?		VII
7. No edital constam os critérios de Habilitação?	SIM	Doc. nº 81311/2020, Capítulo VIII
7.1.No Edital consta a exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica e a capacidade econômico-financeira compatíveis com o objeto a ser licitado, conforme Acórdão 891/2018 - TCU - Plenário?	SIM	Doc. nº 81311/2020, Capítulo VIII
8. No edital há previsão de instruções para a interposição de recursos administrativos?	SIM	Doc. nº 81311/2020, Capítulo IX
9. No edital constam as Condições para assinatura do Contrato e sua vigência?	SIM	Doc. nº 81311/2020, Capítulo X
10. No edital foram previstas penalidades e regras para sua aplicação?	SIM	Doc. nº 81311/2020, Capítulo XI
11. No edital constam as condições de pagamento adequadas ao objeto a ser contratado?	SIM	Doc. nº 81311/2020, Capítulo XVII
12. No edital constam os Critérios de rescisão?	SIM	Doc. nº 81311/2020, Cláusula 12, Anexo 2
13. No edital consta a cláusula sobre a Dotação Orçamentária?	SIM	Doc. nº 81311/2020, Capítulo XIII
14. No edital foram previstas as Obrigações da empresa vencedora do certame?	SIM	Doc. nº 81311/2020, Capítulo XIV
15. No edital foram previstos os Deveres e Obrigações do TRE-CE?	SIM	Doc. nº 81311/2020, Capítulo XV
16. No edital foram previstas as condições de recebimento?	SIM	Doc. nº 81311/2020, Anexo III
17. No edital foram previstas as regras sobre impugnação e esclarecimentos sobre o edital?	SIM	Doc. nº 81311/2020, Capítulo XVIII
18. No edital constam as minutas dos modelos de proposta e Contrato?	SIM	Doc. nº 81311/2020, Anexos I e II
19. No edital constam as minutas do Termo de Referência e dos Preços de Referência?	SIM	Doc. nº 81311/2020, Anexos III e V

Assim, ante o exposto, examinada a minuta do edital do Pregão Eletrônico n.º 43/2020 [Doc. nº 81311/2020], nos termos do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria



sugere a aprovação da referida minuta, bem como a autorização para a abertura do certame licitatório, atendida a ressalva apontada no item 9.

É o entendimento que se submete à consideração superior.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.

De acordo.

Roberta Martins de Castro
Assessor-Chefe da Asdir
Mat. n.º 77.056

Lílian Rebouças de Araújo
Analista Judiciária
Mat. n.º 77.412



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 084327/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	LILIAN REBOUCAS DE ARAUJO <i>Assinado eletronicamente em 20/05/2020 19:29:01</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	ROBERTA MARTINS DE CASTRO <i>Assinado eletronicamente em 21/05/2020 08:53:57</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL

PAD n.º 20023/2020

DESPACHO

À Secretaria de Orçamento e Finanças,

Considerando os preços apresentados na cotação feita junto a fornecedores, muito superior aos preços contratados em 2018 (doc PAD nº102.065/2018 - Contrato nº 52/2018), solicito a essa Secretaria atualizar os valores contratados em 2018 pelo índice inflacionário que entender adequado, com vistas à tomada de decisão relativamente ao preço de referência a ser adotado neste certame. Após, retorne-se.

HUGO PEREIRA FILHO


Diretor-Geral



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 084536/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 21/05/2020 10:58:33</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PAD nº 20.023/2020

Senhor Diretor-Geral,

A contratação referente ao serviço de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos da Votação Paralela, ocorreu através do processo PAD nº 21.735/2017, mediante o Pregão Eletrônico nº 39/2018.

O valor adjudicado atingiu o montante de R\$ 9.199,98, enquanto que o valor de referência cotado chegou à monta de R\$ 26.100,00.

Por se tratar de despesa de serviço cuja matriz de custos abrange essencialmente a mão de obra, esta SOF sugere aplicar, inicialmente, a correção monetária com base no índice IPCA, tomando-se o período de abril de 2018 a abril de 2020. O referido indicador poderá ser verificado por meio da Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil, acessível no endereço <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>.

Assim, do valor extraído da mencionada consulta, tem-se acréscimo em variação percentual de 7,69455%.

Infligindo-se o referido percentual sobre o montante contratado em 2018, chega-se ao valor global a ser contratado de R\$ 9.907,88.

A fim de se evitar riscos de uma licitação vazia, caso a Administração acate a opção por um preço de referência com margem maior, sugere-se aplicar percentual de variação do preço de revenda de combustíveis acrescido de mais 10%, totalizando o percentual final de 17,69455%.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Dessa forma, o valor corrigido, com margem extra, atinge o valor final de R\$ 10.827,88, aplicando-se ao item licitado no Pregão nº 39/2018, a mencionada percentagem final de 17,69455%.

Atenciosamente,


Iberê Comin Nunes
Secretário



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 085268/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 22/05/2020 10:04:13</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 22 de Maio de 2020.



À

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Ref. PAD 20.023/2019.

Ciente.

Considerando a informação da SOF (DOC PAD 85.268/2020), bem como a cotação de preços efetuada (DOC PAD 78.962/2020), hei por bem **fixar o preço de referência do edital em R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), sendo R\$ 8.000,00 por turno**, consoante a menor proposta coletada junto aos fornecedores contatados, de modo ainda a aproximá-la mais dos valores obtidos em 2018.

Assim providenciado, acolho a manifestação da ASDIR (DOC PAD 84.327/2020) e aprovo o edital, **autorizando a abertura** da fase externa do Pregão Eletrônico n. 43/2020.

Para ciência e devidas providências.


HUGO PEREIRA FILHO
DIRETORIA-GERAL



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 085411/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 22/05/2020 11:33:27</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 22 de Maio de 2020.



À
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Para elaborar o edital desconsiderando a formação de preços elaborada pela Seção de COMPRAS e utilizando o preço determinado pelo Diretor Geral

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 085484/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 22/05/2020 12:07:09</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2020
Processo TRE/CE n.º 20023/2019**

O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, através de seus Pregoeiros, instituídos pela Portaria n.º 3 de 03 de janeiro de 2020, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor valor global**, para **serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado**, nos termos da Lei n.º 10.520/2002, Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto n.º 10.024/2019, Decreto 8.538/2015, Decreto 7.892/2013, aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 8.666/93, demais normas pertinentes e ainda mediante as condições estabelecidas neste edital e em seus anexo.

A Sessão Pública, por meio de Sistema Eletrônico, para a Abertura das Propostas, dar-se-á no dia de 10 de junho de 2020, às 14:00h (catorze horas), ou às mesmas horas do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data no edifício-sede do TRE-CE, localizado na Rua Jaime Benévolo, n.º 21, Centro, nesta Capital, CEP 60.050-080, ou em caso de problemas técnicos de acesso à Internet ou ao sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF, e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I – Modelo de Proposta de Preços.

Anexo II – Minuta do Contrato.

Anexo III – Termo de Referência e Subanexo I.

Anexo IV – Preços de Referência.

Capítulo I – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto, contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver, 2º turno, em local a ser definido, conforme as especificações este Edital e do Anexo III – Termo de Referência

1.2. As atividades relativas ao 2º turno estarão condicionadas à realização do mesmo.

1.3. **A especificação dos serviços, datas, horários e prazos, estão detalhados no item 4 do Anexo III – Termo de Referência.**

1.4. **Todos os prazos previstos neste Edital e no Termo de Referência poderão ser modificados devido à pandemia do novo coronavírus (COVID 19).**

1.5. Na hipótese de haver diferença na descrição registrada no Sistema Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br) e nas especificações constantes no ANEXO III deste Edital, deverá ser considerada a do Edital.

Capítulo II - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atenderem a todas as exigências deste edital e estiverem, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte; cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

2.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

2.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

2.3.4. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

2.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes desta licitação deverão comprovar seu enquadramento e condição através de Declaração Específica registrada em campo específico do SISTEMA, nos termos do subitem 4.2.4. deste Edital, facultado ao TRIBUNAL se for o caso, promover diligência com a finalidade de comprovar o enquadramento do LICITANTE como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte diante das normas da Lei.

2.5. A Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia atuará como provedor do SISTEMA, não se responsabilizando o TRIBUNAL por eventual desconexão sua ou dos licitantes ao SISTEMA, assim como por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.6. O LICITANTE responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no SISTEMA, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

2.7. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o TRE-CE, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome da licitante, no sistema eletrônico. O TRE-CE também não se responsabilizará por eventual desconexão.

2.8. Fica vedada a participação, nesta licitação, de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/93.

2.9. As informações necessárias à verificação do cumprimento das condições elencadas nos itens anteriores poderão ser obtidas em qualquer registro cadastral dos órgãos ou entidades da Administração Pública, aí incluídos os sites do SICAF, do Portal da Transparência, sítio da Receita Federal e do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos do acórdão nº 1.793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União.

Capítulo III - DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,

imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Capítulo IV – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto e o preço ofertado, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. No momento do envio da proposta, as licitantes deverão manifestar, no sistema eletrônico, por meio de declaração:

4.2.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.2.2. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.2.2.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.2.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.2.4. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.2.5. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.2.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.7. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.2.8. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.9. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

4.7. Após o encerramento da etapa de lances, a proposta de preços da(s) empresa(s) vencedora(s), datada e ajustada com os lances ofertados, de pleno acordo com todos os requisitos do item

4.8, deverá ser enviada exclusivamente como anexo através da função “Enviar anexo/planilha atualizada”, disponibilizada pela pregoeira na fase de aceitação, impreterivelmente no prazo de 2 (duas) horas, a partir da convocação, sob pena de ser recusada pela pregoeira.

4.7.1. Os anexos deverão ser enviados em arquivo específico tipo “doc”, “odt”, “xls” ou “ods”, compatíveis com os aplicativos Microsoft Excel 97 e BrOffice 3.3.0, ou ainda, em formato não editável do tipo “.pdf”.

4.7.2. Eventuais erros no preenchimento da proposta não são motivos para a desclassificação da mesma, quando esta puder ser ajustada pela licitante, sem a majoração do preço ofertado e sempre obedecendo-se ao prazo previsto no item 4.7.

4.8. O documento a ser anexado deverá vir sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas e deverá atender aos seguintes requisitos:

a) proposta definitiva de preços, com detalhamento do objeto cotado, **cotação dos valores totais por turno de votação, e valor global da proposta**, conforme a tabela do Anexo I e atendendo às demais exigências constantes no Anexo III – Termo de Referência, expressos em algarismo e por extenso, em moeda corrente nacional;

b) validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de abertura desta licitação;

c) declaração expressa de que todos os tributos, fretes, custos e demais despesas correm por conta da proponente e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos;

d) Indicação do nome da empresa (razão social), n.º do CNPJ/MF, endereço completo e nome do representante legal;

e) indicação do telefone/fax para contato, email comercial, bem como dados bancários da pessoa jurídica (conta corrente, agência e banco).

4.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.11. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e declarações assinaladas no sistema, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4.12. O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará procederá a abertura de processo administrativo, visando à apuração de responsabilidade das empresas que descumprirem as regras editalícias durante a sessão pública. Considerar-se-á descumprimento ao prazo disposto no item 4.7, o envio de proposta que não atenda aos requisitos do item 4.8 e ainda, a inabilitação da licitante, tornando sem efeito as declarações exigidas no item 4.2, o que ensejam a aplicação da sanção especificada no item 11.1, conforme disciplina o artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019.

4.13. A(s) licitante(s) deverá(ão) utilizar o Anexo I deste Edital para a formulação de sua proposta, complementando as informações, caso necessário.

4.14. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

4.15. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tarifas e despesas incidentes, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o serviço a ser executado.

4.16. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Capítulo V - DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A Pregoeira, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital com a divulgação das propostas de preços recebidas no prazo avençado, as quais deverão guardar perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no instrumento convocatório.

5.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

Capítulo VI - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR GLOBAL, devendo ser discriminado o valor correspondente a cada turno da eleição.**

6.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação aos que cobrirem a melhor oferta.

6.4. No transcurso da Sessão Pública as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

6.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).

6.7. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.8. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.9. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.10. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.11. Caso ocorra a desconexão da Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retomando a pregoeira, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.11.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, no link de avisos do comprasnet, com envio do aviso ao endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.12. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.14. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.15. A Pregoeira convocará a licitante vencedora após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e a decisão acerca da aceitação da proposta, solicitando a inclusão da proposta ajustada, exclusivamente na forma eletrônica, através da função “convocar anexo”, disponibilizada na ferramenta para a pregoeira.

6.16. Não serão aceitas propostas com os preços excessivos ou inexequíveis, considerando-se inexequíveis aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto, o que ocorrerá após a solicitação da pregoeira.

6.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.17.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.17.2. No caso de negociação proposta pela pregoeira no chat, aguardar-se-á o prazo de 15(quinze) minutos para que a licitante manifeste sua aceitação ou recusa à solicitação realizada.

6.17.3. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2(duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

Capítulo VII - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Para julgamento será adotado o critério de **menor valor global, devendo ser discriminado o valor correspondente a cada turno da eleição, já incluídos todos os itens especificados.**

7.2. A pregoeira efetuará o julgamento da proposta, após o encerramento da etapa de lances e envio do anexo de proposta, podendo encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas, diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.3. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, a pregoeira divulgará o resultado de julgamento das Propostas de Preços, sagrando-se vencedora aquela que apresentar o **menor valor global.**

7.4. Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital e seus anexos, que sejam omissas, apresentem preços excessivos, inexequíveis ou irregularidades e defeitos que dificultem o julgamento.

7.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

7.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 1 (uma) hora ou, dependendo da comprovação a ser solicitada, abrir o prazo de, no mínimo 24 (vinte e quatro) horas para análise dos preços pelo setor solicitante do bem ou serviço, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8.1. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.9. Sendo aceitável a proposta da licitante detentora da melhor oferta, deverá ser comprovada sua condição de habilitação, na forma do que determina o Capítulo VIII deste Edital.

7.10. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, e assim

sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda às condições do Edital e seus Anexos.

7.11. Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11.1. A negociação será proposta pela pregoeira no chat do Pregão Eletrônico e a licitante deverá se manifestar no prazo máximo de 15 (quinze) minutos quanto a sua aceitação ou recusa à solicitação realizada.

7.12. Em caso de divergência entre as informações contidas no sistema eletrônico e na proposta específica, prevalecerão aquelas da proposta.

7.13. Não se considerará qualquer oferta de vantagem que não esteja prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

7.14. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital pelo(a) Pregoeiro(a).

7.15. Todos os valores, preços e custos da proposta terão como expressão monetária a moeda corrente nacional (art. 5º, Lei n.º 8.666/93). Serão desclassificadas as propostas que não atenderem a essa determinação legal.

7.16. Em nenhuma hipótese será recebida proposta fora do prazo estabelecido.

7.17. É vedada qualquer indexação de preços por índices gerais ou que reflitam variações dos preços.

7.18. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no artigo 30, XII, alínea b do Decreto n.º 5.450/2005 e na legislação pertinente.

Capítulo VIII – DA HABILITAÇÃO

8.1. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, habilitação parcial e qualificação econômico-financeira será verificada mediante consulta on-line ao SICAF, sendo o resultado informado aos interessados na própria sessão e deverá ser constatado o seguinte:

8.1.1. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

8.1.2. Prova de regularidade com a Seguridade Social;

8.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

8.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

8.1.5. Prova de regularidade do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN;

8.1.6. Balanço Patrimonial.

8.2. A etapa de habilitação compreenderá ainda:

8.2.1. consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União – CGU;

8.2.2. consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

8.2.3. consulta ao CNAE da empresa no sítio da Receita Federal;

8.2.4. consulta “on-line” ao SICAF da composição societária da licitante;

8.2.5. consulta à lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União.

8.3. Serão inabilitadas as licitantes que não comprovem a regularidade exigida no item 8.1 e que constem nos cadastros listados no item 8.2, que não apresentem atividade pertinente e compatível com o objeto e que possuam dentre os sócios, servidores e/ou dirigentes do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

8.3.1. Com relação aos cadastros do item 8.2, somente serão inabilitadas as empresas que sofreram a aplicação da sanção fundamentada no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e do art. 87, IV da Lei 8.666/93, as quais impedem a licitante de contratar com toda a Administração Pública, ou, ainda aquelas apenadas pela Administração do órgão licitante, sob o fundamento do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93, sendo neste caso o impedimento limitado ao âmbito do órgão aplicador da sanção.

8.4. Caso os documentos exigidos para habilitação não estejam contemplados no SICAF, ou não haja disponibilidade de realizar a consulta nos sítios emitentes das certidões vencidas, ou ainda as declarações constantes nos itens 4.2.1, 4.2.2, 4.2.3, 4.2.4 e 4.2.5 não estejam completas e corretas ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, será exigido o envio da documentação ou declarações, como anexo no sistema ou através do e-mail selic@tre-ce.jus.br, no prazo máximo de 2 (duas) horas, após solicitação da Pregoeira.

8.5. Será exigido, ainda, para fins de habilitação os seguintes documentos, observadas as orientações do item 8.7, sob pena de inabilitação:

a) Declaração de que o mesmo cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei n.º 9.854/1999, nos termos do Decreto n.º 4.358/2002, que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas;

b) Declaração de que inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação na presente licitação, exigida somente para as licitantes que optarem pela verificação da sua regularidade fiscal pelo SICAF, que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas;

c) Declaração de que a proposta foi elaborada de modo independente, que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas.

d) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) **Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida** pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede da pessoa jurídica, há menos de 180 (cento e oitenta) dias da data de recebimento dos envelopes, mencionada no preâmbulo do edital, especificamente para as certidões sem prazo de validade;

f) **Atestado(s) de capacidade técnica** expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprove(m) que a empresa executou ou está executando serviços da mesma natureza ou similares ao da presente contratação.

8.6. Caso o balanço patrimonial apresente alguma irregularidade perante o SICAF ou, embora regular, apresente índices de LG, SG, e LC menores que 1, a licitante deverá encaminhá-lo ao pregoeiro juntamente com as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 meses da data de apresentação da proposta;

8.6.1. Serão considerados na forma da lei o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis assim apresentados:

8.6.1.1. publicados em Diário Oficial; ou

8.6.1.2. publicados em jornal de grande circulação; ou

8.6.1.3. por cópia registrada no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante; ou

8.6.1.4. por cópia extraída do Livro Diário – devidamente autenticado no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante - inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou

8.6.1.5. por cópia extraída do Livro Diário, com o respectivo comprovante de entrega da Escrituração Contábil Digital ao SPED Contábil, juntamente com o termo de autenticação eletrônica realizada pela Junta Comercial; ou

8.6.1.6. outros meios permitidos pelas normas de regência;

8.6.2. A análise da qualificação econômico-financeira será feita por servidores qualificados designados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou superiores a 1 (um):

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

8.6.3. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

8.6.4. A licitante que apresentar resultado menor do que 1, em quaisquer dos índices - Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG, e Liquidez Corrente – LC, deverá comprovar Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% do valor total estimado para a contratação, na forma dos §§ 2º e 3º do art. 31 da Lei nº 8.666/93;

8.6.5. Se necessária a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado, juntamente com esses documentos, o memorial de cálculo correspondente.

8.6.6. As demonstrações contábeis deverão apresentar as assinaturas do titular ou representante da empresa e do contabilista responsável, legalmente habilitado;

8.6.7. As demonstrações contábeis das empresas com menos de um exercício social de existência devem cumprir a exigência contida na lei, mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado; e

8.6.8. Poderão ser exigidas das empresas, para confrontação com as demonstrações contábeis, as informações prestadas à Receita Federal.

8.7. Não há necessidade de que as microempresas e empresas de pequeno porte apresentem documentação referente à regularidade fiscal válida, em conformidade com o art. 42 e 43 da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014. Havendo alguma restrição, proceder-se-á na forma do subitem 8.6.1. Os demais documentos exigidos nos itens 8.2 e 8.5 deverão ser apresentados sem restrições.

8.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do TRE-CE, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.7.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.6.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.8. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o(a) Pregoeiro(a) considerará a licitante inabilitada.

8.9. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório apresentados em língua estrangeira deverão ser autenticados pelos respectivos consulados, mediante reconhecimento da assinatura do tabelião ou notário do país de origem, que tiver reconhecido a assinatura do emitente de tais documentos, além de serem traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

8.10. Se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.11. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos neste Edital e em seus anexos.

8.12. Quando houver documentos que não sejam expedidos pela própria empresa e o órgão emissor não declare a validade do documento, este terá validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.

8.13. Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação do objeto à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos para homologação do certame e decisão quanto à contratação. Na hipótese de existência de recursos, o processo virtual será encaminhado à Autoridade Superior competente deste TRE para julgamento e, em caso de improvimento, adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, homologação do certame e decisão quanto à contratação.

8.14. O licitante deverá manter, durante toda a execução, as condições de habilitação estipuladas nos itens 8.1, 8.2 e 8.5 do edital.

Capítulo IX - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto

é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.1.1. O sistema encaminhará automaticamente e-mail para as demais licitantes quando do registro das razões do recurso.

9.2. Havendo quem se manifeste, caberá à Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.4. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do seu direito de recurso e a adjudicação do objeto licitado ao vencedor.

9.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

9.7. As decisões da Pregoeira e autoridade competente serão registrados em campo específico do sistema.

9.8. Julgados os recursos, a autoridade titular do órgão promotor do certame fará a adjudicação do objeto à licitante declarada vencedora, homologará a licitação e decidirá quanto à contratação.

9.9. Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas as petições de contrarrazões apresentadas intempestivamente ou em desacordo com o disposto no item 9.1 deste edital.

Capítulo X – DO CONTRATO E DA VIGÊNCIA

10.1. Será firmado contrato com a licitante vencedora, o qual terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993.

10.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital, independentemente de transcrição.

10.3. Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias, sem justificativa, por escrito, aceita pela Autoridade Superior, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente. Nesse caso, sujeita-se, a licitante vencedora, às penalidades aludidas no Capítulo XI deste Edital.

10.4. Se a licitante vencedora não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será aplicada a regra prevista no item 10.3 deste Capítulo.

10.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado na forma do artigo 67 da Lei n.º 8.666/1993.

10.6. O contrato a ser firmado entre o TRE/CE e a licitante vencedora terá vigência até 31 de dezembro de 2020, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir o primeiro e incluir o último.

10.7. O contrato terá validade e eficácia a partir da data da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

Capítulo XI – DAS PENALIDADES

11.1. A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, se for o caso, será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.2. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, além de restar possibilitada a rescisão do contrato, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Cláusula Décima Primeira da Minuta de Contrato – Anexo II deste edital.

Capítulo XII – DA RESCISÃO

Vide Cláusula Décima Segunda do Anexo II deste Edital

Capítulo XIII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Vide Cláusula Décima do Anexo II deste Edital

Capítulo XIV - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

Vide Cláusula Quinta do Anexo II deste Edital

Capítulo XV - DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO TRE/CE

Vide Cláusula Sexta do Anexo II deste Edital

Capítulo XVI - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA LICITANTE VENCEDORA

Vide Cláusula Sétima do Anexo II deste Edital

Capítulo XVII – DO PAGAMENTO

Vide Cláusula Quarta do Anexo II deste Edital

Capítulo XVIII – DA IMPUGNAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

18.1. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de condições deste Edital, de outros assuntos relacionados a presente licitação, dúvida de interpretação ou omissão, deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Instrumento convocatório para a abertura da sessão eletrônica, sob pena de aceitação de todas as condições editalícias.

18.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, interposta por meio eletrônico, através do e-mail selic@tre-ce.jus.br ou através de documento protocolizado neste Tribunal, a ser comunicada à Pregoeira Oficial do TRE/CE.

18.3. É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos do presente Pregão, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública de Pregão, devendo o Tribunal, através da Pregoeira Oficial, julgar e responder sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, exclusivamente por meio eletrônico.

18.4. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste Pregão até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

18.5. A impugnação deverá ser interposta por meio eletrônico, por e-mail ou através de documento protocolizado neste Tribunal, a ser comunicada à Pregoeira Oficial do TRE/CE.

18.6. Se acolhida petição contra este Edital, será designada nova data para a realização deste Pregão.

18.7. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, no link: acesso livre/pregões/agendados – Código UASG 070007 ou no link “visualizar impugnações/esclarecimentos/avisos”.

Capítulo XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente Edital.

19.2. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação das licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, a Pregoeira adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação pela autoridade superior competente.

19.3. No caso de interposição de recurso(s), após proferida a decisão quanto ao(s) mesmo(s), será o resultado da licitação submetido à Autoridade Superior, para os procedimentos de adjudicação e homologação.

19.4. As empresas licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, das propostas e dos documentos apresentados em qualquer época ou fase da licitação.

19.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no artigo 30, XII, alínea b do Decreto n.º 5.450/2005 e na legislação pertinente.

19.6. No caso de a empresa ser optante pelo “SIMPLES”, deverá apresentar com a nota fiscal e/ou documento equivalente, cópia autenticada do Termo de Opção ou de Isenção naquilo que estiver dispensado legalmente, sob pena de retenção na fonte, por parte deste Tribunal, do imposto de renda pessoa jurídica, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para a seguridade social e da

contribuição para o PIS/PASEP, sobre os valores pagos a quaisquer pessoas jurídicas, consoante determina a Lei n.º 9.430/96, a Instrução Normativa Conjunta n.º 539/05 do SRF/STN/SFC e a Lei Complementar n.º 116 de 31/07/2003, art. 6º, §2º, II, c/c Decreto nº 11.591/2004 da Prefeitura de Fortaleza (Regulamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN).

19.7. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º, art. 65 da Lei n.º 8.666/1993 e § 2º, inciso II, art. 65 da Lei n.º 9.648/98, os quais a licitante vencedora ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas.

19.8. O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93, em especial na hipótese contida no art. 10, parágrafo único, I, do Decreto nº 8.538/2015.

19.9. No julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

19.10. Os casos omissos serão resolvidos pela pregoeira, que decidirá com base na legislação em vigor.

19.11. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal na Capital do Estado do Ceará, excluído qualquer outro.

19.12. Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica a aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo o direito de impugnar os seus termos a licitante que, tendo-o aceito sem objeção vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.

19.13. A Seção de Licitações prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 13:00 às 19:00 horas, na Rua Jaime Benévolo, nº 21, Térreo, Centro, Fortaleza – Ceará, pelo telefone: (85) 3453-3736 ou, ainda, pelo e-mail: selic@tre-ce.jus.br.

Fortaleza/CE, 25 de maio de 2020

Maria de Fátima de Souza Ribeiro
Pregoeira

Hugo Pereira Filho
Diretor Geral

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2020 - TRE/CE
ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA

Nome da Empresa: CNPJ:
Endereço: CEP:
Fone: E-mail comercial:
Validade da proposta:
Conta Corrente n.º: Banco: N.º da Agência:

Proposta de preços para realização de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver, 2º turno, em local a ser definido, observadas as condições estabelecidas abaixo e no Anexo III – Termo de Referência.

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Global da Proposta
Filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, por cada turno das Eleições 2020.	R\$. (.....)	R\$. (.....)	R\$. (.....)

Declaramos que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, custos e demais encargos que incidam sobre os serviços fornecidos.

Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências constantes no Edital e no Termo de Referência – Anexo III do Pregão Eletrônico 43/2020.

_____/____, de _____ de 2020.

Nome do Representante Legal
RG. e CPF:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2020 - TRE/CE
ANEXO II
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º /2020

Contrato de _____ que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e a empresa

Pelo presente instrumento, compareceram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, situado na Rua Jaime Benévolo, n.º 21, Centro, em FORTALEZA/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.026.531/0001-30, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, representado neste ato por _____, RG n.º _____, CPF n.º _____, no uso da competência atribuída pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, estabelecida na _____, n.º _____, Bairro _____, telefone: _____, em _____/_____, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo Senhor _____, portador do RG n.º _____ - _____ e CPF n.º _____, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE _____, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1 O presente contrato fundamenta-se:

- a) No Pregão Eletrônico ____/2020, conforme a Lei n.º 10.520/2002 e Decreto n.º Decreto n.º 10.024/2019;
- b) Nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente:
 - constem no processo administrativo n.º _____;
 - não contrariem o interesse público;
- a) Nas determinações da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações;
- b) Nos preceitos do Direito Público;
- c) Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver, 2º turno, em local a ser definido, conforme as especificações do Edital do P.E. nº 43/2020 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

- 3.1. Pela contratação do serviço, objeto deste instrumento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$._____ (.....), conforme discriminado na proposta de preços.
- 3.2. No preço apresentado pela CONTRATADA estão incluídos todas as despesas, inclusive impostos, taxas e demais encargos necessários à prestação dos serviços.
- 3.3. O valor estipulado no item 4.1 é irredutível.
- 3.4. O pagamento referente ao 2º turno está condicionado à realização do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Após verificado que o serviço foi prestado de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência, a CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, exceto para os pagamentos decorrentes de despesas até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

4.2. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seus representantes legais, em duas vias.

4.3. Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012

4.4. O pagamento do serviço objeto do Termo de Referência será efetuado em parcela única, devendo o CONTRATADO discriminar na Nota Fiscal os valores relativos a cada turno das eleições.

4.5. O TRE-CE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, for observado que os serviços prestados não estão de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, aplicando-se ainda as penalidades cabíveis.

4.6. Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

4.7. A nota fiscal e/ou documento equivalente que for apresentado com erro será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 4.1, os dias que se passarem entre a data de devolução e a de reapresentação.

4.8. Para fazer jus ao Pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal e/ou documento equivalente para pagamento acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS, da certidão conjunta expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, Receita Estadual e Municipal, a fim de comprovar a sua regularidade fiscal.

4.9. O TRE-CE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

4.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TRE-CE, entre a data referida no item 4.1 e a correspondente ao efetivo pagamento, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor a ser pago

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA QUINTA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada fica obrigada a:

a) cumprir rigorosamente tudo o que dispõe o contrato e o Termo de Referência anexo, de modo a cumprir os prazos e preços previstos na sua proposta de preços;

b) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado;

c) não transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da contratante.

d) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

e) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo TRE-CE;

f) não veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do TRE-CE;

g) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. O contratante compromete-se a:

a) efetuar o pagamento, de acordo com o preço e condições estipulados na proposta de preços da Contratada;

b) promover, através de seu representante (gestor do contrato), o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas

detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;

c) notificar, por escrito, a Contratada sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução do contrato;

d) comunicar, no ato da liquidação da despesa, através da Seção de Contabilidade, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos à Contratada, segundo o disposto no artigo 63 da Lei n.º 4.320/64;

e) comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação do objeto licitado;

f) rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa apresentar fora das especificações do edital e da proposta;

g) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA CONTRATADA

7.1. À CONTRATADA caberá assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

7.2. Deverá a CONTRATADA assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do TRE-CE.

7.3. Todos os encargos de uma possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos elencados acima, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Vide item X do Termo de Referência anexo

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

9.1. O contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir o primeiro e incluir o último.

9.2. O contrato terá validade e eficácia a partir da data da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Tribunal, no Programa de Trabalho:, no Elemento de Despesa:, no Subelemento:

10.2. Foi emitida em/...../....., a Nota de Empenho do tipo, identificada pelo número 2020NE000....., no valor de R\$ (.....) visando atender as despesas decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, ressalvado o disposto no §2º do art. 87 da primeira, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

11.2. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

a) advertência por escrito;

b) multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, por cada hora ou fração de atraso em relação aos horários de início ou término de instalação dos equipamentos, conforme previsto no item 4.3 do Termo de Referência;

c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, em caso de inexecução parcial do contrato;

d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, em caso de inexecução total do contrato;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

f) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

11.3 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

11.4 As sanções estabelecidas nos itens 11.2.a, 11.2.e, 11.2.f e 11.2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente àquelas previstas nos itens 11.2.c e 11.2.d, descontando-se esses valores dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA.

11.5 As situações ensejadoras de penalidades serão previamente analisadas pelo gestor do contrato, que deverá informar detalhadamente o fato ocorrido e o(s) eventual(is) prejuízo(s) sofrido(s) pela Administração, observado o devido contraditório.

11.6 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

11.7 Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

11.8. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada a CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, independente de qualquer interpelação judicial, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira (Das Penalidades).

12.2. Caberá rescisão administrativa, independentemente de qualquer processo judicial ou extrajudicial, quando:

a) constar de relatório firmado pelo servidor designado para acompanhamento e fiscalização deste Contrato a comprovação de dolo ou culpa da CONTRATADA, referente ao descumprimento das obrigações ajustadas;

b) ocorrer atraso injustificado, a juízo do CONTRATANTE, na execução do contrato;

c) houver subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do presente instrumento;

d) ocorrerem razões de relevante interesse e amplo conhecimento público, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE;

e) ocorrer caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato;

f) houver ausência dos pressupostos e condições exigidas na licitação;

g) ocorrer falência, dissolução e/ou liquidação da CONTRATADA;

h) for utilizado este contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

i) ocorrerem as demais hipóteses de rescisão previstas na Lei n.º 8.666/93.

12.3. Pode ocorrer rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE e esta conveniência seja devidamente justificada.

12.4. A rescisão amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.6. A rescisão judicial ocorrerá nos termos da legislação pertinente à espécie.

12.7. Os atos administrativos de rescisão contratual serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PRERROGATIVAS

13.1. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos ao presente Contrato e também os abaixo elencados:

a) modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público;

b) extinguir o contrato unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93;

c) aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

14.1. A aquisição ora contratada obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições da Lei n.º 8.666/93, à legislação complementar, às cláusulas deste Contrato e aos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem:

a) Edital do Pregão Eletrônico n.º ____/2020;

b) Proposta da CONTRATADA, com os documentos que a integram, constante no documento n.º ____ do Processo n.º ____/2019;

c) Termo de Referência em anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E, como prova de haverem ajustado e contratado entre si, depois de lido e achado conforme, é celebrado o presente Contrato pelas partes, dele sendo extraídas 2 (duas) cópias de igual teor e forma, necessárias para a sua publicação e execução.

Fortaleza/CE, de de 2020.

CONTRATANTE

CONTRATADA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2020 - TRE/CE
ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

I Do Objeto

Contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 4 de Outubro de 2020, 1º turno, e, se houver 2º turno, no dia 25 de Outubro de 2020, em local a ser definido.

CATSER: 3778

II Da Finalidade

Objetiva-se com a contratação:

- a) atendimento ao estabelecido na Resolução TSE nº 23.603/2019;
- b) produção de registro material para que, em caso de divergência entre os resultados finais da urna e o da contagem feita em paralelo, possam ser localizados e identificados os erros humanos causadores da divergência;
- c) comprovação material, a qualquer tempo, das totalizações obtidas e dos procedimentos realizados, no caso de consultas ou questionamentos posteriores.

III Da Justificativa

A contratação de empresa especializada se justifica em razão do TRE/CE não dispor de equipamentos e pessoal capacitado para os serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado.

Quanto à necessidade de realização das filmagens:

A Votação Paralela é procedimento que ocorre para fins de verificação do funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, conforme disposto na Resolução TSE nº 23.603/2019.

A filmagem é parte obrigatória do processo de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, conforme disposto na norma supracitada, sendo a forma de se averiguar e comprovar a lisura dos procedimentos realizados, bem como constatar erros humanos que porventura venham a ocorrer.

IV Da Especificação da Filmagem

4.1. A filmagem deverá abranger todas as etapas da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, incluindo:

- a) abertura dos trabalhos;
- b) rotinas de votação;
- c) encerramento dos trabalhos.

4.2. Devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- a) utilização de 4 (quatro) câmeras digitais profissionais, de alta definição, sendo 1 (uma) para cada urna eletrônica submetida à auditoria;
- b) as câmeras junto às urnas eletrônicas deverão ter monitores individuais de, no mínimo, 32" com os respectivos suportes de chão, reproduzindo a imagem filmada;
- c) captação de áudio através de microfone tipo *headset*, sendo necessário 1 (um) microfone para cada uma das câmeras focadas nas urnas eletrônicas, totalizando 4 (quatro) microfones;
- d) gravação de áudio e vídeo para cada uma das câmeras, em 4 (quatro) vias independentes e simultâneas, mais 4 (quatro) vias para efeito de *backup* com possibilidade de recuperação dos dados imediatamente após o final dos trabalhos de gravação;
- e) será imprescindível o registro da data/hora das filmagens de cada câmera;
- f) deverá haver monitoramento simultâneo de todas as câmeras em televisor de 32", no mínimo, com uso de multiplexador e gravação desse sinal; desde que haja condições técnicas, poderá ser utilizado projetor multimídia, com projeção em tela de, no mínimo, 1,5m x 1,5m, em substituição ao televisor exigido neste item;
- g) o período de gravação deverá ser o da duração do processo de votação paralela com garantia de continuidade, sem interrupções nem omissão de qualquer momento do período;
- h) gravação em formato digital, entrega do material gravado em arquivos digitais, em um dos seguintes padrões: Windows Media Video (WMV), Audio Video Interleave (AVI), Moving Picture Experts Group

(MPEG), OGG Media File (OGG) ou Apple Quicktime (MOV); e podendo a mídia ser: DVD, pendrives ou unidade de disco rígido externa compatível com o padrão USB.

- i) o posicionamento das câmeras, dos monitores e dos equipamentos de gravação deverá obedecer as determinações do contratante.

4.3. Datas e horários de realização dos trabalhos:

a) No primeiro turno da eleição:

- **03 de outubro de 2020** – instalação e testes dos equipamentos, a partir das 13h, com previsão de conclusão às 18h;
- **04 de outubro de 2020** – realização das filmagens, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até as 18h, o que resulta em duração estimada para o evento de 11 (onze) horas, ou 660 (seiscentos e sessenta minutos), por cada câmera.

b) No segundo turno da eleição, se houver:

- **24 de outubro de 2020** – instalação e testes dos equipamentos, a partir das 13h, com previsão de conclusão às 18h;
- **25 de outubro de 2020** – realização das filmagens, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até as 18h, o que resulta em duração estimada para o evento de 11 (onze) horas, ou 660 (seiscentos e sessenta minutos), por cada câmera.

4.4 Prazo para entrega do material gravado: até 15 (dias) após cada turno da eleição.

4.5 Local da realização dos trabalhos: a definir, em Fortaleza/CE.

V Do Critério de Julgamento

Será considerada vencedora a empresa que apresentar proposta com menor preço global, devendo ser discriminado o valor correspondente a cada turno da eleição, já incluídos todos os itens especificados.

VI Das Obrigações da Contratante

Para o fiel cumprimento deste Contrato, a Contratante compromete-se a cumprir as seguintes obrigações e responsabilidades:

- 6.1 Nomear Gestor e Suplente para acompanhar o contrato de acordo com o previsto no art. 67 da Lei n.º 8.666/93, *in verbis*: “Art. 67 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.”
- 6.2 Estabelecer, antes do início da prestação do serviço, em data a ser agendada pelo Gestor do Contrato, reunião da qual participarão o próprio Gestor do Contrato e seu Suplente e o representante da Contratada com o preposto indicado pela empresa para acompanhar o Contrato, para tratarem das peculiaridades do serviço com base nos registros de ocorrências dos contratos anteriores, no que diz respeito a: formas de comunicação entre as partes, horário de funcionamento das unidades jurisdicionais desta Justiça Eleitoral, entre outros;
- 6.3 Informar, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, local, data e horário da realização dos eventos;
- 6.4 Comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação do objeto licitado;
- 6.5 Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos que a empresa apresentar fora das especificações do edital e da proposta;
- 6.6 Efetuar o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas no item .

VII Das Obrigações da Contratada

7.1 São obrigações da contratada:

- a) dispor, nas datas previstas e solicitadas pela contratante, os equipamentos em perfeitas condições de uso e adotar todas as providências necessárias visando a garantir os equipamentos e serviços decorrentes;

- b) manter, no próprio local das atividades, equipamentos de reserva, em plenas condições de uso, para substituição e retomada imediata dos trabalhos no caso de falha em algum dos equipamentos;
- c) nomear Preposto, desde o início do Contrato, de acordo com o art. 68 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*: “Art. 68 O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do Contrato.”;
- d) nomear um de seus dirigentes ou representante legal, além do Preposto, para tratar de todos os assuntos e/ou dificuldades referentes à execução do Contrato, inclusive informando os números dos telefones de trabalho, da residência e um celular, que deverá estar ativo e habilitado durante toda a vigência do Contrato, bem como um número de fax e o(s) e-mail(s) para o envio de comunicações;
- e) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado;
- f) é vedada a subcontratação do presente objeto, não sendo permitido à contratada transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da contratante.
- g) conduzir os trabalhos de filmagem, monitoramento e produção de material gravado, entre outras providências necessárias;
- h) para cada turno da eleição, fornecer 2 (duas) cópias de todo o conteúdo filmado nas 4 (quatro) câmeras e do sinal multiplexado, em DVD ou pendrives ou unidade de disco rígido externa compatível com o padrão USB, acondicionadas em embalagem própria (caixa plástica rígida), devidamente identificadas, que deverão ser entregues até 15 (quinze) dias após a respectiva gravação;
- i) instalar todo o material necessário e disponibilizar equipe técnica, na véspera do dia da eleição, no primeiro turno e, se houver, também no segundo turno de votação, para realização de testes completos, conforme orientação da Administração do TRE/CE;
- j) manter instalado todo o material necessário desde a véspera do dia da eleição até o término dos trabalhos de filmagem, conforme programação prevista no item .
- k) fornecer todo o material (câmeras, mídias, microfones, televisores, suportes para os televisores, entre outros) a ser utilizado nos trabalhos de filmagem, monitoramento e produção;
- l) providenciar os equipamentos ou acessórios (e.g. gerador, *no-break*, baterias) de modo a garantir a continuidade das filmagens por pelo menos 20 (vinte) minutos, mesmo com a falta de energia elétrica externa;
- m) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;
- n) apresentar os dados para pagamento: razão social, CNPJ e dados da conta corrente – número, agência bancária e banco – onde deseja receber seus créditos; a conta corrente deverá estar em nome da empresa contratada;
- o) manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VIII Do Pagamento

- 8.1 Após verificado que o serviço se encontra de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, conforme as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo de até 30(trinta) dias, contados da data do adimplemento de cada parcela, exceto os pagamentos decorrentes de despesas de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), que serão efetuados no prazo de até 5(cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.
- 8.2 O pagamento do serviço objeto deste Termo de Referência será efetuado em parcela única, devendo o CONTRATADO discriminar na Nota Fiscal os valores relativos a cada turno da eleição.
- 8.3 As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 6.º, da Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.
- 8.4 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012.

IX Das Penalidades

- 9.1 A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto nº 10.024/2019 a serem aplicadas pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

9.2 O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, por cada hora ou fração de atraso em relação aos horários de início ou término de instalação dos equipamentos, conforme previsto no item 4.3;
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, em caso de inexecução parcial do contrato;
- d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, em caso de inexecução total do contrato;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 49 do Decreto nº 10.024/2019;
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

9.3 Se o motivo do descumprimento ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

9.4 As sanções estabelecidas nos itens 9.2.a, 9.2.e, 9.2.f e 9.2.g, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquelas previstas nos itens 9.2.c e 9.2.d, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.5 Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

9.6 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

9.7 Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada a CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

X DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO do Contrato

10.1 A realização de todas as atividades relacionadas à contratação será acompanhada e fiscalizada pelos gestores do contrato, servidores deste Tribunal: **Márcia Maria Silva Cavalcante**, (marciacavalcante@tre-ce.gov.br) e **Kinsley Davis Costa Souza** (kinsley@tre-ce.jus.br).

10.2 Será anotado em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos servidores designados para acompanhamento deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

XI Da Vigência do Contrato

O Contrato terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2020, com termo inicial a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início em dia de expediente.

Fortaleza, 30 de abril de 2020.

Márcia Maria Silva Cavalcante
Coordenadora da COPAD

Kinsley Davis Costa Souza
Técnico Judiciário

DE ACORDO.

Orleanes Cavalcanti
Secretária Judiciária

SUBANEXO I – PLANILHA DE CUSTOS

Especificação do Item		
Descrição do Item	Filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, por cada turno das Eleições 2020.	
Custo por cada turno das Eleições 2020 (em R\$)		
Custo global para os dois turnos das Eleições (em R\$)	Custo por cada turno das Eleições 2020	x2=

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2020 - TRE/CE
ANEXO IV – PREÇOS DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Global da Proposta
Filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, por cada turno das Eleições 2020.	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 16.000,00



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 087740/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO <i>Assinado eletronicamente em 26/05/2020 15:19:23</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO CEARÁ

PUBLICADO NO DIÁRIO DE
JUSTIÇA ELETRÔNICA Nº 3

DATA: 06.01.2020

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

PAD n.º 12/2020

PORTARIA N.º 3/2020

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 26, inciso XVII, do Regulamento da Secretaria deste Tribunal, e considerando o exposto no PAD n.º 8/2019,

RESOLVE designar os servidores GIOVANNA LUNA ARAÚJO VINHAS, ANDRÉIA VASCONCELOS TOMAZ, MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA RIBEIRO, ALINY GUERRA VALE e MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO NOGUEIRA para atuarem como pregoeiros e equipe de apoio no exercício de 2020.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE

Fortaleza, 3 de janeiro de 2020

Assinatura manuscrita em azul do Diretor-Geral do TRE/CE.

HUGO PEREIRA FILHO
DIRETOR-GERAL DO TRE/CE

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00043/2020-000

1 - Itens da Licitação**1 - Audiovisual**

Descrição Detalhada: Contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver 2º turno, em local e datas a serem definidos. A especificação dos serviços, datas, horários e prazos, estão detalhados no item 4 do Anexo III – Termo de Referência. Todos os prazos previstos no Edital e no Termo de Referência poderão ser modificados devido à pandemia do novo coronavírus (COVID 19).

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 1

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Total (R\$): 16.000,00

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 10,00

Local de Entrega (Quantidade): Fortaleza/CE (1)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

AVISO DE CANCELAMENTO

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas torna público o cancelamento da Ata de Registro de Preço nº 47/2019. PAD Nº 5762/2020. Pregão Eletrônico nº 04/2019, celebrada com a empresa ADRIANA WERCH BIRCK- EPP (CNPJ 29.230.740/0001-04), que tem como objeto o registro de preços para eventual aquisição crachá PVC cristal e Cordão de silicone para Crachá. FUNDAMENTO LEGAL: art. 21, II, do Decreto nº 7.892/20131 e art. 24, inciso XI, da Lei nº 8666/93. Data da assinatura: 19/05/2020, Des. Aristóteles Lima Thury.

Manaus-AM, 25 de maio de 2020.
RUY MELO DE OLIVEIRA
Diretor-Geral

SECRETARIA DO TRIBUNAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo: (PAD) 10981/2017/TRE-AM Espécie: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato n. 02/2013, de locação de imóvel destinado a abrigar a 15ª ZE/AM, município de Borba/AM. LOCATÁRIO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS. LOCADOR: CLAUDICINEI COELHO FADOUL. Fundamentação Legal: Lei n. 8.666/93, em especial o seu Art. 62, §3º, inciso I. Do Objeto: alteração do caput da Cláusula Terceira e da Cláusula Quarta. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, ou seja, de 13/05/2020 a 12/05/2021. DO PREÇO: o preço mensal é de R\$ 1.734,21 (Um mil, setecentos e trinta e quatro reais e vinte e um centavos), a partir de 13/05/2020. Data da Assinatura: 05/05/2020. Assinam: Desdor. Presidente, JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES, pelo Locatário, o Sr. CLAUDICINEI COELHO FADOUL pelo Locador.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2020 - UASG 70007

Nº Processo: 20023/2019. Objeto: Contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas, conforme especificações do Edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 26/05/2020 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Rua Jaime Benevolo 21 - Centro, Centro - Fortaleza/CE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70007-5-00043-2020. Entrega das Propostas: a partir de 26/05/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/06/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO
Pregoeira

(SIASGnet - 25/05/2020) 70007-00001-2020NE000001

DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE CONTRATO

Processo PAD n.º 20.177/2019. Espécie: Contrato n.º 24/2020. Partes: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ e CINCO ESTRELAS TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA, CNPJ: 03.557.312/0001-99. Objeto: é a contratação dos serviços de transporte para distribuição e recolhimento de urnas eletrônicas, equipamentos de informática, estrados, material para mesários e outros necessários às Zonas Eleitorais do interior do Estado, com vistas à realização das Eleições Municipais de 2020 ou para atender outras demandas do Tribunal, conforme as especificações do Edital do P.E. nº 04/2020 e seus anexos. Fundamento Legal: no Pregão Eletrônico 04/2020, conforme a Lei n.º 10.520/2002 e Decreto n.º10.024/2019; nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente: constem no processo administrativo n.º 20.117/2019; não contrariem o interesse público; nas determinações da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações; nos preceitos do Direito Público; Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado. Assinam: pelo TRE/CE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE, e pela contratada, Benitez José da Silva. Data: 21/05/2020.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 4º Termo Aditivo ao Contrato N.º 270/2016 celebrado com a empresa OFICAR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. objeto: Este termo aditivo visa prorrogar o Contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 8 de outubro de 2020. Fundamento: no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93 c/c Cláusula Décima do Contrato n.º 270/2016, e na autorização do Diretor-Geral contida no PAD n.º 8.204/2020. Assinam: pelo TRE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE, e pela contratada, Francisco João Peixoto da Silva. DATA: 21/05/2020

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 8º Termo Aditivo ao Contrato N.º 324/2018 celebrado com a empresa REALIZA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI, CNPJ: 21.587.512/0001-76. Este termo aditivo visa a prorrogar o Contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 24 de outubro de 2020. Fundamento: no art. 57, II da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, combinado com Cláusula Décima Segunda do Contrato 324/2018 e na autorização do Diretor-Geral contida no PAD n.º 10.185/2020. Assina, pelo TRE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE, e pela contratada, Antônio Renato Magalhães Filho. DATA: 21/05/2020

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato N.º 325/2018 celebrado com a empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. objeto: Este termo aditivo visa a prorrogar o Contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 30 de outubro de 2020. Fica assegurado à Contratada o direito à repactuação de valores ainda não adimplidos, não concedidos e/ou pendentes de solicitação em razão da não homologação de novo acordo, convenção ou dissídio coletivo, bem como aqueles advindos no decorrer da vigência a ser prorrogada, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços e da legislação pertinente. Fundamento: no art. 57, II da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, combinado com Cláusula Décima Primeira do Contrato 325/2018 e na autorização do Diretor-Geral contida no PAD n.º 10.094/2020. Assinam: pelo TRE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE, e pela contratada, Willian Lopes Aguiar. DATA: 21/05/2020

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2020

Processo n.º20.096/2019. Objeto: é a contratação de serviço de recolhimento das urnas eletrônicas (UEs) nas Eleições de 2020 na Capital, com exceção das urnas da 94ª ZE, no dia seguinte ao pleito, tanto no 1º Turno, quanto no 2º Turno, se houver. O objeto foi adjudicado à empresa A. CENTRAL TRANSPORTES LTDA, CNPJ: 03.849.500/0001-90. Valor: R\$ 37.400,00. Homologado por: Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE/CE. Data:21/05/2020.

HUGO PEREIRA FILHO
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 1500-34.2020.6.08.8000 Contratante: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Contratada: Claro SA. Objeto: custeio de despesas com a contratação de prestação do Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) na modalidade LDN - Longa Distância Nacional. CNPJ: 40432544/0001-47. Fundamentação Legal: art. 24, IV, da Lei n.º 8.666/93. Valor Total Estimado: R\$ 37.557,42. Data do Reconhecimento: 12/05/2020, pelo Ilmo. Sr. Alvimar Dias Nascimento, Diretor Geral. Data da Ratificação: 18/05/2020, pelo Exmo. Sr. Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, Presidente do TRE/ES.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGAO Nº 13/2020

O TRE-GO torna publica a homologacao da licitacao, modalidade pregao, forma eletronica, n. 13/2020, que tem por objeto a contratacao de empresa especializada para a prestacao de servicos continuos de manutencao preventiva bimestral e manutencao corretiva com o fornecimento de pecas ate o limite estabelecido no termo de referencia, no grupo motor-gerador de energia eletrica, instalado no Edificio Anexo II do Tribunal Regional Eleitoral de Goias. Empresa vencedora: MF GERADORES LTDA. CNPJ: 09.000.758/0001-02. Valor Total Bimestral dos Servicos: R\$ 430,00. Valor Total Anual de Materiais (por demanda): R\$ 32.260,99. Data da homologacao: 19/05/2020. Os autos encontram-se com vistas franqueadas aos interessados.

Goiania, 25 de maio de 2020.
CRISTINA TOKARSKI PERSIJN
Secretária de Administração e Orçamento

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

PREGÃO Nº 15/2020

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº PAD 204/2020. , publicada no D.O.U de 03/04/2020 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para substituição dos equipamentos de ar condicionado instalados nas dependências dos Edifícios Sede e Anexo I do TRE-GO, conforme prescrições, exigências e descrições previstas no Termo de Referência anexo ao Edital. Novo Edital: 26/05/2020 das 09h00 às 17h59. Endereço: Praça Cívica, 300 - Centro GOIANIA - GOEntrega das Propostas: a partir de 26/05/2020 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 05/06/2020, às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

CRISTINA TOKARSKI PERSIJN
Secretária de Administração e Orçamento

(SIDECE - 25/05/2020) 070023-00001-2020NE000039

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

EXTRATOS DE NOTA DE EMPENHO

Nº.: 2020NE000411. Data de emissão: 19/05/2020. Espécie: Empenho de despesa. Processo SEI nº 0000505-90.2020.6.27.8000. Objeto: aquisição de 19.360 crachás adesivos e 12.650 porta crachás. Valor total: R\$ 12.882,87. Credor: NEW TECH COMÉRCIO E SERVIÇO EIRELI. (CNPJ: 09.228.465/0001-79).

Nº.: 2020NE000412. Data de emissão: 19/05/2020. Espécie: Empenho de despesa. Processo SEI nº 0000505-90.2020.6.27.8000. Objeto: aquisição de 14.295 almofadas para carimbo. Valor total: R\$ 31.449,00. Credor: MENNO GRÁFICA E INFORMÁTICA LTDA. (CNPJ: 47.699.350/0001-51).

Nº.: 2020NE000413. Data de emissão: 19/05/2020. Espécie: Empenho de despesa. Processo SEI nº 0000505-90.2020.6.27.8000. Objeto: aquisição de 38.715 canetas esferográficas azuis e 13.960 régua plásticas. Valor total: R\$ 24.852,20. Credor: VERGE COMÉRCIO LTDA. (CNPJ: 03.513.380/0001-56).

Nº.: 2020NE000414. Data de emissão: 19/05/2020. Espécie: Empenho de despesa. Processo SEI nº 0000505-90.2020.6.27.8000. Objeto: aquisição de 2.300 centos de cédulas eleitorais para eleição MAJORITÁRIA, 2.300 centos de cédulas eleitorais para eleição PROPORCIONAL, 17.180 envelopes para mídia de resultado em papel kraft e 19.360 envelopes kraft ouro. Valor total: R\$ 26.590,60. Credor: NOVA INDUSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. (CNPJ: 86.863.412/0001-70).

Nº.: 2020NE000415. Data de emissão: 19/05/2020. Espécie: Empenho de despesa. Processo SEI nº 0000505-90.2020.6.27.8000. Objeto: aquisição de 104.430 envelopes brancos, tipo ofício. Valor total: R\$ 10.443,00. Credor: PLANET GRAF COMÉRCIO E IMPRESSÃO DE PAPEL LTDA. (CNPJ: 02.176.635/0001-70).

Nº.: 2020NE000416. Data de emissão: 19/05/2020. Espécie: Empenho de despesa. Processo SEI nº 0000505-90.2020.6.27.8000. Objeto: aquisição de 2.000 extensões elétricas tripolares. Valor total: R\$ 29.980,00. Credor: B W A INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. (CNPJ: 15.833.666/0001-06).

Nº.: 2020NE000417. Data de emissão: 19/05/2020. Espécie: Empenho de despesa. Processo SEI nº 0000505-90.2020.6.27.8000. Objeto: aquisição de 9.220 fitas adesivas. Valor total: R\$ 20.993,94. Credor: E. DOS R. PEREIRA. (CNPJ: 31.635.123/0001-22).

Nº.: 2020NE000419. Data de emissão: 19/05/2020. Espécie: Empenho de despesa. Processo SEI nº 0000505-90.2020.6.27.8000. Objeto: aquisição de 19.360 pacotes de lenços umedecidos. Valor total: R\$ 46.464,00. Credor: ALVES E CORDEIRO LTDA. (CNPJ: 15.233.984/0001-28).

Nº.: 2020NE000420. Data de emissão: 19/05/2020. Espécie: Empenho de despesa. Processo SEI nº 0000505-90.2020.6.27.8000. Objeto: aquisição de 6.250 pastas plásticas, transparentes com aba e elástico. Valor total: R\$ 7.187,50. Credor: FMB INDUSTRIA E DISTRIBUICAO DE PAPEIS LTDA. (CNPJ: 26.389.014/0001-32).

Nº.: 2020NE000422. Data de emissão: 19/05/2020. Espécie: Empenho de despesa. Processo SEI nº 0000505-90.2020.6.27.8000. Objeto: aquisição de 364 Lacs plásticos, SL1 em náilon. Valor total: R\$ 2.697,24. Credor: PLASLOPES COMERCIO LTDA. (CNPJ: 10.848.698/0001-53).

EXTRATOS DE NOTA DE EMPENHO

Nº.: 2020NE000411. Data de emissão: 19/05/2020. Espécie: Empenho de despesa. Processo SEI nº 0000505-90.2020.6.27.8000. Objeto: aquisição de 19.360 crachás adesivos e 12.650 porta crachás. Valor total: R\$ 12.882,87. Credor: NEW TECH COMÉRCIO E SERVIÇO EIRELI. (CNPJ: 09.228.465/0001-79).

Nº.: 2020NE000412. Data de emissão: 19/05/2020. Espécie: Empenho de despesa. Processo SEI nº 0000505-90.2020.6.27.8000. Objeto: aquisição de 14.295 almofadas para carimbo. Valor total: R\$ 31.449,00. Credor: MENNO GRÁFICA E INFORMÁTICA LTDA. (CNPJ: 47.699.350/0001-51).



Editais	16
044ª Zona Eleitoral	18
Despachos	18
063ª Zona Eleitoral	21
Editais	21
072ª Zona Eleitoral	23
Editais	23
078ª Zona Eleitoral	23
Despachos	23
096ª Zona Eleitoral	24
Despachos	24
104ª Zona Eleitoral	25
Editais	25
105ª Zona Eleitoral	27
Editais	27
116ª Zona Eleitoral	27
Despachos	27
Editais	28

PRESIDÊNCIA

Atos da Presidência

Portarias

Portaria 323

PORTARIA N.º 323/2020 O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 23, VIII, do Regimento Interno deste Tribunal, combinado com o artigo 12 da Resolução TRE/CE n.º 488/2012, **RESOLVE** designar, a partir de 18.5.2020, a **Dra. FABRÍCIA FERREIRA DE FREITAS**, Juíza de Direito da 1ª Vara de Pacatuba, para responder pela 57ª Zona Eleitoral, sediada nesse município, durante férias do titular, Dr. Giancarlo Antoniazzi Achutti. CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Fortaleza, 19 de maio de 2020.

Desembargador HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO
PRESIDENTE

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

DIRETORIA GERAL

Atos do Diretor Geral

Avisos

AVISO DE LICITACAO

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ torna pública a realização do Pregão Eletrônico n.º 43/2020. Objeto: contratação de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado, conforme as especificações do edital e seus anexos. Edital disponível a partir do dia 26/05/2020. Entrega das propostas a partir de 26/05/2020. Abertura das propostas: 10/06/2020, às 14:00h, horário de Brasília. Local: sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br. Fortaleza, 25/05/2020.

Portarias

PORTARIA N.º 289/2020

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 26, inciso VI, do Regulamento da Secretaria deste Regional, **RESOLVE** designar os servidores JOÃO RAFAEL SOUTO DOS SANTOS, como gestor, e ANTÔNIO RONALDO DE ALMEIDA FARIAS, como suplente, na gestão do Contrato n.º 10/2020, celebrado com a empresa LOCALIZA RENT A CAR S/A, cujo objeto é a prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, com vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação de seu extrato no DOU. CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Fortaleza, 15 de abril de 2020. HUGO PEREIRA FILHO, DIRETOR-GERAL DO TRE/CE

HUGO PEREIRA FILHO
DIRETOR-GERAL DO TRE-CE.

1. IMÓVEIS 2. IMÓVEIS 3. VEÍCULOS 4. EMPREGOS 5. PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS 6. SERVIÇOS E CONVÍVIO 7. FUNERAIS E ORAÇÕES 8. PRODUTOS 9. DIVERSOS

1. IMÓVEIS

VENDA E CONSÓRCIO



1.1 IMÓVEIS

VENDA & CONSÓRCIO APARTAMENTOS

REGIÃO METROPOLITANA

VENDO 98873-8690
Toco/financio duplex,3 quartos, 2 stes, novo, no porcelanato - Horizonte.

CAUCAIA

APTO 98873-8690
Novo, c/ 2 qtos, 1 ste, 1 vg, no porcelanato. Financio.



1.2 IMÓVEIS

VENDA & CONSÓRCIO CASAS

GRANJA LISBOA

VENDO 99270-2319
8 casas em lotes de 13x36. Renda 2mil ao mês p/ investidores. Whatsapp

VENDO 99270-2319
15 casas em lotes de 18x33. Renda 3.500mil ao mês p/ investidores. ZAP

Buscando Informação, Cultura e Entretenimento?
Assine O POVO: 3254.1010 ou assin@opovo.com.br



GRANJA PORTUGAL

VENDO 98873-8690
Troco/financio, duplex novo, 2 qtos, coz. americana. Ótimo p/ comércio.



1.5 IMÓVEIS

VENDA & CONSÓRCIO SALAS, LOJAS P. COMERCIAIS E GALPÕES

MANOEL SÁTIRO

VENDO 98873-8690
Triplex comercial entre as 2 perimetral. More e trabalhe em um só lugar.



1.9 IMÓVEIS

VENDA & CONSÓRCIO CONSÓRCIOS

OUTROS SERVIÇOS

DOCUMENTO 99270-2319
Imóvel/escrituro/registo/raço usucapião e inventário. Aproveite! ZAP

VENDO 99270-2319
Troco/financio/alugo imóveis p/ todos os fins comerciais. Aproveite!

2. IMÓVEIS

LOCAÇÃO E CASA&ACIA



2.1 IMÓVEIS

LOCAÇÃO E CASA&ACIA APARTAMENTOS

ALDEOTA

1 QUARTO R\$ 250
Banheiro, 01 vaga, Cond.R\$150. Rua 08 de Setembro. Nº139 kit#133/ 3267.4808/ 3267.1387. (632J). [☎ 98722.3130](tel:3267.4808)

2 QUARTO R\$ 400
Banheiro, 01 vaga, Cond.R\$295. Rua 08 de Setembro. Nº139, apto 410 / 3 2 6 7. 4 8 0 8 / 3267.1387. (632J). [☎ 98722.3130](tel:3267.4808)

2 QUARTOS R\$ 400
Dep.emp.,varanda,nascente,vaga,Cond.R\$139/ Rua 08 de Setembro nº410. Apt#183(632J). / 3267-4808 3267.1387 [☎ 98722.3130](tel:3267.4808)

2 QUARTOS R\$ 400
Dep.emp.,varanda,nascente,vaga,Cond.R\$295/ Rua 08 de Setembro nº1444. Apt#352(632J). / 3267-4808 3267.1387 [☎ 98722.3130](tel:3267.4808)

2 QUARTOS R\$ 450
Dep.emp.,varanda,nascente,vaga,Cond.R\$295/ Rua 08 de Setembro nº1394. Apt#327(632J) / 3267.1387 [☎ 98722.3130](tel:3267.1387)

PAPICU

2 QUARTO R\$ 400
vaga,nascente,varanda,Cond.R\$368/ Rua Oliveira Viana nº330. Apt#308/ 3267.4808 / 3267.1387 / (632J). [☎ 98722.3130](tel:3267.4808)



2.2 IMÓVEIS

LOCAÇÃO E CASA&ACIA APARTAMENTOS

ALDEOTA

1 QUARTO R\$ 250
Banheiro, 01 vaga, Cond.R\$150. Rua 08 de Setembro. Nº139 kit#133/ 3267.4808/ 3267.1387. (632J). [☎ 98722.3130](tel:3267.4808)

2 QUARTO R\$ 400
Banheiro, 01 vaga, Cond.R\$295. Rua 08 de Setembro. Nº139, apto 410 / 3 2 6 7. 4 8 0 8 / 3267.1387. (632J). [☎ 98722.3130](tel:3267.4808)

2 QUARTOS R\$ 400
Dep.emp.,varanda,nascente,vaga,Cond.R\$139/ Rua 08 de Setembro nº410. Apt#183(632J). / 3267-4808 3267.1387 [☎ 98722.3130](tel:3267.4808)

2 QUARTOS R\$ 400
Dep.emp.,varanda,nascente,vaga,Cond.R\$295/ Rua 08 de Setembro nº1444. Apt#352(632J). / 3267-4808 3267.1387 [☎ 98722.3130](tel:3267.4808)

2 QUARTOS R\$ 450
Dep.emp.,varanda,nascente,vaga,Cond.R\$295/ Rua 08 de Setembro nº1394. Apt#327(632J) / 3267.1387 [☎ 98722.3130](tel:3267.1387)

PAPICU

2 QUARTO R\$ 400
vaga,nascente,varanda,Cond.R\$368/ Rua Oliveira Viana nº330. Apt#308/ 3267.4808 / 3267.1387 / (632J). [☎ 98722.3130](tel:3267.4808)

3. VEÍCULOS

4. EMPREGOS

5. PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

6. SERVIÇOS E CONVÍVIO

7. FUNERAIS E ORAÇÕES

8. PRODUTOS

9. DIVERSOS

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

837

838

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857

858

859

860

861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890

891

892

893

894

895

896

897

898

899

900

901

902

903

904

905

906

907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

918

919

920

921

922

923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961

962

963

964

965

966

967

968

969

970

971

972

973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006

1007

1008

1009

1010

1011

1012

1013

1014

1015

1016

1017

1018

1019

1020

1021

1022

1023

1024

1025

1026

1027

1028

1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037

1038

1039

1040

1041

1042

1043

1044

1045

1046

1047

1048

1049

1050

1051

1052

1053

1054

1055

1056

1057

1058

1059

1060

1061

1062

1063

1064

1065

1066

1067

1068

1069

1070

1071

1072

1073

1074

1075

1076

1077

1078

1079

1080

1081

1082

1083

1084

1085

1086

1087

1088

1089

1090

1091

1092

1093

1094

1095

1096

1097

1098

1099

1100

1101

1102

1103

1104

1105

1106

1107

1108

1109

1110

1111

1112

1113

1114

1115

1116

1117

1118

1119

1120

1121

1122

1123

1124

1125

1126

1127

1128

1129

1130

1131

1132

1133

1134

1135

1136

1137

1138

1139

1140

1141

1142

1143

1144

1145

1146

1147

1148

1149

1150

1151

1152

1153

1154

1155

1156

1157

1158

1159

1160

1161

1162

1163

1164

1165

1166

1167

1168

1169

1170

1171

1172

1173

1174

1175

1176

1177

1178

1179

1180

1181

1182

1183

1184

1185

1186

1187

1188

1189

1190

1191

1192

1193

1194

1195

1196

1197

1198

1199

1200

1201

1202

1203

1204

1205

1206

1207

1208

1209

1210

1211

1212

1213

1214



Seção de Licitações TRE-CE <licitacoestrece@gmail.com>

AVISO DE LICITAÇÃO - TRE/CE - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2020

1 mensagem

Seção de Licitações TRE-CE <licitacoestrece@gmail.com>

26 de maio de 2020 15:44

Para: coele@tre-ce.jus.br, scomp@tre-ce.jus.br

Cc: Seção de Licitações <selic@tre-ce.jus.br>, Seção de Licitações TRE-CE <licitacoestrece@gmail.com>

Cco: eehprodutora@gmail.com, rreprodutora@gmail.com, exploratapro@gmail.com, comercial@f3producoes.com.br, contato@terravistafilmes.com.br, atendimento@terravista360.com.br

Com o objetivo de aumentar a publicidade dos certames licitatórios do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (UASG 70007), venho comunicar que acontecerá no dia **10 de junho de 2020, às 14:00h**, a abertura do **Pregão Eletrônico nº 43/2020**. Objeto: **contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver, 2º turno, em local a ser definido**, conforme as especificações do Edital e seus anexos.

O Edital está disponível no sítio www.tre-ce.jus.br, tendo sido publicado o aviso de licitação no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE-CE e na página de classificados do Jornal O Povo, nesta data.

Obs: Fornecedores contactados por cópia oculta.

Atenciosamente,
Seção de Licitações - TRE/CE
Telefone: (85) 3453-3736
VoIP 3736

**PREGÃO ELETRÔNICO N.o 43/2020 Processo TRE/CE n.o 20023/2019 -
ESCLARECIMENTO****De :** Mara Vellasco <contato@terravistafilmes.com.br>

Qui, 28 de Mai de 2020 17:31

Assunto : PREGÃO ELETRÔNICO N.o 43/2020 Processo TRE/CE n.o
20023/2019 - ESCLARECIMENTO**Para :** selic@tre-ce.jus.brAo
TRE-CEA/C
Pregoeira Oficial do TRE/CE

Assunto: Esclarecimento

Sra. Pregoeira,
Espero que esteja tudo bem com vocês.

Por favor, peço esclarecer:

- 1- Todas as câmeras serão instaladas numa mesma sala?
- 2- Se não, em quantas salas serão instaladas?
- 3- Quantas câmeras por sala?

Atenciosamente,

Mara VellascoConsultora de Comunicação e Marketing
contato@terravistafilmes.com.br
Cel.: +55 62 991869090**TERRAVISTA FILMES**www.terravistafilmes.com.br
@terravista.filmes
Tel.: +55 85 30310618
Av. Monsenhor Carneiro da Cunha, 442
Eng. Luciano Cavalcante
CEP 60.811-290 Fortaleza-CE



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 093444/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ <i>Assinado eletronicamente em 03/06/2020 19:09:14</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 3 de Junho de 2020.



À
COORDENADORIA DE REGISTROS PARTIDÁRIOS, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Para se manifestar quanto ao esclarecimento solicitado com relação à execução do serviço.

ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ
SEÇÃO DE LICITAÇÕES



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 093446/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ <i>Assinado eletronicamente em 03/06/2020 19:09:55</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 4 de Junho de 2020.



À
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Em relação aos questionamentos constantes no Doc PAD nº 93444/2020, são essas as respostas:

1- Todas as câmeras serão instaladas numa mesma sala?

Sim, todas as câmeras ficarão em um único ambiente, não necessariamente uma sala, pode ser um ginásio, galpão, etc.

2- Se não, em quantas salas serão instaladas?

Pergunta prejudicada pela resposta anterior.

3- Quantas câmeras por sala?

No ambiente único da auditoria, serão necessárias 4(quatro) câmeras, 1(uma) para cada urna eletrônica a ser auditada.

Atenciosamente,

MARCIA MARIA SILVA CAVALCANTE
COORDENADORIA DE REGISTROS PARTIDÁRIOS, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 094344/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARCIA MARIA SILVA CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 04/06/2020 19:23:26</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2020 - TRE/CE
ANEXO I - PROPOSTA

Nome da Empresa: EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS

CNPJ: 31.623.900/0001-19

Endereço: Rua Dom Manuel de Medeiros, 2218, Parquelândia.

CEP: 60.455-305

Fone: (85)99760-0663 / (85)987138256

E-mail comercial: eehprodutora@gmail.com

Validade da proposta: 60 dias

Conta Corrente n.º: 4775-8 **Banco:** 109(CAIXA) **N.º da Agência:** 0926

Proposta de preços para realização de serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver 2º turno, em local a ser definido, observadas as condições estabelecidas abaixo e no Anexo III – Termo de Referência.

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Global da Proposta
Filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, por cada turno das Eleições 2020.	R\$3.150,00 (Três mil cento e cinquenta reais)	R\$3.150,00 (Três mil cento e cinquenta reais)	R\$6.300,00 (Seis mil e trezentos reais)

Declaramos que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, custos e demais encargos que incidam sobre os serviços fornecidos.

Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências constantes no Edital e no Termo de Referência – Anexo III do Pregão Eletrônico 43/2020.

Fortaleza, 10 de junho de 2020

EGIVÂNIA VIEIRA FRANCO
RG: 34582902000 / CPF:664.830.503-72



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 31.623.900/0001-19
Razão Social: EGVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS
Nome Fantasia: PRODUTORA E&H FOTO E FILMAGEM
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 03/10/2020

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	10/07/2020
FGTS	Validade:	13/07/2020
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	04/12/2020

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	04/08/2020
Receita Municipal	Validade:	05/09/2020

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/12/2020



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 31.623.900/0001-19 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 27/09/2018
NOME EMPRESARIAL EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PRODUTORA E&H FOTO E FILMAGEM		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 74.20-0-01 - Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina (Dispensada *)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 59.12-0-99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 73.19-0-03 - Marketing direto (Dispensada *) 73.19-0-04 - Consultoria em publicidade (Dispensada *) 74.20-0-02 - Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas 74.20-0-03 - Laboratórios fotográficos (Dispensada *) 74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos (Dispensada *) 90.01-9-02 - Produção musical (Dispensada *) 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)		
LOGRADOURO R DOM MANUEL DE MEDEIROS	NÚMERO 2218	COMPLEMENTO *****
CEP 60.455-305	BAIRRO/DISTRITO PARQUELANDIA	MUNICÍPIO FORTALEZA
UF CE	ENDEREÇO ELETRÔNICO eehprodutora@gmail.com	
TELEFONE (85) 3036-6507		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/09/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **10/06/2020** às **15:46:11** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Linha de Fornecimento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 31.623.900/0001-19
Razão Social: EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS
Nome Fantasia: PRODUTORA E&H FOTO E FILMAGEM
Situação do Fornecedor: Credenciado
Município / UF: Fortaleza / Ceará
Porte: Micro Empresa

Linhas de Fornecimento

Serviços

Código	Descrição	Situação
3778	Audiovisual	Ativo
6050	Serviço Fotográfico	Ativo
19658	Audiovisual - Reprodução / Edição	Ativo

MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO

499.731.423-6 Fornecedor não possui quadro societário / administrativo.

Consulta

Cadastro

Segurança

Sair

Consultar Quadro e Participação Societária / Administrativa

Critérios de Seleção

* Tipo de Consulta

(_)

Quadro Societário / Administrativo
de Fornecedor

(_)

Participação de Sócio /
Administrador PJ

(_)

Participação de Sócio /
Administrador PF

* CNPJ da Empresa

31.623.900/0001-19

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

PESQUISAR

REALIZAR NOVA PESQUISA

VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 31.623.900/0001-19

LIMPAR

Data da consulta: 10/06/2020 16:01:32

Data da última atualização: 10/06/2020 12:00:09

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (08/06/2020 às 13:52) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 31.623.900/0001-19.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5EDE.6CE3.6412.C171 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS**

CPF/CNPJ: **31.623.900/0001-19**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 13:45:37 do dia 08/06/2020, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INIDONEO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: 0NK8080620134537

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 10/06/2020 16:12:29

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS**
CNPJ: **31.623.900/0001-19**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Erro**

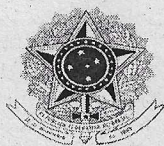
Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Erro**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



MARINHA DO BRASIL

ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARÁ

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **PRODUTORA E&H FOTO E FILMAGEM**, inscrita no CNPJ sob o nº 31.623.900/0001-19, estabelecida na Rua Dom Manuel de Medeiros, nº2218, Parquelândia, CEP: 60.455-305, prestou serviços à **Escola de Aprendizes de Marinheiros do Ceará** CNPJ nº 00.394.502/0116-93, com cobertura de evento com Filmagem aérea e terrestre, com produções de Vídeos de longa e curta duração, .

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Fortaleza, em 18 de Dezembro de 2019.

DANNIELY GUIMARÃES VIANA NERY

Capitão-Tenente (T)

CPF nº 055.447.547-21

Avenida Filomeno Gomes, nº 30 - Jacarecanga - Fortaleza- Ceará – Brasil

CEP: 60.010-280

EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS

PRODUTORA E&H FOTO E FILMAGEM

CNPJ: 31.623.900/0001-19

***Balanço Patrimonial, DRE e
balancete de verificação
Exercício 2019***

Balanco Patrimonial

Empresa: EGIVANIA VIEIRA FRANCO - CNPJ: 31.623.900/0001-19

Pág.: 1 de 1

Fortes Contábil 6.150.0

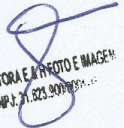
Conta	Descrição	31/12/2019
1	*** Ativo ***	
11	Ativo Circulante	78.566,16 D
111	Disponível	3.166,16 D
11101	Caixa Geral	3.166,16 D
11101.0001	Caixa	3.166,16 D
13	Ativo Permanente	3.166,16 D
133	Imobilizado	75.400,00 D
13301	Bens Em Operação	75.400,00 D
13301.0004	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	75.400,00 D
2	*** Passivo ***	
21	Passivo Circulante	78.566,16 C
211	Fornecedores	3.166,16 C
21101	Fornecedores Diversos	3.005,53 C
21101.0006	Nikon lentes para cameras	3.005,53 C
213	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	3.005,53 C
21301	Impostos e Contribuições	160,63 C
21301.0010	Simplex a Recolher	160,63 C
24	Patrimônio Líquido	160,63 C
241	Capital Social Integralizado	75.400,00 C
24101	Capital Social Subscrito	30.000,00 C
24101.0001	EGIVANIA VIEIRA FRANCO	30.000,00 C
243	Lucros ou Prejuizos Acumulados	30.000,00 C
24301	Lucros ou Prejuizos Acumulados	45.400,00 C
24301.0001	Lucros Acumulados	45.400,00 C

Data de Encerramento: 31/12/2019

Valor de Ativo e Passivo: R\$ 78.566,16 (Setenta e Oito Mil Quinhentos e Sessenta e Seis Reais e Dezesseis Centavos).



Joaquim de Carmo Batista
Contador
CRC-CE 010070/O-3



PRODUTORA E FOTÓGRAFA
CNPJ: 31.623.900/0001-19

Fim

Demonstração do Resultado do Exercício

Empresa: EGIVANIA VIEIRA FRANCO - CNPJ: 31.623.900/0001-19

Estabelecimentos: 0001 - EGIVANIA VIEIRA FRANCO; Centros de Resultado: 001 - matriz

Pág.: 1 de 1

Fortes Contábil 6.150.0

Conta	Descrição	01/01/2019 a 31/12/2019
(+) 010	Receita Bruta Operacional	50.300,00
010.01	Faturamento Prod. Mercadorias	50.300,00
010.01.03	Vendas de Mercadorias	50.300,00
(=) 030	Receita Líquida	50.300,00
(=) 060	Lucro Bruto	50.300,00
(-) 070	Despesas Operacionais	4.900,00
070.02	Despesas Administrativas	4.611,53
070.04	Despesas Tributárias	288,47
(=) 110	Lucro Operacional	45.400,00
(=) 150	Resultado Líquido do Exercício	45.400,00
(=) 200	Resultado Líquido do Exercício	45.400,00

Joaquim do Carmo Batista
Contador
CRC-CE 010070/O-3

PROCURADORIA E AGENCIA DE FOTOGRAFIA E IMAGEM
CNPJ: 31.623.900/0001-19

Fim

Balancete Contábil

Empresa: EGIVANIA VIEIRA FRANCO - CNPJ: 31.623.900/0001-19

Pág.: 1 de 1

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019; Estabelecimento(s): Todos; Centro(s) de Resultados: Todos

Fortes Contábil 6.150.0

Conta	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1	*** Ativo ***	30.000,00 D	125.700,00	77.133,84	78.566,16 D
11	Ativo Circulante	30.000,00 D	50.300,00	77.133,84	3.166,16 D
111	Disponível	30.000,00 D	50.300,00	77.133,84	3.166,16 D
11101	Caixa Geral	30.000,00 D	50.300,00	77.133,84	3.166,16 D
11101.0001	Caixa	30.000,00 D	50.300,00	77.133,84	3.166,16 D
13	Ativo Permanente	0,00	75.400,00	0,00	75.400,00 D
133	Imobilizado	0,00	75.400,00	0,00	75.400,00 D
13301	Bens Em Operação	0,00	75.400,00	0,00	75.400,00 D
13301.0004	Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	0,00	75.400,00	0,00	75.400,00 D
2	*** Passivo ***	30.000,00 C	0,00	48.566,16	78.566,16 C
21	Passivo Circulante	0,00	0,00	3.166,16	3.166,16 C
211	Fornecedores	0,00	0,00	3.005,53	3.005,53 C
21101	Fornecedores Diversos	0,00	0,00	3.005,53	3.005,53 C
21101.0006	Nikon lentes para cameras	0,00	0,00	3.005,53	3.005,53 C
213	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	0,00	0,00	160,63	160,63 C
21301	Impostos e Contribuições	0,00	0,00	160,63	160,63 C
21301.0010	Simplex a Recolher	0,00	0,00	160,63	160,63 C
24	Patrimônio Líquido	30.000,00 C	0,00	45.400,00	75.400,00 C
241	Capital Social Integralizado	30.000,00 C	0,00	0,00	30.000,00 C
24101	Capital Social Subscrito	30.000,00 C	0,00	0,00	30.000,00 C
24101.0001	EGIVANIA VIEIRA FRANCO	30.000,00 C	0,00	0,00	30.000,00 C
243	Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	45.400,00	45.400,00 C
24301	Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	45.400,00	45.400,00 C
24301.0001	Lucros Acumulados	0,00	0,00	45.400,00	45.400,00 C
3	*** Despesas e Custos ***	0,00	4.900,00	4.900,00	0,00
31	Despesas	0,00	3.111,53	3.111,53	0,00
311	Despesas Administrativas	0,00	3.111,53	3.111,53	0,00
31101	Despesas Gerais	0,00	3.111,53	3.111,53	0,00
31101.0017	Taxas e Despesas Legais	0,00	106,00	106,00	0,00
31101.0027	Material e equipamentos para maquinas	0,00	3.005,53	3.005,53	0,00
32	Despesas c/Pessoal	0,00	1.500,00	1.500,00	0,00
321	Despesas c/Pessoal	0,00	1.500,00	1.500,00	0,00
32101	Despesas c/Pessoal	0,00	1.500,00	1.500,00	0,00
32101.0014	Honorários contábeis	0,00	1.500,00	1.500,00	0,00
34	Despesas Tributárias	0,00	288,47	288,47	0,00
340	Despesas Tributárias	0,00	288,47	288,47	0,00
340	Despesas Tributárias	0,00	288,47	288,47	0,00
34001.0004	Imposto Simplex	0,00	288,47	288,47	0,00
4	*** Receitas ***	0,00	50.300,00	50.300,00	0,00
41	Receita Bruta Operacional	0,00	50.300,00	50.300,00	0,00
411	Receita de vendas	0,00	50.300,00	50.300,00	0,00
41101	Receita de vendas	0,00	50.300,00	50.300,00	0,00
41101.0001	Receita de Serviços	0,00	50.300,00	50.300,00	0,00
5	*** Resultado do Exercício ***	0,00	50.300,00	50.300,00	0,00
51	Resultado do Exercício	0,00	50.300,00	50.300,00	0,00
511	Resultado do Exercício	0,00	50.300,00	50.300,00	0,00
51101	Resultado do Exercício	0,00	50.300,00	50.300,00	0,00
51101.0001	Resultado do Exercício	0,00	50.300,00	50.300,00	0,00
		0,00	231.200,00	231.200,00	0,00

Joaquim do Carmo Batista
Contador
CRC-CE 010070/O-3

PRODUTORA E EDITORA DE IMAGEM
CNPJ: 31.623.900/0001-19

Fim

Balancete de Verificação realizado em 31/12/2019**EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS**

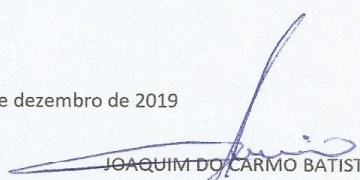
CNPJ: 31.623.900/0001-19

Valores em Reais

ATIVO	VALOR EM R\$	PASSIVO	VALOR EM R\$
ATIVO	78.566,16	PASSIVO	78.566,16
ATIVO CIRCULANTE	3.166,16	PASSIVO CIRCULANTE	3.166,16
Caixa	3.166,16	Encargos Sociais	-
Banco Conta Movimento	-	Impostos e Contribuições	160,63
Aplicações Financeiras	-	Fornecedores	3.005,53
Títulos	-		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	75.400,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	75.400,00
Clientes Nacionais	-	Parcelamentos	-
Adiantamento a Fornecedores	-		
Tributos a compensar	-		
IMOBILIZADO	75.400,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	75.400,00
Móveis e Utensílios	25.300,00	Capital Social	30.000,00
Instalações	5.500,00	Reserva Legal	-
Bens e Direitos em Uso	16.450,00	Reserva de Lucros	-
Informática	7.521,00	Lucros Acumulados	45.400,00
Máquinas e Equipamentos	20.629,00		
(-) Depreciação Acumulada	-		

Fortaleza, 31 de dezembro de 2019


EGIVANIA VIEIRA FRANCO
CPF: 664.830.503-72
Empresária


JOAQUIM DO CARMO BATISTA
CONTADOR CRC-CE 010070/O
CPF: 033.327.638-81

Balancete de Verificação em 31/12/2019**EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS**

CNPJ: 31.623.900/0001-19

**DEMONSTRATIVO DE SITUAÇÃO FINANCEIRA COM BASE NOS INDICES RELATIVOS AO
AO BALANCETE DE VERIFICAÇÃO DE DEZEMBRO DE 2019****1) LC - LIQUIDEZ CORRENTE**

Ativo Circulante	=	3.166,16	=	1,000
Passivo Circulante		3.166,16		

2) LG - LIQUIDEZ GERAL

Ativo Circulante + Ativo Não Circulante	=	78.566,16	=	1,000
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante		78.566,16		

3) LS - LIQUIDEZ SECA

Ativo Circulante (-) Estoque (-) Desp. Atencipadas	=	3.166,16	=	1,000
Passivo Circulante		3.166,16		

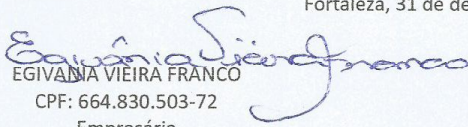
4) ET - ENDIVIDAMENTO TOTAL

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	=	78.566,16	=	1,000
Ativo Total		78.566,16		

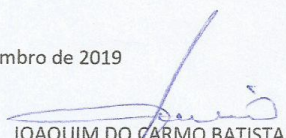
5) ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

Ativo Total	=	78.566,16	=	1,000
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante		78.566,16		

Fortaleza, 31 de dezembro de 2019



EGIVANIA VIEIRA FRANCO
CPF: 664.830.503-72
Empresária



JOAQUIM DO CARMO BATISTA
CONTADOR CRC-CE 010070/O
CPF: 033.327.638-81



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA

CERTIDÃO DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL (LEI 8.666/93)
(PESSOA JURÍDICA / 1º GRAU / CÍVEL)

CERTIFICA, a requerimento da parte interessada, que consultando nos Sistemas Informatizados do Serviço de Distribuição desta Comarca, em relação ao(s) Polo(s) PASSIVO OU ATIVO, dos processos de Natureza Cível, EM TRÂMITE, verificou NADA CONSTAR, em nome de EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS - ME, CNPJ nº 31.623.900/0001-19.

CERTIFICA que, esta certidão só é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de sua emissão

O referido é verdade e dou fé.

Fortaleza, Segunda-feira, 8 de Junho de 2020 às 12:04:17

Observações:

a) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

b) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada conforme informações no rodapé;

c) a consulta inclui as seguintes classes: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL;

d) esta certidão é expedida nos termos da Resolução 13/2019, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 2380368130-4		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) EGIVANIA VIEIRA FRANCO			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input checked="" type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILIAÇÃO JOSE DO EGITO FRANCO		(mãe) MARIA DO SOCORRO VIEIRA FRANCO	
NASCIDO EM (data de nascimento) 21/07/1981	IDENTIDADE (número) 34582902000	Órgão Emissor SSPDSC	UF CE
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 664.830.503-72	
		EMAIL EEHPRODUTORA@GMAIL.COM	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA DOM MANUEL DE MEDEIROS			NÚMERO 2218
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO PARQUELANDIA	CEP 60455305
MUNICÍPIO FORTALEZA			UF CE
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado do Ceará:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2244	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA DOM MANUEL DE MEDEIROS			NÚMERO 2218
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO PARQUELANDIA	CEP 60455305
MUNICÍPIO FORTALEZA	UF CE	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) EEHPRODUTORA@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 30.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) TRINTA MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 7420001 Atividades secundárias 5912099 7319004 7319003 7420004 7420003	DESCRIÇÃO DO OBJETO PRODUCAO MUSICAL ATIVIDADES DE POSPRODUCAO CINEMATOGRAFICA, DE VIDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISAO NAO ESPECIFICADOS FILMAGEM DE FESTAS E EVENTOS ATIVIDADES DE PRODUCAO DE FOTOGRAFIAS AEREAS E SUBMARINAS ATIVIDADES DE PRODUCAO DE FOTOGRAFIAS, EXCETO AEREAS E SUBMARINA LABORATORIOS FOTOGRAFICOS ATIVIDADES DE SONORIZACAO E DE ILUMINACAO MARKETING DIRETO CONSULTORIA EM PUBLICIDADE MARKETING DIRETO CONSULTORIA EM PUBLICIDADE		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 27/09/2018	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 31623900000119	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF CE
USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO			
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)			
DATA DA ASSINATURA 11/02/2020	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE. _____ _____/_____/_____		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	





NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 2380368130-4		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) EGIVANIA VIEIRA FRANCO			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input checked="" type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILIAÇÃO JOSE DO EGITO FRANCO		(mãe) MARIA DO SOCORRO VIEIRA FRANCO	
NASCIDO EM (data de nascimento) 21/07/1981	IDENTIDADE (número) 34582902000	Órgão Emissor SSPDSC	UF CE
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 664.830.503-72	
EMAIL EEHPRODUTORA@GMAIL.COM			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA DOM MANUEL DE MEDEIROS			NÚMERO 2218
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO PARQUELANDIA		CEP 60455305
MUNICÍPIO FORTALEZA	UF CE		
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado do Ceará:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2244	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA DOM MANUEL DE MEDEIROS			NÚMERO 2218
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO PARQUELANDIA		CEP 60455305
MUNICÍPIO FORTALEZA	UF CE	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) EEHPRODUTORA@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 30.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) TRINTA MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 7420001 Atividades secundárias 7420002 9001906 9001902	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 27/09/2018	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 31623900000119	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF CE
USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO			
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)			
DATA DA ASSINATURA 11/02/2020	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE. _____/____/____		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	





Relatório de Inclusão no Cadin Sisbacen pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)

31.623.900/0001-19 - EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS

Situação do contribuinte no Cadin Sisbacen

NÃO INCLUÍDO PELA RFB

Este relatório refere-se exclusivamente à inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), não abrangendo inclusões de responsabilidade de outros órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta. As informações relativas ao Cadin são centralizadas no Sistema de Informações do Banco Central – Sisbacen.

A inexistência de registro no Cadin não implica reconhecimento de regularidade de situação, nem elide a apresentação dos documentos exigidos em lei, decreto ou demais atos normativos (art. 4º da Lei nº 10.522/2002).

Pregão Eletrônico

70007 .432020 .5584 .5096 .544832400



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Ata de Realização do Pregão Eletrônico Nº 00043/2020

Às 14:00 horas do dia 10 de junho de 2020, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 3/2020 de 03/01/2020, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 20023/2019, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00043/2020. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas, conforme especificações do Edital e seus anexos.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1

Descrição: Audiovisual

Descrição Complementar: Contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver 2º turno, em local e datas a serem definidos. A especificação dos serviços, datas, horários e prazos, estão detalhados no item 4 do Anexo III Termo de Referência. Todos os prazos previstos no Edital e no Termo de Referência poderão ser modificados devido à pandemia do novo coronavírus (COVID 19).

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação

Exclusiva de ME/EPP

Quantidade: 1

Unidade de fornecimento: Unidade

Valor Estimado: R\$ 16.000,0000

Situação: Aceito e Habilitado com intenção de recurso

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Intervalo mínimo entre lances: R\$ 10,00

Aceito para: EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, pelo melhor lance de R\$ 6.300,0000 .

Histórico

Item: 1 - Audiovisual

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	Porte ME/EPP	Declaração ME/EPP/COOP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global
23.481.856/0001-21	STUDIO F3 LTDA	Sim	Sim	1	R\$ 15.900,0000	R\$ 15.900,0000
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: A presente licitação tem como objeto, contratação especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver, 2º turno, em local a ser definido, conforme as especificações deste Edital e Termo de Referência						
11.468.883/0001-85	RRE PRODUTORA LTDA	Sim	Sim	1	R\$ 16.000,0000	R\$ 16.000,0000
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver, 2º turno, em local e datas a serem definidos. A especificação dos serviços, datas, horários e prazos, estão detalhados no item 4 do Anexo III Termo de Referência.						

item 4 do Anexo III Termo de Referência. Todos os prazos previstos no Edital e no Termo poderão ser modificados devido à pandemia do novo coronavírus (COVID 19).

31.623.900/0001-19	EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS	Sim	Sim	1	R\$ 16.000,0000 R\$ 16.000,0000
--------------------	---	-----	-----	---	---------------------------------

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcioname Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se hc em local e datas a serem definidos.

18.869.787/0001-98	TERRAVISTA FILMES LTDA	Sim	Sim	1	R\$ 16.000,0000 R\$ 16.000,0000
--------------------	---------------------------	-----	-----	---	---------------------------------

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Proposta de preços para realização de serviços monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcioname Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, turno, em local a ser definido, observadas as condições estabelecidas abaixo e no Anexo II Referência. Todas as câmeras ficarão em um único ambiente necessariamente uma sala, pode ser um ginásio, galpão, etc.

03.421.335/0001-71	BOSSA TURISMO, EVENTOS E COMUNICACAO CORPORATIVA EIRELI	Sim	Sim	1	R\$ 16.000,0000 R\$ 16.000,0000
--------------------	--	-----	-----	---	---------------------------------

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcioname Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se hc em local e datas a serem definidos. A especificação dos serviços, datas, horários e prazos, estão item 4 do Anexo III Termo de Referência. Todos os prazos previstos no Edital e no Termo poderão ser modificados devido à pandemia do novo coronavírus (COVID 19).

04.436.855/0001-10	PRATA CONSULTORIA E LOCACOES LTDA	Sim	Sim	1	R\$ 16.000,0000 R\$ 16.000,0000
--------------------	--	-----	-----	---	---------------------------------

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: contratação de empresa especializada para monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcioname Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, turno, em local a ser definido, conforme as especificações este Edital e do Anexo III – Termo de R

02.553.262/0001-09	AUDIO VIDEO STUDIOMS LTDA	Sim	Sim	1	R\$ 16.000,0000 R\$ 16.000,0000
--------------------	---------------------------------	-----	-----	---	---------------------------------

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcioname Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se hc em local e datas a serem definidos. A especificação dos serviços, datas, horários e prazos, estão item 4 do Anexo III Termo de Referência. Todos os prazos previstos no Edital e no Termo poderão ser modificados devido à pandemia do novo coronavírus (COVID 19).

70.946.330/0001-50	INFRA DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS EIRELI	Sim	Sim	1	R\$ 16.000,0000 R\$ 16.000,0000
--------------------	--	-----	-----	---	---------------------------------

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: ontratação de empresa especializada para monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcioname Eletrônicas, conforme especificações do Edital e seus anexos.

10.298.485/0001-03	TOTAL MULTIMIDIA LOCACAO E EVENTOS LTDA	Sim	Sim	1	R\$ 16.000,0000 R\$ 16.000,0000
--------------------	--	-----	-----	---	---------------------------------

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcioname Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se hc em local e datas a serem definidos. A especificação dos serviços, datas, horários e prazos, estão item 4 do Anexo III Termo de Referência. Todos os prazos previstos no Edital e no Termo poderão ser modificados devido à pandemia do novo coronavírus (COVID 19).

14.612.316/0001-49	MANUEL HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA 00104594489	Sim	Sim	1	R\$ 16.000,0000 R\$ 16.000,0000
--------------------	---	-----	-----	---	---------------------------------

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se necessário, em local e datas a serem definidos. A especificação dos serviços, datas, horários e prazos, estão no item 4 do Anexo III Termo de Referência. Todos os prazos previstos no Edital e no Termo poderão ser modificados devido à pandemia do novo coronavírus (COVID 19).

10.330.342/0001-23	CONSTRAP EIRELI	Sim	Sim	1	R\$ 18.000,0000	R\$ 18.000,0000
--------------------	-----------------	-----	-----	---	-----------------	-----------------

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se necessário, em local e datas a serem definidos. A especificação dos serviços, datas, horários e prazos, estão no item 4 do Anexo III Termo de Referência. Todos os prazos previstos no Edital e no Termo poderão ser modificados devido à pandemia do novo coronavírus (COVID 19).

08.804.362/0001-47	FACHINELLI COMUNICACAO LTDA	Sim	Sim	1	R\$ 24.000,0000	R\$ 24.000,0000
--------------------	-----------------------------	-----	-----	---	-----------------	-----------------

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se necessário, em local e datas a serem definidos. A especificação dos serviços, datas, horários e prazos, estão no item 4 do Anexo III Termo de Referência. Todos os prazos previstos no Edital e no Termo poderão ser modificados devido à pandemia do novo coronavírus (COVID 19).

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 24.000,0000	08.804.362/0001-47	10/06/2020 14:00:10:90
R\$ 18.000,0000	10.330.342/0001-23	10/06/2020 14:00:10:90
R\$ 16.000,0000	03.421.335/0001-71	10/06/2020 14:00:10:90
R\$ 16.000,0000	04.436.855/0001-10	10/06/2020 14:00:10:90
R\$ 16.000,0000	70.946.330/0001-50	10/06/2020 14:00:10:90
R\$ 16.000,0000	10.298.485/0001-03	10/06/2020 14:00:10:90
R\$ 16.000,0000	14.612.316/0001-49	10/06/2020 14:00:10:90
R\$ 16.000,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:00:10:90
R\$ 16.000,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:00:10:90
R\$ 16.000,0000	11.468.883/0001-85	10/06/2020 14:00:10:90
R\$ 16.000,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:00:10:90
R\$ 15.900,0000	23.481.856/0001-21	10/06/2020 14:00:10:90
R\$ 15.890,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:05:42:95
R\$ 15.700,0000	03.421.335/0001-71	10/06/2020 14:05:53:55
R\$ 15.690,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:06:39:10
R\$ 15.650,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:08:03:70
R\$ 15.640,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:08:20:29
R\$ 15.630,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:10:04:22
R\$ 15.620,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:10:19:22
R\$ 15.650,0000	11.468.883/0001-85	10/06/2020 14:10:19:77
R\$ 15.610,0000	08.804.362/0001-47	10/06/2020 14:10:25:13
R\$ 15.600,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:10:38:88
R\$ 15.590,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:11:03:36
R\$ 15.540,0000	11.468.883/0001-85	10/06/2020 14:11:37:77
R\$ 15.530,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:11:51:64
R\$ 15.520,0000	10.330.342/0001-23	10/06/2020 14:12:05:74
R\$ 15.510,0000	11.468.883/0001-85	10/06/2020 14:12:29:33
R\$ 15.500,0000	08.804.362/0001-47	10/06/2020 14:12:37:19
R\$ 15.490,0000	11.468.883/0001-85	10/06/2020 14:12:53:74
R\$ 15.450,0000	14.612.316/0001-49	10/06/2020 14:13:24:79
R\$ 15.440,0000	11.468.883/0001-85	10/06/2020 14:13:37:44
R\$ 15.430,0000	10.330.342/0001-23	10/06/2020 14:13:59:26
R\$ 15.420,0000	11.468.883/0001-85	10/06/2020 14:14:04:33
R\$ 15.400,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:14:29:23
R\$ 15.390,0000	11.468.883/0001-85	10/06/2020 14:14:39:95
R\$ 15.370,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:15:25:21

R\$ 15.380,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:15:27:68
R\$ 15.360,0000	11.468.883/0001-85	10/06/2020 14:15:31:75
R\$ 15.350,0000	08.804.362/0001-47	10/06/2020 14:15:38:17
R\$ 15.340,0000	11.468.883/0001-85	10/06/2020 14:15:49:46
R\$ 15.330,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:15:54:33
R\$ 15.320,0000	10.330.342/0001-23	10/06/2020 14:16:02:52
R\$ 15.300,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:16:07:77
R\$ 15.290,0000	08.804.362/0001-47	10/06/2020 14:16:13:66
R\$ 15.200,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:16:14:79
R\$ 15.100,0000	10.298.485/0001-03	10/06/2020 14:16:30:06
R\$ 14.990,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:16:33:00
R\$ 14.880,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:16:52:97
R\$ 14.850,0000	10.298.485/0001-03	10/06/2020 14:16:54:95
R\$ 14.830,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:17:26:88
R\$ 14.820,0000	08.804.362/0001-47	10/06/2020 14:17:31:22
R\$ 14.800,0000	14.612.316/0001-49	10/06/2020 14:17:40:84
R\$ 14.750,0000	10.298.485/0001-03	10/06/2020 14:18:03:48
R\$ 14.730,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:18:17:36
R\$ 14.690,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:18:41:41
R\$ 14.700,0000	11.468.883/0001-85	10/06/2020 14:18:42:80
R\$ 14.680,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:18:52:52
R\$ 14.660,0000	10.330.342/0001-23	10/06/2020 14:18:59:01
R\$ 14.650,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:19:15:37
R\$ 14.640,0000	10.330.342/0001-23	10/06/2020 14:20:03:50
R\$ 14.630,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:20:05:24
R\$ 14.600,0000	14.612.316/0001-49	10/06/2020 14:20:09:52
R\$ 14.590,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:20:20:32
R\$ 14.580,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:21:17:14
R\$ 14.570,0000	10.330.342/0001-23	10/06/2020 14:21:31:66
R\$ 14.560,0000	14.612.316/0001-49	10/06/2020 14:21:57:50
R\$ 14.550,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:22:04:88
R\$ 14.540,0000	10.330.342/0001-23	10/06/2020 14:22:14:25
R\$ 14.500,0000	11.468.883/0001-85	10/06/2020 14:22:17:64
R\$ 14.490,0000	10.330.342/0001-23	10/06/2020 14:22:34:69
R\$ 14.000,0000	11.468.883/0001-85	10/06/2020 14:22:35:21
R\$ 13.990,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:22:53:56
R\$ 13.980,0000	10.330.342/0001-23	10/06/2020 14:23:01:42
R\$ 13.000,0000	11.468.883/0001-85	10/06/2020 14:23:07:46
R\$ 12.990,0000	10.330.342/0001-23	10/06/2020 14:23:21:24
R\$ 12.000,0000	11.468.883/0001-85	10/06/2020 14:23:30:18
R\$ 12.980,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:23:33:13
R\$ 11.890,0000	10.330.342/0001-23	10/06/2020 14:23:46:04
R\$ 11.990,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:23:48:48
R\$ 11.000,0000	10.298.485/0001-03	10/06/2020 14:23:52:04
R\$ 10.890,0000	14.612.316/0001-49	10/06/2020 14:24:01:20
R\$ 10.000,0000	11.468.883/0001-85	10/06/2020 14:24:12:99
R\$ 10.790,0000	10.330.342/0001-23	10/06/2020 14:24:13:34
R\$ 14.800,0000	08.804.362/0001-47	10/06/2020 14:25:24:47
R\$ 9.990,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:25:32:93
R\$ 9.900,0000	11.468.883/0001-85	10/06/2020 14:27:02:17
R\$ 9.890,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:27:27:21
R\$ 9.880,0000	11.468.883/0001-85	10/06/2020 14:28:59:82
R\$ 9.870,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:29:32:40

R\$ 9.700,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:29:57:46
R\$ 9.690,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:30:26:21
R\$ 9.650,0000	11.468.883/0001-85	10/06/2020 14:30:37:65
R\$ 9.600,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:31:11:28
R\$ 9.500,0000	11.468.883/0001-85	10/06/2020 14:31:15:70
R\$ 9.490,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:31:35:21
R\$ 9.000,0000	11.468.883/0001-85	10/06/2020 14:31:43:58
R\$ 9.400,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:31:46:86
R\$ 8.980,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:32:04:24
R\$ 8.970,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:33:41:42
R\$ 8.950,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:34:44:18
R\$ 8.940,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:35:56:93
R\$ 8.920,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:36:26:36
R\$ 8.900,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:36:46:08
R\$ 8.880,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:38:04:22
R\$ 8.870,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:38:56:93
R\$ 8.500,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:39:43:75
R\$ 8.850,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:39:45:57
R\$ 8.350,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:39:57:69
R\$ 8.340,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:40:26:82
R\$ 8.300,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:40:27:43
R\$ 8.290,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:40:36:63
R\$ 8.280,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:41:07:77
R\$ 8.270,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:41:19:39
R\$ 8.250,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:41:31:15
R\$ 8.190,0000	10.298.485/0001-03	10/06/2020 14:41:36:94
R\$ 8.180,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:41:49:79
R\$ 8.000,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:41:57:30
R\$ 7.990,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:42:30:98
R\$ 7.980,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:43:25:14
R\$ 7.970,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:43:34:57
R\$ 7.960,0000	18.869.787/0001-98	10/06/2020 14:45:26:86
R\$ 7.950,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:46:15:64
R\$ 7.940,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:46:19:93
R\$ 7.930,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:46:27:39
R\$ 7.900,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:47:34:76
R\$ 7.890,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:47:48:00
R\$ 7.850,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:48:44:97
R\$ 7.840,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:48:57:13
R\$ 7.830,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:49:45:73
R\$ 7.820,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:49:56:37
R\$ 7.800,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:51:05:34
R\$ 7.790,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:51:15:22
R\$ 7.780,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:51:56:65
R\$ 7.770,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:52:07:81
R\$ 7.760,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:53:00:12
R\$ 7.750,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:53:08:98
R\$ 7.730,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:53:57:60
R\$ 7.720,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:54:04:47
R\$ 7.700,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:54:27:97
R\$ 7.690,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:54:35:57
R\$ 7.670,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:54:49:88
R\$ 7.660,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:55:01:26

R\$ 7.640,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:55:32:25
R\$ 7.630,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:55:41:16
R\$ 7.590,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:56:14:23
R\$ 7.500,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:56:31:80
R\$ 7.400,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:58:13:05
R\$ 7.390,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:58:24:51
R\$ 7.300,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 14:59:23:39
R\$ 7.290,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 14:59:31:45
R\$ 7.190,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 15:00:20:54
R\$ 7.180,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 15:00:26:14
R\$ 7.100,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 15:01:48:72
R\$ 7.090,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 15:01:57:34
R\$ 7.000,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 15:03:43:96
R\$ 6.990,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 15:04:12:88
R\$ 7.890,0000	10.298.485/0001-03	10/06/2020 15:04:37:59
R\$ 6.970,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 15:06:13:68
R\$ 6.980,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 15:06:24:20
R\$ 6.960,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 15:06:37:43
R\$ 6.950,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 15:07:17:26
R\$ 6.940,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 15:07:26:64
R\$ 6.920,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 15:09:01:99
R\$ 6.910,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 15:09:09:67
R\$ 6.900,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 15:10:36:74
R\$ 6.890,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 15:10:46:00
R\$ 6.880,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 15:12:25:70
R\$ 6.500,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 15:12:34:42
R\$ 6.400,0000	02.553.262/0001-09	10/06/2020 15:13:37:17
R\$ 6.300,0000	31.623.900/0001-19	10/06/2020 15:14:04:56

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aberto	10/06/2020 14:05:09	Item Aberto.
Encerrado	10/06/2020 15:16:05	Item encerrado.
Sorteio eletrônico	10/06/2020 15:16:05	Item teve empate real para o valor 16.000,0000. Procedeu-se o sorteio ele os fornecedores com propostas empatadas.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	10/06/2020 15:19:22	Convocado para envio de anexo o fornecedor EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, CNPJ/CPF: 31.623.900/0001-19.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	10/06/2020 15:24:44	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, CNPJ/CPF: 31.623.900/0001-19.
Aceite	10/06/2020 15:32:09	Aceite individual da proposta. Fornecedor: EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, CNPJ/CPF: 31.623.900/0001-19, pelo melhor lance de R\$ 6.300,0000.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	10/06/2020 15:49:19	Convocado para envio de anexo o fornecedor EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, CNPJ/CPF: 31.623.900/0001-19.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	10/06/2020 15:51:13	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, CNPJ/CPF: 31.623.900/0001-19.
Habilitado	10/06/2020 16:05:49	Habilitação individual da proposta. Fornecedor: EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, CNPJ/CPF: 31.623.900/0001-19, pelo melhor lance de R\$ 6.300,0000.
Registro Intenção de Recurso	10/06/2020 16:11:26	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: TOTAL MULTIMIDIA LOCACA EVENTOS LTDA CNPJ/CPF: 10298485000103. Motivo: A empresa não atendeu as exigências do edital, habilitação e a proposta incorreta de acordo com a ata de abertura de propostas.

Registro Intenção de Recurso	10/06/2020 16:19:53	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: MANUEL HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA 00104594489 CNPJ/CPF: 14612316000149. Motivo: O normal de todos os pregões é um tempo regressivo de 10min (dez minutos) mais um aleatório que pode variar de 1min a 30min (de um minuto a trinta minutos).
Intenção de Recurso Aceita	10/06/2020 16:28:18	Intenção de recurso aceita. Fornecedor: TOTAL MULTIMIDIA LOCACAO E LTDA, CNPJ/CPF: 10298485000103. Motivo: Intenção aceita.
Intenção de Recurso Aceita	10/06/2020 16:28:27	Intenção de recurso aceita. Fornecedor: MANUEL HENRIQUE DE OLIVEIRA 00104594489, CNPJ/CPF: 14612316000149. Motivo: Intenção aceita.

Intenções de Recurso para o Item

CNPJ/CPF	Data/Hora do Recurso	Data/Hora Admissibilidade	S
14.612.316/0001-49	10/06/2020 16:19	10/06/2020 16:28	
Motivo Intenção: O normal do sistema em todos os pregões é um tempo regressivo de 10 minutos) mais um tempo aleatório que pode variar de 1min a 30min (de um minuto a trinta minutos). No certame ocorrido hoje o sistema agiu de forma totalmente desonesta prejudicando o vencedor favor dos participantes. Nunca vi o sistema retroceder o tempo a cada lance. O que é previsto em editais foi extrapolado em mais de 30min (trinta minutos). Dessa forma, solicito a revogação do pregão.			
Motivo Aceite ou Recusa: Intenção aceita.			
CNPJ/CPF	Data/Hora do Recurso	Data/Hora Admissibilidade	S
10.298.485/0001-03	10/06/2020 16:11	10/06/2020 16:28	
Motivo Intenção: A empresa não atendeu as exigências do edital, habilitação e a proposta não foi em acordo com a solicitação do edital.			
Motivo Aceite ou Recusa: Intenção aceita.			

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Pregoeiro	10/06/2020 14:00:31	Boa tarde, senhores licitantes.
Pregoeiro	10/06/2020 14:01:21	Estamos iniciando o P.E. nº 43/2020, do TRE/CE, para contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gráfico para os procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob os procedimentos normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver, no 2º turno, em local a ser definido.
Pregoeiro	10/06/2020 14:01:52	Inicialmente, analisaremos as propostas anexadas ao sistema, para em seguida passarmos para a fase de lances.
Pregoeiro	10/06/2020 14:02:01	Permaneçam conectados, por favor.
Pregoeiro	10/06/2020 14:02:42	Analisadas as propostas anexadas ao sistema, abriremos neste momento a fase de lances.
Pregoeiro	10/06/2020 14:04:46	Lembramos aos senhores que o critério de julgamento deste certame é o GLOBAL, incluindo os dois turnos de votação. Obviamente, que as atividades de cada turno, bem como seu pagamento, estarão condicionadas à realização do certame.
Pregoeiro	10/06/2020 14:05:09	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Pregoeiro	10/06/2020 14:29:46	Atenção para a exequibilidade de seus lances.
Pregoeiro	10/06/2020 14:30:47	Conforme dito anteriormente, o valor do lance inclui os serviços para o segundo turno de votação.
Sistema	10/06/2020 15:16:05	O item 1 está encerrado.
Sistema	10/06/2020 15:16:05	O item 1 teve empate real para o valor 16.000,0000. Procedeu-se o sorteio entre os fornecedores com propostas empatadas. Acompanhe as convocações para o Julgamento de Propostas.
Sistema	10/06/2020 15:16:05	Todos os itens estão encerrados. Será iniciada a etapa de Julgamento de Propostas. Favor acompanhar através da funcionalidade "Acompanhar Julgamento/habilitação/admissibilidade".
Pregoeiro	10/06/2020 15:18:09	Senhores licitantes, encerrada a fase de lances, convocaremos a empresa em primeiro lugar, para anexar sua proposta ao sistema no prazo máximo de 1 hora, conforme item 4.7 do edital.
Pregoeiro		

	10/06/2020 15:19:12	Para EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS - A fim de facilitar o ju objetivo, solicitamos utilizar o modelo de proposta constante no Anexo I edital.
Sistema	10/06/2020 15:19:22	Senhor fornecedor EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, CNP: 31.623.900/0001-19, solicito o envio do anexo referente ao ítem
Pregoeiro	10/06/2020 15:20:17	Para EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS - O prazo máximo para proposta é de 2(duas) horas, a contar da convocação do sistema, confor do edital.
Sistema	10/06/2020 15:24:44	Senhor Pregoeiro, o fornecedor EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS 31.623.900/0001-19, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	10/06/2020 15:35:01	Realizada a aceitação da proposta, procederemos à realização das con documentação de habilitação da empresa vencedora, conforme exigência: VIII do edital. Aguardem conectados enquanto realizamos as consultas r
Pregoeiro	10/06/2020 15:49:07	Para EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS - Prezada Licitante, vamo para anexar Atestado(s) de capacidade técnica, conforme item 8.5, alír edital.
Sistema	10/06/2020 15:49:19	Senhor fornecedor EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, CNP: 31.623.900/0001-19, solicito o envio do anexo referente ao ítem
Sistema	10/06/2020 15:51:13	Senhor Pregoeiro, o fornecedor EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS 31.623.900/0001-19, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	10/06/2020 16:05:08	Realizadas as consultas necessárias e analisados os documentos anex empresa EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, verificamos que : encontra-se regular e sem proibições de contratar com a Administraçã Portanto, a pregoeira considera a empresa habilitada no presente ce
Sistema	10/06/2020 16:05:49	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recu itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julç
Pregoeiro	10/06/2020 16:06:15	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 10/0 16:27:00.
Pregoeiro	10/06/2020 16:29:43	Foram registradas duas intenções de recursos pelas empresas TOTAL M LOCACAO E EVENTOS LTDA e MANUEL HENRIQUE DE OLIVEIRA BA 00104594489, que foram aceitas pela pregoeira. Atenção para os praz
Pregoeiro	10/06/2020 16:30:22	Em nome do TRE/CE, agradecemos a atenção de todos. Boa tar

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Abertura de Prazo	10/06/2020 16:05:49	Abertura de prazo para intenção de recurso
Informado Fechamento de Prazo	10/06/2020 16:06:15	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 10/06/20 16:27:00.

Data limite para registro de recurso: 15/06/2020.

Data limite para registro de contrarrazão: 18/06/2020.

Data limite para registro de decisão: 02/07/2020.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos resp Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 4º 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 16:31 horas do di de 2020, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO
Pregoeiro Oficial

ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ
Equipe de Apoio

ALINY GUERRA VALE
Equipe de Apoio



Imprimir o
Relatório

Voltar



PREGÃO ELETRÔNICO



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Pregão Eletrônico Nº 00043/2020

RESULTADO POR FORNECEDOR

31.623.900/0001-19 - EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
1	<u>Audiovisual</u>	Unidade	1	R\$ 16.000,0000	R\$ 6.300,0000	R\$ 6.300,0000

Marca:

Fabricante:

Modelo / Versão:

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver 2º turno, em local e datas a serem definidos.

Total do Fornecedor: R\$ 6.300,0000

Valor Global da Ata: R\$ 6.300,0000

(*) É necessário detalhar o item para saber qual o critério de valor que é utilizado: Estimado ou Referência ou Máximo Aceitável.



Imprimir o
Relatório

Voltar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO / CHEFE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Tribunal Regional Eleitoral - CE

Ref: Edital nº 43-2020

TOTAL MULTIMÍDIA EVENTOS E LOCAÇÕES LTDA. Inscrita no CNPJ sob o nº 10.298.485/0001-03, sediada na Rua Nascimento Fernandes nº 2145, Natal/RN, CEP 59056-280, por sua representante legal infra assinada, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea "a", do inciso I do art. 109, da Lei nº 8.666/93, à presença de Vossa Excelência) a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitada a licitante EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, inscrita no CNPJ sob o nº 31.623.900/0001-19, situada na Rua Dom Manoel de Medeiros, 2218, Parquelândia, Fortaleza-CE, CEP nº 60.455.305, apresentando no articulado as razões de sua irresignação

I – DOS FATOS

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitatório susografado, a recorrente e outras licitantes, dele vieram participar.

Sucedendo que, após análise da documentação apresentada pelos licitantes, a Comissão de Licitação culminou por julgar habilitada a empresa EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, logo após requerer que a mesma apresentasse referido Atestado de Capacidade Técnica, que só foi entregue após ultrapassada a fase de envio de propostas/habilitação.

II – DAS RAZÕES DA REFORMA

De acordo com Edital da licitação em apreço estabelecido, ficou acordado, entre outras condições de participação, que as licitantes deveriam apresentar ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, conforme previsão do edital, no intuito de comprovar que as empresas de fato já tinham prestado o serviço objeto daquele Edital.

Sendo assim, a Empresa que se sagrou vencedora, apresentou um atestado de capacidade técnica por solicitação do Ilmo. Pregoeiro, após o envio de propostas e análise da habilitação, de maneira tardia, o que demonstra uma possível irregularidade, visto que, a qualificação técnica é documento essencial, e não complementar, conforme a Lei autoriza tal ato, não podendo ser entregue após a etapa que a ele diz respeito.

Essa atitude é manifestamente ilegal, à medida que, o próprio edital lista, segundo o capítulo VII, item 8.4, os documentos que podem ser entregues no prazo estipulado de 2 (duas horas) , vejamos: "8.4. Caso os documentos exigidos para habilitação não estejam contemplados no SICAF, ou não haja disponibilidade de realizar a consulta nos sítios emitentes das certidões vencidas, ou ainda as declarações constantes nos itens 4.2.1, 4.2.2, 4.2.3, 4.2.4 e 4.2.5 não estejam completas e corretas ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, será exigido o envio da documentação ou declarações, como anexo no sistema ou através do e-mail selic@tre-ce.jus.br, no prazo máximo de 2 (duas) horas, após solicitação da Pregoeira."

Portanto, não se extrai do referido dispositivo, que o Atestado de Capacidade Técnica, documento essencial para habilitação da empresa que se sagrou vencedora do certame, pudesse ser enviado no prazo estipulado. Trata-se de inequívoco descumprimento aos termos do edital.

II – DOS PEDIDOS

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a empresa EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, inabilitada para prosseguir no pleito.

Outrossim, lastreada nas razões recusas, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

Termos em que, pede deferimento.

Natal/RN, 12 de junho de 2020.

Adriana de Athayde Vilela Cid
CPF: 666.524.214-53
Representante Legal

Adrison de Athayde Vilela Cid Silva
OAB/RN nº 12.822

Fechar



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Informação n.º 28/2020 - Recurso interposto ao **Pregão Eletrônico n.º 43/2020**

Objeto: contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver, 2º turno, em local a ser definido

PAD n.º 20023/2019

Informamos sobre o recurso administrativo interposto tempestivamente pela empresa TOTAL MULTIMÍDIA EVENTOS E LOCAÇÕES LTDA, contra a habilitação da empresa EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS no **Pregão Eletrônico n.º 43/2020**.

INTENÇÃO DE RECURSO E RECURSO INTERPOSTO

Aberto o prazo para registro de intenção de recursos, duas empresas se manifestaram: **TOTAL MULTIMÍDIA EVENTOS E LOCAÇÕES LTDA** e **MANUEL HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBOSA 00104594489**. Ao fim do prazo legal, apenas a primeira apresentou suas razões tempestivamente, conforme doc. PAD n.º 104187/2020, alegando, em suma:

“...após análise da documentação apresentada pelos licitantes, a Comissão de Licitação culminou por julgar habilitada a empresa EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, logo após requerer que a mesma apresentasse referido Atestado de Capacidade Técnica, que só foi entregue após ultrapassada a fase de envio de propostas/habilitação.”

...

“...a Empresa que se sagrou vencedora, apresentou um atestado de capacidade técnica por solicitação do Ilmo. Pregoeiro, após o envio de propostas e análise da habilitação, de maneira tardia, o que demonstra uma possível irregularidade, visto que, a qualificação técnica é documento essencial, e não complementar, conforme a Lei autoriza tal ato, não podendo ser entregue após a etapa que a ele diz respeito.”

Por fim, “... requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a empresa EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, inabilitada para prosseguir no pleito.”

DAS CONTRARRAZÕES

A Empresa EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS não apresentou contrarrazões.

DO ENTENDIMENTO DA PREGOEIRA

A pregoeira, analisando o Edital, a proposta, os documentos de habilitação, a Ata de Realização do Pregão Eletrônico, bem como o recurso apresentado, resolve manter a sua decisão de habilitação da empresa EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, pelas razões a seguir.

Após o encerramento da fase de lances, a empresa declarada vencedora foi convocada para anexar sua proposta, conforme horários abaixo:

Sistema **10/06/2020 15:19:22** Senhor fornecedor EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS,

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 19/06/2020 12:06:04
Por: MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO

TRE

CNPJ/CPF: 31.623.900/0001-19, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.

Sistema **10/06/2020 15:24:44** Senhor Pregoeiro, o fornecedor EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, CNPJ/CPF: 31.623.900/0001-19, enviou o anexo para o ítem 1.

Calcula-se que a empresa utilizou, para anexar sua proposta, exatos 5 (cinco) min. e 22 (vinte e dois) seg. das 2(duas) horas a que teria direito, conforme item 4.7. do edital.

Conferida e aceita a proposta no sistema, foram iniciados os procedimentos relativos à fase de habilitação, conforme exigências do Capítulo VIII do edital. Realizadas as consultas e analisados os documentos anexados pela empresa, esta foi convocada para envio de Atestado de Capacidade Técnica (item 8.5., alínea f do edital), conforme horários a seguir:

Sistema **10/06/2020 15:49:19** Senhor fornecedor EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, CNPJ/CPF: 31.623.900/0001-19, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1

Sistema **10/06/2020 15:51:13** Senhor Pregoeiro, o fornecedor EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, CNPJ/CPF: 31.623.900/0001-19, enviou o anexo para o ítem 1.

Desta vez, a empresa utilizou 1 min e 54 seg, de mais 2 (duas) horas a que teria direito, conforme item 8.4 do edital. A própria recorrente citou este dispositivo em sua manifestação.

O que precisa ficar claro e o edital é bastante explícito, é que são dois momentos distintos: fase de convocação e aceitação de proposta(s) e, **posteriormente**, fase de habilitação da(s) empresa(s) cuja(s) proposta(s) foi(ram) aceita(s). Em cada uma dessas fases, a(s) empresa(s) convocada(s) tem até 2 (duas) horas, após solicitação do(a) pregoeiro(a), para envio de anexos, tudo previsto no edital.

O Atestado de Capacidade Técnica não foi entregue após a etapa de habilitação, como a empresa recorrente alega, foi anexado no momento oportuno e solicitado, durante a realização da fase de habilitação (Capítulo VIII do edital). Caso a empresa tivesse utilizado as 2 (duas) horas a que tem direito, não haveria problema algum (item 8.4 do edital).

Do exposto, pautada nos princípios da legalidade e da vinculação ao edital, a Pregoeira resolve manter a decisão de habilitação da empresa EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, declarando-a vencedora no certame, por ter atendido a todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Remetemos o presente processo à autoridade superior competente para apreciação e julgamento do recurso administrativo interposto.

Após, retorne-se à Seção de Licitações para as providências necessárias.

Fortaleza/CE, 19 de junho de 2020.

Maria de Fátima de Souza Ribeiro
Pregoeira



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 104878/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO <i>Assinado eletronicamente em 19/06/2020 12:06:04</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 19 de Junho de 2020.

À

ASSESSORIA DA DIRETORIA-GERAL



Para análise e manifestação sobre o recurso interposto, após, à Autoridade Superior para Decisão.

MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 104880/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO <i>Assinado eletronicamente em 19/06/2020 12:09:09</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA - GERAL

DECISÃO

Ref. PAD 20.023/2019

R.h.

Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente pela empresa TOTAL MULTIMÍDIA EVENTOS E LOCAÇÕES LTDA, contra a habilitação da empresa EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS no Pregão Eletrônico n.º 43/2020.

A recorrente argumenta, em síntese, que, entre outras condições de participação, as licitantes deveriam apresentar ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, conforme previsão do edital, no intuito de comprovar que as empresas de fato já tinham prestado o serviço objeto daquele Edital. Sendo assim, no seu entendimento, a empresa que se sagrou vencedora, apresentou um atestado de capacidade técnica por solicitação do Ilmo. Pregoeiro, após o envio de propostas e análise da habilitação, de maneira tardia, o que demonstra uma possível irregularidade, visto que, a qualificação técnica é documento essencial, e não complementar, conforme a Lei autoriza tal ato, não podendo ser entregue após a etapa que a ele diz respeito (doc. PAD n° 104.187/2020).

Analisando o recurso interposto, a pregoeira informa, no doc. PAD n° 104.878/2020, que, conferida e aceita a proposta no sistema, foram iniciados os procedimentos relativos à fase de habilitação, conforme exigências do Capítulo VIII do edital. Realizadas as consultas e analisados os documentos anexados pela empresa, esta foi convocada para envio de Atestado de Capacidade Técnica (item 8.5., alínea f do edital), tendo esta entregue a documentação dentro do prazo legal, conforme esclarecimento contido no excerto abaixo:

Desta vez, a empresa utilizou 1 min e 54 seg, de mais 2 (duas) horas a que teria direito, conforme item 8.4 do edital. A própria recorrente citou este dispositivo em sua manifestação. O que precisa ficar claro é o edital é bastante explícito, é que são dois momentos distintos: fase de convocação e aceitação de proposta(s) e, posteriormente, fase de habilitação da(s) empresa(s) cuja(s) proposta(s) foi(ram) aceita(s). Em cada uma dessas fases, a(s) empresa(s) convocada(s) tem até 2 (duas) horas, após solicitação do(a) pregoeiro(a), para envio de anexos, tudo previsto no edital.

O Atestado de Capacidade Técnica não foi entregue após a etapa de habilitação, como a empresa recorrente alega, foi anexado no momento oportuno e solicitado, durante a realização da fase de habilitação (Capítulo VIII do edital). Caso a empresa tivesse utilizado as 2 (duas) horas a que tem direito, não haveria problema algum (item 8.4 do edital).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA - GERAL

Do exposto, pautada nos princípios da legalidade e da vinculação ao edital, a Pregoeira resolve manter a decisão de habilitação da empresa EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, declarando-a vencedora no certame, por ter atendido a todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

É o sucinto relato.

Conforme bem esclareceu a Pregoeira, a fase de convocação e aceitação de propostas e a fase de habilitação das empresas cujas propostas foram aceitas ocorrem em momentos distintos, sendo que em cada uma dessas fases, as empresas convocadas têm até 2 (duas) horas, após solicitação do pregoeiro, para envio de documentação faltante, conforme previsto no edital.

De acordo com o item 8.4 do edital, a empresa teria o prazo de 2 (duas) horas para entregar a documentação solicitada e o fez no exíguo tempo de 1 min e 54 seg, portanto folgadoamente dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório:

8.4. Caso os documentos exigidos para habilitação não estejam contemplados no SICAF, ou não haja disponibilidade de realizar a consulta nos sítios emitentes das certidões vencidas, ou ainda as declarações constantes nos itens 4.2.1, 4.2.2, 4.2.3, 4.2.4 e 4.2.5 não estejam completas e corretas ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, **será exigido o envio da documentação ou declarações, como anexo no sistema ou através do e-mail selic@tre-ce.jus.br, no prazo máximo de 2 (duas) horas, após solicitação da Pregoeira.**

Assim, de fato e de direito, as razões e a decisão da pregoeira foram acertadas uma vez que a Lei nº 8.666/93 em seu art. 41 preconiza que: *A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*

O TCU tem o firme e pacífico entendimento de que:

[...]

*“2.A jurisprudência deste Tribunal é pacífica quanto à importância de se observar nos procedimentos licitatórios o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Quanto a esse aspecto não há controvérsia, **pois o edital é a lei que rege o processo licitatório**, devendo conter regras claras e objetivas acerca dos aspectos importantes nele envolvidos.[TC-010.641/2013-0].”*

Isso posto, à vista da plena legalidade do edital e com fundamento nos princípios da razoabilidade e da eficiência, ao tempo em que adoto a manifestação da Pregoeira como razão de decidir, nos termos do § 1º do art. 50 da Lei n.º 9.784/99¹, **nego**

¹ Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando: [...] § 1o A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA - GERAL

provimento ao recurso, na qualidade de ordenador de despesas por delegação (Portarias n.º 169/2019 - TRE-CE), com fundamento nos princípios acima citados.

À COLIC, para comunicar a decisão à Recorrente, bem como para prosseguir o certame.

Fortaleza(CE), data registrada no sistema.

DIRETOR-GERAL
(Portaria n.º 169/2019 - TRE-CE)

CERTIDÃO

Na condição de ordenador de despesas por delegação do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, nos termos das Portarias n.º 169/2019 - TRE-CE, certifico, na presente data, a realização dos seguintes procedimentos no Sistema Comprasnet:

(X) Decisão de Recurso Administrativo no Pregão Eletrônico n.º 43/2020.

() Anulação do Pregão Eletrônico n.º ____/2020.

() Homologação do Pregão Eletrônico n.º ____/2020.

() Homologação da Cotação Eletrônica nº ____/2020.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.


DIRETOR-GERAL



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 105387/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 19/06/2020 18:49:06</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 20 de Junho de 2020.



À
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Para providências.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 105557/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 20/06/2020 13:52:36</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

RELATÓRIO FINAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2020
PROCESSO PAD N.º 20.023/2019

Atendendo à solicitação da Coordenadoria de Registro Partidários, Autuação e Distribuição - COPAD, e após autorização do Diretor Geral, foi iniciado procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico n.º 43/2020, com a utilização da ferramenta constante no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, para a prestação dos serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado relativo aos procedimentos de votação paralela, conforme as especificações contidas no Termo de Referência (doc. PAD n.º 72.401/2020).

O Edital de Convocação (doc. PAD n.º 87.740/2020), aprovado pela Assessoria da Diretoria-Geral, foi publicado em 26 de maio de 2020, no Diário da Justiça Eletrônico e no Diário Oficial da União (doc. PAD n.º 87.758/2020), e disponibilizados nos sítios www.comprasgovernamentais.gov.br e www.tre-ce.jus.br.

A sessão eletrônica de abertura das propostas de preços iniciou-se na data marcada no Edital, tendo participado as empresas constantes da Ata de Realização do Pregão Eletrônico (PAD n.º 98.984/2020).

Houve registro de intenção de recurso, cujas razões encontram-se no doc. PAD n.º 104.187/2020. A pregoeira manifestou-se pelo não provimento do recurso, o que foi acatado pela autoridade superior (doc. PAD n.º 105.387/2020).

A proposta da empresa vencedora consta no Doc. PAD n.º 98.927/2020 e a documentação de habilitação encontra-se no Documento n.º 98.947/2020.

Destarte, sugerimos o envio do processo à Secretaria de Administração – SAD para ciência e providências, à Secretaria de Controle Interno – SCI para se manifestar quanto à legalidade do certame e, após, à autoridade superior para fins de homologação e adjudicação, inclusive na ferramenta de constante do sistema de pregão eletrônico existente no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

Fortaleza/CE, 22 de junho de 2020.

Andréia Vasconcelos Tomaz
Seção de Licitações – SELIC



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 106157/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ <i>Assinado eletronicamente em 22/06/2020 14:56:26</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 22 de Junho de 2020.

À

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Para ciência e providências.

ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ
SEÇÃO DE LICITAÇÕES



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 106159/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ <i>Assinado eletronicamente em 22/06/2020 14:57:00</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 22 de Junho de 2020.



À
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Segue relatório final do Pregão a fim de que seja providenciada adjudicação e homologação.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 106190/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 22/06/2020 15:20:53</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 22 de Junho de 2020.

PAD nº 20023/2019.



De acordo com o relatório da SELIC de Doc. nº 106157/2020.

À SCI, para emissão de nota técnica.

Após, à DIGER, para homologação do certame.


BENEDITO SÉRGIO MONTE SILVA COELHO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 106219/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>BENEDITO SERGIO MONTE SILVA COELHO <i>Assinado eletronicamente em 22/06/2020 15:55:13</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 22 de Junho de 2020.

À

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL



Considerando que o procedimento licitatório trará ao TRE/CE contratação no valor exato de R\$6.300,00, essa Unidade de Controle se abstém de proceder à análise do procedimento, em decorrência dos termos da Portaria nº 2/2016, oriunda da Presidência desta TRE/CE, sem prejuízo de eventual análise tanto em procedimento de auditoria ou, ainda, por determinação da Presidência ou solicitação da Diretoria-Geral

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 106284/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 22/06/2020 16:29:57</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



INFORMAÇÃO DA ASDIR

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se da homologação do Pregão Eletrônico n.º 43/2020, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver, no dia do 2º turno, em local a ser definido.

O presente certame licitatório é regido pela Lei n.º 10.520/2002, bem como, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666/1993, com as alterações das Leis n.º 8.883/1994 e 9.648/1998.

A Seção de Licitações, no relatório final, informou que a sessão eletrônica de abertura das propostas de preços iniciou-se na data marcada no Edital, tendo participado as empresas constantes da Ata de Realização do Pregão Eletrônico (doc. PAD nº 98.984/2020). Houve registro de intenção de recurso, cujas razões encontram-se no doc. PAD n.º 104.187/2020. A pregoeira manifestou-se pelo não provimento do recurso, o que foi acatado pela autoridade superior (doc. PAD n.º 105.387/2020).

Com efeito, esta Assessoria já se manifestou no presente processo para exame e aprovação do edital (doc. PAD nº 84.327/2020), nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/93, e agora se manifesta por ocasião da homologação do certame licitatório.

Ressalta-se que essa informação segue o padrão adotado pela Portaria Diger n.º 295/2018, que determina a utilização das listas de verificação da Advocacia-Geral da União para atuação desta Assessoria Jurídica na fase interna dos processos licitatórios.

A seguir, a análise jurídica do processo licitatório:

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM / NÃO	DOC. PAD	OBSERVAÇÕES
1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93 e Portaria Interministerial n. 1.677/2015 - DOU de 08.10.2015, Seção 1, pg.31 ou da Portaria Normativa nº 1.243, de 21.09.2006, do Ministério da Defesa)?	SIM	PAD Nº 20.023/2019	
2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente? Acórdão 254/2004-Segunda Câmara-TCU	SIM	Doc nº 60.091/2020	Documento de Oficialização da Demanda
3. Há justificativa fundamentada dos quantitativos (bens/serviços) requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o	SIM	Doc nº 60.101/2020 (Itens 1.1, 1.3)	Estudos preliminares

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ ASSESSORIA DA DIRETORIA - GERAL	ANÁLISE E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO	Processo PAD. n.º 20.023/2019
--	---	--------------------------------------

dimensionamento adequado da aquisição/contratação?			
4. Há manifestação sobre práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis adotados no procedimento licitatório (TCU, Ac. 2.380/2012-2ª Câmara)?	N.A.		
5. A autoridade competente justificou a necessidade da contratação (art. 3º, I da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, III, § 1º e 30, I, do Decreto 5.450/05 e art. 2º, <i>caput</i> , e parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99)?	SIM	Doc PAD nº 60.091/2020 (Item 2)	
6. Consta a autorização da autoridade competente para a abertura da licitação (art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93 e arts. 8º, III e 30, V, do Decreto 5.450/05)?	SIM	Doc nº 85.411/2020	
7. Há termo de referência (art. 9º, I, § 2º do Decreto nº 5.450/05)?	SIM	Doc nº 20.852/2020	
8. Consta a aprovação motivada do termo de referência pela autoridade competente (art. 9º, II, § 1º do Decreto nº 5.450/05)?	SIM	Docs nº 67.929/2020	
9. Foi realizada a pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da licitação (art. 3º, III, da Lei nº 10.520/02, art. 9º, § 2º, do Decreto nº 5.450/05 e arts. 15, III e 43, IV da Lei nº 8.666/93)?	SIM	Docs nº 78.962/2020	No entanto, o Diretor-Geral não considerou o preço médio obtido pela SCOMP, mas fixou o preço de referência do edital em R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), sendo R\$ 8.000,00 por turno , consoante a menor proposta coletada junto aos fornecedores contatados, de modo ainda a aproximá-la mais dos valores obtidos em 2018 (doc. PAD 85.411/2020).
10. Tratando-se de serviço, existe orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os seus custos unitários baseado em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto da contratação (art. 7º, § 2º, II, art. 15, XII, "a", da IN/SLTI 02/2008), assim como a respectiva pesquisa de preços realizada (art. 43, IV da Lei nº 8.666/93, art. 15, XII, "b", IN/SLTI 02/2008)? Acórdão 1512/2006-Plenário-TCU.	N.A.		
11. Quando da utilização de método de pesquisa diverso do disposto no § 2º do art. 2º da IN/SLTI 05/2014, foi tal situação justificada? (art. 2º, § 3º da IN/SLTI	SIM		VIDE JUSTIFICATIVA NO TÓPICO 9.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ ASSESSORIA DA DIRETORIA - GERAL	ANÁLISE E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO	Processo PAD. n.º 20.023/2019
--	---	--------------------------------------

05/2014)			
12. No caso de pesquisa com menos de três preços/fornecedores, foi apresentada justificativa? (art. 2º, § 5º da IN/SLTI 05/2014)	N.A.		Pesquisa com três ou mais preços/fornecedores.
13. Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas (art. 30, IV, do Decreto nº 5.450/05 e arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei nº 8.666/93)?	SIM	Doc nº 79.120/2020	
14. Se for o caso, constam a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no art. 16, inc. I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no <i>caput</i> do art. 16?	N.A.		
15. Em face do valor estimado do objeto, a participação na licitação é exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas (art. 48, I, da LC nº 123/06, art. 6º do Decreto nº 8.538, de 2015, e art. 34 da Lei nº 11.488/07)?	SIM	Doc nº 61.697/2020 Capítulo II (Item 2.1)	
15.1. Após a fase de lances foi verificado se havia fornecedor com direito ao exercício de preferência devido a alguma margem estipulada em regulamento?	N.A.		
15.2. Após cada desclassificação (não aceitação) ou inabilitação o direito de margem de preferência e o exercício dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006, foram reanalisados?	N.A.		
16. Incide uma das exceções previstas no art. 10 do Decreto nº 8.538, de 2015, devidamente justificada, a afastar a exclusividade?	N.A.		
17. Foram observados os dispositivos legais que dispõem sobre a margem de preferência? (Decretos nºs 7546/ 2011 e 8538/2015)	N.A.		
18. Consta a designação do pregoeiro e equipe de apoio (art. 3º, IV, §§1º e 2º da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, VI, 10, 11, 12 e 30, VI, do Decreto nº 5.450/05)?	SIM	Doc nº 1.091/2020	Portaria n.º 3 de 3 janeiro de 2020.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ ASSESSORIA DA DIRETORIA - GERAL	ANÁLISE E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO	Processo PAD. n.º 20.023/2019
--	---	--------------------------------------

<p>19. Há minuta de edital e anexos (art. 4º, III, da Lei nº 10.520/02, arts. 9º, IV e 30, VII, do Decreto nº 5.450/05 e art. 40 da Lei nº 8.666/93)?</p> <p>O TCU firmou entendimento no sentido de que, em licitação na modalidade pregão, “o orçamento estimado em planilhas e preços unitários não constitui um dos elementos obrigatórios do edital”, devendo estar necessariamente inserido no processo relativo ao certame, conforme exigido pela Lei 10.520/02 (art. 3º, III, c/c o art. 4º, III) e pelo Decreto 5.450/05 (art. 30, III), acessível a quem o solicitar, ficando a critério do gestor a avaliação da oportunidade e conveniência de incluir “dita peça” no edital como anexo - Acórdão 1888/2010 - Plenário)</p>	SIM	Doc nº 87.740/2020	
20. Análise e aprovação da minuta de edital e seus anexos pela assessoria jurídica (art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93)	SIM	Doc nº 84.327/2020	
21. Publicação do aviso de edital (art. 4º, I e II, da Lei nº 10.520/02 e art. 17 do Decreto nº 5.450/05)	SIM	Doc nº 87.758/2020	
21.1. No Aviso mencionado no item anterior, consta a definição do objeto da licitação, o número do processo, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtido, na íntegra, o edital, bem como o local de realização do certame (sítio da internet ou presencial)?	SIM	Doc nº 87.758/2020	
<p>22. Constam as seguintes comprovações ou declarações:</p> <p>a) de regularidade fiscal federal (art. 193, Lei 5.172/66);</p> <p>b) de regularidade com a Seguridade Social (INSS - art. 195, §3º, CF 1988);</p> <p>c) de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS - art. 2º, Lei 9.012/95);</p> <p>d) de consulta ao CADIN (inciso III do art. 6º da Lei nº 10.522/02, STF, ADI nº 1454/DF);</p> <p>e) de regularidade trabalhista (Lei 12.440/11);</p> <p>f) declaração de cumprimento aos termos da Lei 9.854/99; e</p> <p>g) verificação de eventual proibição para contratar com a Administração?</p> <p>h) BNDT - Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (CNDT)</p> <p>i) SICAF</p> <p>j) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa (CNJ)</p> <p>k) CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CGU)</p> <p>l) Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados (TCU).</p>	SIM, exceto CADIN	Docs nº 98.947/2020	<p>REALIZAR CONSULTA AO CADIN, RESSALTANDO QUE O EVENTUAL REGISTRO NESSE SISTEMA, POR SI SÓ, NÃO CONSTITUI ÔBICE À CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.</p>

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ ASSESSORIA DA DIRETORIA - GERAL	ANÁLISE E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO	Processo PAD. n.º 20.023/2019
--	---	--------------------------------------

23. Houve manifestação técnica quanto à aceitação do objeto, da amostra ou quanto ao julgamento da licitação por parte das áreas demandantes (beneficiária ou especialista)?	N.A.		
24. Houve tentativa de negociação com o melhor classificado, visando obter melhor preço, ainda que o valor estivesse abaixo do estimado?	NÃO		
25. Caso esteja prevista no edital, a proposta final com os valores readequados ao valor total ofertado ou negociados com o melhor classificado (incluindo a correspondente planilha de custos, se for o caso) está anexada ao processo?	SIM	Doc nº 72.245/2020	
26. Houve intenção de Recurso?	SIM	Doc nº 104.187/2020	
26.1. No juízo de admissibilidade das intenções de recurso, o pregoeiro avaliou somente os pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação) concedendo o prazo adequado para fins de apresentar as razões de recorrer posteriormente?	SIM	Doc nº 104.878/2020	
26.2. Foi concedido prazo de 3 dias (úteis) para recurso, 3 dias úteis para contrarrazões e 5 dias para decisão do pregoeiro?	SIM	Doc nº 104.187/2020	
26.3 Foram redigidos relatórios e deliberações do Pregoeiro referentes aos recursos com sua decisão motivada?	SIM	Doc nº 104.187/2020	
27. Houve item deserto ou fracassado?	NÃO		
28. Consta na instrução processual os seguintes documentos para fase externa: a) ato de designação da comissão de licitação, do pregoeiro e equipe de apoio ou do responsável pela licitação; b) propostas e documentos de habilitação exigidos no edital; c) atas, relatórios e decisões do pregoeiro e equipe de apoio; e d) atos de adjudicação do objeto.	SIM	Doc nº 99.984/2020 [ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO] Demais docs: 1.091/2020, 98.927/2020, 98.947/2020, 104.878/2020	A adjudicação será realizada pelo DIGER.
29. O Pregoeiro divulgou com clareza os atos no Comprasnet, dentro do horário de expediente, e as informações relativas à data e hora das sessões públicas, sua suspensão e reinício em respeito aos princípios da publicidade, transparência e isonomia?	SIM	Doc nº 99.984/2020 [Verificada a ATA]	
30. Houve licitante vencedor na fase de lances que não é o adjudicatário, ou que não manteve a proposta, e tenha incidido em condutas que podem ser tipificadas no art. 7º da Lei 10.520, de 2002?	NÃO		



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 108556/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	FRANCISCO JOSE PRIMO BITU <i>Assinado eletronicamente em 25/06/2020 18:31:44</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



DESPACHO

R. h.



Trata-se, como relatado pela ASDIR, de procedimento cujo objeto é a contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver, no dia do 2º turno, em local a ser definido.

Realizados todos os atos concernentes ao pregão, entendo demonstrada a conveniência e oportunidade da contratação, notadamente a partir do exame das justificativas apresentadas no doc. PAD n.º 60.101/2020, assim como pela compatibilidade dos valores com a pesquisa de mercado (o preço de referência do edital foi fixado em R\$ 16.000,00, sendo R\$ 8.000,00 por turno, consoante a menor proposta coletada junto aos fornecedores contatados).

Assim, adotando como razões de decidir a explanação contida na manifestação oriunda da ASDIR, e considerando estar na ordenação de despesas por delegação, nos termos da(s) Portaria(s) n.º 169/2019, **homologo todo o procedimento licitatório relativo ao Pregão Eletrônico n.º 43/2020, e, caso sanada a pendência apontada pela ASDIR, adjudico o objeto deste pregão em favor da empresa EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS.**

À SOF, para emissão de empenho em favor da licitante vencedora e consulta ao CADIN, ressaltando que o eventual registro nesse sistema, por si só, não constitui óbice à celebração de contratos administrativos.

Em seguida, à COLIC, para providências relativas à conclusão do certame.

Fortaleza(CE), data registrada no sistema.

DIRETOR-GERAL

CERTIDÃO

Na condição de ordenador de despesas do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, nos termos da Portaria n.º 169/2019, certifico, na presente data, a realização dos seguintes procedimentos no Sistema Comprasnet:

- () Decisão de Recurso Administrativo.
- () Anulação do Pregão Eletrônico n.º ____/2019.
- (X) Adjudicação e Homologação do Pregão Eletrônico n.º 43/2020.
- () Homologação da Cotação Eletrônica n.º ____/2019.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.


DIRETOR-GERAL



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 108665/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 25/06/2020 21:42:12</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 26 de Junho de 2020.

À
SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Para empenhamento e anulação de saldo do pré-empenho.


IBERE COMIN NUNES
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 108728/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 26/06/2020 08:51:52</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Fortaleza, 26 de Junho de 2020.

À
SEÇÃO DE CONTRATOS

Solicita informar número do contrato que regerá contratação de filmagem.

MARIA DE JESUS MIRANDA DE OLIVEIRA
SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Fortaleza, 26 de Junho de 2020.



À
SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Informamos que o número do Contrato será 35/2020.

ANNE EMILY CINTRA MARQUES
SEÇÃO DE CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 108774/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANNE EMILY CINTRA MARQUES <i>Assinado eletronicamente em 26/06/2020 10:07:13</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

NAO ENCONTRADO REGISTRO P/CGC= 31623900 - EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRA
SISBACEN 84571/0001-ALANA CAD. INF. CREDITOS NAO QUITADOS 26062020 10:14
TRANSACAO PISP600 CONSULTAS MISP600

OPCAO	DESCRICAO	INFORME OS CAMPOS
----	-----	---1-----2-----3---
1	CONSULTA CGC/CPF INADIMPLENTE	X X
2	CONSULTA POR TERMO DO NOME	X
----	-----	-----

OPCAO: 1 1- CGC...: 31623900
2- CPF...: _____
3- TERMO DO NOME: a) _____
b) _____
c) _____

OBS: Na opcao 2, sempre que possivel, informe mais de um TERMO DO NOME para tornar mais rapida a consulta.

ENTRA/ENTER=SEGUE

PF3/15=RETORNA

PF1/13=S.O.S

PF12/24=ENCERRA

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 31623900000119

LIMPAR

Data da consulta: 26/06/2020 11:31:08
Data da última atualização: 25/06/2020 18:00:06

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 26Jun20 NUMERO: 2020NE000477
ESPECIE : 07 - ORIGINAL DOC. REFEREN: 2020PE000085
EMPENHANTE : 070007/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA
CNPJ : 06026531/0001-30 FONE: (085) 3453-3830
ENDERECO : RUA JAIME BENEVOLO 21 - CENTRO FORTALEZA/CEARÁ
MUNICIPIO : 1389 - FORTALEZA UF: CE CEP: 60050-080

CREDOR : 31623900/0001-19 - EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS
ENDERECO : DOM MANUEL DE MEDEIROS 2218 PARQUELANDIA
MUNICIPIO : 1389 - FORTALEZA UF: CE CEP: 60455-305

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

20CT0035 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FILMAGEM, MONITORAMENTO E
PRODUÇÃO DE MATERIAL GRAVADO DOS PROCEDIMENTOS DE VOTAÇÃO PARALELA, CONFORME
EDITAL PREGÃO-E Nº 43/20 E ANEXOS. AUTORIZADO DIRETOR GERAL DOC.PAD.108665/20.

CLASS : 1 14101 02061003342690001 167864 0100000000 339039 000000 DIV SERVICI1
TIPO : GLOBAL MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: PAD.20023/19
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: CE / 1389
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 6.300,00

SEIS MIL E TREZENTOS REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 59 -SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOT

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	2	VALOR UNITARIO:	3.150,00
			VALOR DO SEQ. :	6.300,00

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FILMAGEM, MONITORAMENTO E PRODUÇÃO DE
MATERIAL GRAVADO DOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA DE FUNCIONAMENTO DAS URNAS ELE
TRÔNICAS, A SEREM REALIZADOS NO DIA DA ELEIÇÃO, 1º TURNO, E, SE HOUVER, 2º TURNO, EM
LOCAL A SER DEFINIDO. AS ATIVIDADES RELATIVAS AO SEGUNDO TURNO ESTARÃO CONDICIO
NADAS A REALIZAÇÃO DO MESMO. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ESTÃO CONTIDAS NO EDITAL DO
PREGÃO ELETRÔNICO 43/20 (DOC.PAD. 87.740/20).

T O T A L : 6.300,00

HUGO PEREIRA FILHO
ORDENADOR



IBERÊ COMIN NUNES
GESTOR FINANCEIRO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 108900/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 29/06/2020 14:29:31</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 29/06/2020 14:37:36</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 29 de Junho de 2020.

À

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Para análise e procedimentos cabíveis.

GRACE TAHIM DE SOUSA BRASIL OTHON SIDOU
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 109385/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GRACE TAHIM DE SOUSA BRASIL OTHON SIDOU <i>Assinado eletronicamente em 29/06/2020 13:45:48</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 29 de Junho de 2020.



À
DIRETORIA-GERAL

Para assinatura do empenho emitido e, em pó, enviar à COLIC.


IBERE COMIN NUNES
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 109464/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>IBERE COMIN NUNES <i>Assinado eletronicamente em 29/06/2020 14:31:03</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Parágrafo único. O resultado da avaliação de desempenho profissional será formalizado, anualmente, mediante relatório a ser emitido pelo SIGA, o qual será levado ao conhecimento do Comitê Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação e, em seguida, aos servidores interessados.

Art. 4º O Comitê Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação poderá propor as medidas e providências que entender adequadas, com base no resultado anual da avaliação de desempenho profissional.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral, ouvido, se for o caso, o Comitê Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Fortaleza, 18 de junho de 2020.

DES. HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO

PRESIDENTE

Atos Diversos

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO

102º Termo Aditivo ao Contrato N.º 36/2017 celebrado com a empresa CINZEL ENGENHARIA LTDA. Objeto: visa à inclusão de execução de serviço alusivo à limpeza e preparação da área do bosque do empreendimento. O presente acréscimo importa na quantia de R\$ 18.963,55 (dezoito mil, novecentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos), correspondente ao percentual aproximado de 0,0354% do valor inicial atualizado do Contrato. O presente termo aditivo alterará o valor do Contrato conforme planilhas orçamentárias em anexo, que passarão a integrar o termo contratual. Fundamento: no art. 65, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, c/c cláusula décima segunda do Contrato n.º 36/2017 e na decisão contida no Processo PAD n.º 11.300/2020. Assina: Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, Presidente. DATA: 25/06/2020

DES. HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO

PRESIDENTE DO TRE-CE

DECISÃO NO PAD N.º 4.248/2020

CARLOS CARNEIRO DE ARAÚJO, Analista Judiciário do quadro permanente de servidores deste Regional, matrícula TRE/CE n.º 11597, requer a revisão da averbação de tempo de serviço/contribuição prestado à Secretaria de Educação do Estado do Ceará (de 14/7/1981 a 5/9/1984), deferida nos autos do PAD n.º 4.096/2016, a fim de que seja considerado para fins de concessão de anuênios e licença-prêmio por assiduidade. Fundamenta seu pedido no entendimento firmado pelo colendo Tribunal de Contas da União (TCU) no Acórdão n.º 44/2006 – Plenário. Pugna ainda que lhe sejam pagos os valores retroativos a título de anuênios, observada a prescrição quinquenal.

A Seção de Normas e Jurisprudência de Pessoal - SENOP (documento PAD n.º 52.268/2020) manifestou-se pelo deferimento parcial da solicitação, a fim de que o tempo de serviço público estadual seja considerado somente para fins de concessão de anuênios (adicional por tempo de serviço), uma vez que o lapso averbado não perfectibiliza o período mínimo de 5 (cinco) anos ininterruptos para fins de concessão da licença-prêmio por assiduidade.

Por seu turno, a Seção de Acompanhamento e Orientação à Gestão de Pessoal –SAGEP (documento PAD n.º 85.554/2020), com amparo, entre outros, no Acórdão n.º 44/2006 –TCU – Plenário¹, manifestou-se pela viabilidade do "cômputo do tempo averbado para fins de anuênios (adicional por tempo de serviço)", uma vez que, "em relação à referida rubrica, todos os requisitos [...] foram devidamente atendidos." Todavia, no que concerne à revisão da averbação para fins de licença-prêmio por assiduidade, pugna pelo indeferimento do requerimento, "porquanto o tempo averbado é inferior aos 5 (cinco) anos exigidos pela Corte de Contas."

ISSO POSTO, adoto como razão de decidir as informações da SGP e da SCI, na forma do artigo 50, §1º, da Lei n.º 9.784/1999², e com fundamento no Acórdão n.º 44/2006 – TCU – Plenário, DEFIRO PARCIALMENTE o pleito formulado, a fim de que seja computado somente para fins de adicional por tempo de serviço o tempo de labor prestado pelo requerente junto à Secretaria de Educação do Estado do Ceará (de 14/7/1981 a 5/9/1984), observada a prescrição quinquenal, considerando a data do requerimento apresentado (documento PAD n.º 30.577/2020).

Conforme orientação formulada pela SAGEP, em face do teor da Recomendação n.º 31, de 21 de dezembro de 2018³, da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, considerando que o pagamento de valores retroativos a agentes públicos dependerá da prévia anuência do CNJ, após quantificado o valor devido ao servidor requerente, DETERMINO o envio, ao colendo Conselho, de pedido de autorização devidamente instruído com cópia integral do presente procedimento administrativo, nos termos do § 3º do art. 3º⁴ do Provimento CNJ n.º 64, de 1º de dezembro de 2017.

Cientifique-se o servidor interessado.

Publique-se.

Expedientes necessários.

Fortaleza-CE, data registrada no sistema.

Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo

Presidente

1. VISTOS, relatados e discutidos estes autos de consulta, por meio do qual o Tribunal Superior Eleitoral, indagado a esta Corte acerca da possibilidade de computo do tempo de serviço público prestado na esfera estadual e/ou municipal, para fins de concessão de licença-prêmio por assiduidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com base no art. 1º, inciso XVII, da Lei 8.443/92 c/c o art. 264 do RI/TCU, conhecer da presente consulta para responder ao consulente que:

9.1.1. o requisito a ser observado, na esfera federal, para o cômputo do tempo de serviço prestado na esfera estadual e/ou municipal, para fins de gratificação adicional por tempo de serviço, é que o serviço público efetivo tenha sido prestado sob a égide do Decreto 31.922/52, que regulamenta a concessão da gratificação adicional por tempo de serviço prevista nos arts.145, item XI, e 146 da Lei 1.711/52, não sendo necessário que a averbação tenha sido feita durante a vigência da referida lei;

9.1.2. não há solução de continuidade entre o término da prestação do serviço na esfera estadual e/ou municipal e seu início na esfera federal, desde que o servidor tenha ingressado no serviço público federal ainda na vigência da Lei 1.711/52;9.1.3. pode ser computado, para efeito de licença-prêmio por assiduidade, o período mínimo de cinco anos prestado ininterruptamente na esfera estadual e/ou municipal, desde que adquirido na vigência da Lei 1.711/52, e que o servidor tenha ingressado no serviço público federal anteriormente à vigência da Lei 8.112/90; e

9.2. arquivar os presentes autos. (sublinhei)2

2. Art. 50. (c) § 1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.3

3. Dispõe o art. 1º, caput, dessa recomendação:

O CORREGEDOR NACIONAL DA JUSTIÇA, usando de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais [...]

RESOLVE:

Art. 1º RECOMENDAR a todos os Tribunais do país que abstenham-se de efetuar pagamento a magistrados e servidores de valores a título de auxílio-moradia, auxílio-transporte, auxílio-alimentação ou qualquer outra verba que venha a ser instituída ou majorada, ou mesmo relativa a valores atrasados, e ainda que com respaldo em lei estadual, sem que seja previamente autorizado pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme preceitua o Provimento CN-CNJ 64/2018.4

4. Art. 3º O pagamento de qualquer verba remuneratória ou indenizatória não prevista na LOMAN só poderá ser realizado após autorização prévia do Conselho Nacional de Justiça.

§ 1º O pagamento de qualquer nova verba remuneratória ou indenizatória prevista ou não na LOMAN, seja a que título for ou rubrica, só poderá ser realizado na forma do caput deste artigo.

§ 2º O pagamento de valores retroativos de qualquer verba remuneratória ou indenizatória prevista ou não na LOMAN só poderá ser realizado na forma do caput deste artigo.

§ 3º Os tribunais enviarão pedido de autorização devidamente instruído com cópia integral do procedimento administrativo que reconheceu a verba e o valor devido.

§ 4º O pedido deve ser protocolado via Processo Judicial eletrônico – PJe e endereçado à Corregedoria Nacional de Justiça como pedido de providências com a rubrica "pagamento de subsídios a magistrados". (negritei)

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

DIRETORIA GERAL

Atos do Diretor Geral

Atos Diversos

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2020

Pregão Eletrônico n.º 43/2020. Processo n.º 20.023/2019. Objeto: é a contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver, no dia do 2º turno, em local a ser definido. O objeto foi adjudicado à empresa EGIVÂNIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, CNPJ: 31623900/0001-19. Valor: R\$ 6.300,00. Homologado por: Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE/CE. Data:25/06/2020.

HUGO PEREIRA FILHO

DIRETOR-GERAL

AVISO DDE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 39/2020

Pregão Eletrônico n.º 39/2020. Processo n.º 23.842/2019. Objeto: é a aquisição de material para backup de dados. O objeto foi adjudicado às empresas LSF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE IMPRESSÃO EIRELI, CNPJ: 29.500.349/0001-74, valor: R\$ 8.299,80; LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 10742589/0001-57, item 2: R\$ 360,00. Homologado por: Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE/CE. Data:25/06/2020.

HUGO PEREIRA FILHO

DIRETOR-GERAL

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 02/07/2020 14:20:58

Por: VIVIAN GONCALVES BEZERRA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

Inexigibilidade. Objeto: Assinatura da Biblioteca Digital Revista Brasileira de Direito Eleitoral – RBDE, abrangendo o período de julho/2020 a junho/2021, para disponibilização aos servidores do Tribunal. Contratado: EDITORA FÓRUM LTDA, CNPJ: 41769803/0001-92. Valor: R\$ 642,00. Fundamento: art. 25, Caput, da Lei n.º 8.666/93 e Processo PAD n.º 13.844/2020. Ratificado por: Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE. Data: 29/06/2020.

HUGO PEREIRA FILHO
DIRETOR-GERAL

SECRETARIA JUDICIÁRIA**Processo Judicial Eletrônico****Despachos, Decisões e Acórdãos****Processo 0600001-95.2019.6.06.0000**

PETIÇÃO (1338) - Processo nº 0600001-95.2019.6.06.0000 - Sobral - CEARÁ

ORIGEM: Sobral

RELATOR: JOSE VIDAL SILVA NETO

INTERESSADO: COLIGAÇÃO MAJORITÁRIA "MAIS COMPETÊNCIA, MAIS RESULTADOS" - PDT/PRTB/PP/PT/DEM/PPL/PHS/PPS/PV/PTB/PROS/PSD/PSB/PSC/PCDOB, IVO FERREIRA GOMES

Advogados do(a) INTERESSADO: THIAGO ARAUJO MONTEZUMA - CE23667, DAVID GABRIEL FERREIRA DUARTE - CE18157, SARAH FEITOSA CAVALCANTE - CE13493, ERLON ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA - CE11750, FRANCISCO DIEGO POTE DE HOLANDA DO NASCIMENTO - CE28278, LUCAS SILVA AGUIAR - CE29357, RODRIGO CARVALHO ARRUDA BARRETO - CE20238

Advogados do(a) INTERESSADO: LIA PONTES SOUSA - CE31448, THIAGO ARAUJO MONTEZUMA - CE23667, DAVID GABRIEL FERREIRA DUARTE - CE18157, SARAH FEITOSA CAVALCANTE - CE13493, ERLON ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA - CE11750, FRANCISCO DIEGO POTE DE HOLANDA DO NASCIMENTO - CE28278, LUCAS SILVA AGUIAR - CE29357, RODRIGO CARVALHO ARRUDA BARRETO - CE20238

INTERESSADO: MOSES HAENDEL MELO RODRIGUES, JOSE SIDCLEY TAVARES FERREIRA GOMES, OSCAR RODRIGUES JUNIOR

Advogados do(a) INTERESSADO: VICENTE BANDEIRA DE AQUINO NETO - CE9665, FRANCISCO DI ANGELLIS DUARTE DE MORAIS - CE26772

Advogados do(a) INTERESSADO: VICENTE BANDEIRA DE AQUINO NETO - CE9665, FRANCISCO DI ANGELLIS DUARTE DE MORAIS - CE26772

Advogados do(a) INTERESSADO: VICENTE BANDEIRA DE AQUINO NETO - CE9665, FRANCISCO DI ANGELLIS DUARTE DE MORAIS - CE26772

DESPACHO

Trata-se de petição referente à restauração dos autos do Recurso Eleitoral nº 501-46.2016.6.06.0024. Os autos foram destruídos no incêndio ocorrido em 13 de fevereiro de 2018, no Centro de Distribuição da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) nesta cidade. Na ocasião, os autos se destinavam ao Tribunal Superior Eleitoral para análise de agravo em recurso especial.

Por unanimidade, no Acórdão ID 2315077, este TRE julgou restaurados os autos do mencionado recurso, determinando a remessa do processo ao Tribunal Superior Eleitoral para análise do respectivo agravo em recurso especial.

Após trâmite na Corte Superior, esta, ao analisar o Agravo Regimental no Agravo de Instrumento, ID 3630127, por unanimidade, negou provimento ao referido agravo interposto por Moses Haendel Melo Rodrigues, Jose Sidcley Tavares Ferreira Gomes e Oscar Spindola Rodrigues Junior. Tal *decisum* foi mantido quando da apreciação dos embargos de declaração opostos pelas referidas partes, Acórdão ID 3630877, condenando os embargantes ao pagamento de multa no valor de 1 (um) salário mínimo, considerando o caráter protelatório. Mencionada decisão transitou em julgado em 8 de maio de 2020, conforme certidão ID 3631277.

Dessa forma, considerando a decisão deste TRE-CE nos autos do processo nº 501-46.2016.6.06.0024 e os fins previstos no *caput* do art. 716, CPC[1], determino a remessa do presente processo ao Juízo da 24ª Zona Eleitoral para regular instrução.

À Secretaria Judiciária (SJU), para providências.

Expedientes necessários.

Fortaleza/CE, data da assinatura eletrônica.

Desembargador HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO
Presidente

[1] Art. 716. Julgada a restauração, seguirá o processo os seus termos.

Parágrafo único. Aparecendo os autos originais, neles se prosseguirá, sendo-lhes apensados os autos da restauração. (destaquei)

Processo 0602044-39.2018.6.06.0000

PRESTAÇÃO DE CONTAS (11531) - Processo nº 0602044-39.2018.6.06.0000

ORIGEM: Fortaleza

RELATOR: KAMILE MOREIRA CASTRO

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 02/07/2020 14:20:58

Por: VIVIAN GONCALVES BEZERRA



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 112436/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 02/07/2020 14:20:58</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO nº 14/2020. CONTRATANTE: TRF 4ª Região. CONTRATADA: SUPERINTEROP SUPORTE EM INFORMÁTICA LTDA. OBJETO: Prestação de serviços de suporte técnico à plataforma de software livre do TRF4. ORIGEM: PE 17/2020. DOT. ORÇAMENTÁRIA: PT-168400, ND 3390.40 e 2020NE500174, datada de 15.06.2020. PREÇO TOTAL ESTIMADO: R\$ 294.980,00. VIGÊNCIA: 30.06.2020 a 28.02.2022. PA: 0000482-54.2020. ASSINATURA: Márcio Bernardes Jardim, Diretor Administrativo, em 17.06.2020.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO TERCEIRO ao Contrato nº 33/2018. CONTRATANTE: TRF 4ª Região. CONTRATADA: MARCELO VASQUEZ FERNANDEZ ARQUITETURA LTDA. OBJETO: Alteração da Cláusula 3.1 do Contrato nº 33/2018, prorrogando sua vigência até 30/09/2020. DOT. ORÇAMENTÁRIA: As despesas atinentes à execução do Contrato serão atendidas com recursos já consignados em Nota de Empenho emitida em favor da CONTRATADA. PA: 0004319-88.2018. ASSINATURA: Gaspar Paines Filho, Diretor Geral, em 30/06/2020.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2020 - UASG 70003

Nº Processo: 861. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, dos equipamentos médicos e odontológicos do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme especificações do Termo de Referência n. 01/2020-SEMOA/COMED/TRE-AM.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 01/07/2020 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av Andre Araujo N.200, Aleixo - Manaus/AM ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70003-5-00012-2020. Entrega das Propostas: a partir de 01/07/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 14/07/2020 às 11h00 no site www.comprasnet.gov.br.

BREITNER DE BRITO GORDINHO
Pregoeiro

(SIASGnet - 30/06/2020) 70003-00001-2020NE000118

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2020 - UASG 70013

Nº Processo: 0047787-39.2020. Objeto: Registro de preço visando a eventual aquisição de Material Bibliográfico.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 01/07/2020 das 08h00 às 17h59. Endereço: 1. Avenida do Cab, Nr. 150 - Salvador - Ba, Paralela - Salvador/BA ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70013-5-00039-2020. Entrega das Propostas: a partir de 01/07/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 15/07/2020 às 13h30 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital está disponível no comprasnet, bem co o no site do Tribunal no endereço www.tre-ba.jus.br. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (71) 98201-0119.

MILENA AUSTREGESILIO HEREDA
Pregoeira

(SIASGnet - 30/06/2020) 70013-00001-2019NE000054

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2020 - UASG 70013

Nº Processo: 0050092-30.2019. Objeto: Registro de preço visando a eventual aquisição de Mobiliário Geral.. Total de Itens Licitados: 21. Edital: 01/07/2020 das 08h00 às 17h59. Endereço: 1. Avenida do Cab, Nr. 150 - Salvador - Ba, Paralela - Salvador/BA ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70013-5-00040-2020. Entrega das Propostas: a partir de 01/07/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 14/07/2020 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital está disponível no Comprasnet, bem como no site do Tribunal, no endereço www.tre-ba.jus.br. Outras informações poderão ser obtidas por meio do telefone (71) 3373-77081.

ARTHUR RIBEIRO ROCHA
Pregoeiro

(SIASGnet - 30/06/2020) 70013-00001-2019NE000054

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 102º Termo Aditivo ao Contrato N.º 36/2017 celebrado com a empresa CINZEL ENGENHARIA LTDA. Objeto: visa à inclusão de execução de serviço alusivo à limpeza e preparação da área do bosque do empreendimento. O presente acréscimo importa na quantia de R\$ 18.963,55 (dezoito mil, novecentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos), correspondente ao percentual aproximado de 0,0354% do valor inicial atualizado do Contrato. O presente termo aditivo alterará o valor do Contrato conforme planilhas orçamentárias em anexo, que passarão a integrar o termo contratual. Fundamento: no art. 65, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, c/c cláusula décima segunda do Contrato n.º 36/2017 e na decisão contida no Processo PAD n.º 11.300/2020. Assina: Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, Presidente. DATA: 25/06/2020

DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Espécie: Inexigibilidade. Objeto: Assinatura da Biblioteca Digital Revista Brasileira de Direito Eleitoral - RBDE, abrangendo o período de julho/2020 a junho/2021, para disponibilização aos servidores do Tribunal. Contratado: EDITORA FÓRUM LTDA, CNPJ: 41769803/0001-92. Valor: R\$ 642,00. Fundamento: art. 25, Caput, da Lei n.º 8.666/93 e Processo PAD n.º 13.844/2020. Ratificado por: Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE. Data: 29/06/2020.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2020

Processo n.º 23.842/2019. Objeto: é a aquisição de material para backup de dados. O objeto foi adjudicado às empresas LSF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE IMPRESSÃO EIRELI, CNPJ: 29.500.349/0001-74, valor: R\$ 8.299,80; LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 10742589/0001-57, item 2: R\$ 360,00. Homologado por: Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE/CE. Data:25/06/2020.

HUGO PEREIRA FILHO
Diretor-Geral

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2020

Processo n.º 20.023/2019. Objeto: é a contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver, no dia do 2º turno, em local a ser definido. O objeto foi adjudicado à empresa EGIVÂNIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, CNPJ: 31623900/0001-19. Valor: R\$ 6.300,00. Homologado por: Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE/CE. Data:25/06/2020.

HUGO PEREIRA FILHO
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, neste ato representada pela Presidente da Comissão de Licitações, vem NOTIFICAR a empresa ZAAT COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CNPJ: 08.335.746/0001-68, que se encontra em lugar indefinido, acerca da penalidade imposta por decisão do Diretor-Geral, em razão da não manutenção da proposta, ensejando, inclusive, o retardamento no processo licitatório, no Pregão Eletrônico SRP nº. 08/2019, PAE nº. 0002569-90.2018.6.07.8100: Penalidade: Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de três meses. Em caso de manutenção, esta será registrada no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) e no CEIS (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas). Referência Editalícia e Normativos Internos: Cláusula 24.1 do Edital e item 13.3.4.1 do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos do TRE-DF. Referência Legal: Art. 7º da Lei 10.520/2002. Assim, nos termos do artigo 109, inciso III, da Lei nº. 8.666/93, e do item 13.7 do citado Manual, fica a empresa NOTIFICADA para, querendo, interpor RECURSO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da publicação deste edital de notificação, dirigido ao Diretor-Geral do TRE-DF, Senhor Guilherme Valadares Vasconcelos, no endereço Praça Municipal de Brasília, SIG Quadra 2, Lote 6, Sala 208, CL, Brasília - DF, CEP: 70094-901. Alternativamente, a empresa poderá encaminhar o Recurso para o endereço eletrônico comissao.licitacao@tre-df.jus.br, devidamente identificado por quem de direito (nome, cargo na empresa, documento de identificação, telefone). Os autos do PAE nº. 0004757-22.2019.6.07.8100 encontram-se à disposição para consulta ou extração de cópia digital, na Comissão de Licitações.

ANA LETÍCIA BRAGA SANTOS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2020 - UASG 70023

Nº Processo: 11063/2019. Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de equipamentos e tendas para os eventos de divulgação dos resultados das Eleições/2020, 1º e, se houver, 2º turno, com montagem, desmontagem, acompanhamento técnico e demais prescrições, exigências e descrições previstas no termo de referência anexo ao Edital.. Total de Itens Licitados: 3. Edital: 01/07/2020 das 09h00 às 17h59. Endereço: Praca Civica, 300 - Centro, - Goiânia/GO ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70023-5-00024-2020. Entrega das Propostas: a partir de 01/07/2020 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 14/07/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

CRISTINA TOKARSKI PERSIJN
Secretária de Administração e Orçamento

(SIASGnet - 30/06/2020) 70023-00001-2020NE000039

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2020 - UASG 70016

Nº Processo: 0004562-71.2020. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição futura de materiais de consumo (expediente, produtos de higienização, dentre outros).. Total de Itens Licitados: 7. Edital: 01/07/2020 das 12h00 às 17h59. Endereço: Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque Dos Poderes - Campo Grande/MS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70016-5-00022-2020. Entrega das Propostas: a partir de 01/07/2020 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 14/07/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

HARDY WALDSCHMIDT
Diretor-geral

(SIASGnet - 29/06/2020) 70016-00001-2020NE000001

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2020 - UASG 70016

Nº Processo: 0009358-42.2019. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de apoio administrativo na área de Tecnologia da Informação, mediante recrutamento prévio e fornecimento de mão-de-obra terceirizada para apoiar a preparação e a operacionalização do pleito eleitoral 2020, estando incluída a alocação, gestão e execução de serviços que serão exercidos pelos profissionais (AUXILIAR DE ELEIÇÃO e SUPERVISOR), em unidades da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 01/07/2020 das 12h00 às 17h00. Endereço: Rua Leão Neto do Carmo, 23, Jardim Veraneio/parque Dos Poderes - Campo Grande/MS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70016-5-00023-2020. Entrega das Propostas: a partir de 01/07/2020 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 14/07/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

HARDY WALDSCHMIDT
Diretor-geral

(SIASGnet - 29/06/2020) 70016-00001-2020NE000001





Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 112452/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 02/07/2020 14:28:12</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 2 de Julho de 2020.

À

SEÇÃO DE CONTRATOS



Providenciadas publicações do Aviso de Homologação no DJE e DOU de 1º/7/2020.
Para elaboração de contrato e demais providências.

VIVIAN GONCALVES BEZERRA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 112468/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 02/07/2020 14:35:58</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 3 de Julho de 2020.

À



COORDENADORIA DE REGISTROS PARTIDÁRIOS, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Para informar as atualizações a serem feitas nas datas previstas no item 4.3 do Termo de Referência tendo em vista a recente mudança no calendário eleitoral.

ANNE EMILY CINTRA MARQUES
SEÇÃO DE CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 113063/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANNE EMILY CINTRA MARQUES <i>Assinado eletronicamente em 03/07/2020 09:53:21</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



À SEÇÃO DE CONTRATOS

Em atendimento ao Doc PAD nº 11063/2020, informo(em destaque) as alterações a serem efetuadas no Termo de Referência, em virtude da mudança no calendário eleitoral 2020:



I DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, **15 de Novembro de 2020**, 1º turno, e, se houver 2º turno, no dia **29 de Novembro de 2020**, em local a ser definido.

4.3 Datas e horários de realização dos trabalhos:

a) No primeiro turno da eleição:

- **14 de novembro de 2020** – instalação e testes dos equipamentos, a partir das 13h, com previsão de conclusão às 18h;
- **15 de novembro de 2020** – realização das filmagens, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até as 18h, o que resulta em duração estimada para o evento de 11 (onze) horas, ou 660 (seiscentos e sessenta minutos), por cada câmera.

b) No segundo turno da eleição, se houver:

- **28 de novembro de 2020** – instalação e testes dos equipamentos, a partir das 13h, com previsão de conclusão às 18h;
- **29 de novembro de 2020** – realização das filmagens, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até as 18h, o que resulta em duração estimada para o evento de 11 (onze) horas, ou 660 (seiscentos e sessenta minutos), por cada câmera.

Atenciosamente,

MARCIA MARIA SILVA CAVALCANTE
COORDENADORIA DE REGISTROS PARTIDÁRIOS, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 117634/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	MARCIA MARIA SILVA CAVALCANTE <i>Assinado eletronicamente em 10/07/2020 16:11:57</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2020
Processo TRE/CE n.º 20.023/2019**

CONTRATO N.º 35/2020

Contrato de prestação de serviço de filmagem, monitoramento e produção de material gravado nas Eleições 2020 que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e a empresa **EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS**

Pelo presente Instrumento, compareceram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, situado na Rua Jaime Benévolo, n.º 21, Centro, em Fortaleza/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.026.531/0001-30, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, representado neste ato por seu Diretor-Geral, Hugo Pereira Filho, no uso da competência atribuída pela Portaria n.º 169/2019, e a empresa EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, inscrita no CNPJ sob o n.º 31.623.900/0001-19, estabelecida na Rua Dom Manuel de Medeiros, 2218, Bairro Parquelândia, Telefone: (85) 99760-0663/98713-8256, E-mail: eehprodutora@gmail.com, CEP: 60.455-305, em Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATADA, representada pela Senhora Egivânia Vieira Franco, portadora do RG n.º 34582902000 e CPF n.º 664.830.503-72, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FILMAGEM, MONITORAMENTO E PRODUÇÃO DE MATERIAL GRAVADO NAS ELEIÇÕES 2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1 O presente Contrato fundamenta-se:

- 10.024/2019;
- a) No Pregão Eletrônico 43/2020, conforme a Lei n.º 10.520/2002 e Decreto n.º Decreto n.º 10.024/2019;
 - b) Nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente:
 - constem no processo administrativo n.º 20.023/2019;
 - não contrariem o interesse público;
 - c) Nas determinações da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações;
 - d) Nos preceitos do Direito Público;
 - e) Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 O objeto do presente Instrumento é a contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver, 2º turno, em local a ser definido, conforme as especificações do Edital do P.E. n.º 43/2020 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1. Pela contratação do serviço, objeto deste Instrumento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais), sendo o valor de R\$ 3.150,00 (três mil, cento e cinquenta reais) para os serviços do 1º turno e R\$ 3.150,00 (três mil, cento e cinquenta reais) para os serviços do 2º turno, se houver, conforme discriminado na proposta de preços.

3.2. No preço apresentado pela CONTRATADA estão incluídos todas as despesas, inclusive impostos, taxas e demais encargos necessários à prestação dos serviços.

3.3. O valor estipulado no item 3.1 é irredutível.

3.4. O pagamento referente ao 2º turno está condicionado à sua realização.

CLÁUSULA QUARTA – DATAS E HORÁRIOS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 No primeiro turno da eleição:

a) **14 de novembro de 2020:** instalação e testes dos equipamentos, a partir das 13h, com previsão de conclusão às 18h;

b) **15 de novembro de 2020:** realização das filmagens, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até as 18h, o que resulta em duração estimada para o evento de 11 (onze) horas, ou 660 (seiscentos e sessenta minutos), por cada câmera.

4.2 No segundo turno da eleição, se houver:

a) **28 de novembro de 2020:** instalação e testes dos equipamentos, a partir das 13h, com previsão de conclusão às 18h;

b) **29 de novembro de 2020:** realização das filmagens, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até as 18h, o que resulta em duração estimada para o evento de 11 (onze) horas, ou 660 (seiscentos e sessenta minutos), por cada câmera.

4.3 Prazo para entrega do material gravado: até 15 (dias) após cada turno da eleição.

4.4 Local da realização dos trabalhos: a definir, em Fortaleza/CE.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Após verificado que o serviço foi prestado de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência e neste Contrato, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, exceto para os pagamentos decorrentes de despesas até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

5.2. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seus representantes legais, em duas vias.

5.3. Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012.

5.4. O pagamento do serviço objeto deste Contrato será efetuado em parcela única, devendo o CONTRATADO discriminar na Nota Fiscal os valores relativos a cada turno das eleições.

5.5. O TRE-CE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, for observado que os serviços prestados não estão de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, aplicando-se ainda as penalidades cabíveis.

5.6. Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

5.7. A nota fiscal e/ou documento equivalente que for apresentado com erro será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 4.1, os dias que se passarem entre a data de devolução e a de reapresentação.

5.8. Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal e/ou documento equivalente para pagamento acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão conjunta expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, Receita Estadual e Municipal, a fim de comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista.

5.9. O TRE-CE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

5.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TRE-CE, entre a data referida no item 4.1 e a correspondente ao efetivo pagamento, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor a ser pago

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SEXTA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A CONTRATADA fica obrigada a:

- a) cumprir rigorosamente tudo o que dispõe o Contrato e o Termo de Referência anexo, de modo a cumprir os prazos e preços previstos na sua proposta de preços;
- b) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado;
- c) não transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia anuência do CONTRATANTE.
- d) manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo TRE-CE;
- f) não veicular publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do TRE-CE;
- g) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 O CONTRATANTE compromete-se a:

- a) efetuar o pagamento, de acordo com o preço e condições estipulados na proposta de preços da CONTRATADA;
- b) promover, através de seu representante (gestor do Contrato), o acompanhamento e a fiscalização do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;
- c) notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução do Contrato;
- d) comunicar, no ato da liquidação da despesa, através da Seção de Contabilidade, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos à Contratada, segundo o disposto no artigo 63 da Lei n.º 4.320/64;
- e) comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação do objeto licitado;
- f) rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa apresentar fora das especificações do edital e da proposta;
- g) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA CONTRATADA

8.1. À CONTRATADA caberá assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

8.2. Deverá a CONTRATADA assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do TRE-CE.

8.3. Todos os encargos de uma possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência são de responsabilidade da CONTRATADA.

8.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos elencados acima, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 A realização de todas as atividades relacionadas à contratação será acompanhada e fiscalizada pelos gestores do Contrato, servidores deste Tribunal: **Márcia Maria Silva Cavalcante**, (marciacavalcante@tre-ce.gov.br) e **Kinsley Davis Costa Souza** (kinsley@tre-ce.jus.br).

9.2 Será anotado em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos servidores designados para acompanhamento deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

10.1 O Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir o primeiro e incluir o último.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Tribunal, no Programa de Trabalho: 167.864, no Elemento de Despesa: 339039, no Subelemento: DIV SERVIC1.

11.2 Foi emitida em 26/06/2020, a Nota de Empenho do tipo GLOBAL, identificada pelo número 2020NE000477, no valor de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) visando atender as despesas decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, ressalvado o disposto no §2º do art. 87 da primeira, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

12.2. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do Contrato, por cada hora ou fração de atraso em relação aos horários de início ou término de instalação dos equipamentos, conforme previsto na Cláusula Quarta deste Contrato;
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, em caso de inexecução parcial do Contrato;
- d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do Contrato, em caso de sua inexecução total;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 5(cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002;
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

12.3 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

12.4 As sanções estabelecidas nos itens 12.2.a, 12.2.e, 12.2.f e 12.2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente àquelas previstas nos itens 12.2.c e 12.2.d, descontando-se esses valores dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA.

12.5 As situações ensejadoras de penalidades serão previamente analisadas pelo gestor do Contrato, que deverá informar detalhadamente o fato ocorrido e o(s) eventual(is) prejuízo(s) sofrido(s) pela Administração, observado o devido contraditório.

12.6 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

12.7 Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

12.8. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada a CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, independente de qualquer interpelação judicial, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Segunda (Das Penalidades).

13.2. Caberá rescisão administrativa, independentemente de qualquer processo judicial ou extrajudicial, quando:

a) constar de relatório firmado pelo servidor designado para acompanhamento e fiscalização deste Contrato a comprovação de dolo ou culpa da CONTRATADA, referente ao descumprimento das obrigações ajustadas;

b) ocorrer atraso injustificado, a juízo do CONTRATANTE, na execução do Contrato;

c) houver subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do presente Instrumento;

d) ocorrerem razões de relevante interesse e amplo conhecimento público, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE;

e) ocorrer caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impositivos da execução deste Contrato;

f) houver ausência dos pressupostos e condições exigidas na licitação;

g) ocorrer falência, dissolução e/ou liquidação da CONTRATADA;

h) for utilizado este Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

i) ocorrerem as demais hipóteses de rescisão previstas na Lei n.º 8.666/93.

13.3. Pode ocorrer rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE e esta conveniência seja devidamente justificada.

13.4. A rescisão amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.6. A rescisão judicial ocorrerá nos termos da legislação pertinente à espécie.

13.7. Os atos administrativos de rescisão contratual serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PRERROGATIVAS

14.1. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos ao presente Contrato e também os abaixo elencados:

a) modificar o Contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público;

b) extinguir o Contrato unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93;

c) aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

15.1 A aquisição ora contratada obedecerá ao estipulado neste Instrumento, bem como às disposições da Lei n.º 8.666/93, à legislação complementar e aos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem:

a) Edital do Pregão Eletrônico n.º 43/2020;

b) Proposta da CONTRATADA, com os documentos que a integram, constante no documento n.º 98.927/2020 do Processo n.º 20.023/2019;

c) Termo de Referência em anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E, como prova de haverem ajustado e contratado entre si, depois de lido e achado conforme, é celebrado o presente Contrato pelas partes, dele sendo extraídas 2 (duas) cópias de igual teor e forma, necessárias para a sua publicação e execução.

Fortaleza/CE, de

de 2020.

Hugo Pereira Filho
DIRETOR-GERAL DO TRE/CE
CONTRATANTE

Egivanía Vieira Franco
EGIVANIA VIERIA FRANCO FOTOGRAFIAS
CONTRATADA

ANEXO I DO CONTRATO Nº 35/2020 – TRE/CE

TERMO DE REFERÊNCIA

(Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico nº 43/2020 - TRE/CE)

I Do Objeto

Contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 4 de Outubro de 2020, 1º turno, e, se houver 2º turno, no dia 25 de Outubro de 2020, em local a ser definido.

CATSER: 3778

II Da Finalidade

Objetiva-se com a contratação:

- a) atendimento ao estabelecido na Resolução TSE nº 23.603/2019;
- b) produção de registro material para que, em caso de divergência entre os resultados finais da urna e o da contagem feita em paralelo, possam ser localizados e identificados os erros humanos causadores da divergência;
- c) comprovação material, a qualquer tempo, das totalizações obtidas e dos procedimentos realizados, no caso de consultas ou questionamentos posteriores.

III Da Justificativa

A contratação de empresa especializada se justifica em razão do TRE/CE não dispor de equipamentos e pessoal capacitado para os serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado.

Quanto à necessidade de realização das filmagens:

A Votação Paralela é procedimento que ocorre para fins de verificação do funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, conforme disposto na Resolução TSE nº 23.603/2019.

A filmagem é parte obrigatória do processo de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, conforme disposto na norma supracitada, sendo a forma de se averiguar e comprovar a lisura dos procedimentos realizados, bem como constatar erros humanos que porventura venham a ocorrer.

IV Da Especificação da Filmagem

4.1. A filmagem deverá abranger todas as etapas da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, incluindo:

- a) abertura dos trabalhos;
- b) rotinas de votação;
- c) encerramento dos trabalhos.

4.2. Devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- a) utilização de 4 (quatro) câmeras digitais profissionais, de alta definição, sendo 1 (uma) para cada urna eletrônica submetida à auditoria;
- b) as câmeras junto às urnas eletrônicas deverão ter monitores individuais de, no mínimo, 32" com os respectivos suportes de chão, reproduzindo a imagem filmada;
- c) captação de áudio através de microfone tipo *headset*, sendo necessário 1 (um) microfone para cada uma das câmeras focadas nas urnas eletrônicas, totalizando 4 (quatro) microfones;
- d) gravação de áudio e vídeo para cada uma das câmeras, em 4 (quatro) vias independentes e simultâneas, mais 4 (quatro) vias para efeito de *backup* com possibilidade de recuperação dos dados imediatamente após o final dos trabalhos de gravação;
- e) será imprescindível o registro da data/hora das filmagens de cada câmera;
- f) deverá haver monitoramento simultâneo de todas as câmeras em televisor de 32", no mínimo, com uso de multiplexador e gravação desse sinal; desde que haja condições técnicas, poderá ser utilizado projetor multimídia, com projeção em tela de, no mínimo, 1,5m x 1,5m, em substituição ao televisor exigido neste item;
- g) o período de gravação deverá ser o da duração do processo de votação paralela com garantia de continuidade, sem interrupções nem omissão de qualquer momento do período;

- h) gravação em formato digital, entrega do material gravado em arquivos digitais, em um dos seguintes padrões: Windows Media Video (WMV), Audio Video Interleave (AVI), Moving Picture Experts Group (MPEG), OGG Media File (OGG) ou Apple Quicktime (MOV); e podendo a mídia ser: DVD, pendrives ou unidade de disco rígido externa compatível com o padrão USB.
- i) o posicionamento das câmeras, dos monitores e dos equipamentos de gravação deverá obedecer as determinações do contratante.

4.3. Datas e horários de realização dos trabalhos:

a) No primeiro turno da eleição:

- **03 de outubro de 2020** – instalação e testes dos equipamentos, a partir das 13h, com previsão de conclusão às 18h;
- **04 de outubro de 2020** – realização das filmagens, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até as 18h, o que resulta em duração estimada para o evento de 11 (onze) horas, ou 660 (seiscentos e sessenta minutos), por cada câmera.

b) No segundo turno da eleição, se houver:

- **24 de outubro de 2020** – instalação e testes dos equipamentos, a partir das 13h, com previsão de conclusão às 18h;
- **25 de outubro de 2020** – realização das filmagens, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até as 18h, o que resulta em duração estimada para o evento de 11 (onze) horas, ou 660 (seiscentos e sessenta minutos), por cada câmera.

4.4 Prazo para entrega do material gravado: até 15 (dias) após cada turno da eleição.

4.5 Local da realização dos trabalhos: a definir, em Fortaleza/CE.

V Do Critério de Julgamento

Será considerada vencedora a empresa que apresentar proposta com menor preço global, devendo ser discriminado o valor correspondente a cada turno da eleição, já incluídos todos os itens especificados.

VI Das Obrigações da Contratante

Para o fiel cumprimento deste Contrato, a Contratante compromete-se a cumprir as seguintes obrigações e responsabilidades:

- 6.1 Nomear Gestor e Suplente para acompanhar o contrato de acordo com o previsto no art. 67 da Lei n.º 8.666/93, *in verbis*: “Art. 67 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.”
- 6.2 Estabelecer, antes do início da prestação do serviço, em data a ser agendada pelo Gestor do Contrato, reunião da qual participarão o próprio Gestor do Contrato e seu Suplente e o representante da Contratada com o preposto indicado pela empresa para acompanhar o Contrato, para tratarem das peculiaridades do serviço com base nos registros de ocorrências dos contratos anteriores, no que diz respeito a: formas de comunicação entre as partes, horário de funcionamento das unidades jurisdicionais desta Justiça Eleitoral, entre outros;
- 6.3 Informar, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, local, data e horário da realização dos eventos;
- 6.4 Comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação do objeto licitado;
- 6.5 Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos que a empresa apresentar fora das especificações do edital e da proposta;
- 6.6 Efetuar o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas no item .

VII Das Obrigações da Contratada

7.1 São obrigações da contratada:

- a) dispor, nas datas previstas e solicitadas pela contratante, os equipamentos em perfeitas condições de uso e adotar todas as providências necessárias visando a garantir os equipamentos e serviços decorrentes;
- b) manter, no próprio local das atividades, equipamentos de reserva, em plenas condições de uso, para substituição e retomada imediata dos trabalhos no caso de falha em algum dos equipamentos;
- c) nomear Preposto, desde o início do Contrato, de acordo com o art. 68 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*: “Art. 68 O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do Contrato.”;
- d) nomear um de seus dirigentes ou representante legal, além do Preposto, para tratar de todos os assuntos e/ou dificuldades referentes à execução do Contrato, inclusive informando os números dos telefones de trabalho, da residência e um celular, que deverá estar ativo e habilitado durante toda a vigência do Contrato, bem como um número de fax e o(s) e-mail(s) para o envio de comunicações;
- e) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado;
- f) é vedada a subcontratação do presente objeto, não sendo permitido à contratada transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da contratante.
- g) conduzir os trabalhos de filmagem, monitoramento e produção de material gravado, entre outras providências necessárias;
- h) para cada turno da eleição, fornecer 2 (duas) cópias de todo o conteúdo filmado nas 4 (quatro) câmeras e do sinal multiplexado, em DVD ou pendrives ou unidade de disco rígido externa compatível com o padrão USB, acondicionadas em embalagem própria (caixa plástica rígida), devidamente identificadas, que deverão ser entregues até 15 (quinze) dias após a respectiva gravação;
- i) instalar todo o material necessário e disponibilizar equipe técnica, na véspera do dia da eleição, no primeiro turno e, se houver, também no segundo turno de votação, para realização de testes completos, conforme orientação da Administração do TRE/CE;
- j) manter instalado todo o material necessário desde a véspera do dia da eleição até o término dos trabalhos de filmagem, conforme programação prevista no item .
- k) fornecer todo o material (câmeras, mídias, microfones, televisores, suportes para os televisores, entre outros) a ser utilizado nos trabalhos de filmagem, monitoramento e produção;
- l) providenciar os equipamentos ou acessórios (e.g. gerador, *no-break*, baterias) de modo a garantir a continuidade das filmagens por pelo menos 20 (vinte) minutos, mesmo com a falta de energia elétrica externa;
- m) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;
- n) apresentar os dados para pagamento: razão social, CNPJ e dados da conta corrente – número, agência bancária e banco – onde deseja receber seus créditos; a conta corrente deverá estar em nome da empresa contratada;
- o) manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VIII Do Pagamento

- 8.1 Após verificado que o serviço se encontra de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, conforme as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo de até 30(trinta) dias, contados da data do adimplemento de cada parcela, exceto os pagamentos decorrentes de despesas de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), que serão efetuados no prazo de até 5(cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.
- 8.2 O pagamento do serviço objeto deste Termo de Referência será efetuado em parcela única, devendo o CONTRATADO discriminar na Nota Fiscal os valores relativos a cada turno da eleição.
- 8.3 As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 6.º, da Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.
- 8.4 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012.

IX Das Penalidades

- 9.1 A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto nº 10.024/2019 a serem aplicadas pela autoridade

competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

9.2 O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, por cada hora ou fração de atraso em relação aos horários de início ou término de instalação dos equipamentos, conforme previsto no item 4.3;
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, em caso de inexecução parcial do contrato;
- d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, em caso de inexecução total do contrato;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 49 do Decreto nº 10.024/2019;
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

9.3 Se o motivo do descumprimento ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

9.4 As sanções estabelecidas nos itens 9.2.a, 9.2.e, 9.2.f e 9.2.g, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquelas previstas nos itens 9.2.c e 9.2.d, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.5 Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

9.6 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

9.7 Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada a CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

X DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO do Contrato

10.1 A realização de todas as atividades relacionadas à contratação será acompanhada e fiscalizada pelos gestores do contrato, servidores deste Tribunal: **Márcia Maria Silva Cavalcante**, (marciacavalcante@tre-ce.gov.br) e **Kinsley Davis Costa Souza** (kinsley@tre-ce.jus.br).

10.2 Será anotado em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos servidores designados para acompanhamento deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

XI Da Vigência do Contrato

O Contrato terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2020, com termo inicial a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início em dia de expediente.

Márcia Maria Silva Cavalcante
Coordenadora da COPAD

Kinsley Davis Costa Souza
Técnico Judiciário

DE ACORDO.

Orleanes Cavalcanti
Secretária Judiciária

SUBANEXO I – PLANILHA DE CUSTOS

Especificação do Item		
Descrição do Item	Filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, por cada turno das Eleições 2020.	
Custo por cada turno das Eleições 2020 (em R\$)		
Custo global para os dois turnos das Eleições (em R\$)	Custo por cada turno das Eleições 2020	x2=

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2020 - TRE/CE
ANEXO IV – PREÇOS DE REFERÊNCIA


ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Global da Proposta
Filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, por cada turno das Eleições 2020.	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 16.000,00



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 118346/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ROBERTA MARTINS DE CASTRO <i>Assinado eletronicamente em 14/07/2020 13:55:00</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 14/07/2020 16:59:14</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 13 de Julho de 2020.

À

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informamos que na minuta do Contrato foi incluída cláusula com as novas datas da eleição. À ASDIR para análise e assinatura do Contrato 35/2020.

ANNE EMILY CINTRA MARQUES
SEÇÃO DE CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 118351/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANNE EMILY CINTRA MARQUES <i>Assinado eletronicamente em 13/07/2020 15:45:45</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 13 de Julho de 2020.

À

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL



Para análise e assinatura do contrato.

GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 118388/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS <i>Assinado eletronicamente em 13/07/2020 16:10:33</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL

Processo PAD n.º 20.023/2019



INFORMAÇÃO

Termo(s) do contrato contido(s) no(s) documento(s) n.º 118.346/2020, previamente examinado(s) e aprovado(s) pela Assessoria Jurídica da Administração, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.

Roberta Martins de Castro [assinatura no sistema]

Assessora-Chefe/ASDIR/DIGER

Mat.77.056/ASDIR/DIGER



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 119039/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ROBERTA MARTINS DE CASTRO <i>Assinado eletronicamente em 14/07/2020 13:59:52</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL



Processo PAD n.º 20.023/2019

DESPACHO

R. h.

Termo visado pela ASDIR no doc. 119.039/2020. Assinado o Contrato nº 35/2020 (docs. 118.346/2020).

À COLIC, para as devidas providências.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.


DIRETOR-GERAL
[assinatura no sistema]



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 119255/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p>HUGO PEREIRA FILHO <i>Assinado eletronicamente em 14/07/2020 16:54:23</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

DIRETORIA GERAL**Atos do Diretor Geral****Avisos****AVISO DE LICITACAO**

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ torna pública a realização do Pregão Eletrônico n.º 60/2020. Objeto: SRP para eventual aquisição de cadeiras de rodas, conforme as especificações do edital e seus anexos. Edital disponível a partir do dia 16/07/2020. Entrega das propostas a partir de 16/07/2020. Abertura das propostas: 03/08/2020, às 14:00h, horário de Brasília. Local: sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br. Fortaleza, 15/07/2020.

Atos Diversos**EXTRATO DE CONTRATO**

Processo PAD n.º 20.023/2019. Espécie: Contrato n.º 35/2020. Partes: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ e EGIVÂNIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS. Objeto: é a contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver, 2º turno, em local a ser definido, conforme as especificações do Edital do P.E. n.º 43/2020 e seus anexos. Fundamento Legal: no Pregão Eletrônico 43/2020, conforme a Lei n.º 10.520/2002 e Decreto n.º 10.024/2019; nas determinações da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente: constem no processo administrativo n.º 20.023/2019; não contrariem o interesse público. Assinam: pelo TRE/CE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE, e pela contratada, Egivânia Vieira Franco. Data: 14/07/2020.

HUGO PEREIRA FILHO
DIRETOR-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO**TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo ao Contrato N.º 34/2020 celebrado com a empresa REFORMAR ELEVADORES LTDA. objeto: Este termo aditivo visa retificar o prazo de vigência do Contrato n.º 34/2020, que passa a ter a seguinte redação: Este Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir do dia 17/09/2020 no caso do objeto previsto no ITEM 1 e, a partir do dia 15/09/2020, no caso dos objetos previstos nos ITENS 2 e 3, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57 da lei 8.666/93. Na prorrogação, deverá ser previamente justificada a vantagem para o Tribunal. Fundamento: no art. 60 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e na autorização do Diretor-Geral no PAD n.º 8.600/2020. Assinam: pelo TRE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE, e pela contratada, Wagner Alves dos Santos. DATA: 14/07/2020

HUGO PEREIRA FILHO
DIRETOR-GERAL

EXTRATO DE APOSTILAMENTO**TERMO DE APOSTILAMENTO**

6º Termo de apostilamento ao Contrato N.º 325/2018 celebrado com a empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. Objeto: Este termo visa a fim de retificar os itens 2.1 e 2.2 do Quarto Termo Aditivo ao Contrato. 1.1 Os itens 2.1 e 2.2 do Quarto Termo Aditivo ao Contrato n.º 325/2018 passam a ter as seguintes redações: 2.1 Este termo aditivo visa a suspender a execução dos serviços de 4 (quatro) postos de eletricitistas, 1 (um) posto de técnico em eletrônica, 2 (dois) postos de técnico em refrigeração, 1 (um) posto de marceneiro, 2 (dois) postos de pintor e 1(um) posto de pedreiro por 30 (trinta) dias, a partir de 12/06/2020. 2.2 A suspensão acarretará em uma supressão contratual no valor de R\$ 31.792,42(trinta e um mil, setecentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos), equivalente a 4,50% do valor atualizado do contrato. Fundamento: consoante a Lei n.º 8.666/93 e na autorização do Diretor-Geral, contida no PAD n.º 12.994/2020. Assina: pelo TRE/CE, Hugo Pereira Filho. Data:14/07/2020.

HUGO PEREIRA FILHO
DIRETOR-GERAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

Inexigibilidade. Objeto: Contratação de 5 vagas no Curso On line “Avaliação de Resultado de Treinamento” para servidores deste Tribunal. Contratado: C R BASSO CONSULTORIA E TREINAMENTO S/S LTDA, CNPJ: 05596488/0001-85. Valor: R\$ 6.500,00. Fundamento: art. 25, II, C/C o art. 13, VI da Lei n.º 8.666/93 e Processo PAD n.º 14.100/2020. Assinam: pelo TRE/CE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE. Data: 14/07/2020.

HUGO PEREIRA FILHO
DIRETOR-GERAL

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 16/07/2020 14:51:18
Por: VIVIAN GONCALVES BEZERRA



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 120510/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 16/07/2020 14:51:18</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
SECRETARIA DO TRIBUNAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: 7478/2020 - PAD/TRE/AM. Espécie: Termo de Contrato n. 07/2020. Objeto: aquisição de bobinas de papel de 80m para as impressoras das urnas eletrônicas. Modalidade de Licitação TSE: Pregão n. 08/2020 e seus anexos. CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS. CONTRATADA: SILFER COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO DE ARTEFATOS DE PAPEIS EIRELI. CNPJ: 61.054.383/0001-75. Fundamentação Legal: Lei n. 8.666/1993 e Lei 10520/2002 e Procedimento Administrativo SEI/TSE n. 2019.000005508-4. Dotação Orçamentária: Natureza de Despesa 33.90.30.17 Programa de Trabalho 02.061.0570.4269.0001. Prazo de Vigência: 12 (doze) meses a contar da data de publicação no Diário Oficial da União. Valor estimado global de R\$ 29.854,44 (vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos). Data da Assinatura: 13/07/2020. Assinam: Desembargador. ARISTÓTELES LIMA THURY, pelo Contratante, e a Sra. BERNARDETE SANTANA FERREIRA, pela Contratada.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 34/2020, firmado entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e a Empresa M S COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA - ME. OBJETO: prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de microfilmagem e digitalização. VALOR TOTAL: R\$ 41.600,00. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e Pregão nº 29/2020. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Elemento 3.3.3.90.39.17; Ação 02.122.0033.20GP.0029. Processo SEI: 0048648-25-2020.6.05.8000. VIGÊNCIA: 12 meses contados da data da sua assinatura. ASSINATURA: 14/07/2020. SIGNATÁRIOS: Raimundo de Campos Vieira pelo TRE-BA e o Sr. Luiz Gustavo Santos Pereira, pela Contratada.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 60/2020, assinada entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e a Empresa GRAFICPAPER COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME para eventual aquisição de Capas para Processo, Envelopes, Bloco de Anotações Timbrado e Etiquetas. FUNDAMENTO LEGAL: Leis nº 8.666/93 e n.º 10.520/2002; Decretos n.º 10.024/2019 e 7.892/2013; Resolução Administrativa TRE-BA nº 10/2007, PROCESSO: SEI N° 49363-04.2019.6.05.8000. VIGÊNCIA: 12 meses, contados da data da sua publicação na Imprensa Oficial. ASSINATURA: 13/07/2020. SIGNATÁRIOS: Raimundo de Campos Vieira, pelo TRE-BA, e o Sr. José Afonso de Souza Vasconcelos, pelo fornecedor.

Item	Especificação	Qtd. Total Estimada	Preço Unitário
15.	ETIQUETA AUTO ADESIVA FLUORESCENTE AMARELO Marca/Fabricante: Link Etiquetas	150	R\$ 12,32
16.	ETIQUETA AUTO ADESIVA FLUORESCENTE VERDE Marca/Fabricante: Link Etiquetas	150	R\$ 10,40
17.	ETIQUETA AUTO ADESIVA FLUORESCENTE LARANJA Marca/Fabricante: Link Etiquetas	150	R\$ 10,40
18.	ETIQUETA AUTO ADESIVA FLUORESCENTE MAGENTA Marca/Fabricante: Link Etiquetas	150	R\$ 11,97
19.	ETIQUETA AUTO ADESIVA BRANCA Marca/Fabricante: Link Etiquetas	150	R\$ 12,27

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 100/2020, assinada entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e a Empresa V.T.A. MACHADO DE ARRUDA EIRELI-EPP para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha, limpeza e higienização. FUNDAMENTO LEGAL: Leis nº 8.666/93 e n.º 10.520/2002; Decretos n.º 10.024/2019 e 7.892/2013; Resolução Administrativa TRE-BA nº 10/2007. PROCESSO: SEI nº 052085-11.2019.6.05.8000. VIGÊNCIA: 12 meses, contados da data da assinatura. ASSINATURA: 15/07/2020. SIGNATÁRIOS: Raimundo de Campos Vieira, pelo TRE-BA, e a Sra. Vanessa Teixeira Albuquerque Machado de Arruda, pelo Fornecedor.

Item	Especificação	Qtd. Total Estimada	Preço Unitário
2.	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL - PARA CAFÉ - 50 ml Pacote com 100 unidades Marca/Versão: Ultra/50 ml	10.000	R\$ 1,23

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Aditivo ao Contrato n.º 49/2018, firmado entre o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e a Empresa COMPLEMENTO CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA. OBJETO: Prorrogação. FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93. Processo SEI: 56910-66.2017. ASSINATURA: 15/07/2020. SIGNATÁRIOS: Raimundo de Campos Vieira, pelo TRE/BA e o Sr. Ronaldo Richieri, pela Contratada.

AVISO DE PENALIDADE

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia torna público que aplicou à empresa QUEIROZ PIMENTEL SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 02.335.428/0001-10, com base na Lei nº 8.666/1993, e no item 22, alínea "g" do Projeto Básico, anexo ao Contrato n.º 126/2018, a penalidade de multa no valor de R\$ 652,42 (seiscentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos), tornando-se definitiva parte da retenção cautelar efetivada, devendo ser restituída à empresa o valor de R\$ 217,48 (duzentos e dezessete reais e quarenta e oito centavos) retido à maior, devidamente corrigido. PROCESSO SEI nº 0052148-36.2019.6.05.8000. Autos com vista franqueada aos interessados.

Salvador, 15 de julho de 2020.
DES JATAHY JÚNIOR
Presidente

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2020 - UASG 70007

Nº Processo: 3344/2020. Objeto: Eventual aquisição de cadeira de rodas, conforme as especificações do edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 16/07/2020 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Rua Jaime Benevolo 21 - Centro, Centro - Fortaleza/CE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70007-5-00060-2020. Entrega das Propostas: a partir de 16/07/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 03/08/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

MARIA DE FATIMA DE SOUZA RIBEIRO
Pregoeira

(SIASGnet - 14/07/2020) 70007-00001-2020NE000001

DIRETORIA-GERAL

TERMO DE APOSTILAMENTO

6º Termo de apostilamento ao Contrato N.º 325/2018 celebrado com a empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. Objeto: Este termo visa a fim de retificar os itens 2.1 e 2.2 do Quarto Termo Aditivo ao Contrato.1.1 Os itens 2.1 e 2.2 do Quarto Termo Aditivo ao Contrato n.º 325/2018 passam a ter as seguintes redações: 2.1 Este termo aditivo visa a suspender a execução dos serviços de 4 (quatro) postos de eletricitas, 1 (um) posto de técnico em eletrônica, 2 (dois) postos de técnico em refrigeração, 1 (um) posto de marceneiro, 2 (dois) postos de pintor e 1(um) posto de pedreiro por 30 (trinta) dias, a partir de 12/06/2020. 2.2 A suspensão acarretará em uma supressão contratual no valor de R\$ 31.792,42(trinta e um mil, setecentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos), equivalente a 4,50% do valor atualizado do contrato. Fundamento: consoante a Lei n.º 8.666/93 e na autorização do Diretor-Geral, contida no PAD n.º 12.994/2020. Assina: pelo TRE/CE, Hugo Pereira Filho. Data:14/07/2020.

EXTRATO DE CONTRATO

Processo PAD n.º 20.023/2019. Espécie: Contrato n.º 35/2020. Partes: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ e EGIVÂNIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS. Objeto: é a contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver, 2º turno, em local a ser definido, conforme as especificações do Edital do P.E. n º43/2020 e seus anexos. Fundamento Legal: no Pregão Eletrônico 43/2020, conforme a Lei n.º 10.520/2002 e Decreto n.º Decreto n.º10.024/2019; nas determinações da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente: constem no processo administrativo n.º 20.023/2019; não contrariem o interesse público. Assinam: pelo TRE/CE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE, e pela contratada, Egivânia Vieira Franco. Data: 14/07/2020.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade. Objeto: Contratação de 5 vagas no Curso On line "Avaliação de Resultado de Treinamento" para servidores deste Tribunal. Contratado: C R BASSO CONSULTORIA E TREINAMENTO S/S LTDA, CNPJ: 05596488/0001-85. Valor: R\$ 6.500,00. Fundamento: art. 25, II, C/C o art. 13, VI da Lei n.º 8.666/93 e Processo PAD n.º 14.192/2020. Ratificado por: Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE. Data: 14/07/2020.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato N.º 34/2020 celebrado com a empresa REFORMAR ELEVADORES LTDA. objeto: Este termo aditivo visa retificar o prazo de vigência do Contrato nº 34/2020, que passa a ter a seguinte redação: Este Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir do dia 17/09/2020 no caso do objeto previsto no ITEM 1 e, a partir do dia 15/09/2020, no caso dos objetos previstos nos ITENS 2 e 3, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57 da lei 8.666/93. Na prorrogação, deverá ser previamente justificada a vantagem para o Tribunal. Fundamento: no art. 6º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e na autorização do Diretor-Geral no PAD n.º 8.600/2020. Assinam: pelo TRE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE, e pela contratada, Wagner Alves dos Santos. DATA: 14/07/2020

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Contratada: FRIOSMIL REFRIGERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA. CNPJ nº 39.343.199/0001-96. Objeto: Fornecimento e instalação de aparelhos de ar-condicionado SPLIT com garantia e assistência técnica on site por 01 ano. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico. Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP.0032. Natureza da Despesa: 449052. Nota de Empenho: 2020NE800045 de 02/07/2020. Valor total do contrato: R\$ 2.400,00. Prazo de Vigência: 12 meses partir da data da assinatura. Data da Assinatura: 15/07/2020. Processo SEI Nº 00000540-78.2020.6.08.8000.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de locação de imóvel não residencial que abriga o Posto de Atendimento Permanente da 36ª ZE-Mantenopolis/ES . LOCATARIO: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. LOCADORES: Sra. Flavia Rodrigues da Silva Catalunha e Sr. Bruno Rodrigues da Silva, CPF: 099.670.577-50 e 121.244.937-10 respectivamente. Resumo do Objeto: Alteração do preâmbulo do contrato, para constar como locadores os herdeiros do Sr. Ilton Ferreira Rodrigues de Souza e o registro do recebimento integral dos valores da locação do imóvel pela locadora Flavia Rodrigues da Silva Catalunha. Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93 e Lei 8.245/91. Data da Assinatura: 09/07/2020. Processo: 070.86-2016.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Nono Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, em aparelhos de ar condicionado do tipo split e ACJ em Cartórios Eleitorais e instalação de aparelhos. Contratante: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Contratado: DUFRIL SERVICO E COMERCIO LTDA EPP. CNPJ: 36.411.585/0001-80. Resumo do Objeto: Prorrogação da vigência. Novo Prazo de Vigência: 01/08/2020 a 31/07/2021. Fundamentação Legal: art. 57, II da Lei nº 8.666/93. Data da Assinatura: 10/07/2020. Processo: 010-74.2020.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Procedimento Administrativo Digital nº 6802/2020. Objeto: Acesso à Biblioteca Digital Fórum de Livros - 7ª série, Biblioteca Digital Fórum Del Rey de Livros - 4ª série e Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público, por período de 12 meses. Contratada: Editora Fórum Ltda (CNPJ: 41.769.803/0001-92). Fundamento legal: art. 25, inciso I, Lei 8666/93. Valor total: R\$ 45.379,00. Ratificação da inexigibilidade de licitação: em 09/07/2020 pelo Sr. Wilson Gamboge Júnior, Diretor-Geral do TRE/GO.





Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 120512/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 16/07/2020 14:52:37</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 16 de Julho de 2020.



À
SEÇÃO DE CONTRATOS

Para providenciar assinatura do Contrato e demais procedimentos.

VIVIAN GONCALVES BEZERRA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 120516/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	VIVIAN GONCALVES BEZERRA <i>Assinado eletronicamente em 16/07/2020 14:53:52</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2020
Processo TRE/CE n.º 20.023/2019**

CONTRATO N.º 35/2020

Contrato de prestação de serviço de filmagem, monitoramento e produção de material gravado nas Eleições 2020 que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e a empresa **EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS**

Pelo presente Instrumento, compareceram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, situado na Rua Jaime Benévolo, n.º 21, Centro, em Fortaleza/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.026.531/0001-30, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, representado neste ato por seu Diretor-Geral, Hugo Pereira Filho, no uso da competência atribuída pela Portaria n.º 169/2019, e a empresa EGIVANIA VIEIRA FRANCO FOTOGRAFIAS, inscrita no CNPJ sob o n.º 31.623.900/0001-19, estabelecida na Rua Dom Manuel de Medeiros, 2218, Bairro Parquelândia, Telefone: (85) 99760-0663/98713-8256, E-mail: eehprodutora@gmail.com, CEP: 60.455-305, em Fortaleza/CE, doravante denominada CONTRATADA, representada pela Senhora Egivânia Vieira Franco, portadora do RG n.º 34582902000 e CPF n.º 664.830.503-72, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FILMAGEM, MONITORAMENTO E PRODUÇÃO DE MATERIAL GRAVADO NAS ELEIÇÕES 2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1 O presente Contrato fundamenta-se:

- 10.024/2019;
- a) No Pregão Eletrônico 43/2020, conforme a Lei n.º 10.520/2002 e Decreto n.º Decreto n.º 10.024/2019;
 - b) Nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente:
 - constem no processo administrativo n.º 20.023/2019;
 - não contrariem o interesse público;
 - c) Nas determinações da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações;
 - d) Nos preceitos do Direito Público;
 - e) Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 O objeto do presente Instrumento é a contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 1º turno, e, se houver, 2º turno, em local a ser definido, conforme as especificações do Edital do P.E. nº 43/2020 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1. Pela contratação do serviço, objeto deste Instrumento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais), sendo o valor de R\$ 3.150,00 (três mil, cento e cinquenta reais) para os serviços do 1º turno e R\$ 3.150,00 (três mil, cento e cinquenta reais) para os serviços do 2º turno, se houver, conforme discriminado na proposta de preços.

3.2. No preço apresentado pela CONTRATADA estão incluídos todas as despesas, inclusive impostos, taxas e demais encargos necessários à prestação dos serviços.

3.3. O valor estipulado no item 3.1 é irredutível.

3.4. O pagamento referente ao 2º turno está condicionado à sua realização.

CLÁUSULA QUARTA – DATAS E HORÁRIOS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 No primeiro turno da eleição:

a) **14 de novembro de 2020:** instalação e testes dos equipamentos, a partir das 13h, com previsão de conclusão às 18h;

b) **15 de novembro de 2020:** realização das filmagens, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até as 18h, o que resulta em duração estimada para o evento de 11 (onze) horas, ou 660 (seiscentos e sessenta minutos), por cada câmera.

4.2 No segundo turno da eleição, se houver:

a) **28 de novembro de 2020:** instalação e testes dos equipamentos, a partir das 13h, com previsão de conclusão às 18h;

b) **29 de novembro de 2020:** realização das filmagens, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até as 18h, o que resulta em duração estimada para o evento de 11 (onze) horas, ou 660 (seiscentos e sessenta minutos), por cada câmera.

4.3 Prazo para entrega do material gravado: até 15 (dias) após cada turno da eleição.

4.4 Local da realização dos trabalhos: a definir, em Fortaleza/CE.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Após verificado que o serviço foi prestado de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência e neste Contrato, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, exceto para os pagamentos decorrentes de despesas até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

5.2. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seus representantes legais, em duas vias.

5.3. Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012.

5.4. O pagamento do serviço objeto deste Contrato será efetuado em parcela única, devendo o CONTRATADO discriminar na Nota Fiscal os valores relativos a cada turno das eleições.

5.5. O TRE-CE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, for observado que os serviços prestados não estão de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, aplicando-se ainda as penalidades cabíveis.

5.6. Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

5.7. A nota fiscal e/ou documento equivalente que for apresentado com erro será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 4.1, os dias que se passarem entre a data de devolução e a de reapresentação.

5.8. Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal e/ou documento equivalente para pagamento acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão conjunta expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, Receita Estadual e Municipal, a fim de comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista.

5.9. O TRE-CE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

5.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TRE-CE, entre a data referida no item 4.1 e a correspondente ao efetivo pagamento, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor a ser pago

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SEXTA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A CONTRATADA fica obrigada a:

- a) cumprir rigorosamente tudo o que dispõe o Contrato e o Termo de Referência anexo, de modo a cumprir os prazos e preços previstos na sua proposta de preços;
- b) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado;
- c) não transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia anuência do CONTRATANTE.
- d) manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo TRE-CE;
- f) não veicular publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do TRE-CE;
- g) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 O CONTRATANTE compromete-se a:

- a) efetuar o pagamento, de acordo com o preço e condições estipulados na proposta de preços da CONTRATADA;
- b) promover, através de seu representante (gestor do Contrato), o acompanhamento e a fiscalização do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;
- c) notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução do Contrato;
- d) comunicar, no ato da liquidação da despesa, através da Seção de Contabilidade, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos à Contratada, segundo o disposto no artigo 63 da Lei n.º 4.320/64;
- e) comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação do objeto licitado;
- f) rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa apresentar fora das especificações do edital e da proposta;
- g) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA CONTRATADA

8.1. À CONTRATADA caberá assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

8.2. Deverá a CONTRATADA assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do TRE-CE.

8.3. Todos os encargos de uma possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência são de responsabilidade da CONTRATADA.

8.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos elencados acima, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 A realização de todas as atividades relacionadas à contratação será acompanhada e fiscalizada pelos gestores do Contrato, servidores deste Tribunal: **Márcia Maria Silva Cavalcante**, (marciacavalcante@tre-ce.gov.br) e **Kinsley Davis Costa Souza** (kinsley@tre-ce.jus.br).

9.2 Será anotado em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos servidores designados para acompanhamento deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

10.1 O Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir o primeiro e incluir o último.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Tribunal, no Programa de Trabalho: 167.864, no Elemento de Despesa: 339039, no Subelemento: DIV SERVIC1.

11.2 Foi emitida em 26/06/2020, a Nota de Empenho do tipo GLOBAL, identificada pelo número 2020NE000477, no valor de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) visando atender as despesas decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, ressalvado o disposto no §2º do art. 87 da primeira, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

12.2. Pela inadimplência total ou parcial do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do Contrato, por cada hora ou fração de atraso em relação aos horários de início ou término de instalação dos equipamentos, conforme previsto na Cláusula Quarta deste Contrato;
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, em caso de inexecução parcial do Contrato;
- d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do Contrato, em caso de sua inexecução total;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 5(cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002;
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

12.3 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

12.4 As sanções estabelecidas nos itens 12.2.a, 12.2.e, 12.2.f e 12.2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente àquelas previstas nos itens 12.2.c e 12.2.d, descontando-se esses valores dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA.

12.5 As situações ensejadoras de penalidades serão previamente analisadas pelo gestor do Contrato, que deverá informar detalhadamente o fato ocorrido e o(s) eventual(is) prejuízo(s) sofrido(s) pela Administração, observado o devido contraditório.

12.6 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

12.7 Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

12.8. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada a CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, independente de qualquer interpelação judicial, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Segunda (Das Penalidades).

13.2. Caberá rescisão administrativa, independentemente de qualquer processo judicial ou extrajudicial, quando:

a) constar de relatório firmado pelo servidor designado para acompanhamento e fiscalização deste Contrato a comprovação de dolo ou culpa da CONTRATADA, referente ao descumprimento das obrigações ajustadas;

b) ocorrer atraso injustificado, a juízo do CONTRATANTE, na execução do Contrato;

c) houver subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do presente Instrumento;

d) ocorrerem razões de relevante interesse e amplo conhecimento público, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE;

e) ocorrer caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impositivos da execução deste Contrato;

f) houver ausência dos pressupostos e condições exigidas na licitação;

g) ocorrer falência, dissolução e/ou liquidação da CONTRATADA;

h) for utilizado este Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

i) ocorrerem as demais hipóteses de rescisão previstas na Lei n.º 8.666/93.

13.3. Pode ocorrer rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE e esta conveniência seja devidamente justificada.

13.4. A rescisão amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.6. A rescisão judicial ocorrerá nos termos da legislação pertinente à espécie.

13.7. Os atos administrativos de rescisão contratual serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, no Diário de Justiça Eletrônico do TRE/CE e cadastrados no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PRERROGATIVAS

14.1. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos ao presente Contrato e também os abaixo elencados:

a) modificar o Contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público;

b) extinguir o Contrato unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93;

c) aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

15.1 A aquisição ora contratada obedecerá ao estipulado neste Instrumento, bem como às disposições da Lei n.º 8.666/93, à legislação complementar e aos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem:

a) Edital do Pregão Eletrônico n.º 43/2020;

b) Proposta da CONTRATADA, com os documentos que a integram, constante no documento n.º 98.927/2020 do Processo n.º 20.023/2019;

c) Termo de Referência em anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E, como prova de haverem ajustado e contratado entre si, depois de lido e achado conforme, é celebrado o presente Contrato pelas partes, dele sendo extraídas 2 (duas) cópias de igual teor e forma, necessárias para a sua publicação e execução.

Fortaleza/CE, de

de 2020.

Hugo Pereira Filho
DIRETOR-GERAL DO TRE/CE
CONTRATANTE

Egivania Vieira Franco
EGIVANIA VIERIA FRANCO FOTOGRAFIAS
CONTRATADA

ANEXO I DO CONTRATO Nº 35/2020 – TRE/CE

TERMO DE REFERÊNCIA

(Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico nº 43/2020 - TRE/CE)

I Do Objeto

Contratação de empresa especializada para filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, a serem realizados no dia da eleição, 4 de Outubro de 2020, 1º turno, e, se houver 2º turno, no dia 25 de Outubro de 2020, em local a ser definido.

CATSER: 3778

II Da Finalidade

Objetiva-se com a contratação:

- a) atendimento ao estabelecido na Resolução TSE nº 23.603/2019;
- b) produção de registro material para que, em caso de divergência entre os resultados finais da urna e o da contagem feita em paralelo, possam ser localizados e identificados os erros humanos causadores da divergência;
- c) comprovação material, a qualquer tempo, das totalizações obtidas e dos procedimentos realizados, no caso de consultas ou questionamentos posteriores.

III Da Justificativa

A contratação de empresa especializada se justifica em razão do TRE/CE não dispor de equipamentos e pessoal capacitado para os serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado.

Quanto à necessidade de realização das filmagens:

A Votação Paralela é procedimento que ocorre para fins de verificação do funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, conforme disposto na Resolução TSE nº 23.603/2019.

A filmagem é parte obrigatória do processo de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, conforme disposto na norma supracitada, sendo a forma de se averiguar e comprovar a lisura dos procedimentos realizados, bem como constatar erros humanos que porventura venham a ocorrer.

IV Da Especificação da Filmagem

4.1. A filmagem deverá abranger todas as etapas da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, incluindo:

- a) abertura dos trabalhos;
- b) rotinas de votação;
- c) encerramento dos trabalhos.

4.2. Devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- a) utilização de 4 (quatro) câmeras digitais profissionais, de alta definição, sendo 1 (uma) para cada urna eletrônica submetida à auditoria;
- b) as câmeras junto às urnas eletrônicas deverão ter monitores individuais de, no mínimo, 32" com os respectivos suportes de chão, reproduzindo a imagem filmada;
- c) captação de áudio através de microfone tipo *headset*, sendo necessário 1 (um) microfone para cada uma das câmeras focadas nas urnas eletrônicas, totalizando 4 (quatro) microfones;
- d) gravação de áudio e vídeo para cada uma das câmeras, em 4 (quatro) vias independentes e simultâneas, mais 4 (quatro) vias para efeito de *backup* com possibilidade de recuperação dos dados imediatamente após o final dos trabalhos de gravação;
- e) será imprescindível o registro da data/hora das filmagens de cada câmera;
- f) deverá haver monitoramento simultâneo de todas as câmeras em televisor de 32", no mínimo, com uso de multiplexador e gravação desse sinal; desde que haja condições técnicas, poderá ser utilizado projetor multimídia, com projeção em tela de, no mínimo, 1,5m x 1,5m, em substituição ao televisor exigido neste item;
- g) o período de gravação deverá ser o da duração do processo de votação paralela com garantia de continuidade, sem interrupções nem omissão de qualquer momento do período;

- h) gravação em formato digital, entrega do material gravado em arquivos digitais, em um dos seguintes padrões: Windows Media Video (WMV), Audio Video Interleave (AVI), Moving Picture Experts Group (MPEG), OGG Media File (OGG) ou Apple Quicktime (MOV); e podendo a mídia ser: DVD, pendrives ou unidade de disco rígido externa compatível com o padrão USB.
- i) o posicionamento das câmeras, dos monitores e dos equipamentos de gravação deverá obedecer as determinações do contratante.

4.3. Datas e horários de realização dos trabalhos:

a) No primeiro turno da eleição:

- **03 de outubro de 2020** – instalação e testes dos equipamentos, a partir das 13h, com previsão de conclusão às 18h;
- **04 de outubro de 2020** – realização das filmagens, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até as 18h, o que resulta em duração estimada para o evento de 11 (onze) horas, ou 660 (seiscentos e sessenta minutos), por cada câmera.

b) No segundo turno da eleição, se houver:

- **24 de outubro de 2020** – instalação e testes dos equipamentos, a partir das 13h, com previsão de conclusão às 18h;
- **25 de outubro de 2020** – realização das filmagens, a partir das 7h, prolongando-se até que as urnas sejam desligadas, o que deverá acontecer até as 18h, o que resulta em duração estimada para o evento de 11 (onze) horas, ou 660 (seiscentos e sessenta minutos), por cada câmera.

4.4 Prazo para entrega do material gravado: até 15 (dias) após cada turno da eleição.

4.5 Local da realização dos trabalhos: a definir, em Fortaleza/CE.

V Do Critério de Julgamento

Será considerada vencedora a empresa que apresentar proposta com menor preço global, devendo ser discriminado o valor correspondente a cada turno da eleição, já incluídos todos os itens especificados.

VI Das Obrigações da Contratante

Para o fiel cumprimento deste Contrato, a Contratante compromete-se a cumprir as seguintes obrigações e responsabilidades:

- 6.1 Nomear Gestor e Suplente para acompanhar o contrato de acordo com o previsto no art. 67 da Lei n.º 8.666/93, *in verbis*: “Art. 67 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.”
- 6.2 Estabelecer, antes do início da prestação do serviço, em data a ser agendada pelo Gestor do Contrato, reunião da qual participarão o próprio Gestor do Contrato e seu Suplente e o representante da Contratada com o preposto indicado pela empresa para acompanhar o Contrato, para tratarem das peculiaridades do serviço com base nos registros de ocorrências dos contratos anteriores, no que diz respeito a: formas de comunicação entre as partes, horário de funcionamento das unidades jurisdicionais desta Justiça Eleitoral, entre outros;
- 6.3 Informar, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, local, data e horário da realização dos eventos;
- 6.4 Comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação do objeto licitado;
- 6.5 Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos que a empresa apresentar fora das especificações do edital e da proposta;
- 6.6 Efetuar o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas no item .

VII Das Obrigações da Contratada

7.1 São obrigações da contratada:

- a) dispor, nas datas previstas e solicitadas pela contratante, os equipamentos em perfeitas condições de uso e adotar todas as providências necessárias visando a garantir os equipamentos e serviços decorrentes;
- b) manter, no próprio local das atividades, equipamentos de reserva, em plenas condições de uso, para substituição e retomada imediata dos trabalhos no caso de falha em algum dos equipamentos;
- c) nomear Preposto, desde o início do Contrato, de acordo com o art. 68 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*: “Art. 68 O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do Contrato.”;
- d) nomear um de seus dirigentes ou representante legal, além do Preposto, para tratar de todos os assuntos e/ou dificuldades referentes à execução do Contrato, inclusive informando os números dos telefones de trabalho, da residência e um celular, que deverá estar ativo e habilitado durante toda a vigência do Contrato, bem como um número de fax e o(s) e-mail(s) para o envio de comunicações;
- e) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado;
- f) é vedada a subcontratação do presente objeto, não sendo permitido à contratada transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da contratante.
- g) conduzir os trabalhos de filmagem, monitoramento e produção de material gravado, entre outras providências necessárias;
- h) para cada turno da eleição, fornecer 2 (duas) cópias de todo o conteúdo filmado nas 4 (quatro) câmeras e do sinal multiplexado, em DVD ou pendrives ou unidade de disco rígido externa compatível com o padrão USB, acondicionadas em embalagem própria (caixa plástica rígida), devidamente identificadas, que deverão ser entregues até 15 (quinze) dias após a respectiva gravação;
- i) instalar todo o material necessário e disponibilizar equipe técnica, na véspera do dia da eleição, no primeiro turno e, se houver, também no segundo turno de votação, para realização de testes completos, conforme orientação da Administração do TRE/CE;
- j) manter instalado todo o material necessário desde a véspera do dia da eleição até o término dos trabalhos de filmagem, conforme programação prevista no item .
- k) fornecer todo o material (câmeras, mídias, microfones, televisores, suportes para os televisores, entre outros) a ser utilizado nos trabalhos de filmagem, monitoramento e produção;
- l) providenciar os equipamentos ou acessórios (e.g. gerador, *no-break*, baterias) de modo a garantir a continuidade das filmagens por pelo menos 20 (vinte) minutos, mesmo com a falta de energia elétrica externa;
- m) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;
- n) apresentar os dados para pagamento: razão social, CNPJ e dados da conta corrente – número, agência bancária e banco – onde deseja receber seus créditos; a conta corrente deverá estar em nome da empresa contratada;
- o) manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VIII Do Pagamento

- 8.1 Após verificado que o serviço se encontra de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, conforme as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo de até 30(trinta) dias, contados da data do adimplemento de cada parcela, exceto os pagamentos decorrentes de despesas de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), que serão efetuados no prazo de até 5(cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.
- 8.2 O pagamento do serviço objeto deste Termo de Referência será efetuado em parcela única, devendo o CONTRATADO discriminar na Nota Fiscal os valores relativos a cada turno da eleição.
- 8.3 As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 6.º, da Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.
- 8.4 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234-RFB, de 11 de janeiro de 2012.

IX Das Penalidades

- 9.1 A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto nº 10.024/2019 a serem aplicadas pela autoridade

competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

9.2 O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, por cada hora ou fração de atraso em relação aos horários de início ou término de instalação dos equipamentos, conforme previsto no item 4.3;
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, em caso de inexecução parcial do contrato;
- d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, em caso de inexecução total do contrato;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicafe pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 49 do Decreto nº 10.024/2019;
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

9.3 Se o motivo do descumprimento ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

9.4 As sanções estabelecidas nos itens 9.2.a, 9.2.e, 9.2.f e 9.2.g, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquelas previstas nos itens 9.2.c e 9.2.d, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.5 Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

9.6 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

9.7 Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada a CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

X DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO do Contrato

10.1 A realização de todas as atividades relacionadas à contratação será acompanhada e fiscalizada pelos gestores do contrato, servidores deste Tribunal: **Márcia Maria Silva Cavalcante**, (marciacavalcante@tre-ce.gov.br) e **Kinsley Davis Costa Souza** (kinsley@tre-ce.jus.br).

10.2 Será anotado em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos servidores designados para acompanhamento deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

XI Da Vigência do Contrato

O Contrato terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2020, com termo inicial a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início em dia de expediente.

Márcia Maria Silva Cavalcante
Coordenadora da COPAD

Kinsley Davis Costa Souza
Técnico Judiciário

DE ACORDO.

Orleanes Cavalcanti
Secretária Judiciária

SUBANEXO I – PLANILHA DE CUSTOS

Especificação do Item		
Descrição do Item	Filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, por cada turno das Eleições 2020.	
Custo por cada turno das Eleições 2020 (em R\$)		
Custo global para os dois turnos das Eleições (em R\$)	Custo por cada turno das Eleições 2020	x2=

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2020 - TRE/CE
ANEXO IV – PREÇOS DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Global da Proposta
Filmagem, monitoramento e produção de material gravado dos procedimentos da Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas sob condições normais de uso, por cada turno das Eleições 2020.	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 16.000,00



Fortaleza, 17 de Julho de 2020.

À

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Para publicar inteiro teor. Em seguida, à gestora (Márcia - COPAD) para ciência e arquivamento.

ANNE EMILY CINTRA MARQUES
SEÇÃO DE CONTRATOS



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 121047/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	ANNE EMILY CINTRA MARQUES <i>Assinado eletronicamente em 17/07/2020 11:20:26</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.